CONFIDENCIAL

ASSUNTO DE ALTA GRAVIDADE

Movimentos sociais sob suspeita

documentos da polícia política do Rio Grande do Sul durante a ditadura

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSIVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO BRASIL

CATÁLOGO

MOVIMENTOS SOCIAIS SOB SUSPEITA
DOCUMENTOS DA POLÍCIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL
DURANTE A DITADURA

(Dados Internacionais de Catalogação na Fonte-CIP)

C357 Catálogo Movimentos Sociais sob Suspeita. Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul durante a Ditadura / Organizadores Ananda Simões Fernandes, Erico Derosso Espindola, Paola Robaski Timm – Porto Alegre : Assembleia Legislativa do RS, 2022.

268 p. : il.

ISBN 978-58-74-5410-8

1. Movimento Social. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Rio Grande do Sul. I. Fernandes, Ananda Simões (Org.). II. Espindola, Erico Derosso (Org.). III. Timm, Paola Robaski (Org.).

CDU 323.1:321.6(816.5)

Bibliotecária Responsável: Débora Dornsbach Soares CRB-10/1700
Classificação CDU – edição-padrão internacional em língua portuguesa

Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

MESA DIRETORA

55ª LEGISLATURA - MESA 2020/2023

ANO 2022

Presidente:

Dep. Valdeci Oliveira (PT)

1º Vice - Presidente:

Dep. Luiz Marenco (PDT)

2º Vice - Presidente:

Dep. Ernani Polo (PP)

1º Secretário:

Dep. Elizandro Sabino (PTB)

2º Secretário:

Dep. Gabriel Souza (PMDB)

3ª Secretário:

Dep. Zilá Breitenbach (PSDB)

4º Secretário:

Dep. Dalciso Oliveira (PSB)

1º Suplente de Secretário:

Dep. Jeferson Fernandes (PT)

2º Suplente de Secretário:

Dep. Airton Lima (PODE)

3º Suplente de Secretário:

Dep. Sérgio Peres (REPUBLICANOS)

4º Suplente de Secretário:

Dep. Kelly Moraes (PL)

4 - MOVIMENTOS SOCIAIS SOB SUSPEITA

CATÁLOGO

MOVIMENTOS SOCIAIS SOB SUSPEITA

DOCUMENTOS DA POLÍCIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DITADURA

Organizadores

Ananda Simões Fernandes

Erico Derosso Espindola

Paola Robaski Timm

Porto Alegre

2022

6 - MOVIMENTOS SOCIAIS SOB SUSPEITA

Sumário

Expediente..... 8

Apresentação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Valdeci Oliveira..... 9

Apresentação da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul
Beatriz Araujo..... 11

Ditadura e Movimentos Sociais (1964-1985): Repressão e Resistência em um Processo de Luta de Classes
Diorge Konrad..... 13

Usos e abusos do atestado ideológico no Rio Grande do Sul
Carlos Eduardo da Silva Pereira..... 27

Documentos da polícia política no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Ananda Simões Fernandes..... 37

Arquivos da repressão: potencialidade documental e disputas de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira
Erico Derosso Espindola e Paola Robaski Timm..... 45

Apresentação Técnica..... 55

Movimento operário e sindical..... 61

Movimento estudantil..... 91

Movimento de mulheres..... 142

Movimento negro..... 146

Movimento indigenista..... 151

Movimento ambientalista..... 155

Movimento rural e camponês..... 159

Movimento religioso..... 181

Movimento de associações civis..... 210

Movimento de associações de classe..... 220

Movimento contra a carestia..... 227

Movimento pela Anistia..... 232

Movimento de Familiares..... 237

Movimento de Direitos Humanos..... 241

Grupo dos 11..... 248

Ordens e Instruções..... 254

EXPEDIENTE

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citata a fonte.

Esta obra pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Borges de Medeiros no site:
http://ww2.al.rs.gov.br/biblioteca/

Tiragem:

1ª Edição - 2022 - 500 exemplares

Organizadores:

Ananda Simões Fernandes

Erico Derosso Espindola

Paola Robaski Timm

Arte da capa:

Erico Derosso Espindola

Diagramação:

Renato Oliveira Pereira
Bancada do PT/RS

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valdeci Oliveira
Presidente da Assembleia Legislativa

Produzir conjuntamente este catálogo, que traz os registros de um período recente da nossa história Republicana, em que os protagonistas são, de um lado, a estrutura repressiva de um estado autoritário a serviço dos interesses de uma parcela das sociedades gaúcha e brasileira, e, de outro, aqueles e aquelas que, organizados, ousaram resistir, reivindicar e defender os direitos sociais e políticos num Brasil sob a égide dos coturnos é, de certa forma, um privilégio. Ouso dizer: contribuir, ao lado Secretaria Estadual da Cultura, para que a memória não esmaeça e que falsas narrativas não se sobreponham aos fatos, é uma obrigação.

Movimentos Sociais Sob Suspeita - Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul Durante a Ditadura, organizado por Ananda Simões Fernandes, Erico Derosso Espindola e Paola Robaski Timm, traz artigos e descrição de conteúdos de documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão (1964-1985) e atualmente catalogados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

E ao formar um conjunto, temos uma visão importante do que foi um triste e doído cenário para muitos e um criminoso e vergonhoso momento para outros tantos. Estes últimos, ao mandarem às favas quaisquer resquícios de respeito ao seu semelhante e à democracia, escreveram, como demonstrado nesta obra, umas das páginas mais vulgares, perniciosas, brutais e insanas do país e do nosso estado.

A força bruta, aliada ao preconceito de classe e ao de que o oponente político é um ser inaceitável e um pária a ser eliminado, fez com que a extensão das garras da ditadura civil-militar se ampliasse, não deixando nenhum setor da vida gaúcha e brasileira de fora. E os movimentos sociais eram, para que aquele sistema continuasse existindo, parte fundamental a ser perseguido, monitorado, vigiado.

Entender esse processo é compreender as formas de dominação que muitas vezes vêm carregadas com o verniz da legalidade e ter acesso à visão arcaica do que os então “donos do poder” entendiam e queriam como sociedade. É também conhecer e entender o que impelia muitos e muitas a se engajarem – e de que forma - na luta democrática e que por isso foram considerados, em nome da garantia da ordem, inimigos do estado. E o foram justamente pela capacidade de resistência e organização, pela forma de elaborar e praticar a conscientização dos corações e mentes, de participar e contribuir na necessária aglutinação de forças.

E esses movimentos, que tinham caras e nomes, traziam a assinatura de estudantes, operários, mulheres, negros, índios, ambientalistas, camponeses, religiosos, de familiares de presos políticos e desaparecidos e de ativistas dos direitos humanos, de associações civis e de classe, de luta contra a carestia e pela Anistia.

Eles eram, sem dúvida alguma, o verdadeiro Brasil democrático. Movimentos Sociais Sob Suspeita - Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul Durante a Ditadura nos mostra isso.

APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Beatriz Araujo
Secretária de Estado da Cultura

Os arquivos públicos e permanentes, aos quais cabe a guarda e a conservação de documentos de valor histórico e cultural, de forma crescente têm tratado de ampliar as formas de acesso da sociedade à informação. Em um sistema democrático, informação constitui-se em um direito da cidadania e um dever das instituições públicas. Informação é poder.

Nesse sentido, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, presta uma importante contribuição ao produzir o catálogo "Movimentos sociais sob suspeita: documentos da polícia política do Rio Grande do Sul durante a ditadura". A publicação traz à tona informações vitais para o conhecimento e a melhor compreensão sobre os 21 anos em que o Brasil viveu sob uma ditadura que vigiou, censurou e reprimiu seus cidadãos e os movimentos sociais por eles organizados.

A estrutura da polícia política do Rio Grande do Sul e a vigilância dos movimentos sociais realizada nesse período estão descritas e amplamente documentadas no catálogo, que ficará disponível em meio físico e digital, enriquecido por verbetes explicativos, por textos técnicos e autorais.

Por meio da Secretaria da Cultura, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul se associa à Assembleia Legislativa no lançamento desse catálogo que temos a satisfação de apresentar, reiterando nosso compromisso de fortalecer a cultura democrática, cidadã e de promoção dos direitos humanos.

DITADURA E MOVIMENTOS SOCIAIS (1964-1985): REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM UM PROCESSO DE LUTA DE CLASSES

Diorge Alceno Konrad[1]

Na tese de doutorado *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*[2], em um dos pontos de partida teórico e metodológico, fiz a crítica a uma tendência historiográfica que mascara a luta de classes e isola o conjunto dos movimentos sociais e políticos que se organizam por mudanças estruturais, isto quando esta historiografia perspectiva os movimentos em suas "análises".

Assim, em cenários de luta de classes, a lógica destas narrativas traduz a própria lógica da luta política, que precisa construir uma hegemonia na qual a correlação de forças deve impedir que os trabalhadores tenham um projeto alternativo de poder político e social. Assim, como expliquei, "qualquer reivindicação nesse sentido, sempre foi tratada pelos que dominavam o aparelho de Estado como 'subversão da ordem'", desdobrando-se em vigilância, repressão criminalização dos movimentos sociais e políticos de oposição.

Nesta linha de argumentação, igualmente foi defendida na tese supracitada uma concepção de "história social" vista também como "história política", não desvinculando os movimentos sociais das relações com o poder exercido através do Estado e em torno das contradições das classes sociais, seguindo a ótica de Karl Marx e Friedrich Engels, em A ideologia alemã, quando afirmaram que "todas as lutas no interior do Estado ... não são mais do que formas ilusórias (...) nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes".[3] Esta premissa remetia "diretamente à análise das forças sociais que atuam na sociedade e no interior do Estado, como os movimentos sociais organizados", no sentido apontado por Maria da Glória Gohn[4].

---

[1] Professor Titular do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP. Endereço eletrônico: gdkonrad@uol.com.br.

[2] KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo*: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, UNICAMP, 2004, p. 5-6 e 14. Orientada por Michael McDonald Hall. Disponível em: http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000324299. Acesso em: 25 ago. 2022.

[3] MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 37.

[4] Cf. a autora, quando aborda o paradigma marxista em torno dos movimentos sociais, em GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais.* Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997, p. 179. Gohn cita também o exemplo das teses de Jean Lojkine, dentro da tradição marxista, para quem "o alcance histórico real de um movimento social pode ser definido pela análise da sua relação com o poder político". Idem, p. 199.

Na mesma direção, foi defendido que as relações de poder e as contradições de classes se incorporam no processo de luta histórica das classes e das camadas sociais, a partir de outra referência de Karl Marx, em *Miséria da filosofia*, quando o pensador e revolucionário alemão ressaltou: "no digáis que el movimiento social excluye el movimiento político que, al miesmo tempo, no sea social".[5]

Outro argumento da tese *O fantasma do medo,* conexo aos levantados acima, procurou demonstrar que esta concepção hegemônica das classes dominantes, perpetrada por certa literatura das ciências sociais e humanas, de separação liberal das relações das lutas sociais e políticas, tanto da luta de classes como da luta pelo poder de Estado, foi majoritária no judiciário, nas Forças Armadas e nas delegacias de polícia da década de 1930, pois era ela que fundamentava a base dos discursos hobbesianos de "manutenção da ordem" e de "paz social", portanto a justificativa jurídica e ideológica para ser eficaz na permanência das classes dominantes no poder, controlando e reprimindo o mundo do trabalho, através da atuação direta na "ordem social e política", onde "direito e Estado eram faces de uma mesma estrutura de poder, enquanto que a polícia fechava o tripé para a execução prática dos limites impostos pela Lei e pelo Estado, em nome da segurança do mesmo".[6]

Da mesma forma, ponderei que, diferentemente de concepções liberais, que isolam a sociedade civil da sociedade política e sequer relacionam àquela com as relações sociais de produção, de propriedade e de classe, a sociedade civil "não é uma família ou uma 'aldeia global' homogênea e felizes, mas um terreno de luta, minado às vezes por relações de poder", conforme concepção apresentada na introdução de Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos, organizado por Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar.[7] Por outro lado, esse campo atravessado por relações contraditórias de poder, justamente por ser um campo de luta, não pressupõe que a única estratégia possível para os segmentos populares seja a "guerra de posição", como pode indicar uma possível leitura gramsciniana. Pelo contrário, também há uma dialética constante entre "guerra de posição" e "guerra de movimento".

Também defendi que "foi essa concepção funcionalista, originária do direito positivo", que marcou a formação da geração política que assumiu o aparelho de Estado no pós-1930. Por isso, a "violação da lei" pela polícia foi tão constante, enquanto, quando necessário, "a Lei era mu-

---

[5] MARX, Karl. Miseria de la filosofia. Respuesta a "Filosofia de la Miseria" del señor Proudhon. Moscou: ditorial Progresso, 1985, p. 143.

[6] Aqui, não estou desconsiderando a noção da utilização da lei como forma de conquista de direitos, ou quando os dominados lutam por seus direitos através da lei, onde esta, também, é vista como "arena central de conflito", questões tão bem levantadas por Thompson. Ver THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, principalmente os subitens "O exercício da Lei" e "O domínio da Lei" na parte III (sobre os Whigs), capítulo 10 (Consequências e conclusões), p. 331-361, particularmente p. 351 e 355.

[7] Cf. ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 39.

dada para dar caráter público de legitimidade à repressão, proporcionando tratamento jurídico desigual para determinadas questões políticas e sociais que, em sua origem tinham o mesmo conteúdo, mas eram praticadas por segmentos sociais e políticos distintos". Nesse caso, as polícias, particularmente a polícia política, agiam como verdadeiras "tropas de choque" para os grandes proprietários da terra ou da indústria.[8]

Essa "função policial", como parte menor da "manutenção da ordem", fez parte do cotidiano dos movimentos sociais e políticos no Brasil dos anos 1930. Mas, sem qualquer anacronismo histórico, podemos dizer que esta estratégia política, do Estado e de seus aparatos repressivos, se compara à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sendo absolutamente idêntica.

Pois foi justamente nesta diretiva teórico-metodológica e historiográfica que, alguns anos depois, escrevi o artigo "A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira" [9], cujos argumentos foram reforçados em capítulo de livro mais recente, procurando ampliar a dialética repressão e resistência.[10] Para dar conta deste processo, a compreensão das lutas sociais e políticos adquire fundamental importância, seja para entender como se deu o movimento real destes movimentos, bem como para perceber a ação das classes dominantes, através do Estado (e no caso da Ditadura, da prática do Terrorismo de Estado - TDE).

Ali, primeiramente no subitem "A resistência também é historiográfica", procurei demonstrar que a resistência à Ditadura e o processo da luta de classes vinham sendo deslocados da História, transformando em elementos principais outros "fatores" históricos que explicariam o fim da Ditadura de Segurança Nacional. Desta forma, o "Regime Militar", termo eufemístico cunhado pelos próprios ditadores, numa das vertentes argumentativas, teria os personagens de Geisel e Figueiredo, somando-se com a "eminência parda" de Golbery do Couto e Silva e os "sorbonnistas", como aqueles que decidiram realizar a transição.

No artigo de 2013, meu ponto era de que não se tratava, por obviedade, de trocar tal "reducionismo" por um caminho inverso. Certa "história vista de baixo", quando não percebe as formas de dominação e de poder, também oblitera o processo, sendo tão problemática quanto uma construção histórica que dá ao "Estado" ou a indivíduos o papel de sujeitos do processo, neste caso, transformando o aparato jurídico-político em personificação social e heroificada, tal como sempre fez a historiografia de fundo liberal.

---

[8] KONRAD, *op. cit.*, p. 26-7.

[9] Ver: KONRAD, Diorge Alceno. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In. ALVES, Clarissa Sommer; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *II Jornada de Estudos sobre a Ditaduras e Direitos Humanos* - há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai. Porto Alegre - RS: APERS, 2013.

[10] Cf. KONRAD, Diorge Alceno. Trabalhadores e movimentos sociais na resistência à Ditadura Civil-Militar e a Luta pela Anistia no Brasil. In. MAIA, Tatyana do Amaral; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *Anistia: um passado presente?* Porto Alegre. Ed. da PUC-RS, 2020, p. 109-142.

Evidenciar os movimentos sociais e políticos que resistiram à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), dizia eu, era colocar em patamar diferente aquilo que já foi adiantado por Caio Navarro de Toledo, quando argumentou que o Golpe de 1964 foi um Golpe contra a incipiente democracia política brasileira, contra as reformas políticas e sociais em debate durante o Governo de João Goulart; contra a politização das organizações dos trabalhadores, camponeses e estudantes e contra o rico debate cultural e intelectual que vivia o s.[11]

Isto tudo para levar adiante uma ruptura institucional de direita contra as reformas de base e a democracia e uma ditadura das classes dominantes, e seus ideólogos, civis ou militares, como já disse o autor, sendo necessário "destruir as organizações políticas e reprimir os movimentos sociais de esquerda e progressistas".[12]

Assim, tratava-se, sem negação *a priori,* da complexidade da luta de classes durante a Ditadura, a qual evidenciou as contradições mais profundas do processo de Golpe, da Ditadura em si e da própria "transição democrática", de se dar prioridade ao tema da resistência, deslocando do eixo secundário para o eixo principal a explicação sobre os nossos 21 anos de TDE, perpetrados pelas classes dominantes em aliança com o capital estrangeiro e, sobremaneira, com os interesses estadunidenses no Brasil.

Como argumentei então, tratava-se de dizer mais sobre Caparaó e as primeiras tentativas de resistência guerrilheira ao arbítrio; de entender o significado mais profundo do descontentamento da chamada classe média radicalizada que marchava na passeata dos Cem Mil, em 1968; de se aprofundar o significado da Guerrilha do Araguaia e da tática política do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no mais longevo movimento armado de resistência à Ditadura, bem como perceber a luta de outras organizações, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAL-PALMARES), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Ala Vermelha do PCdoB e tantas outras organizações da resistência armada, bem como a estratégia pacífica, institucional ou de luta de massas, seja do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seja do MDB e, no final da Ditadura, do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) ou do agora PMDB, entre outros.[13]

A Ditadura, sempre é bom reforçar, foi marcada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e pelo TDE, Suas marcas foram a "Operação Limpeza" contra os movimentos sociais camponeses

[11] Ver: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Ed. da USC, 2004, p. 67-68.

[12] Idem. Do mesmo autor, cf. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História.* Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), São Paulo: ANPUH-CNPQ, v. 24, n. 47, p. 13-28, jan. a jun. de 2004.

[13] Vale lembrar que a volta do pluripartidarismo em 1980, ainda foi restrito, pois a conquista da legalidade dos partidos comunistas só aconteceria em 1985.

e sindicais, sobretudo no imediato pós-Golpe, mas insuficiente para aplacar a resistência, necessitando-se do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968, bem como dos aparelhos de terror como o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), a Operação Bandeirantes (OBAN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), assim como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), tudo coordenado pelo Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN)[14].

Este amplo aparato do TDE resultou nas prisões, na tortura, na censura, no exílio, nos assassinatos e nos desaparecimentos, exemplificados pelo extermínio da resistência armada e mesmo pela morte de muitos que não partilhavam desta estratégia, assim como os atentados terroristas que explodiram bancas de revista e que levaram a carta-bomba que vitimou a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lydia Monteiro da Silva, além do enigmático atentado do Riocentro. Somou-se a isso a Operação Condor, entre tantas outras conexões repressivas, seja do Cone Sul, seja entre os estados brasileiros.

Contudo, todas elas foram ineficientes para impedir a crise da política econômica da Ditadura e que levou ao fim do "milagre econômico", assim como ao fim da censura, bem como a crise política e a vitória do MDB, em 1974; mas especialmente a volta dos movimentos sociais e políticos através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da luta pela moradia e pela terra (Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), bem como a mobilização nas ruas de estudantes, das greves operárias do ABC e de tantas outras categorias de trabalhadores, todas elas no processo de luta Pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, na Luta pela Constituinte Livre e Soberana e na luta pelas "Diretas Já".

Foi neste sentido meu argumento de que se "a historiografia não evidenciar tudo isso e a própria resistência, aí sim abrirá mão de entender as contradições mais profundas da Ditadura Pós-1964", pois, mesmo um simples levantamento factual poderia evidenciar que "a resistência à Ditadura já começou imediatamente após o Golpe". Obviamente que este levantamento deveria ser complementando pela necessidade de entender que "as lutas sociais e políticas já demonstravam o avanço da luta de classes no Brasil", resultando que "não seria apenas o 31 de março que poria fim a elas", como eu e Rafael Lameira, por exemplo, já havíamos escrito no artigo "Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964)".[15]

Desde o início da Ditadura, então, a resistência dos movimentos sociais e políticos se fez

[14] Ver mais sobre isso em: FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

[15] Cf. KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/23249/18242. Acesso em: 28 ago. 2022.

presente. Por exemplo, quando foi decretado o primeiro Ato Institucional, em 9 de abril, dando ao ditador Castelo Branco os poderes discricionários para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos, de imediato, a resistência dos estudantes se iniciou, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais passando a atuar na clandestinidade, enquanto, ainda em dezembro de 1964, o show Opinião denunciava o aumento da escalada de arbítrio, somando-se a líderes partidários e dos movimentos sociais e políticos, a propósito, os mais perseguidos nos meses que se seguiram ao Golpe, seja os cassados pelo AI-1 nos sindicatos urbanos e rurais e nos parlamentos, seja aqueles das bases sociais, cuja decisão foi de fazer luta social e política de resistência.

Não foi diferente no Rio Grande do Sul. A resistência ao TDE esteve consoante com a luta contra a Ditadura em nível nacional. Como eu e Rafael Lameira procuramos demonstrar no artigo "Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964)"[16], foi no Rio Grande do Sul que iniciou a resistência das forças constitucionais à tentativa de golpe, ainda em 1961, frustrada pela mobilização popular, a partir de Porto Alegre, e dirigida por Leonel Brizola. Pouco menos de três anos depois, com o Golpe de 1964 se consumando, novamente as forças legalistas do Rio Grande do Sul, imediatamente, tentam organizar nova resistência. Na institucionalidade, João Goulart nomeou o general legalista Ladário Pereira Telles para assumir o comando o III Exército, articulando com o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise (PTB), o III Exército a permanecer fiel à legalidade e ao mandato constitucional de Jango, "junto ao povo e à resistência civil". A repressão, por sua vez, se faz imediata, pois era fundamental "evitar que a Cadeia da Legalidade (...) fosse repetida, tratando-se, na prática, de censura e do controle estatal, a fim de impedir a reação das forças contrárias ao Golpe no estado", enquanto, no plano militar, "o Governo colocou a Polícia Militar e a Polícia Civil de prontidão". Por sua vez, "a sede do governo foi novamente transformada em quartel general, protegido por barricadas, só que, desta vez, a favor do golpe e contra a ordem constitucional", visando "à repressão rápida dos focos de resistência". O III Exército também entrou em prontidão, assim como a 5ª Zona Aérea.[17] Foi esta dialética de resistência e repressão que marcou os primeiros momentos golpistas no Rio Grande do Sul.

A propósito, foi esta resistência inicial que fez com que o governador do Rio Grande do Sul, o golpista Ildo Meneghetti, transferiu a sede do Governo para Passo Fundo, junto ao 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar.[18] Isso possibilitou o início da tentativa "de levante popular, sob

[16] Idem.

[17] Idem, p. 89.

[18]A Brigada Militar, em última instância comandada pelo governador do Estado, também teve papel ativo na vigilância, controle e repressão, como exemplo temos o Destacamento Volante da Brigada Militar, que começou a operar em Erechim, prendendo e torturando física ou psicologicamente seus detidos e agredindo familiares nos momentos de detenção e aprisionamento de armas, sobretudo para

a liderança de Leonel Brizola e Sereno Chaise, tentando repetir a Campanha da Legalidade de 1961", quando "um grande número de populares marchou para a Praça da Matriz", buscando entregar o governo Brizola. O clima no Palácio Piratini era de extrema tensão. Na sede do governo, com a tropa de choque da Brigada Militar em posição defensiva, Sereno Chaise, "convocou a população que se aglomerava para acompanhar com ele o desenrolar dos acontecimentos no Paço Municipal". Em 1º de Abril, o pedido de Ladário Telles de requisição da Brigada Militar foi negado, restando a convocação de soldados leais à nova legalidade, mas a maior parte dos oficiais das guarnições do Exército já estavam ao lado do rompimento democrático. Com isto, nova Cadeia da Legalidade "foi reeditada, divulgando notas e proclamações de entidades, conclamando o povo à resistência", culminando "com a realização de um comício no Largo da Prefeitura que contou com oradores como Leonel Brizola, Álvaro Ayala, Vilson Vargas, Floriano D'Ávilla e o próprio Sereno Chaise", quando "todos pediram a união das forças populares contra o golpe às instituições e a defesa da Constituição".[19] Desta forma, Porto Alegre transformou-se em "um reduto trabalhista e de apoio a Jango"[20], quando duas mil pessoas se aglomeram na frente do Paço Municipal.

O apoio veio de várias organizações e entidades, como o Comando de Reivindicações dos Servidores do Estado, o Comando Nacionalista de Guarujá, a Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, o Conselho Sindical Feminino, o Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, a Comissão dos Profissionais Liberais, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, os funcionários da Prefeitura Metropolitana, o Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER), o Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, a Associação dos funcionários da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE), o Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre, e "mais de uma dezena de outras entidades de classe", como a União Estadual dos Estudantes (UEE), através de nota de apoio "à democracia, pela garantia dos direitos constitucionais, e contra o golpe, conclamando pela realização das reformas de base"[21], assim como os ferroviários que, a partir de Santa Maria, e os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), decretaram greve em apoio a João Goulart.

Aqui, cabe repetir o argumento levantado por mim e por Rafael Lameira:

A versão corrente, criada ainda durante a Ditadura, dá a entender que não perseguir os chamados "Grupos de Onze", liderados por Leonel Brizola, como demonstrou a pesquisa de Luís Guilherme Adamczyk. Cf. Memórias sobre a Ditadura Militar no Norte do Rio Grande do Sul: o destacamento volante da Brigada Militar (1964). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós--Graduação em História, Chapecó, UFFS, 2018.

[19] KONRAD; LAMEIRA, *op*, *cit*., p. 91.

[20] Cf. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):* História e Memória. Vol. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 230.

[21] KONRAD; LAMEIRA, *op*. *cit*., p. 92.

> houve resistência ao Golpe. Este foi um consenso nacional, portanto, a fim de salvar a democracia dos comunistas, das esquerdas, da demagogia e da corrupção. Como em muitos outros elementos tomados como explicativos do Golpe, a versão dos sediciosos se assentou como verdade histórica. Por outro lado, mostra que as versões que tomam como explicativos da totalidade, os casos de Rio de Janeiro e São Paulo, não são suficientes. A sorte da limitada democracia brasileira foi decidida no Rio Grande do Sul, onde a resistência depositou suas últimas esperanças. As chances de vitória eram reais.[22]

Entretanto, com a decisão de Jango de não distribuir armas à população, rumando para o exílio no Uruguai, rapidamente desfez a mobilização, restando outros caminhos de resistência. Era 2 de abril de 1964 e, agora, a luta social e política restava fora da institucionalidade. Em decorrência, centenas de pessoas começaram a ser presas, enquanto outros tantos tratavam de fugir ou ir para a clandestinidade. Ministros de Goulart, lideranças de esquerda dos movimentos sociais e políticos e opositores do golpe foram imobilizados ou presos, com início do período de acusações, expurgos e perseguições políticas[23], ampliadas, por exemplo, com o expurgo de 48 oficiais da Brigada Militar, através de decreto de Ildo Meneghetti, além da cassação e prisão de Antônio Ajadil de Lemos, Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Rubens Dario Porciúncula, Sereno Chaise e Wilson Vargas de Oliveira, todos deputados estaduais do PTB, bem como os expurgos na UFRGS[24], na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)[25] e em outras instituições e órgãos sindicais.

O momento mais simbólico desta primeira fase da repressão foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), sob a batuta do golpista e rio-grandino Golbery do Couto e Silva, já em 13 de junho. Dali em diante, outros órgãos de repressão seriam criados ou militarizados, como o já existente DOPS.

Igualmente em contraposição a certa literatura e discursividade, a repressão da Ditadura não precisou esperar um quinto Ato Institucional. Como já mostrou o historiador e ex-deputado Raul Carrion, também vítima da violência e do arbítrio no Pós-1964:

> Ao contrário do que propalam alguns – como a *Folha de São Paulo* –, que a ditadura foi "branda", o regime militar se impôs no Brasil através do arbítrio e da violência. No dia 9 de abril, o AI-1 suspendeu as garantias constitucionais por seis meses, estabeleceu eleições indiretas para presidência da República e deu ao presidente indicado pelo "Comando Revolucionário" o poder de decretar o Estado de Sítio. Foram suspensos os direitos políticos, por dez anos, de 378 pessoas – incluídos três ex-presidentes, seis gover-

[22] Idem, p. 94.

[23] Idem, p. 95.

[24] Apenas não foi preso neste momento Beno Burmann, por não se encontrar em Porto Alegre. Sobre isto, cf. PADRÓS; BARBOSA; LOPEZ; FERNANDES, *op. cit.*, p. 232.

[25] Em Santa Maria, na primeira leva de cassações, foram depostos o prefeito da cidade, Paulo Devanier Lauda (também cassado como professor do Curso de Medicina da UFSM), e seu vice, Adelmo Genro, ambos do PTB.

> nadores, quatro ministros do STF, dois senadores, 63 deputados federais, 300 deputados estaduais, inúmeros juízes e desembargadores. Milhares de opositores ao regime foram presos e torturados. Diversos foram assassinados ou "desaparecidos". Cinco mil Inquéritos Policiais-Militares foram instaurados, envolvendo 40 mil pessoas. Ao longo do tempo, foram indiciadas, com base na Lei de Segurança Nacional, 13.752 pessoas, das quais 7.367 foram levadas ao banco dos réus. Dezenas de milhares tiveram que se exilar ou entrar na clandestinidade. Dez mil funcionários públicos foram demitidos. O expurgo nas Forças Armadas atingiu 112 oficiais, dois mil marinheiros e 800 outros integrantes das três armas. Houve a intervenção em 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade de Ação (PUA) e as intersindicais foram todas fechadas e proibidas. Inúmeras lideranças sindicais foram demitidas e presas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) tiveram a sua sede, na Praia do Flamengo, incendiada, e foram proibidas. Seus dirigentes, perseguidos e caçados pelos órgãos de repressão. O mesmo ocorreu com as ligas campo-nesas e suas lideranças.[26]

Assim, e como demonstraram Enrique Padrós e Ananda Fernandes, um dos mecanismos fundamentais da repressão foi a polícia política de cada estado brasileiro e, no caso do Rio Grande do Sul, o DOPS-RS, tinha a competência da "coleta de informações e a repressão dos 'inimigos internos' (...) traduzindo-se em perseguições, interrogatórios, prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos", seguindo as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ladeada por outros órgãos de repressão, como o III Exército, com sede em Porto Alegre, o quartel da Polícia Militar, a Ilha do Presídio, o Presídio Central, o Presídio Madre Pelletier, em Porto Alegre[27], e dezenas de outros pelo interior do Rio Grande do Sul, como o quartel do Regimento Mallet (infantaria do Exército), o quartel da Brigada Militar e delegacias de da Polícia Civil, em Santa Maria, onde, em suas instalações, aconteceram práticas do TDE.

Mas, se as organizações dos movimentos sociais e políticos foram reprimidas, também foram centro da resistência. A linha de frente da mesma, inicialmente, veio da militância trabalhista e comunista, além de liberais antigolpistas, ainda dos partidos legalmente existentes. Contudo, o AI-2 cassou os partidos políticos, em 27 de outubro de 1965, complementado pelo Ato Complementar Nº 4, de 27 de outubro do mesmo ano, restringindo ainda mais a tática de resistência institucional.

---

[26] Cf. CARRION, Raul. A Ditadura não foi a criação de "homens maus". In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):* História e Memória. Vol. 2. Repressão e resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 49-50.

[27] Ver: FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. *Faz escuro, mas eu canto*: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os 'anos de chumbo' no Rio Grande do Sul". In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória. Vol. 2. Repressão e resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 36.

Assim, com a extinção dos partidos existentes, as mobilizações anunciavam o que os ditadores iriam enfrentar, antecipada pela tentativa guerrilheira comandada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, quando 23 homens tomaram a cidade de Três Passos e mobilizaram-se em Tenente Portela[28], logo no início de 1965. A repressão foi implacável, prendendo os militantes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), a partir de 27 de março, enquanto os que escaparam ou estavam no exílio, especialmente militares trabalhistas, organizaram o Movimento 26 de Março (MR-26).[29] No caso dos militares, linha de frente da Legalidade em 1961, não havia perdão pela "subversão". A Ditadura não precisou de um AI-5 para expurgá-los e persegui-los, ou até matá-los, como no caso do ex-sargento do Exército, Manoel Raimundo Soares, encontrado morto no Rio Jacuí, próximo a Porto Alegre, em 24 de agosto de 1966, após ter sido preso e torturado por agentes do DOPS. A morte de Soares teve tanta repercussão, somadas com as denúncias de tortura, inclusive testemunhadas pelo estudante Luiz Renato Pires de Almeida[30], que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS) instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de averiguar as circunstâncias da morte, bem como o TDE praticado nas prisões de quarteis e delegacias de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

As manifestações de rua, sobretudo do Movimento Estudantil, foram marcantes, ao menos na primeira faze de resistência, até 1968, como na "Passeata dos Bixos" no início do primeiro semestre, ou ainda em 22 de setembro de 1965, quando as ruas de Porto Alegre se tornaram o espaço de luta dos estudantes. Com mita força no Rio Grande do Sul, o Movimento Estudantil Secundarista, liderado pela União Gaúcha dos Estudantes (UGES), se aliava aos estudantes universitários, sobretudo para combater a Lei nº 4.464, ou Lei Suplicy de Lacerda, que proibira as atividades políticas nas organizações estudantis como a UBES, a UNE e as UEEs, regulamentando as entidades através de novas organizações como os diretórios acadêmicos, atrelando os grêmios estudantis às direções das escolas, bem como a oposição aos acordos do Ministério da Educação brasileiro (MEC) com a United States Agency for International Development (USAID),

[28] Sobre este tema, consultar o clássico: SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho.* 3 ed. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1987.

[29] Sobre este processo, indico a pesquisa orientada por mim: TRINDADE, Bruno Marinho. *Os militares trabalhistas na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1971).* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, UFSM, 2020.

[30] Luiz Renato, oriundo da militância estudantil secundarista de Santa Maria, nascido em Formigueiro (quando ainda pertencia a São Sepé) estava preso no DOPS, no Palácio da Polícia, depois de ter sido detido no Rio de Janeiro. Após a CPI, conseguiu fugir das dependências do centro de repressão policial do Rio Grande no Sul, situado nas esquinas das avenidas Ipiranga e João Pessoa, e tornar-se-ia militante do Exército de Libertação Nacional (ELN), tendo sido morto por tropas bolivianas na Bolívia, sendo desaparecido político até os dias atuais. Um pouco mais sobre ele, indico: KONRAD, Diorge Alceno. Sequelas de Santa Maria: Memórias do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In. PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional:* Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura/CORAG, 2006, p. 100 a 108; CASSOL, Daniel. Um brasileiro na guerrilha boliviana. Disponível em: https://apublica.org/2012/08/um-brasileiro-na-guerrilha-boliviana/. Acesso em: 30 ago. 2022.

os quais instituíam a assistência técnica e a cooperação financeira imperialista à educação brasileira, na prática destruindo todas as lutas da UNE por reforma universitária de corte progressista, construídas em seus congressos no Pré-1964. Muito desta militância, desembocou em várias organizações, como: as revolucionárias ou maoístas, como o PCdoB, a Ação Popular (AP) e a Ala Vermelha do PCdoB; as dissidentes do PCB, como a ALN, a VAR-Palmares, a VPR; os grupos derivados da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), como o COLINA e o POC; os grupos trotskistas – como a Fração Bolchevique *Trotskista* (FBT) e; além das organizações influenciadas pelo trabalhismo e lideradas por Leonel Brizola, todas com atuação no Rio Grande do Sul.

A repressão logo se acentuaria sobre os estudantes, como no fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS e do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos – o Julinho, na Porto Alegre de 1967, situação agravada "com a presença de infiltrados dentro das salas de aula, os 'ratos', policiais vestidos à paisana, responsáveis pela vigilância de alunos e professores", enquanto "alguns alunos e professores também delatavam espontaneamente colegas".[31] Outrossim, não deve ser esquecida a direita estudantil, defensora da Ditadura, a qual passou a dirigir muitas das entidades manietadas pela legislação repressiva.[32]

Outra forma de resistência estudantil (e da juventude) se deu através da militância cultural. Como mostrou Raul Ellwanger, os festivais de música competitivos e os programas especializados em música, como, por exemplo da TV Record, tinham uma "válvula de expressão para seu descontentamento na música, nas rodas de som, nos encontros dos Diretórios Acadêmicos e, por fim, nos grandes festivais de 67-68-69".[33]

Os movimentos operários e sindicais, urbano ou rurais, foram os mais atingidos pela repressão e pela "Operação Limpeza", no imediato pós-Golpe. De acordo com Raul Carrion,

> só entre 1964 e 1979, mais de cinco mil trabalhadores foram presos; dez mil foram banidos ou expulsos da vida sindical; ocorreram 1.565 intervenções, dissoluções ou anulação de eleições em entidades sindicais (70% dos sindicatos com mais de cinco mil sócios e 38% dos sindicatos entre mil e cinco mil sócios sofreram intervenção). Até 1971, 30 mil sindicalistas foram treinados pelo ICT e pelo IADESIL – entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano – no Brasil e nos Estados Unidos para se contrapor aos "subversivos". Nas eleições sindicais passou a ser exigido um "atestado ideológico", fornecido pelo DOPS, cabendo ao Ministério do Trabalho a aceitação ou não da inscrição das chapas. Foi feito um grande esforço com o objetivo de descaracterizar os sindicatos como órgãos de luta dos trabalhadores e

[31] Cf. FERNANDES; PADRÓS, op. cit., 2009, p. 38.

[32] Sobre isto, indico a pesquisa orientada por mim: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1974-1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, UFSM, 2013.

[33] Ver: ELLWANGER, Raul. A milonga dos vencidos. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: História e Memória. Vol. 2. Repressão e resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 82.

> para transformá-los em entidades de caráter assistencialista, voltadas ao atendimento médico e dentário e às atividades de lazer. Por exigência dos capitais estrangeiros, a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho – que havia sido essencial para a criação de um movimento sindical forte – foi substituída pelo FGTS. (...) Outros sindicatos sofreram intervenções contábeis. Isto é, não podiam fazer despesas sem prestar contas para a ditadura. Foi o que aconteceu com os sindicatos dos gráficos, do vestuário, da alimentação e do comércio.[34]

Mas, apesar do refluxo causado pelo TDE, logo se rearticularam. Segundo Antônio Losada, "o movimento sindical continuou a luta", pois "tinha clareza de que o grande objetivo dos militares era rasgar os direitos constitucionais dos trabalhadores como, por exemplo, o direito à estabilidade no trabalho para os dirigentes sindicais atuantes", buscando inviabilizar "o trabalho de organização popular e elevação da consciência dos assalariados no interior das fábricas".[35]

Como também mostra Raul Carrion, a partir de 1967, "o movimento sindical também começou a dar sinais de reanimação", sobretudo através do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), o qual "realizou diversos atos em defesa dos salários em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em outros estados", enquanto "as comemorações não-oficiais do 1º de Maio se multiplicaram" e as "chapas de oposição passaram a disputar a direção dos sindicatos com os pelegos", a exemplo do 1º de Maio daquele ano, na Praça da Sé, em São Paulo, quando "as autoridades foram corridas do palanque pelos trabalhadores", bem com as greves metalúrgicas de Osasco, em São Paulo, e de Contagem, em Minas Gerais, e a paralisação dos canavieiros de Pernambuco[36], já em 1968. Para Antônio Losada, "o movimento sindical procurou resistir para garantir os direitos consagrados em lei", centrando-se "em um comando nacional liderado por algumas categorias consideradas estratégicas, do ponto de vista da economia nacional, que se mobilizavam muito e tinham elevado grau de organização, como os ferroviários, os portuários, os estivadores, os metalúrgicos e os bancários".[37]

Perdidas as direções sindicais, especialmente após o AI-5, restou a militância de base no local de trabalho ou no interior das organizações clandestinas, inclusive em algumas que foram para a resistência armada e contaram com variada participação dos trabalhadores, o que aliás desmente outra tese, a de que estas organizações tinham apenas militância juvenil e estudantil.[38]

---

[34] CARRION, *op. cit.*, 2009, p. 55-56.

[35] Ver: LOSADA, Antônio. Losada, não olhe para trás. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: História e Memória. Vol. 2. Repressão e resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 98-99.

[36] CARRION, *op. cit.,* 2009, p. 60.

[37] LOSADA, *op. cit.*, 2009, p. 98.

[38] Para uma visão que demonstra a participação da classe operária, indica a pesquisa orientada por mim: CARVALHO, Yuri Rosa de. *"Se dez vidas tivesse, dez vidas daria"*: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em

Dali em diante, mesmo que muitas e infinitas pesquisas ainda sejam necessárias, a resistência dos movimentos sociais e políticos foi intensa, cotidiana e diuturna, como procurei sintetizar em meu artigo "A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira", cujo processo é desnecessário repetir aqui, mas sobre o qual convido o leitor para conhecê-lo, especialmente para que se torne convicção de que estes movimentos foram os protagonistas essenciais da derrota da Ditadura. Desta forma, a "transição pelo alto" continuará a ser redimensionada, recolocando os trabalhadores, seus movimentos e suas organizações no centro da luta política de classes.

Por fim, no que tange a repressão, o leitor poderá ampliar o entendimento sobre a mesma, através da investigação sobre os arquivos da repressão, seja do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) do Arquivo Nacional, seja nos arquivos da Ditadura no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, como bem demonstrou Letícia Wickert Fernandes, no artigo "Arquivos repressivos da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no fundo do SNI pelo SIAN", sobretudo a partir, mesmo que ainda de forma limitada, "da abertura dos arquivos repressivos da ditadura, especialmente a partir da regulamentação da Lei de Acesso à Informação de 2012, da instituição da Comissão Nacional da Verdade e da articulação de instituições, pessoas e entidades", publicizando "o conhecimento acerca deste período da história recente da República Brasileira" e comprovando "as práticas repressivas e de violação de direitos humanos"[39], ocorridas entre 1964 e 1985.

História) – Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, UFSM, 2014.

[39] Cf. *Sillogés,* Porto Alegre, v. 4., n. 2. GT Acervos da ANPUH/RS, p. 531, jul./dez. 2021. Sobre os arquivos da repressão, igualmente recomendo: NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In. AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS; Marco Aurélio Vannuchi Leme de; SWENSSON Jr., Walter Cruz (orgs.). No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001; PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009; BAUER, Carolina; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009; ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUZA, Terreza E. de. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012; LOPES, Janaina Vedoin; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e a Lei de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. *Revista AEDOS*, n. 13, v. 5, p. 6-23, ago./dez. 2013; JOFFILY, Mariana. A "verdade" sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões*, v. 32, p. 2-28, 2014; KONRAD, Diorge Alceno. Os arquivos da Ditadura sendo abertos pelo Cihnema em Araguaya, a conspiração do silêncio. In. KONRAD, Diorge Alceno; FERREIRA, Alexandre Maccari; KOFF, Rogério Ferrer (orgs.). *Uma história a cada filme* - Ciclos de Cinema Histórico - Vol. 4. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014; FERNANDES, Ananda Simões. A história do tempo presente e os usos dos arquivos repressivos da Ditadura Civil-Militar Brasileira no avanço da democracia. In. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos de história política*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Além disso, indico os dois volumes completos das seguintes edições publicadas pelo Arquivo Nacional: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Dossiê Arquivos do Regime Militar, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, jul/dez 2008;

Esta mais que necessária abertura dos arquivos representa um avanço extraordinário, sobretudo em tempos sombrios de defesa da Ditadura e de uma leitura negacionista sobre a clandestinidade, o exílio, as prisões, a tortura e as mortes, dentro de uma história inconclusa que, como alertou Caroline Bauer, traduzem uma "irresoluta 'batalha'" sobre o passado recente. Especialmente quando "permanecem os casos de mortes e de desaparecimentos políticos"[40], mas também para que continuemos a evocar "para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça", bradando "Ditadura Nunca Mais!".

Dedicado ao imprescindível Enrique Serra Padrós.

Santa Maria - RS, inverno de 2022.

Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Dossiê Acesso à Informação e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 24, n. 1, jan/jun 2011.

[40] Ver: BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2017, p. 235.

USOS E ABUSOS DO ATESTADO IDEOLÓGICO NO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Eduardo da Silva Pereira[1]

Introdução

A cidadania e o papel dos trabalhadores na construção do Brasil – seja enquanto país ou enquanto sentimento nacional – sempre foi um debate muito complexo. Essa questão, que remonta ao período imperial, e que pode, quem sabe, até ser encontrada no período colonial, foi uma pauta permanente do meio político brasileiro, sobretudo porque a importância desse debate residia no dilema governantes/governados. Na Primeira República, por exemplo, a questão social e da cidadania era compreendida, muitas vezes, como uma questão de polícia. Inúmeros protestos e organizações civis (como os sindicatos) recebiam como resposta das autoridades para suas reivindicações, na maioria das vezes, uma intensa repressão policial (PEREIRA, 2019). Exemplificando, na década de 1920 é criada a primeira organização de polícia política no Brasil, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo (PEREIRA, 2019).

Compreender a questão social exclusivamente como caso de polícia, no entanto, possibilitava uma maior autonomia dessas organizações sociais em relação ao Estado. No entanto, as transformações da década seguinte, provocadas pela institucionalização do Movimento de 1930, foram um divisor de águas nessa relação. O projeto desenvolvimentista do Primeiro Governo Vargas era baseado na rápida industrialização do Brasil, o que, por outro lado, colocava os trabalhadores como "peças" centrais na condução desses objetivos. Diante da maior importância atribuída a esses agentes no período, a questão da cidadania passava a relacionar-se com a questão do trabalho. Portanto, o verdadeiro cidadão brasileiro, nesse ínterim, era o trabalhador. Mas esse trabalhador precisava estar alinhado às pretensões do Estado.

Esse alinhamento se dava de diferentes maneiras, como, por exemplo, a formação de um pacto social entre Governo e trabalhadores, que orbitava a legislação trabalhista, e a concessão de inúmeros direitos ao operariado brasileiro. Por outro lado, a estrutura de organizações sociais independentes e não alinhadas ao Estado brasileiro – como os sindicatos anarquistas, socialistas e comunistas – não havia desaparecido. E para o estabelecimento dessa pretendida coesão entre Estado e classe trabalhadora seria necessária a utilização de outros meios além do convencimento dos trabalhadores. Era preciso buscar o controle dessas organizações populares. A questão do sindicato único ou ministerial, por exemplo, marcou a estrutura dos movimentos de trabalhadores do período.

---

[1] Licenciado em História pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Mestre e Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e bolsista CAPES de produtividade.

No entanto, para além do estabelecimento de uma estrutura sindical vinculada ao Estado e ao Ministério do Trabalho, era necessário encontrar outras formas de coibir eventuais desvios dessa coesão. Aproveitando a estrutura já existente da Polícia Política de São Paulo (o DEOPS) o governo Vargas criou uma estrutura de repressão aos sindicatos que não se alinhavam ao seu projeto de Estado. Mas, diferente do que se observou na Primeira República, onde a questão sindical era entendida como caso de polícia, esse novo contexto da realidade política e social brasileira compreendia a união de esforços como sendo a base para a implantação de seu projeto de desenvolvimento: era preciso firmar vínculos com os trabalhadores valendo-se da concessão de direitos, aproximar os sindicatos do Estado por meio do Ministério do Trabalho, e reprimir as organizações dissidentes.

A repressão a esses grupos, no entanto, muitas vezes estava centrada na linha tênue que dividia a burocracia da violência de Estado. O atestado de ideologia foi criado nesse período, e pode ser entendido como essa "linha tênue". Utilizando-se da estrutura do DEOPS – e multiplicando esse órgão em outros estados do Brasil –, o atestado de ideologia passava a ser um pré-requisito para as eleições sindicais e para o ingresso no serviço público. Esse instrumento de controle perdurou da década de 1930 até 1952, quanto foi extinto. No entanto, sua utilização foi retomada após o golpe de 1964. O atestado de ideologia consistia em um documento simples, de caráter comprobatório, mas complexo diante dos inúmeros significados que despertava e que a ele eram atribuídos. Era responsável por atestar a suposta idoneidade política e ideológica do solicitante. Indivíduos fichados por órgãos como o DEOPS, nas categorias de criminoso ou preso político, passavam por diversas restrições em suas vidas, porque, ao não conseguirem o atestado comprovando sua "inocência política", essas pessoas ficavam à margem, muitas vezes passando por longos períodos sem conseguir trabalho.

E pensando que a cidadania estava atrelada ao trabalho – e assim permaneceu por longo tempo –, os indivíduos que tinham esse documento negado passavam para uma categoria de não-cidadãos. Os usos desse documento, como dito anteriormente, não ficaram restritos às décadas de 1930, 1940 e 1950. Apesar de sua extinção em 1952, os atestados de ideologia foram uma prática recorrente depois do golpe de 1964, e eram utilizados em todo o território brasileiro. No Rio Grande do Sul, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) era o responsável pela emissão desse documento, no entanto, as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), como "braços operacionais" do DOPS, tinham papel importante na solicitação desse tipo de comprovante.

No arquivo das SOPS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, por exemplo, a subsérie número 7 da série número 1 é composta de centenas desses pedidos. Outras séries e subséries também contêm documentos importantes sobre essa prática, demonstrando como os atestados

de ideologia eram utilizados, de que forma aconteciam essas solicitações e como era a relação dos solicitantes com o aparato repressivo sul-rio-grandense. O objetivo desse artigo é, portanto, discutir os usos desse documento entre os anos de 1964 e 1979 no Rio Grande do Sul, e demonstrar uma das muitas possibilidades de pesquisa do acervo das Seções de Ordem Política e Social.

O atestado de ideologia e os primeiros anos da ditadura no Rio Grande do Sul

Para entendermos o uso do atestado de ideologia no Rio Grande do Sul é preciso, primeiro, compreender a relação dos militares que assumiram o poder após o golpe de Estado de 1964 com esse documento. Em primeiro lugar, é preciso compreender que muitos dos que articularam o golpe fizeram parte de cúpulas governistas em gestões anteriores e, portanto, conviveram politicamente com a utilização dos atestados de ideologia. Tendo em vista essa relação prévia, o atestado ideológico aparecia, deste modo, como uma possível solução para um problema diagnosticado pelos golpistas antes mesmo do putsch de 1964: a suposta "infiltração comunista" nos postos de trabalho.[2] A tese dos articuladores da ditadura civil-militar era a de que pessoas consideradas "subversivas" tinham grande facilidade em se articular politicamente no interior de estruturas como os sindicatos, o serviço público, o meio estudantil, educacional e entre os trabalhadores das empresas públicas e privadas.

Diante dessa suposta "infiltração", uma série de leis, decretos e atos institucionais foram baixados depois do golpe de 1964, com o intuito de, em linhas gerais, afastar, cassar, prender e neutralizar a atuação de opositores nos mais diversos setores da sociedade. Um exemplo dessas leis utilizadas no período foi a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ocorrida no ano de 1967, que fora pensada ainda em 1964 num esforço conjunto entre o Ministério da Justiça e o Serviço Nacional de Informações.[3] Entre as muitas mudanças feitas na CLT, a principal era a exigência de um atestado de ideologia como pré-requisito para a inscrição de chapas e de candidatos nas eleições sindicais.[4]

Portanto, o atestado de ideologia foi um instrumento de controle político e social implantado gradativamente a partir dos primeiros anos da ditadura civil-militar, e desde o começo foi pensado como um mecanismo que atingisse uma ampla camada da população, tendo em vista que a "infiltração subversiva" acontecia em diversos setores da sociedade.[5] No caso do Rio Gran-

[2] Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, Estado Maior das Forças Armadas (1960) 5.2 – Linhas de ação adotadas pelo PCB. Referência: BR_DFANBSB_2M_0_0_0062_v_01_d0001de0001.

[3] Arquivo Nacional, Memórias Reveladas Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Diretor da Seção de Segurança Nacional para o Chefe do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (07/05/1964). BR_DFANBSB_N8_0_AGR_LGS_0304_d0001de0001.

[4] Ibidem.

[5] Arquivo Nacional, Memórias Reveladas Estado Maior das Forças Armadas (1960) 5.2 – Linhas de ação adotadas pelo PCB. Referência: BR_DFANBSB_2M_0_0_0062_v_01_d0001de0001.

de do Sul, a utilização desse documento nos primeiros anos após o golpe de 1964 é bastante nebulosa. São muitos os indícios que dão conta de que, de fato, ele foi utilizado no período. No entanto, com a suposta "queima" ou "eliminação" dos documentos do DOPS na década de 1980, muito se perdeu sobre essa prática nesse intervalo de tempo (aproximadamente entre 1964 a 1969).

No entanto, o DOPS sul-rio-grandense já dispunha de uma quantidade significativa de informações sobre diferentes indivíduos e grupos/movimentos sociais antes mesmo de 1964.[6] Além disso, é significativo o aumento de informações obtidas depois do golpe, sobretudo porque, daquele momento em diante, qualquer coisa podia ser caso de polícia. Um exemplo disso é o caso de uma professora estadual que, em setembro de 1964, distribuiu entre seus colegas de trabalho folhas de um bloco de anotações que eram timbrados com o símbolo da foice e do martelo, e acabou atraindo os olhares do DOPS ao ser delatada por outro professor.[7] Esse tipo de informação figurava nas fichas individuais do DOPS, e essas fichas, por sua vez, eram a fonte de consulta para a emissão dos atestados ideológicos. Ter o nome constando entre as inúmeras fichas da polícia política era motivo suficiente para ter o atestado ideológico indeferido.

Apesar da quantidade escassa de documentação sobre a prática do atestado ideológico entre 1964 a 1969 no Rio Grande do Sul, algumas fichas nos dão certa ideia de como esse processo funcionava. Em 1967, por exemplo, um agricultor se dirigiu ao DOPS de Porto Alegre solicitando o atestado ideológico para "fins legais de trabalho".[8] Ou seja, o documento demonstra que já em 1967 – e possivelmente antes disso – o atestado ideológico era exigência legal para ingressar no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul. Além disso, em outro trecho da anotação, podemos compreender as dificuldades encontradas para a obtenção desse documento no período. De acordo com o registro, o solicitante, dias antes de entrar em contato com o DOPS, foi até a Delegacia Regional de sua cidade, Passo Fundo, para solicitar esse mesmo documento, mas as autoridades locais o informaram que não sabiam como solicitar esse tipo de atestado, e que ele deveria ir até a capital fazer o requerimento.[9]

Os dois casos citados nessa seção demonstram que, por um lado, existia uma estrutura de coleta e processamento de informações, montada desde 1964, que vigiava cidadãos sul-rio-grandenses constantemente. Por outro lado, existia um afastamento das regiões interioranas e fronteiriças do estado em relação à estrutura de controle da polícia política (DOPS). Além desse afastamento, o desconhecimento e a falta de padronização dos procedimentos corretos eram

[6] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

[7] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). DOPS- 1.0532.1.

[8] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). DOPS- 1.0808.1.

[9] Ibidem.

um desafio tanto para a emissão e a solicitação dos atestados ideológicos quanto para a própria coleta de informações, porque a falta de conexão entre as regiões do estado dificultava a difusão dos dados obtidos, tanto pela polícia da capital quanto pelas polícias do interior.

O atestado de ideologia no Rio Grande do Sul e o aparato repressivo sul-rio-grandense depois do AI-5

Com a publicação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) em dezembro de 1968, e por consequência da intensificação da repressão política no país, a desconexão ou frágil ligação entre o DOPS da capital e as delegacias do interior do estado seriam aos poucos modificadas. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o AI-5 foi o resultado do acirramento das relações conflituosas entre Estado e elites econômicas, de um lado, e oposição e classe trabalhadora, de outro. Portanto, além de afetar políticos e ativistas relevantes do espectro contrário ao da ditadura civil-militar no período, o AI-5 também atingiu profundamente as classes trabalhadoras, sobretudo os profissionais e associações de classe considerados "subversivos" pelo aparato repressivo. Em 1969, poucos meses após a decretação do AI-5, o Serviço Nacional de Informações (SNI) definia em um relatório interno que:

> A mobilização desenvolvida dentro da organização sindical vigente, ou seja, dentro de um esquema legal, visa obter a unidade de ação na categoria e a conduzir o operariado contra o patrão e contra o Governo promovendo o acirramento da luta de classes. O movimento sindical do proletariado é fator ainda de mobilização, aglutinação e impulsionamento das demais forças progressistas.[10]

Diante do contexto de acirramento das relações entre Estado e classe trabalhadora, a leitura do SNI era a de que cabia "ao poder público evitar que a ação subversiva lev[asse] o Governo a modificar seus planos e suas políticas básicas, ao mesmo tempo tomar as medidas necessárias para desencorajar e reprimir as atividades ilegais e políticas."[11] O contexto no qual se concebia o AI-5 era, portanto, o de conflito entre a classe trabalhadora e o Estado. Para reverter essa situação, o Ato Institucional criava mecanismos de repressão que necessitavam de uma intensificação e aperfeiçoamento do aparato repressivo. No caso do Rio Grande do Sul, o AI-5 passou a ser importante na rotina do DOPS e das Delegacias Regionais de Polícia (DRP's). Um exemplo disso é que, poucos dias depois de ele ser sancionado, o Departamento de Ordem Política e Social já difundia a todas as Regionais uma transcrição do Ato Institucional Número 5[12] e, em 5 de fevereiro de 1969, outro documento era difundido orientando as Delegacias de Polícia para a aplicação do

[10] Arquivo Nacional, Memórias Reveladas. Serviço Nacional de Informações Anexo X Documentos Relativos à Area Trabalhista (1969). Referência: BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0912_d0001de0001.

[11] Ibidem

[12] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS). SOPS/LV- 4.-.5765.52.18.

referido Ato de acordo com os interesses da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS).[13]

De acordo com a correspondência, o secretário de Segurança Pública difundia o documento com a finalidade de orientar a aplicação do AI-5 no Rio Grande do Sul, e estabelecia, entre outras medidas, ações "preventivas para a manutenção da ordem pública".[14] Diante das novas orientações e da intensificação do uso da repressão, o Governo do Estado teve de reorganizar a estrutura da Polícia Civil. Por meio do Decreto nº 19.998, de 1º de dezembro de 1969, se estabelecia a "Estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul". Esse Decreto foi responsável pela formulação das Seções de Ordem Política e Social, e determinava que cada SOPS deveria ter como sede uma Delegacia Regional de Polícia. Eram, ao todo, 24 seções que, assim como as DRP's, articulavam as jurisdicionadas. No entanto, a atuação das SOPS diferia das Regionais, sobretudo porque a atuação das Seções de Ordem Política e Social se assemelhava a do DOPS, ou seja, sua finalidade era a de estabelecer o controle da ordem política e social.

Além disso, esse Decreto estabelecia que as SOPS deveriam ter um arquivo próprio que seria utilizado para alimentar as informações nas fichas individuais e nos inquéritos abertos pelo DOPS. A comunicação entre o interior do estado e o DOPS também foi modificada com esse Decreto. As SOPS tinham seu próprio livro de protocolo e trocavam correspondências, com o mais variado grau de confidencialidade, com o DOPS da capital. No entanto, as mudanças na comunicação com a polícia política da capital foi além. Se entre 1964 a 1968 o atestado ideológico tinha uma utilização irregular no interior do estado, a partir de 1969, com a criação das SOPS, estas Seções puderam articular em torno de si a solicitação dos atestados ideológicos, valendo-se da correspondência com o DOPS. Nos livros de protocolo das Seções de Ordem Política e Social é possível perceber um rápido aumento no volume dessas solicitações, chegando a centenas de requerimentos na década de 1970.[15]

Com o aumento das solicitações no interior e nas zonas de fronteira do Rio Grande do Sul, também aumentou o número de pessoas afetadas pessoal ou profissionalmente pelo indeferimento desse documento que tinham de recorrer aos mais diversos subterfúgios para conseguir emprego ou direitos básicos mesmo previstos em lei, como a licença para dirigir e até mesmo o porte de arma. Aos poucos, o atestado ideológico se tornava um balizador das relações entre a população e o aparato repressivo. Em primeiro lugar, para a sua obtenção era exigido que o

[13] Ibidem.

[14] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS). SOPS/LV- 4.-.5765.52.18.

[15] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS).

solicitante entrasse em contato com as SOPS, indo até o local e mantendo seus dados – e as informações individuais coletadas pela repressão – atualizados. Em segundo lugar, as implicações na vida pessoal e profissional de alguém atingido pelo indeferimento desse documento eram incalculáveis, e muitas vezes os indivíduos prejudicados não eram "subversivos". Um exemplo disso é o caso de Paulo Ardenghi, político arenista de Palmeira das Missões que tinha problemas pessoais com o delegado da Região e que era constantemente vigiado pela polícia e pela SOPS.[16] Por conta disso, ao solicitar o atestado de ideologia teve o documento indeferido.[17] Somente conseguiu o deferimento após utilizar sua rede de relações pessoais e, valendo-se da influência de um político com maior projeção, obteve o documento.[18]

Apesar de ser apenas um exemplo, o caso de Paulo Ardenghi demonstra como atuava a repressão política no período com o uso do atestado ideológico, e como havia sido ampliada a utilização desse mecanismo no estado. O exemplo é o de apenas um indivíduo, no entanto, vários são os casos semelhantes a esse que se repetem no acervo das Seções de Ordem Política e Social do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A utilização do atestado ideológico atingiu principalmente opositores da ditadura civil-militar, no entanto, o caso de Paulo Ardenghi, um arenista, demonstra o quão intenso era o momento, ao ponto de seu indeferimento ser utilizado por motivações pessoais.

O conturbado fim do atestado ideológico

O auge da utilização do atestado ideológico foi entre os anos de 1969 a 1974. Nesse período, esse documento sofreu muitas mudanças. Na documentação das SOPS, por exemplo, é possível observar na subsérie número 4 – Controle de Movimentos Sociais – pertencente à Série nº 1, que versa sobre a Coleta e o Processamento de Informações , que, em distintas Regiões Policiais, o DOPS mantinha as jurisdicionadas constantemente atualizadas de como solicitar, como proceder diante de determinados problemas na emissão do documento, e orientava até mesmo o quanto as Seções deveriam demorar para solicitar os atestados ao DOPS ou mesmo para entregá-los, em cada caso.[19] Para alguns requerimentos, até mesmo a demora na concessão desse documento era planejada pelo aparato repressivo.

No entanto, com a eleição de Ernesto Geisel para a presidência da República, e com a relativa abertura política e, consequentemente, a intensificação da atuação dos movimentos sociais, o atesta-

[16]ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). DOPS- 1.0229.1.

[17] Ibidem.

[18] Ibidem.

[19] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS).

do de ideologia passou a sofrer críticas constantes na mídia e nos meios políticos. Esse documento se tornava incompatível com um país que pretendia se mostrar mais tolerante em tempos de distensão. E isso era entendido tanto pelo governo quanto pela oposição. A partir de 1975, com o crescimento da pressão de grupos de oposição organizados em prol do restabelecimento dos direitos civis, e com os debates em torno da anistia política, o atestado de ideologia foi perdendo espaço, e em muitas regiões onde o partido da oposição – Movimento Democrático Brasileiro – era situação, esse documento acabava ganhando leis específicas que previam a sua extinção e a proibição de sua exigência.[20]

Essas mudanças que eram sentidas em diversas instâncias da vida política nacional reverberaram no aparato repressivo. No Rio Grande do Sul, a abolição parcial do atestado ideológico aconteceria no ano de 1978. Em uma Informação Circular de 26 de dezembro daquele ano, o Departamento de Ordem Política e Social informou a todas as Seções de Ordem Política e Social e demais órgãos ligados à hierarquia da polícia civil que "conforme já divulgado anteriormente, este Departamento não fornece mais atestados de ideologia político-sociais",[21] mas afirmando, no entanto, "que existem casos em que nomes são verificados nos arquivos",[22] ou seja, o atestado ideológico ainda estava vigente para alguns casos como, por exemplo, para obter o porte de arma e a carta Blaster, para emprego de vigilante particular, e entre os órgãos de informação.[23] A Informação Circular ainda solicitava que:

> [...] 2. Conforme ordem do Sr. Secretário de Segurança a fim de que o fato não seja explorado politicamente, pede-se o máximo sigilo quanto a essa medida de caráter administrativo. 3. Toda vez que houver solicitação de atestado deve-se informar verbalmente ao requerente que para o seu caso específico (pedido de emprego, carteira de motorista, etc.) não há mais necessidade de atestado de ideologia política.[24]

No entanto, a extinção do atestado de ideologia é um tema complexo de ser discutido. Em primeiro lugar porque, conforme a documentação das SOPS, existiam casos específicos em que o atestado de ideologia ainda era utilizado, e esses registros prosseguem até o ano de 1981.[25] Em segundo lugar, porque mesmo com o desuso do atestado ideológico pelo DOPS sul-rio-grandense a estrutura de informações prosseguia, e os órgãos da repressão mantinham muitos contatos com empresas públicas e privadas, e provavelmente, mesmo sem poder emitir o atestado ideológico, essas relações acabavam interferindo na vida profissional de muitas pessoas. Além

[20] O PIONEIRO, 8 de maio de 1976. *Estatuto dos Funcionários Públicos do Município*, p. 34-39. Biblioteca Nacional Digital: Hemeroteca Digital Brasileira.

[21] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS). SOPS/LV 4.-.5864.53.18.

[22] Ibidem.

[23] Ibidem.

[24] Ibidem.

[25] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Seções de Ordem Política e Social (SOPS).

disso, a extinção desse documento não apagou prejuízos profissionais, financeiros, pessoais e até mesmo familiares dos que foram prejudicados pelo indeferimento do atestado ideológico ou de instrumentos de controle similares utilizados pela repressão.

Considerações Finais

Neste texto, buscamos discutir brevemente os usos do atestado ideológico no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar. Mas, para além desse debate, também objetivamos mostrar parte dos potenciais de pesquisa do acervo das Seções de Ordem Política e Social, e de que forma os documentos do Fundo se conectam com outros acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e de outras instituições. Para discutir esse tema, por exemplo, utilizamos documentos das SOPS, do DOPS, de jornais e oriundos do Arquivo Nacional. Com isso, foi possível não só discutir o atestado de ideologia, mas mostrar a conexão entre acontecimentos em diferentes níveis da sociedade e de que forma os acervos podem contribuir com esses debates.

Sem dúvida, a documentação das Seções de Ordem Política e Social é um motor potencial de pesquisas futuras, e deve ser analisada por cada vez mais pesquisadores interessados pelo período da ditadura civil-militar. Longe de tentar ser um texto definitivo sobre essas fontes, este artigo buscou construir mais um degrau na escada dos debates sobre o período e seus respectivos acervos. E mais do que a importância historiográfica, os documentos das Seções de Ordem Política e Social são aliados do compromisso dos historiadores das ditaduras com a democracia e a cidadania. Em tempos de eleições, de ameaças ao sistema eleitoral e às urnas, de negacionismos e de ataques à tão preciosa democracia brasileira, esses acervos são essenciais para traçarmos olhares para o passado, que está em constante mudança, para o futuro que, muitas vezes, parece incerto, e para o presente, que nunca está parado. Portanto, esperamos que este texto e os documentos aqui utilizados possam ser lidos, analisados e conhecidos por cada vez mais historiadores e pesquisadores compromissados com a ciência, a memória, a democracia, a verdade e a justiça.

Referências bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 –3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CORRÊA, Larissa Rosa. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo.

Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/te xto04.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

GIANNOTTI, Vito. Cem anos de lutas da classe operária no Brasil (1880-1980). Informar Cultura & Educação Popular, 2010. DOI: https://doi.org/10.11606/d.48.2015.tde19112015-124522. Disponível em: http://centrovictormeyer.org.br/wpcontent/uploads/2010/04/Cem-anos-de-lutas-da-classe--oper%C3%A1ria-1880-1980-VitoGiannotti.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

GOMES, Angela Maria de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LIEBERKNECHT, Vanessa. No coração das trevas dos pampas: a Seção de Ordem Política e Social (SOPS). Porto legre: [s.n.], 2011. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3772>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva et al. " Nada consta": implantação, usos e abusos do atestado ideológico no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-Militar (1964-1979). 2022.

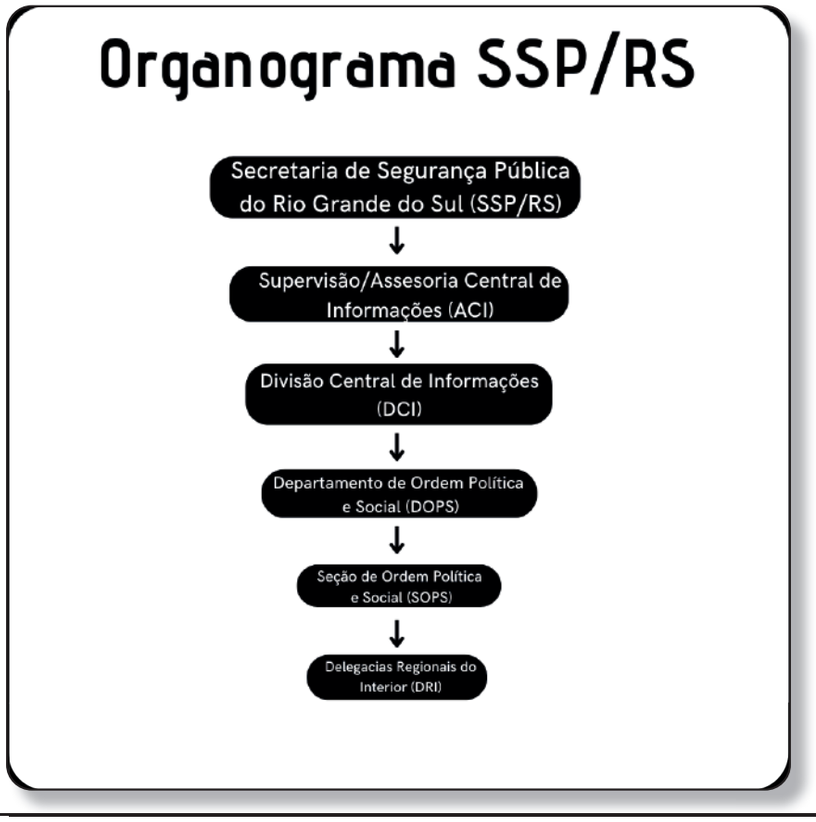
DOCUMENTOS DA POLÍCIA POLÍTICA NO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Ananda Simões Fernandes[1]

A estrutura da polícia política no Rio Grande do Sul

A partir do golpe de Estado de 1964, com a incorporação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura civil-militar brasileira teve como um de seus principais objetivos arranjar e organizar o complexo da informação. Para tanto, reestruturou órgãos já existentes – destacadamente os da polícia política – bem como criou novos organismos, principalmente vinculados às Forças Armadas. A "comunidade de informações", como ficou conhecida no Brasil, foi utilizada principalmente na busca do "inimigo interno", conceito fundamental utilizado pela Doutrina de Segurança Nacional, que apresentava justamente na indefinição desse conceito sua força e eficácia. Todo cidadão poderia ser ou vir a se tornar um "inimigo interno" aos olhos ditatoriais.

Integrados à comunidade de informações encontravam-se os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), pertencentes às Secretarias estaduais de Segurança Pública. Os DOPS



[1] Analista em Assuntos Culturais – Historiadora e Diretora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ananda-fernandes@sedac.rs.gov.br

tinham por função o combate ao crime político, e os mais atuantes eram anteriores ao golpe de Estado de 1964. Enquadraram-se nos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, mas possuíam dificuldades de se articularem nacionalmente, antes da centralização do aparato repressivo.

O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), vinculado à Secretaria de Segurança Pública e localizado em Porto Alegre, foi criado em 1937, com destaque para sua atuação aos crimes praticados contra a "segurança nacional", iniciando-se no Estado Novo e permanecendo nos períodos democráticos. Com a ditadura civil-militar instaurada em 1964, o DOPS reorganizou-se a fim de acompanhar as novas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional.

Até 1969, a repressão política cabia às secretarias de Segurança Pública e aos DOPS de cada estado. O primeiro passo para a coordenação da ação policial foi a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), criada secretamente na cidade de São Paulo, neste mesmo ano, pelo II Exército. Desse modo, os militares e especialmente o Exército assumiam definitivamente o controle do aparato repressivo brasileiro durante a ditadura. A coordenação do comando das operações de defesa interna, iniciada em âmbito estadual com a OBAN, estendeu-se, um ano depois, em nível federal, a partir da estrutura do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

A centralização, sofisticação e complexificação do aparato repressivo ocorreram durante os "anos de chumbo" da ditadura brasileira. A historiadora Mariana Joffily elenca quatro características principais: a militarização, o combate ao crime político, a centralização das operações repressivas e a montagem de um conjunto de instituições de informação e segurança.[2] Os membros das Forças Armadas – destacadamente o Exército – ocuparam os principais cargos vinculados à segurança e à área de informações, preenchendo sempre os cargos de chefia. O próprio controle do Exército manteve-se firmemente nas mãos dos grupos que privilegiavam a Segurança Interna. As forças policiais militarizaram-se também, no momento em que segurança interna e externa fundiram-se, e os militares foram convocados a atuar na segurança pública, papel até então da polícia. A montagem do sistema repressivo funcionou em virtude do combate ao crime político, orientando seus analistas e especialistas para tal fim.

Entretanto, o DOPS/RS, diferentemente das polícias políticas de outros Estados, não perdeu seu papel de poder repressivo com a centralização dos órgãos da comunidade de informações, ocorrida a partir de 1969. Desde 1964, no Rio Grande do Sul, o Secretário de Segurança Pública do Estado deixou de ser um civil, assim como outros cargos vinculados a esta Secretaria começaram a ser ocupados por militares.

[2] JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil:* 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

A criação do DOI-CODI do III Exército, em Porto Alegre, deu-se somente no ano de 1974, justamente porque, diferentemente dos outros Estados, a Secretaria de Segurança Pública, apesar de órgão civil, era bastante militarizada. Vinculada a esta secretaria havia a Divisão Central de Informações (DCI), criada em 1969, responsável pela centralização das ações de combate aos grupos contrários à ditadura. Os chefes da DCI eram delegados de polícia e policiais militares. Cabia a esse órgão a análise das informações coletadas nos interrogatórios pelo DOPS/RS. Isso não impedia, no entanto, que os agentes da DCI participassem dessas ações; vários foram os relatos de presos políticos que narram que o major Átila Rohrsetzer, primeiro chefe da DCI, esteve presente em várias sessões de tortura no DOPS/RS.

> Enquanto em outros estados, ao longo de 1970 e 1971, foram implantados DOI-CODI, em Porto Alegre, a DCI continuou responsável pelas ações de combate a grupos de militantes, atuando em uma rede de colaboração que envolvia o III Exército, os secretários de Segurança, o diretor da DCI e o diretor do DOPS-RS. Toda informação ou acontecimento relevante chegava, imediatamente, ao conhecimento do III Exército. No Setor de Operações, o delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava em consonância com as diretrizes do III Exército. Somente em 1974 a estrutura da DCI foi substituída pelo DOI-CODI do III Exército, este tendo como comandante o tenente-coronel da artilharia João Oswaldo Leivas Job.[3]

Competia à DCI a expedição dos pedidos de busca, bem como a centralização das respostas dos mesmos. Com base nesses informes, os analistas processavam a informação e elaboravam os planos de ação, que eram novamente expedidos, usualmente para o DOPS e demais órgãos de informação e segurança. Assim, a DCI realizava a análise das informações, enquanto o DOPS/RS fazia o chamado "trabalho sujo", que consistia em sequestros, prisões, interrogatórios – leia-se tortura. As ações da polícia política enquadravam-se numa estratégia de implementação do terror baseada na lógica da suspeição, delação, infiltração, colaboração e violações graves aos direitos humanos. Suas técnicas foram muito mais inquisitoriais que policiais.

Em janeiro de 1966, a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul passou por sua primeira reestruturação após o golpe de Estado. Nessa nova reformulação, pelo Decreto Nº. 17.772, o DOPS tinha por finalidade "dirigir, orientar e executar, em todo o Estado os serviços policiais atinentes à ordem política e social, à ordem econômica, ao controle de estrangeiros e à coleta e processamento de informações de interesse da segurança pública".[4] Compreendia: Secretaria; Divisão de Segurança Política e Social; Divisão de Informações e Registros; Delegacia de Estrangeiros e Passaportes; Delegacia de Economia Popular.

---

[3] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Parte 2, p. 156.

[4] RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 17.772, de 21 de janeiro de 1966. *Estabelece a estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, fixa a respectiva lotação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções gratificadas e dá outras providências.*

Poucos são os documentos oriundos do DOPS/RS que permaneceram, pois praticamente todos foram queimados em ato público por iniciativa do então governador Amaral de Souza, quando da extinção do órgão. No dia 27 de maio de 1982, quatro caminhões levaram aproximadamente dez toneladas de documentos do DOPS/RS para uma olaria da Brigada Militar em Gravataí (município da Grande Porto Alegre), onde demoraram mais de oito horas para serem queimados.[5]

Entretanto, há a possibilidade de se reconstituir, em parte, a lógica do funcionamento do sistema repressivo do Rio Grande do Sul, pois a polícia política se estendia para o interior do Estado por meio das chamadas Seções de Ordem Política e Social (SOPS). Estas funcionavam como filiais do DOPS divididas nas regiões do interior, que recebiam e expediam informações diárias a este departamento. O Rio Grande do Sul estava dividido em 24 regiões policiais, sendo que em cada delegacia-sede havia uma sala destinada à SOPS. [6]

O DOPS remetia ordens e instruções às SOPS do Rio Grande do Sul, recebendo, em contrapartida, informes e informações. Estas seções deveriam comunicar-se diariamente com o DOPS. Por meio dos documentos produzidos pelo DOPS/RS e expedidos para as SOPS, junto com as suas respectivas contestações, pode-se chegar a padrões de produção, coleta, organização e difusão da informação. Essa documentação oriunda das Seções de Ordem e Política Social reveste-se de imensa importância para os pesquisadores e para a sociedade brasileira, na medida em que o período ditatorial pode ser mapeado e discutido através de ordens de instâncias superiores, bem como de sua recepção e execução no interior do Estado do Rio Grande do Sul e demais Estados e cidades do Brasil e, inclusive, de outros países, destacadamente os do Cone Sul.

Acervo da Luta contra a Ditadura

No contexto das comemorações dos 20 anos da decretação da Lei da Anistia, em 1999, foi criada uma comissão de representantes, escolhidos em vários segmentos organizados que outrora estiveram envolvidos na luta armada e em movimentos de direitos humanos contra

[5] Queima dos arquivos do DOPS. Coojornal, Porto Alegre, jun. 1982, p. 19.

[6] De acordo com o Art.389 do *Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969*, a área do interior do Estado ficava organizada em 24 Regiões Policiais, com uma Delegacia Regional de Polícia em cada uma, nas seguintes localidades: 1ª Região Policial, sede em São Leopoldo; 2ª, Taquara; 3ª, Santa Maria; 4ª, Alegrete; 5ª, Cruz Alta; 6ª, Passo Fundo; 7ª, Rio Grande; 8ª, Caxias do Sul; 9ª, Bagé; 10ª, Santa Rosa; 11ª, Erechim; 12ª, Livramento; 13ª, Santo Ângelo; 14ª, Palmeira das Missões; 15ª, Lagoa Vermelha; 16ª, Santa Cruz do Sul; 17ª, São Jerônimo; 18ª, Pelotas; 19ª, Lajeado; 20ª, Cachoeira do Sul; 21ª, Santiago; 22ª, Três Passos; 23ª, Osório; 24ª, Soledade. RIO GRANDE DO SUL. *Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969*. Estabelece a Estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=-TEXTO&Hid_TodasNormas=39241&hTexto=&Hid_IDNorma=39241>.

a ditadura militar, para assumir a responsabilidade de gerir os documentos produzidos pelos órgãos de repressão do estado do Rio Grande do Sul durante este período. O grupo recebeu a denominação oficial de "Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura". [7] A iniciativa integrava o processo de políticas reparatórias do Estado gaúcho, fortalecendo os trabalhos da Comissão que trabalhou na busca, organização, ordenação e divulgação do acervo que conseguiu reunir. Parte dos documentos públicos que compõem esse acervo foram identificados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1992, a fim de apurar denúncias de espionagem realizada pelos órgãos de segurança pública a movimentos sociais e sindicais (que a CPI concluiu serem verdadeiras).

O Acervo da Luta contra a Ditadura integra o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. É constituído por documentos oriundos do poder público estadual e também de arquivos particulares, principalmente de pessoas ou entidades que se engajaram em movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira, adquiridos em sua maioria por doação.

Em relação aos fundos públicos, são os seguintes:

Fundo Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Subfundo: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – Fichas nominais

Subfundo: Seção de Ordem Política e Social (SOPS) – Alegrete; Cachoeira do Sul; Caxias; Cruz Alta; Erechim; Lagoa Vermelha; Lajeado; Osório; Rio Grande; Santo Ângelo – Coleta e Processamento de Informações; Controle de Armas, Munições e Explosivos; Instruções/Ordens; Repressão aos Crimes contra a Economia Popular e outros Crimes

Subfundo: Instituto de Identificação – Fichas informacionais e datiloscópicas Subfundo: Supervisão Central de Informações

Fundo Secretaria do Interior e Justiça

Subfundo: Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) – Prontuários de presos políticos

Fundo Casa Civil

Subfundo: Comissão de Investigação. Série: Investigação Sumária do Pessoal Civil.

---

[7] RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 39.680, de 24 de agosto de 1999. *Cria Comissão Especial para organizar um acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos direitos humanos cometidas hhzpela ditadura militar instalada em 31 de março de 1964.*

Arquivos repressivos e seus usos

Os chamados *arquivos da repressão* (ou repressivos) são conjuntos documentais produzidos e acumulados em decorrência de atividades de controle, vigilância e punição pela rede do aparato repressivo. Usualmente, compõem-se por documentos que incluem, entre outros, prontuários, dossiês, fichas criminais, relatórios sobre possíveis agentes "subversivos", materiais e objetos pessoais apreendidos em buscas policiais.

Faz-se necessário realizar uma análise apurada dos arquivos da repressão, pois se trata de fontes oficiais da estrutura ditatorial que têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que as produziram. A historiadora Ana Maria Camargo[8] distingue entre os conceitos de autenticidade – o documento de arquivo constitui uma prova do processo que o gerou – e de veracidade – elemento que, independentemente da origem do documento, precisa ser buscado num universo que ultrapasse o seu horizonte.

É importante trazer à tona a reflexão da antropóloga Ludmila da Silva Catela, que expõe quatro elementos centrais referentes à organização, preservação e difusão dos arquivos repressivos.[9] Em primeiro lugar, os documentos que formam os acervos provenientes dos aparatos repressivos servem no presente para uma ação diametralmente oposta da sua origem. Produzidos na lógica da suspeição e da inculpação, são utilizados agora para compensar as vítimas que tiveram seus direitos violados durante esse período de exceção. Em segundo, servem para identificar os responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado, constituindo-se como provas. Em terceiro lugar, esses documentos são fontes para a investigação científica, permitindo à sociedade a escrita da sua história. Por conseguinte, em quarto lugar, geram ações pedagógicas e educativas sobre a intolerância, a tortura, a violação aos direitos humanos, entre outros fatores tão presentes nas ditaduras civil-militares do Cone Sul.

Os arquivos repressivos das ditaduras do Cone Sul constituem-se como demandas da História do Tempo Presente e, como tal, caracterizam-se pela urgência. Nesse sentido, fica a reflexão sobre o papel dos arquivos e do acesso à informação na construção de um modelo efetivamente democrático: "Sem dúvida, os arquivos públicos são representantes da força das democracias no mundo. [...] Tal como a democracia, o mundo dos arquivos é uma construção permanente, o que exige que não se deixe de lembrar que a luta continua."[10] Em tempos onde a ignorância, o medo e o ódio imperam, urge. Não só aos historiadores do Tempo Presente, a todos.

---

[8] CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

[9] SILVA CATELA, Ludmila da. El mundo de los archivos. In: _____; JELÍN, Elisabeth (comps.). *Los archivos de la represión*: documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-221.

[10] KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 101.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de et al (orgs.). A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós 1964. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Parte 2, p. 156.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. Registro, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

FERNANDES, Ananda Simões Fernandes. Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). São Leopoldo/RS: Oikos, 2020.

FERNANDES, Ananda Simões; MAIA, Tatyana de Amaral. Passados dolorosos, Educação Histórica e História Política: os usos dos acervos repressivos do Cone Sul na aprendizagem histórica. In: GALLO, Carlos (org.). Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul. p. 55-77.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 90-101.

LIEBERKNECHT, Vanessa. "Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer": as Seções de Ordem Política e Social (SOPS): 1964-1982. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

SILVA CATELA, Ludmila da. El mundo de los archivos. In: _____; JELÍN, Elisabeth (comps.). Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-221.

ARQUIVOS DA REPRESSÃO: POTENCIALIDADE DOCUMENTAL E DISPUTAS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Erico Derosso Espindola[1]
Paola Robaski Timm[2]

Oh senhor cidadão,
Eu quero saber, eu quero saber
Com quantos quilos de medo,
Com quantos quilos de medo
Se faz uma tradição?[3]

Em seu álbum do ano de 1972, Tom Zé lança a música "Senhor Cidadão". Nesse mesmo ano, o Exército brasileiro inicia as campanhas militares na região do Araguaia contra os militantes do PCdoB, o "milagre econômico" vive os seus últimos dias e Médici inaugura o primeiro trecho concluído da Transamazônica. Período de consolidação do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento brasileiro, período de intensificação da violência em razão da sofisticação do aparato repressivo e de vigilância. Por fim, o artista baiano pergunta: "Com quantos quilos de *medo*; se faz uma tradição?" ...

Sabemos bem como o medo tem uma função pedagógica sobre os corpos e como ele é fundamental para impor a ordem, a disciplina e uma ditadura sobre a democracia. De certa forma, também podemos relacionar a letra da música com a história do continente latino-americano, marcada por uma tradição de militares na política. Quando a ordem, democracia e a tradição ocidental e cristã estavam supostamente ameaçadas pelo "comunismo", as Forças Armadas tomaram o poder em diversos países da América Latina, ao longo do século XX. Assim, em nome da "democracia", os militares brasileiros, com a participação de setores da sociedade civil, saem vitoriosos no Brasil em 1964, após sucessivas tentativas de golpe de Estado fracassadas (tal como ocorreu em 1954, 1956 e 1961).

Durante o processo de implementação do modelo econômico desenvolvimentista e de reformas sociais conservadoras, concomitantemente com a disseminação do terrorismo de Estado

---

[1] Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estagiário do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

[2] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estagiária do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

[3] TOM ZÉ. Senhor Cidadão. In: Tom Zé. São Paulo: Continental, 1972. 1 disco.

pela sociedade, promoveu-se o uso da violência estatal ilegal e a criação de instrumentos legais arbitrários para coibir os movimentos sociais e perseguir os seus opositores políticos. Quando o país entrava no processo de abertura política, com o objetivo de apagar os crimes cometidos durante a ditadura, dez anos após o lançamento de "Senhor Cidadão", foi realizada uma queima pública do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), dois dias após a sua extinção.

Para reparar essa situação foi criado, por meio do Decreto Estadual nº 39.680, de 1999, o Acervo da Luta contra a Ditadura (ALCD), sob a custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). A sua criação se insere num contexto de institucionalização de iniciativas para a promoção de políticas de memória, ao mesmo tempo em que se completavam os vinte anos da promulgação da Lei de Anistia. Assim, formou-se uma Comissão Especial, vinculada ao Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria da Cultura, para constituir um acervo com a documentação existente nos arquivos das Delegacias Regionais de Polícia (DRP's), provenientes das Seções de Ordem e Política Social (SOPS) –, devido à montagem de uma de rede de informações entre o DOPS e as DRP's, e graças a isso hoje podemos encontrar documentos remanescentes à queima de arquivo de 1982. Contudo, a entrega da documentação, sem a imposição de obrigatoriedade às delegacias por parte do governo estadual, acarretou que algumas não enviassem a sua documentação, ou a encaminharam de forma parcial, faltando documentos. Por isso, hoje, das 24 SOPS que existiram no Rio Grande do Sul, consta, no ALCD, somente a documentação de dez delas.

O acervo é composto por documentos permanentes e intermediários: permanentes, pois têm valor patrimonial e histórico e, por conta disso, o Estado é responsável pela preservação documental; intermediários porque ainda possuem uso legal e político às vítimas da ditadura, pois, a fim de comprovar as violências praticadas pelo Estado brasileiro sobre si mesmas e/ou familiares, tais documentos podem ser utilizados nos processos indenizatórios. Nas últimas décadas, arquivos particulares também passaram a fazer parte do ALCD. Pessoas e grupos sociais envolvidos diretamente na luta contra a ditadura viram como uma possibilidade de preservação de seus registros documentais a doação de seus arquivos para o AHRS. Logo, o acervo tem essa característica: reúne arquivos particulares (e.g., Arquivo Particular Omar Ferri) e documentos, como os selecionados para a elaboração deste catálogo, provenientes da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS).

Deste universo de arquivos e políticas de memória, produzimos o catálogo "Movimentos sob Suspeita: documentos da polícia política do Rio Grande do Sul durante a ditadura"; cujo mote foi a seleção de documentos presentes nos arquivos das SOPS sobre os movimentos sociais durante a ditadura. A escolha de catalogá-los vai ao encontro de um posicionamento político em

relação ao passado, bem como está perpassada por uma demanda do tempo presente, em que se opera uma disputa de memória e de narrativas: "Nos últimos anos, o debate sobre a ditadura tomou o espaço público e se converteu em uma questão de poder e política, em parte pela dimensão da repressão e dos efeitos residuais da ditadura, como a impunidade".[4] Testemunhamos, assim, a proliferação e o fortalecimento de discursos negacionistas, principalmente após a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e dos 50 anos do golpe civil-militar brasileiro, no ano de 2014. Os crimes cometidos durante a ditadura não são repudiados nem revisados historicamente, mas defendidos sem pudor, visando uma legitimação dos crimes de lesa humanidade que marcaram o período.

Um dos exemplos da disseminação e tentativa de legitimação de discursos revisionistas é a existência da fotografia de Jair Bolsonaro, na época que era deputado federal, apontando para um cartaz com a frase "Desaparecidos do Araguaia: Quem procura osso é [cachorro]", o qual se encontrava em frente a seu gabinete. Ato que não nega a existência de mortos desaparecidos, e sim, naturaliza a política de desaparecimento forçado, desumanizando a luta dos familiares e militantes de direitos humanos que buscam encontrar os restos mortais de seus entes e amigos assassinados durante a Guerrilha do Araguaia.

Com a posse de seu governo, em 2019, há a institucionalização e a conversão de políticas estatais para impedir o avanço de investigações, tal como a identificação dos corpos de presos políticos enterrados ilegalmente na Vala de Perus, no cemitério Dom Bosco, em São Paulo.[5] Além de legitimar e amplificar essas ações, Bolsonaro relativiza os efeitos da violência e homenageia ditadores e torturadores, utilizando de seu poder político e do aparelho estatal para concretizar seu projeto de governo.

Assim, insere-se nesse contexto a nossa experiência de organizar o catálogo e a sua escrita. Devido ao fortalecimento de grupos negacionistas no cenário político, que se manifestam contra os direitos humanos e fazem apologia ao Estado ditatorial e às práticas promovidas pelo terrorismo de Estado, impõe-se, mais do que nunca, a necessidade de elaboração de políticas de memória junto à sociedade. Publicando o catálogo neste cenário de disputas de narrativas, que tem impactos em nossa democracia e no imaginário da população sobre este período histórico, percebemos a urgência e a relevância do projeto de difusão do AHRS em parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS). Pois nosso objetivo central consistiu na divulgação do acervo, com o intuito de que mais gente conheça a diversidade documental oriunda da

[4] BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, v. 28, n. 57, 2019, p. 45 (tradução nossa).

[5] "Bolsonaro encerra grupos responsáveis por identificar ossadas de vítimas da ditadura". Brasil de Fato, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupos-responsaveis-por-identificar-ossadas-de-vitimas-da-ditadura. Acesso em: ago. 2022.

polícia política no Rio Grande do Sul, bem como almeja-se que as pessoas se sintam instigadas a pesquisar no arquivo e a desenvolver projetos em educação patrimonial.

Portanto, o processo de elaboração do catálogo acaba por ter como propósito trabalhar com diversos movimentos sociais, visando ampliar a dimensão dos envolvidos na resistência contra a ditadura.[6] Em um primeiro momento, tinha-se a visão de que somente a militância político-partidária ou da luta armada compunham a oposição. Assim, foi necessário buscar nos instrumentos de pesquisa a presença de outros sujeitos históricos que, em geral, acabam por serem invisibilizados pela sociedade e pela historiografia do tema: as mulheres na luta pela anistia e contra a carestia; a população negra se organizando politicamente em torno do Movimento Negro Unificado (MNU); os trabalhadores rurais na luta pela terra, entre outros. Mesmo que a quantidade de documentos referentes a alguns destes grupos seja limitada[7] – em comparação aos movimentos estudantil e operário –, a presença destes indivíduos contribui para uma noção ampla dos efeitos causados pela repressão a todas as camadas da sociedade brasileira.

Essa heterogeneidade de movimentos sociais abordada no catálogo possibilita a escuta de outros grupos e pessoas envolvidas na resistência contra a ditadura, reconhecendo-as, também, como suas vítimas. Tendo em vista que a categoria de vítima é construída e está inserida em um processo histórico e social, ela se transformou ao longo do tempo. A partir da criação da CNV e da construção de espaços de escuta na sociedade, novos sujeitos passaram a ser reconhecidos publicamente como tal, ampliando, assim, essa categoria a partir do final da década de 1990 e início do século XXI. Esse processo teve como efeito um alargamento na percepção de órgãos estatais vinculados ao Judiciário, e também de instituições de direitos humanos, em relação às violações categorizadas como graves crimes de lesa humanidade. Indo além da violência direta, como a tortura e a prisão ilegal de presos políticos, passou-se a reconhecer também, na categoria vítimas da ditadura, os povos indígenas e a população campesina, pois muitos deles sofreram em seu cotidiano com práticas terroristas por parte de ações dos militares e civis. Afastados das cidades, estavam em uma situação de maior vulnerabilidade, pois nesses locais a impunidade

[6] Em razão de já existir uma produção acadêmica sobre os movimentos político-partidários extensa e uma profusão de documentos disponíveis sobre as organizações políticas sob vigilância, decidimos privilegiar a documentação referente aos movimentos sociais. Pensamos que ao incluir documentos sobre os partidos políticos e militantes políticos acabaria por invisibilizar – em específico, no catálogo – o protagonismo dos demais movimentos, pois, se compararmos, o número de documentos existentes no arquivo das SOPS é bem pequeno sobre alguns movimentos sociais.

[7] Os poucos documentos encontrados sobre determinados movimentos devem-se a algumas condicionantes: 1. contexto sociopolítico, em que movimentos como, por exemplo o indígena, ainda não era reconhecido dessa forma e não estava organizado como na atualidade; 2. as delegacias regionais de polícia não encaminharam a totalidade da documentação produzida naqueles anos, questão já abordada no texto; 3. em razão dos pontos citados anteriormente, no processo de seleção dos documentos para o projeto, alguns não foram selecionados, por conta da dificuldade em localizá-los.

era praticamente garantida aos criminosos.[8]

Desta maneira, a documentação dos arquivos repressivos tem a potencialidade de transformar essas fontes, produzidas pelos órgãos de informação, para estudar a estrutura e o *modus operandi* do aparato repressivo do Estado. Contudo, deve-se ter precaução: "Longe de guardar a verdade que surgiria de pronto aos usuários no pós-regime de exceção, será necessário desnaturalizar esses arquivos e reconstruir a memória que eles contêm".[9] Faz-se necessário uma análise crítica das fontes, sobretudo, porque "a máquina que produziu suplícios, torturas, sofrimentos, desaparecimentos e mortes é a mesma que produziu esses documentos"[10].

A partir do contato com os arquivos das SOPS/RS, conseguimos perceber as representações do "inimigo interno", a circulação e a produção das informações sobre os movimentos sociais, e inclusive a dimensão do aparato de vigilância sobre pessoas comuns (professores, advogados, jornalistas, estudantes secundaristas, padres, entre outros) que não tinham, necessariamente, uma relação direta com as organizações clandestinas de resistência armada ou de massa.

Nesse sentido, outro aspecto que pode ser apontado é o contexto regional de produção de relatórios e informes políticos, por conta da posição geográfica do Rio Grande do Sul. Durante o golpe civil-militar e ao longo da implementação da Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o estado gaúcho foi um importante espaço tanto para o aparato repressivo como para a oposição, em razão da existência de uma forte cultura política, herança de mobilizações cujas pautas eram a defesa da democracia e a luta pela legalidade, que teve como auge a Campanha da Legalidade ocorrida em 1961, liderada por Leonel Brizola. O Rio Grande do Sul, por ter fronteira terrestre com Argentina e Uruguai, tornou-se uma rota de fuga para os perseguidos políticos, já antes da instauração de governos ditatoriais nesses países. Após a criação da Operação Condor (em 1975), as fronteiras nacionais tornaram-se mais fluidas e as operações militares-policiais, para promover a conexão repressiva e a troca de informações e conhecimento, não respeitaram a soberania nacional de cada país na perseguição dos opositores aos regimes ditatoriais.

Há indícios da conexão entre as ditaduras latino-americanas em vários documentos oriundos da SSP/RS. A troca de informações entre os órgãos dos governos do Cone Sul foi uma prática sistemática, e a vigilância internacional foi uma das armas dos militares contra grupos e

[8] Ver: AYDOS, Valéria. FIGUEIREDO, César Alessandro S. A construção social da vítima na ditadura militar e a sua ressignificação política. *Interseções*, v. 15, n. 2, dez. 2013, p. 392-416. SARTI, Cynthia. A construção de figuras de violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, p. 77-105.

[9] THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, número especial, jan./mar. 2019, p. 9.

[10] *Ibidem*, p. 16.

indivíduos vivendo na clandestinidade. Assim como essa rede existiu por parte dos agentes de repressão, os militantes e indivíduos também se utilizaram da posição geográfica estratégica do Rio Grande para transitar entre os países platinos, formando uma solidariedade sem fronteiras das pessoas diretamente perseguidas com membros da sociedade civil que, às vezes, já faziam parte de alguma associação e acabaram por se solidarizar com a situação da vítima.

Em vista da ausência de políticas de memória concretas para com a sociedade brasileira sobre a ditadura, há uma urgência em torno de projetos de Ensino de História articulados com a Educação Patrimonial. A partir do uso da documentação produzida pelos agentes da repressão e pela sociedade civil, é possível desenvolver aulas interdisciplinares e ações pedagógicas. Por meio da documentação das SOPS, percebemos a responsabilidade ético-política e o dever profissional que historiadores(as) têm ao trabalhar com arquivos sensíveis: por meio deles, podem articular o conhecimento histórico e o acesso às fontes a fim de promover uma cultura escolar e comunidade de aprendizagem, pautadas por uma educação emancipadora, antirracista e em defesa dos direitos.

Conforme Dominique Julia, cultura escolar consiste em um "conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos".[11] As normas e práticas podem variar de acordo com o tempo e as intencionalidades presentes no corpo docente e em suas práticas pedagógicas. Em defesa de uma perspectiva que privilegia os direitos humanos e a educação antirracista, a fim de estudar as violações praticadas pelas Forças Armadas e policiais, que se estendem no período democrático, a documentação das SOPS apresenta diversas potencialidades. Uma delas consiste na subversão da lógica e da intencionalidade dos próprios documentos elaborados pelas forças policiais. Transgredindo a lógica de produção dos mesmos, uma vez serem criados em contexto de vigilância e na perspectiva de uma política de terrorismo de Estado, é possível vê-los como fontes para, justamente, torná-los instrumentos de pesquisa e ensino para desenvolver análises críticas do contexto histórico de sua elaboração e seus usos políticos no tempo presente.

A experiência de trabalhar com a temática da ditadura em sala de aula nos possibilita refletir acerca da violência policial brasileira, que persiste mesmo após o retorno à democracia. À medida que dialogamos com um passado traumático, permitimos que ocorra uma conexão entre os tempos históricos, relacionando essa herança autoritária com estruturas – presentes no aparato jurídico e no *modus operandi* policial e militar, por exemplo – que se mantiveram mesmo após 1985, provocando os(as) alunos(as) a uma reflexão de como esse legado autoritário impacta a sociedade e suas instituições na democracia.

---

[11] JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001, p. 10.

Contudo, existem condições necessárias para realizar esse diálogo com outros públicos, sendo imprescindível a construção de uma comunidade de aprendizagem. bell hooks pensa em como o espaço de sala de aula – podemos aqui estender esse espaço a outros, como o de um museu após a realização de uma visita, ou de um espaço de memória – precisa ser momentos em que as pessoas envolvidas se sintam seguras e acolhidas para falar, compartilhando as suas vivências.[12] Para isso, a prática docente, ou a de um mediador de atividade educativa, deve ser pautada pelo respeito, partindo da premissa de que todos os indivíduos também possuem conhecimentos sobre a realidade, e assim gerando espaços de escuta.

Acreditamos que as ações educativas e o Ensino de História contribuem para romper com a "cultura do medo", disseminada pelo terrorismo de Estado. Devido ao seu sucesso não ocorreu uma ruptura, pelo contrário, ela se prolongou na sociedade brasileira. Segundo Enrique Padrós, a "'cultura do medo' é o resultado da aplicação das medidas que compõem o arsenal coercitivo e repressivo do TDE [Terror de Estado]. Trata-se do cenário do silêncio, da desconfiança, da alienação, da autocensura e de um clima de temor permanente".[13]

O rompimento dos efeitos da "cultura do medo", por meio de ações educativas e espaços de escuta, onde os(as) estudantes ou participantes se sintam parte dessa comunidade de aprendizagem, torna-se um dos caminhos possíveis para o trabalho com os arquivos sensíveis, permitindo, assim, fomentar uma nova consciência e percepção do povo brasileiro em relação ao período ditatorial. Mesmo para as gerações posteriores, que não viveram esse tempo, abre-se a possibilidade de conhecer outras experiências – caso não façam parte de sua realidade ou de sua memória individual – e para refletirem criticamente, dado o crescimento do discurso negacionista contra os direitos humanos produzido pela extrema direita e inserido em um contexto de crise das humanidades, cenário em que a legitimidade do conhecimento científico passou a ser questionada. Essa abordagem se faz ainda mais relevante em espaços escolares e/ou culturais, por conta das disputas de narrativas em torno da memória hegemônica.

Acerca das possibilidades de ações educativas articuladas à educação patrimonial, com a documentação das SOPS selecionada sobre os movimentos sociais, pensamos que podem auxiliar na desnaturalização da ideia de que somente eram "inimigos internos" os membros de organizações clandestinas ou militantes políticos. Assim, a partir do conhecimento desses acervos também como lugar de memória e História[14], as potencialidades são diversas. Algumas aborda-

[12] hooks, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

[13] PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006, p. 18.

[14] FERNANDES, Ananda Simões. MAIA, Tatyana de Amaral. Passados dolorosos, Educação Histórica

gens possíveis são: 1. analisar as representações dos investigados nos pedidos de busca tanto como "terroristas" e "subversivos", como realizar uma análise a partir das categorias de gênero e raça; 2. observar a metodologia de produção das informações que poderiam ser posteriormente utilizadas para fomentar ações policiais de repressão aos movimentos e indivíduos contestadores ao regime, bem como a vigilância dos mesmos; 3. perceber as conexões repressivas entre os órgãos policiais (*e.g.*, delegacias (regionais) de polícia e DOPS) e de inteligência (*e.g.*, DCI, ASI e SNI),[15] trocando e solicitando informações a respeito de mobilizações sociais; 4. reconhecer a articulação entre os movimentos sociais e a criação de uma rede de solidariedade; 5. dimensionar a organização civil contra a ditadura, percebendo a diversidade de sujeitos envolvidos na luta pela redemocratização.

Para promover a educação patrimonial, o papel da mediação acaba por ser central no planejamento de eventos culturais, pois refletir sobre a forma em que ocorrerá o diálogo com o público implica diretamente nas intencionalidades da mesma. Compreendemos que o momento de mediação de uma exposição, como a função de agente cultural, por exemplo, não deve ter o objetivo de ser um guia que transmitirá o seu conhecimento, mas, sim, o de ser um intermediário entre os objetos patrimonializados, o passado, e o público. Assim, a intencionalidade para que ocorra esse diálogo não é espontânea, mas decorrente das intenções e dos objetivos por trás dos projetos.[16] Por isso, a mudança paradigmática de Educação Patrimonial, imbuída em uma perspectiva decolonial, "reconhece que os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela decorrente, muitas vezes invisível ou escamoteada".[17]

Com o processo de mudança da concepção de arquivos históricos, sua democratização e a institucionalização de políticas de difusão cultural, é fundamental a ruptura da perspectiva de um arquivo que privilegie somente a "História Oficial". Concepção que, oriunda da corrente positivista atrelada ao surgimento das "grandes nações", influenciou e forjou os arquivos em um viés de instituições servis aos governantes e à documentação oficial vinculada ao Estado. Priorizando uma história que romantiza esses agentes vinculados ao Estado – homens brancos europeus –, perpetuou-se uma visão que os torna em grandes heróis e os únicos personagens históricos nacionais. Dessa forma, excluiu-se, até recentemente, grupos sociais e personagens

---

e História Pública: os usos dos acervos repressivos do Cone Sul na aprendizagem histórica. In: GALLO, Carlos Artur (org.). Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no Sul da Europa e na América do Sul. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

[15] As siglas acima citadas significam respectivamente: Departamento de Ordem Política e Social, Divisão Central de Informações, Assessorias de Segurança e Informação, Serviço Nacional de Informação.

[16] FERNANDES; MAIA, *op.cit.*, p. 67.

[17] TOLENTINO, Átila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. Sillogés, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018, p. 56.

históricos que não faziam parte dessa oligarquia cultural-política. O AHRS insere-se nesse contexto de acolhimento de documentos vinculados a arquivos particulares, contemplando vários agentes históricos, cujas presenças nos documentos oficiais são nulas ou limitadas. Esses documentos produzidos e protagonizados por esses indivíduos permitem a elaboração de um arquivo mais democrático e diverso.

As possibilidades e os projetos que o fundo de documentação das SOPS propicia tanto para os historiadores/pesquisadores, quanto para o público geral, são um dos exemplos de materiais produzidos por órgãos de informação da ditadura, guardados em instituições públicas. O desenvolvimento do catálogo nos permitiu, como futuros historiadores, uma compreensão material desse aparato burocrático de vigilância da ditadura. Trouxe, também, uma real noção dos contingentes da sociedade que atuaram, organizadamente ou não, em movimentos sociais na luta contra a ditadura civil-militar. Revelando as próprias complexidades dos movimentos sociais, percebe-se que, muitas vezes, a ideia de um movimento homogêneo, completamente unificado com pautas comuns, não se evidencia na prática.

O lançamento do catálogo "Movimentos sociais sob suspeita: documentos da polícia política no Rio Grande do Sul durante a ditadura", elaborado pelo AHRS em parceria com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, é uma iniciativa fundamental para o conhecimento, por parte da sociedade brasileira, de seu acervo. Contudo, esse material por si só não basta. Faz-se necessário que outros profissionais da área de ensino e da cultura elaborem projetos de pesquisa e de educação patrimonial, a fim de denunciar as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro ontem e hoje. E a cada dia que passa, se torna cada vez mais essencial para nossa democracia romper com o esquecimento e o silenciamento sobre esse assunto.

Ditadura nunca mais! Por Memória, Verdade e Justiça.

Referências bibliográficas

AYDOS, Valéria. FIGUEIREDO, César Alessandro S. A construção social da vítima na ditadura militar e a sua ressignificação política. Interseções, v. 15, n. 2, dez. 2013.

BAUER, Caroline Silveira. Arquivo-morto ou arquivos vivos? Os arquivos da repressão das Ditaduras Civil-Militares de Segurança Nacional do Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Corag, 2006.

_____. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. Relaciones Internacionales, v. 28, n.57, 2019.

FERNANDES, Ananda Simões. MAIA, Tatyana de Amaral. Passados dolorosos, Educação Histórica e His-

tória Pública: os usos dos acervos repressivos do Cone Sul na aprendizagem histórica. In: GALLO, Carlos Artur (org.). Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no Sul da Europa e na América do Sul. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.

KONRAD, Diorge. LAMEIRA, Rafael. LIMA, Mateus. Ditadura civil-militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf, UFRGS, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras de violência: a vítima, a testemunha. Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). Perspectivas em Ciência da Informação, v. 24, número especial, jan./mar. 2019.

TOLENTINO, Átila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. Sillogés, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018.

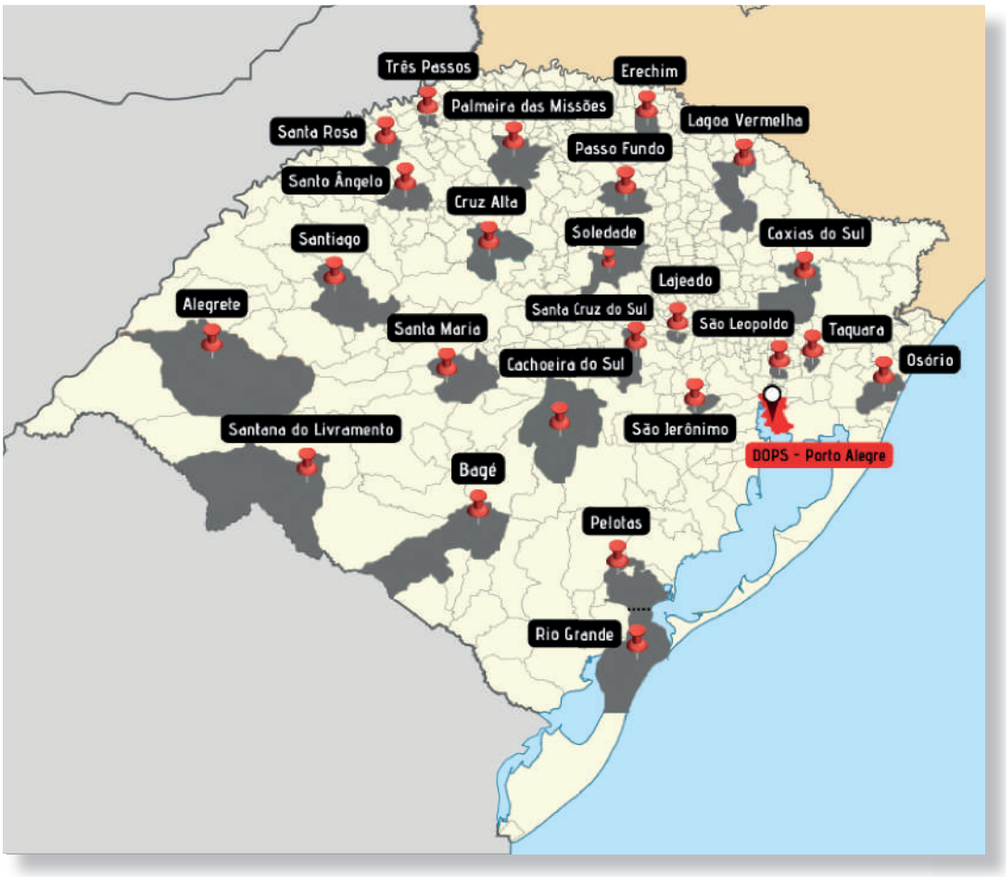
TOM ZÉ. Senhor Cidadão. In: Tom Zé. São Paulo: Continental, 1972. 1 disco.

APRESENTAÇÃO TÉCNICA

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) foi criado pela Lei nº 2.345, de 29 de janeiro de 1954, e é subordinado à Secretaria de Estado da Cultura. Sua função primordial é a guarda e a conservação da documentação histórica de origem pública, sobretudo do Poder Executivo, e privada. Seu acervo é formado por mais de 10 milhões de documentos, configurando um dos maiores conjuntos documentais relativos ao Estado e uma das principais instituições de memória do Rio Grande do Sul. O acesso à documentação é público, gratuito e irrestrito.

O presente catálogo aborda a vigilância e o monitoramento dos movimentos sociais, colocados sob suspeição pelas Seções de Ordem Política e Social (SOPS) do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar brasileira. Quase 15 mil documentos compõem o acervo oriundo das dez SOPS abrigadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Alegrete (A), Cruz Alta (CA), Cachoeira do Sul (CS), Caxias do Sul (CX), Erechim (E), Lajeado (L), Lagoa Vermelha (LV), Osório (O), Rio Grande (RG) e Santo Ângelo (SA).

De acordo com o Artigo 389 do *Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969,* a área do interior do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser organizada em 24 Regiões Policiais, com uma Delegacia Regional de Polícia em cada Região, sendo que em cada Delegacia-sede havia uma sala destinada à SOPS.



Entretanto, conforme já anunciado, das 24 SOPS existentes no interior do Estado, somente documentos de dez Delegacias Regionais foram recolhidos ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Segue a relação das Regiões Policiais com sede da sua respectiva SOPS e os municípios compreendidos. SOPS destacadas estão disponíveis para consulta no AHRS.

REGIÃO	**SEDE (SOPS)**	MUNICÍPIOS
1ª	**São Leopoldo**	Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Dois wIrmãos, Ivoti, Estância Velha, São Sebastião do Caí, Feliz, Montenegro, Salvador do Sul
2ª	**Taquara**	Igrejinha, Três Coroas, Rolante, são Francisco de Paula, Cambará do Sul
3ª	**Santa Maria**	São Pedro do Sul, Julio de Castilhos, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Formigueiro, São Sepé, Mata, Tupanciretã, Agudo, Restinga Seca, Dona Francisca
4ª	**Alegrete**	Quaraí, Uruguaiana
5ª	**Cruz Alta**	Panambi, Santa Bárbara do Sul, Pejuçara, Ibirubá, Selbach
6ª	**Passo Fundo**	Colorado, Não Me Toque, Carazinho, Sarandi, Sertão, Tapejara, Marau, Ciriaco, David Canabarro, Casca, Serafina Corrêa, Guaporé, Rondinha, Ronda Alta, Constantina, Liberato Salzano
7ª	**Rio Grande**	São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Jaguarão
8ª	**Caxias do Sul**	Nova Petrópolis, Gramado, Canela, Carlos Barbosa, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Flores da Cunha, Antônio Prado, São Marcos
9ª	**Bagé**	Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Erval do Sul, Dom Pedrito, São Gabriel
10ª	**Santa Rosa**	Porto Lucena, Campinas das Missões, Cândido de Godói, Santo Cristo, Alecrim, Tuparendi, Tucunduva, Independência, Três de Maio, Boa Vista do Buricá, Horizontina
11ª	**Erechim**	Getúlio Vargas, Gaurama, Viadutos, Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Aratiba, Barão do Cotegipe, Jacutinga, São Valentim, Campinas do Sul, Nonoai, Herval Grande, Itatiba do Sul, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, Machadinho, Mariano Moro
12ª	**Sant'Ana do Livramento**	Rosário do Sul, Cacequi
13ª	**Santo Ângelo**	Augusto Pestana, Catuípe, Chiapeta, Giruá, Guarani das Missões, Caibaté, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Roque Gonzales, São Nicolau, São Paulo das Missões, Porto Xavier, Ijuí, Ajuricaba

14ª	**Palmeira das Missões**	Chapada, Rodeio Bonito, Seberi, Planalto, Alpestre, Iraí, Frederico Westphalen, Palmitinho, Caiçara, Vicente Dutra, Erval Seco, Condor
15ª	**Lagoa Vermelha**	Bom Jesus, Vacaria, Nova Prata, Nova Bassano, Nova Araçá, Paraí, Ibiraiaras, Ibiaçá, Esmeralda, Sananduva, Cacique Doble, São José do Ouro, Barracão
16ª	**Santa Cruz do Sul**	Rio Pardo, Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária, Sobradinho, Arroio do Tigre, Dom Feliciano
17ª	**São Jerônimo**	Barra do Ribeiro, Tapes, Arroio dos Ratos, Butiá, General Câmara, Triunfo, Camaquã
18ª	**Pelotas**	Pedro Osório, Piratini, Canguçu, São Lourenço do Sul
19ª	**Lajeado**	Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Estrela, Arroio do Meio, Roca Sales, Encantado, Muçum, Nova Bréscia, Taquari
20ª	**Cachoeira do Sul**	Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul
21ª	**Santiago**	Jaguari, General Vargas, São Francisco de Assis, Bossoroca, Santo Antônio das Missões, São Vicente, São Borja, Itaqui
22ª	**Três Passos**	Santo Augusto, Coronel Bicaco, Redentora, Braga, Campo Novo, São Martinho, Humaitá, Crissiumal, Miraguaí, Tenente Portela
23ª	**Osório**	Torres, Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí, Mostardas
24ª	**Soledade**	Espumoso, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Arvorezinha, Tapera, Victor Graeff, Ilópolis, Putinga, Anta Gorda

O quadro de arranjo do Fundo Secretaria de Segurança Pública/ Subfundo Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ Delegacias Regionais/ Seção de Ordem Política e Social foi elaborado pelo corpo técnico do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Já a descrição por item documental foi realizada pelo corpo técnico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

QUADRO DE ARRANJO

Série n° 1 - Coleta e Processamento de Informações

Foram incluídos, nesta série, documentos referentes à busca e coleta de informes e informações de interesse da Segurança Pública, bem como de extravio de documentos.

- Subsérie n° 1 – Controle de indivíduos / grupos suspeitos estrangeiros

  Documentos referentes ao controle de entradas, permanências e saídas do Estado, bem como investigações gerais de estrangeiros

- Subsérie n° 2 – Controle de indivíduos / grupos suspeitos brasileiros

  Documentos referentes ao controle de entradas, permanências e saídas do Estado, bem como investigações gerais de brasileiros

- Subsérie nº 3 – Controle de Associações Civis

  Documentos referentes a associações civis sem fins lucrativos: sociais, culturais, recreativas e religiosas como igrejas, seitas, clubes, círculo de pais e mestres; associações com fins lucrativos, como cooperativas e associações profissionais

- Subsérie n° 4 – Controle de Movimentos Sociais

  Documentos referentes ao movimento estudantil e movimento sindical. Estes documentos poderiam ser incluídos na subsérie associações civis, mas, por sua relevância, o APERS decidiu criar, em separado, esta subsérie

- Subsérie n° 5 – Controle de Partidos Políticos e atividades políticas

  Documentos referentes aos militantes, partidos políticos, eleições, agentes políticos eleitos no município, sejam prefeitos, vice-prefeitos ou vereadores

- Subsérie n° 6 – Controle de Meios de Comunicação e divulgação suspeita

  Documentos referentes à divulgação nos meios de comunicação e divulgação considerada suspeita

- Subsérie n° 7 – Fornecimento de atestados e declarações

  Documentos referentes a atestados e declarações emitidos por órgãos públicos sobre o cadastro de indivíduos

- Subsérie n° 8 – Controle de Estabelecimentos de Ensino

  Documentos referentes a atividades em escolas, universidades e programas de ensino

  Obs. Utilização de traço (-) quando não existir subsérie.

Série n° 2 – Controle de armas, munições e explosivos

Documentos referentes à fabricação, comércio e emprego de armas, munições e explosivos, inflamáveis e produtos químicos agressivos ou corrosivos, exame de habilitação, encarregados de fogo “blaster”, registros e autorizações para porte de armas, como atestados de porte de arma e trânsito com armas de caça, guias e licenças, bem como extravio e apreensão de armas

Série nº 3 – Repressão aos crimes contra a economia popular e outros crimes

Documentos referentes à prevenção e repressão às infrações penais em geral

Série nº 4 – Instruções/Ordens

Documentos referentes a instruções em geral/ordens para atuação dos agentes públicos na repressão, conceitos básicos de subversão, manuais, regras para tratamento de documentos

A notação para localização física dos documentos é a seguinte:

Subfundo	1ª letra do município	Série	Subsérie	Número do documento	Pasta	Caixa	Nº fólios
SOPS	A –	1.	1.	151.	2.	1.	/3

É importante considerarmos que, devido à dinâmica da produção de informação, o DOPS enviava diariamente para todas as 24 SOPS circulares, pedidos de busca, entre outros. Assim, no catálogo, quando há o mesmo documento emitido em diferentes delegacias regionais, este é apresentado somente uma vez, mas com a notação de cada SOPS.

Diversos documentos abordam mais de um movimento social. Para efeito de quadro de arranjo, priorizou-se a classificação realizada pelo produtor do documento. Para o catálogo, estes documentos foram inseridos nos movimentos sociais que constam na informação.

A predominância dos documentos refere-se aos movimentos sindical/operário, estudantil e religioso (“esquerda clerical” conforme o aparato repressivo), como pode ser percebido ao longo do catálogo. Entretanto, considerou-se fundamental abordar os demais movimentos sociais que também foram alvo de vigilância da ditadura.

A ausência de determinados movimentos sociais pode ser explicada, em parte, pela dinâmica e funcionamento do aparato da segurança pública. Muitos desses crimes não eram considerados “políticos”, passando à esfera do crime comum. Este é o caso, por exemplo, do movimento LGBTQIA+. É sabido que a ideologia da Segurança Nacional se baseava em diretrizes conservadoras, relacionando muitas vezes a homossexualidade às esquerdas e à subversão, sendo perigosa para a família e os “bons costumes”. Porém, mesmo sendo uma política de Estado, não era tratado como um crime político.

Por fim, optou-se por apresentar também os documentos produzidos pela polícia política do estado do Rio Grande do Sul que trazem ordens e instruções referentes à vigilância, monitoramento e tratamento aos mais diversos movimentos sociais, traduzindo a lógica da suspeição e da repressão.

Os organizadores

DOCUMENTOS

Movimento operário e sindical

O movimento operário e sindical, pela sua capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora, foi um dos grupos mais perseguidos e combatidos pela ditadura militar. A repressão a esse movimento resultou na desarticulação e obstrução do sindicalismo brasileiro, apesar de muita resistência dos operários e dos sindicalistas no chão de fábrica. O sindicalismo e o operariado vinham - durante as décadas pré-golpe - de um processo de articulação e emancipação política, o que possibilitou um avanço na luta dos trabalhadores no Brasil, evidenciado pelos diversos movimentos de greve ocorridos e conquistas políticas que se deram nesse período.

Desta forma, com o golpe instaurado em 1964, há por parte dos órgãos de repressão a aplicação de medidas para desestruturar as organizações sindicais, medidas essas que visavam centralizar o comando sindical ao Estado, em uma tentativa de subverter os sindicatos, tornando-os órgãos para o controle e a vigilância dos trabalhadores. A colocação de defensores do regime em cargos diretivos, a vigilância policial constante nas fábricas, a alteração de legislações vinculadas à CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), a impossibilidade do direito de greve, são alguns dos instrumentos utilizados pelo aparato estatal para a retaliação do movimento sindical. Um dos locais de resistência e possibilidade mínima de organização dos operários - mesmo com todas as represálias - era o chão de fábrica, muitas vezes em contato com organizações de esquerda radical e o movimento estudantil, com esse operariado mobilizado - principalmente - pela pauta do arrocho salarial e a luta contra a ditadura.

Foi a partir desses espaços que surgiram os movimentos de greve de 1968 - momento pré AI-5 - onde ocorreu uma grande mobilização do operariado e do movimento sindical na região do ABC paulista, evento que teve uma forte repressão e resultou na prisão de 400 trabalhadores. Durante a década de 1970, os “anos de chumbo”, o movimento operário vive um período delicado, onde o ambiente sindical está cada vez mais minado e a organização da classe trabalhadora é impossibilitada pela repressão, em razão da institucionalização da tortura e prisão dos trabalhadores. Somente 10 anos depois, em 1978, há uma reação expressiva do movimento operário, nas famosas greves do ABC, cuja pauta era a reposição salarial, em um contexto de enfraquecimento do regime ditatorial.

Essa reorganização do operariado possibilitou um protagonismo político importantíssimo da classe durante os anos 1980, e o embate com o conceito de uma “abertura lenta, gradual e segura” do regime, pensada pelos militares. O surgimento do “novo sindicalismo”, alavancado pelas mobilizações do grande ABC, colocou novas figuras e organizações políticas no cenário brasileiro, como o Partido dos Trabalhadores. O movimento operário foi essencial para o fim da ditadura civil-militar e a conquista da redemocratização do Brasil.

Documentos

Dossiê Pedro Correa de Azevedo, de Serviço de Ordem Política e Social, constando diversos documentos referentes ao histórico e antecedentes políticos de Pedro Correa de Azevedo, em relação às suas atuações como presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem e no comando de Greve Geral, bem como seu envolvimento com a Fundação Leonel de Moura Brizola; refere-se, também, à sua atuação como Deputado eleito, posteriormente. Rio Grande, s.d. SOPS/RG- 1.2.470.4.2/6

Informe fornecendo os nomes e dados de participantes da greve na Indústria Mecânica Rosseti, por conta do atraso de vencimentos, e também informando a demissão por justa causa dos envolvidos no movimento grevista. “s.d.”, s.d. SOPS/LV-1.4.2017.22.8

Relatório, de 19ª Região Policial, reportando dados e informações sobre a greve dos professores estaduais. “s.d.”, s.d. SOPS/L-1.4.54.5.1/6

Relatório em resposta à circular n° 47/79, informando a relação de escolas de diversos municípios e a situação das mesmas em relação à greve estadual. “s.d.”, s.d. SOPS/L-1.4.55.5.1/3

Informe relatando ações e acontecimentos referentes a greve dos professores no Estado. “s.d.” s.d. SOPS/L-1.4.56.5.1/2

Informação n° 02/76, de DCI/SSP, informando a demissão de alguns funcionários da Indústria Mecânica Rosseti, por conta da adesão em greve por pagamentos em atraso. “s.d.”, s.d. SOPS/LV-1.395.4.2

Dossiê Nery Freitas Braga, de 7ª RP, anexando Termo de Declarações com dados sobre Nery Freitas de Braga, e informando sua presença na Associação dos Hidroviários, assim como sua participação no movimento grevista e a realização de discurso com críticas ao governador do Estado. Rio Grande, 25 de maio de 1964. SOPS/RG-1.2.476.4.2/2

Ofício nº 84/84, de Francisco Ondino de Caldas, Substituto do Delegado para Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia, encaminhando Relatório de Informações nº 1/64, sobre

sindicatos, estudantes e associações políticas e religiosas. Erval Grande, 9 de novembro de 1964. SOPS/E-1.2.108.4.1/4

Ata de Sessão de Diretoria – MS/29-65, de Sindicato dos Trabalhadores em Carvão Mineral, informando as pautas abordadas e o corpo presente na reunião. Rio Grande, 30 de maio de 1965. SOPS/RG-1.2.493.5.2/2

Dossiê Olinto Marques Viana, de 7ª RP, constando dois documentos referentes a Olinto Marques Viana, informando sua participação na Executiva Estadual do Movimento Nacional Popular Trabalhista e relatando, também, sua atuação no Partido Comunista. "s.d.", 25 de novembro de 1965. SOPS/RG-1.2.486.5.2/2

Ordem de busca secreto n° 208/67, de SCI/SSP/RS para Delegados Regionais, comunicando a realização de palestras feitas por Sindicatos no interior do Estado, e também requisitando o tema e os participantes das palestras. Porto Alegre, 22 de agosto de 1967. SOPS/LV-1.4.1850.21.8

Manifesto "Levar para o local de trabalho a luta contra o arrocho salarial", de Mauro Brito, relatando a realização do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, que sinaliza o começo de uma luta nacional contra o arrocho salarial e também discute as medidas tomadas pelos movimentos estudantil e operário em relação a questão salarial. São Paulo, dezembro de 1967. SOPS/LV-1.4.1851.21.8/5

Informação secreta nº 42/68, de 5ª Z para Delegados Regionais, reportando uma possível rearticulação do movimento sindical no Brasil com influência do PCB, bem como alertando para um provável panorama semelhante ao da Espanha, onde estariam ocorrendo marchas e greves de grande impacto. Porto Alegre, 17 de janeiro de 1968. SOPS/LV-4.5761.51.18/5

Informe nº 25/68-SCI/RS, de DOPS/BR para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, Delegados Regionais, DOPS/RS, BM/RS, SNI/APA e DPF/RS, comunicando que os movimentos sindical, estudantil, camponês e parlamentar estão preparando mobilizações sociais em todos os Estados da Federação, durante o ano de 1968. Porto Alegre, 8 de março de 1968. SOPS/LV-1.4.1853.21.8/2

Informação nº 167/68-SCI/RS, de SCI/SSP/RS para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, DOPS/RS e Dele-

gados Regionais, comunicando que os movimentos sindical, estudantil, camponês e parlamentar estão preparando mobilizações sociais em todos os Estados da Federação, durante o ano de 1968. Porto Alegre, 20 de março de 1968. SOPS/LV-1.4.1854.21.8

Informação nº 302/68/SCI/RS, de Dedo para Ten. Cel. Pedro Américo Leal e Delegados Regionais, comunicando sobre as táticas empregadas pelos estudantes no Estado da Guanabara, durante a "crise estudantil", no período de 31 de março a 5 de maio. Porto Alegre, 3 de maio de 1968. SOPS/LV-1.4.1856.21.8/2

Informação confidencial nº 707/68-SCI/RS, de Dedo para APAE e Delegados Regionais, comunicando sobre o II Encontro dos Trabalhadores da Guanabara e as pautas discutidas nas reuniões, realizado entre 28 e 30 de junho de 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos. Porto Alegre, 16 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.4.1866.21.8/2

Informação confidencial nº 903/68-SCI/RS, de Dedo para Delegados Regionais, transcrevendo uma breve análise sobre a atual conjuntura do campo psicossocial nos movimentos dos trabalhadores e estudantil em São Paulo. Porto Alegre, 24 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.4.1868.21.8/3

Ordem de busca confidencial nº 97/69, de SCI/SSP/RS para DR de Cachoeira do Sul, informando sobre a dissolução da Cooperativa Arrozeira de Restinga Seca por questões financeiras, e também solicitando a confirmação do informe e a composição da diretoria da organização. Porto Alegre, 16 de junho de 1969. SOPS/CS-1.-.15.1.1

Ofício nº 134/69, de Gelci dos Santos Rodrigues, responsável pela DP de Restinga Seca para José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, comunicando a realização de três assembleias com pouca adesão realizadas pelos diretores da Cooperativa Arrozeira de Restinga Seca, com a finalidade de "reerguer" a Cooperativa, e também informando sobre a pouca capacidade administrativa da diretoria e possível corrupção. Restinga Seca, 2 de outubro de 1969. SOPS/CS-1.-.31.1.1

Edição nº 4 do "Jornal de Luta e Orientação dos Metalúrgicos", abordando pautas referentes à luta dos metalúrgicos. "s.d.", janeiro de 1970. SOPS/LV-1.6.2632.28.10

Edição nº 4 do "Jornal de Luta e Orientação dos Metalúrgicos", abordando pautas referentes à luta dos metalúrgicos. "s.d.", janeiro de 1970. SOPS/SA-1.6.107.7.1

Circular urgente nº 445/70, de DCI/SSP/RS para Delegados Regionais de Polícia, relatando o recebimento de informes sobre o exagero de ações trabalhistas em vários pontos do Estado, e solicitando investigação sobre esses casos. Porto Alegre, 16 de dezembro de 1970. SOPS/CS-1.-.124.2.1

Representação, de Stella, Elias & Cia., para Delegado de Polícia, solicitando abertura de Inquérito contra o funcionário Luiz Stringhi, por não comparecer ao trabalho e inviabilizar a produção pelo cargo que ocupa, bem como por ele vir "insuflando" os funcionários contra a direção da empresa. Nova Prata, 11 de fevereiro de 1972. SOPS/LV-1.2.1085.13.5. Memorando nº 27/72, de Bel. José Luiz de Aragão, Delegado de Polícia para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando a representação de Stella Elias & Cia. contra Luiz Stringhi. Nova Prata, 2 de março de 1972. SOPS/LV-1.2.1086.13.5

Informação reservada nº 164/73, de 7ª Delegacia Regional de Polícia, relatando insatisfação com a resolução aplicada no comércio portuário, e informando sobre a possível atuação do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga na Justiça e a sua atuação nessa questão. Rio Grande, 2 de agosto de 1973. SOPS/RG-1.-.15.1.1/3

Circular nº 37/73 – Ordem de busca nº 576/73, de DOPS/RS, informando sobre a possível atuação de "Felipão", líder portuário, homem de confiança do ex-Presidente João Goulart, vinculado ao CGT, bem como sobre o encontro de "Felipão" com Che Guevara em Recife no ano de 1962, e solicitando investigação sobre a possível rearticulação do CGT no Rio Grande do Sul, liderada por "Felipão". Lagoa Vermelha, 16 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.2.1176.14.5

Circular confidencial nº 11/74 – Ordem de busca nº 859/73/DOPS/RS, de Chefe da SOPS 15ª RP para Delegado de Polícia de Arquivo, solicitando um maior acompanhamento das Assembleias Sindicais para gerar relatórios para a Seção de Ordem Política e Social – SOPS, informando quais são seus elementos atuantes e as reivindicações existentes, a fim de "impedir a infiltração e a ação subversiva da doutrina comunista". Lagoa Vermelha, 22 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1982.22.8/2

Pedido de busca confidencial nº 17 EM/2, de CIB, informando sobre a existência da revista "Visão" e o ressurgimento de greves e possíveis paralisações. Porto Alegre, 4 de maio de 1974. SOPS/CX-1.4.163.5.1/4

Ofício confidencial nº 32-488/74, de Ten. Cel. Luiz Macksen de Castro Rodrigues, Dir/DCI/SSP/RS para José Garibaldi Evangelho Simões, Delegado Regional de Polícia, encaminhando Fichas de Sindicatos cujo mandato da diretoria está vencido. Porto Alegre, 7 de outubro de 1974. SOPS/CS-1.-.338.4.2

Circular nº 150/74, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia de Arquivo – Pedido de busca nº 17-EM/2, alertando sobre o possível ressurgimento de greves, referindo-se à matéria da revista "Visão" sobre o "Ressurgimento Operário", e também se referindo a outros assuntos discutidos na matéria, como as paralisações ocorridas na Volkswagen e Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo/SP, assim como sobre as declarações de líderes operários, solicitando vigilância de qualquer movimento que ocorra nesse sentido. Lagoa Vermelha, 14 de outubro de 1974. SOPS/LV-1.4.1994.22.8

Memorando nº 687/74, de Ary Nelson, Delegado de Polícia de Vacaria para Mario da S. Uessler, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando a Ficha do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Vacaria, já devidamente preenchida. Vacaria, 13 de novembro de 1974. SOPS/LV-1.4.2000.22.8

Ofício confidencial nº 149/74, de DP de Lagoa Vermelha para Diretor da DCI/SSP, informando que, em atendimento ao Ofício nº 32-488/ADM/74, a Seção de Ordem Política e Social – SOPS de Lagoa Vermelha devolve as Fichas dos Sindicatos de Barracão, São José do Ouro, Ibiaçá, Vacaria, Esmeralda, Nova Bassano e Nova Araçá à Divisão Central de Informações – Secretaria de Segurança Pública. Lagoa Vermelha, 20 de novembro de 1974. SOPS/LV-1.4.2001.22.8

Circular nº 200/74 – Informação nº 841/74, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, para Delegado de Polícia de Arquivo, informando a tentativa de implementação de um sistema uniforme de identificação de carteiras de estudantes para desconto pelo Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas de Porto Alegre. Lagoa Vermelha, 12 de dezembro de 1974. SOPS/LV-1.4.2003.22.8

Informação confidencial nº 19/75-SI/DPF/RS, de SOPS/RS para SOPS/RS e 6º BPM, comunicando que a Divisão de Polícia Federal, em Rio Grande, se encontra em vigilância permanente sobre os movimentos reivindicatórios dos sindicatos e seus associados. Rio Grande, 13 de janeiro de 1975. SOPS/RG-1.4.1009.11.4

Circular confidencial nº 28/75 – Informação nº 11675/DBCI/DOPS/RS, de DP de Cachoeira do Sul, sobre o envio de correspondências de propagandas de "cunho esquerdista", advindas de Federações Internacionais de Trabalhadores, para diversas federações e sindicatos do RS, e também informando quais Sindicatos e Federações regionais receberam algo. Cachoeira do Sul, 26 de fevereiro de 1975. SOPS/CS-1.2.2389.29.8/3

Circular nº 34/75 – Informação n° 116/75/DBCI/DOPS/RS, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia de Arquivo, difundindo o envio de correspondências de propagandas de "cunho esquerdista", advindas de Federações Internacionais de Trabalhadores, para diversas federações e sindicatos do RS, e também informando quais Sindicatos e Federações regionais receberam algo. Lagoa Vermelha, 4 de abril de 1975. SOPS/LV-1.4.2006.22.8/2

Pedido de busca confidencial nº 51–S/2, de III Ex. para 6º BPM e 7ª DR Pol, relatando a participação de dirigentes sindicais em atos contra o governo. Rio Grande, 7 de maio de 1975. SOPS/RS-1.4.1013.11.4

Pedido de busca confidencial nº 017-S/2, de III Ex. para DPF/RG, 6º BPM e 7ª DRPol, comunicando sobre a possível infiltração comunista na Cia. Carris, ressaltando apreensão no envolvimento de sindicalistas com a Companhia na questão do tratamento de problemas salariais, e requisitando a verificação de dados conhecidos na área. Rio Grande, 24 de junho de 1974. SOPS/RG-1.5.1119.12.4

Ofício confidencial nº 32-314, de Cel. Luiz Macksen de Castro Rodrigues, Dir/DCI/SSP/RS para Bel. Luiz Gonzaga Magaldi Cardoso, Delegado Regional de Rio Grande, encaminhando "Fichas de Registro Sindical", para a obtenção de informações dos sindicatos. Porto Alegre, 16 de setembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1019.11.4

Ofício confidencial nº 32-314, de Cel. Luiz Macksen de Castro Rodrigues, Dir/DCI/SSP para Bel. José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Lagoa Vermelha, encaminhando "Fichas de Registro Sindical" sobre os sindicatos que estão com seu mandato de diretoria vencido. Porto Alegre, 16 de setembro de 1975. Obs. Não consta anexo. SOPS/LV-1.4.2008.22.8

Ofício nº 100/75/SOPS, de João A. A. Garcez, Inv. de Pol. Chefe da SOPS, para Delegado de Polícia de Vacaria, encaminhando um formulário da "Ficha de Registro Sindical", que se destina a colher dados, por meio das Delegacias de Polícia, sobre os Sindicatos que estão com seu mandato de diretoria vencido. Lagoa Vermelha, 30 de setembro de 1975. Obs. Não consta anexo. SOPS/LV-1.4.2009.22.8

Memorando nº 52/75, de Enor Teixeira Correa, Inv. Pol. da DP de Cacique Doble, para Chefe da SOPS, enviando, em anexo, a relação da nominata dos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacique Doble, mas sem suas fotos, devido ao curto prazo de entrega. Cacique Doble, 30 de setembro de 1975. Obs. Não consta anexo. SOPS/LV-1.4.2010.22.8

Carta Sindical nº 321.153/71, de Miguel Kuiava, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, enviando dados e fotos, em anexo, do presidente e outros membros do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 14 de novembro de 1975. Obs. Não consta anexo. SOPS/LV-1.4.2018.22.8

Requisição de Adolfo Pasquali, Coordenador do Congresso para Representante do DOPS em Lagoa Vermelha, solicitando permissão para a realização de um Congresso dos Trabalhadores de Lagoa Vermelha, a ser realizado no dia 30 de novembro de 1975. Lagoa Vermelha, 20 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.4.2019.22.8

Carta Sindical, de Sindicato dos Empregadores Rurais de Lagoa Vermelha, informando a relação da cúpula do Sindicato dos Empregadores Rurais de Lagoa Vermelha – Achylles Jacques Fernandes – Presidente, Ignácio Nery da Luz – 1º Vice-Presidente, Itibereçá Paim Lourenço – 2º Vice-Presidente, Hélio Carneiro Lobo – 1º Secretário, João Altamiro Nunes Hoffmann – 2º Secretário, Demétrio Dias de Moraes – 1º Tesoureiro, e Danilo Barreto da Costa – 2º Tesoureiro. Lagoa Vermelha, 15 de dezembro de 1975. SOPS/LV-1.4.2020.22.8/2

Pedido de busca confidencial nº 32-023/76, de DCI/SSP para 15ª DP de Lagoa Vermelha, solicitando comprovações do fato de que, no dia 12.11.1975, cinquenta e quatro operários da fábrica nº 2 da Indústria Mecânica Rosseti, de Vacaria, paralisaram suas atividades das 13h30 até as 15h15, alegando atraso no pagamento por parte da indústria. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1976. SOPS/LV-1.4.2024.22.8

Pedido de busca confidencial nº 34/76, de I Ex. para 8ª e 15ª DRP, 10ª DRP e 12º BPM, informando a relação de professores da UFF vinculados ao PCB, assim como a prisão de um deles, não conseguindo localizar os demais integrantes após a prisão. Caxias do Sul, 19 de julho de 1976. SOPS/CX-1.8.1922.8.1

Pedido de busca confidencial nº 32-962, de DCI/SSP/RS para 15ª DRP/Lagoa Vermelha, requisitando investigação e identificação de possível "dissídio coletivo" realizado por sindicatos de trabalhadores. Porto Alegre, 25 de novembro de 1976. SOPS/LV-1.4.2032.22.8 / SOPS/RG-1.4.1038.11.4

Circular nº 111/76 – Pedido de busca nº 32-962/76, de Chefe da SOPS, solicitando investigação sobre a possibilidade de dissídio coletivo de Sindicato de Trabalhadores. Lagoa Vermelha, 29 de novembro de 1976. SOPS/LV-1.5.2462.26.9

Ofício nº 02/77, de Velci Celito Camozato, Chefe da SOPS para Diretor da DCI, remetendo o Ofício nº 51/76, do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias e Serrarias e de Móveis de Madeira de Vacaria. Lagoa Vermelha, 4 de janeiro de 1977. SOPS/LV-1.4.2035.22.8

Pedido de busca confidencial nº 27/77, de DOPS para DRP's, 2ª DIPOL e S/DP's, alertando sobre possíveis atividades realizadas entre militares de esquerda e as classes operárias, por conta das "dificuldades econômicas enfrentadas", e também solicitando informar, caso seja constatada, alguma manifestação grevista desse tipo. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1977. SOPS/CS-1.-.438.5.2

Circular confidencial nº 09, 77, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia de Lagoa Vermelha – Pedido de busca confidencial nº 23/77, de DOPS para DRP's, 2ª DIPOL e S/DP's, solicitando acompanhamento ao movimento operário, devido a 1977 ser o possível ano de "reativação do movimento operário no país", por conta do aumento do custo de vida e questões que afetam diretamente ao trabalhador, e também considerando uma possível união entre os Movimentos Estudantil e Operário e a "Esquerda Clerical". Lagoa Vermelha, 7 de março de 1977. SOPS/LV-1.4.2036.22.8 / SOPS/CS-1.4.3172.38.11/2 / SOPS/E-1.3.265.7.2/2 / SOPS/RG-1.4.1040.11.4/2

Pedido de busca confidencial nº 05–S/2, de III Ex. para DPF/RG, 7ª DRPOL e 6ª BPM, comunicando sobre possíveis movimentações da classe operária junto a movimentos de esquerda, devido às dificuldades econômicas enfrentadas. Rio Grande, 17 de março de 1977. SOPS/RG-1.-.66.1.1

Pedido de busca confidencial nº 063/78, de DCI/SSP/RS para DDRRPP2 e 2ª DIPOL, solicitando informações se acaso ocorrerem manifestações referentes à "ativação do Movimento Operário" no ano de 1977. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1978. SOPS/E-1.4.269.7.2 / SOPS/CS-1.4.3187.38.11

Pedido de busca confidencial nº 031-S2/78, de CIE para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, informando a realização do IX Congresso Sindical Mundial em Praga/ Tchecoslováquia, promovido pela Federação Sindical Mundial (FSM), integrante do Movimento Comunista Internacional (MCI), e também solicitando o levantamento e identificação da Delegação brasileira que participará do Congresso Sindical Mundial. Rio Grande, 10 de abril de 1974. SOPS/RG-1.1.354.3.1

Pedido de busca confidencial nº 34-S2/78, de AC/SNI para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, encaminhando, em anexo, o Pedido de busca nº 56-E/2, sobre a infiltração comunista em sindicatos. Rio Grande, 10 de abril de 1978. SOPS/RG-1.4.1062.11.4.

Pedido de busca confidencial nº 016-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia da Campanha para Del. Pol. de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando investigação de panfleto distribuído, referente ao Sindicato Único dos Trabalhadores na Educação. Cruz Alta, 5 de junho de 1978. SOPS/CA-1.4.66.5.1

Pedido de busca nº 020-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha para Del. Pol. de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, denunciando a possível infiltração comunista em diversos sindicatos de trabalhadores. Cruz Alta, 12 de junho de 1978. SOPS/CA-1.4.67.5.1

Pedido de busca confidencial nº 060-S/2, de 6ª GAC para DPF, DRP e BPM, solicitando investigação sobre a possível evasão de dinheiro do Sindicato dos Feirantes e Vendedores Ambulantes do RS na arrecadação do serviço de limpeza das feiras. Rio Grande, 4 de agosto de 1978. SOPS/RG-1.4.1066.11.4

Informação confidencial nº 147 – S/2, de III Ex (Info 327 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, comunicando a realização de assembleia com a participação de cerca de 120 moradores de vilas e bairros de Porto Alegre, Esteio, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Santa Maria na sede da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros, em Porto Alegre, e também de representantes da comissão coordenadora do Movimento contra a Carestia de São Paulo, Setor Jovem do MDB/Santa Maria, Igreja Episcopal de Porto Alegre, DCE/UFRGS, Sindicato dos Feirantes e Sindicato dos Arquitetos. Rio Grande, 10 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.3.987.10.4

Pedido de busca nº 73-S/2, de APA/SNI para DPF, DRP e BPM, solicitando o acompanhamento da movimentação de lideranças de trabalhadores, a fim de incentivar movimentos grevistas na região policial, e também requerendo dados sobre eventuais ligações de Almino Alfonso com o movimento sindical local. Rio Grande, 13 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.4.1070.11.4

Pedido de busca confidencial nº 074-S/2, de DPF/RG para BPM e DRP, informando os dados de Francisco F. Maricato, que alega ser assessor da Federação Internacional de Trabalhadores (ITF), e também comunicando o contato de Francisco com dirigentes de diversos sindicatos do Estado, assim como requisitando os contatos feitos na região e outros dados que possam esclarecer o assunto. Rio Grande, 18 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.1.297.3.1

Pedido de busca confidencial nº 365/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL/RS, solicitando que sejam averiguadas quais universidades do Rio Grande do Sul têm associações de professores e informando a fundação da ADUFRGS (Associação dos docentes da UFRGS) em 24 de junho de 1978 e da ADUSINOS (Associação dos Docentes da Unisinos) em 14 de outubro de 1978. Porto Alegre, 14 de novembro de 1978. SOPS/CS-1.4.3206.38.11 / SOPS/E-1.3.251.6.2

Radiograma nº 21/78/SID/DSS/DOPS/RS, de Antonio Luiz Goulart, delegado CH/SID/DSS/DOPS/RS para DRP, solicitando informar se há, na Universidade desta cidade, associação de professores e, se positivo, a composição de sua diretoria. Porto Alegre, 24 de novembro de 1978. SOPS/E-1.8.574.10.2

Circular nº 80/78, pedido de busca nº 365/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha, solicitando informações sobre quais outras Universidades do Rio Grande do Sul têm Associações de Professores, e a composição de suas diretorias, devido à criação da Associação de Docentes da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ADUFRGS, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e da Associação de Docentes da Unisinos – ADUSINOS na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Lagoa Vermelha, 28 de novembro de 1978. SOPS/LV-1.4.2059.22.8

Pedido de busca nº 77-S/2, de 6ª DE para DPF, DRP e BPM, solicitando informações sobre o aparecimento da "Revista dos Trabalhadores de Portugal – Spartacus", que está circulando nos meios operários de Porto Alegre/RS. Rio Grande, 19 de dezembro de 1978. SOPS/RG-1.4.1071.11.4

Pedido de busca confidencial nº 022/79, de DOPS para DRP's, informando que a Comissão organizada pela CEBDRADE está projetando a realização do "Congresso Brasileiro dos Trabalhadores Intelectuais", em Brasília, no mês de maio de 1979, e comunicando os nomes dos integrantes da Comissão em questão, assim como requisitando a apuração de se "elementos da área policial" estarão presentes no evento. Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1979. SOPS/CS-1.2.2824.34.9

Circular confidencial nº 06/79, pedido de busca nº 22/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para SOPS, solicitando a apuração sobre quais serão os elementos da Região Policial da Seção de Ordem Política e Social –SOPS, que comparecerão ao "Congresso Brasileiro dos Trabalhadores Intelectuais" em Brasília, entre abril/maio de 1979, organizado por Antônio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Darcy Ribeiro, Ênio Silveira, Flávio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Zuenir Ventur. Lagoa Vermelha, 27 de março de 1979. SOPS/LV-1.4.2061.23.8

Rd circular nº 14/79, de Bel. Firmino Peres Rodrigues, Diretor do DOPS-RS, para DRP's Int. do Estado RS, alertando sobre a deflagração de greve dos professores, e solicitando o auxílio das DRP's para que os professores que não tenham aderido a greve possam dar aula. Porto Alegre, 2 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.39.5.1

Rd circular nº 015/79/DOPS/RS, de Firmino Peres Rodrigues, Diretor do DOPS-RS para DRP's Int. do Estado RS, notificando que, em caso de necessidade de repressão de atos que impossibilitem alunos e professores de frequentarem as aulas, haja alinhamento entre a Polícia Civil e a Brigada Militar. Porto Alegre, 5 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.40.5.1

Rd nº 013/79, de 19ª DRP para Diretor DOPS/RS, relatando que não há nenhuma anormalidade na área em relação à greve deflagrada pelos professores. Lajeado, 5 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.41.5.1

Rd circular nº 48/79, de Cel. Helio Loro Orlandi, Diretor Detel para Del Reg de Polícia Int. do Estado RS, requisitando a busca de informações nas escolas. Porto Alegre, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.42.5.1

Rd circular nº 47/79, de Cel. Helio Loro Orlando, Diretor Detel para Del Reg de Polícia Int. do Estado RS, solicitando, com urgência, informações e dados sobre as escolas e alunos das regiões policiais. Porto Alegre, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.43.5.1

Rd nº 015/79, de DRP Lajeado para Diretor DOPS/RS, informando os professores participantes da greve estadual. Lajeado, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.44.5.1

Rd nº 014/79, de DRP Lajeado para Diretor DOPS/RS, relatando normalidade no município quanto ao comparecimento de alunos e professores no período de greve. Lajeado, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.45.5.1

Rd nº 016/79, de DRP Lajeado para Diretor DOPS/RS, informando as escolas existentes no município e a quantidade de alunos matriculados. Lajeado, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.46.5.1

Rd nº 016/79, de DRP Lajeado para Diretor DOPS/RS, informando sobre o apoio da ala do Movimento Democrático Brasileiro – "MDB Jovem", à greve dos professores. Lajeado, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.47.5.1

Manifesto, de Paulo Ricardo Petry, Presidente do SJ – MDB – Lajeado, expressando o apoio do MBD jovem do município de Lajeado à greve dos professores estaduais. Lajeado, 6 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.48.5.1

Rd nº 018/79, de João Claudio Winck da Silva para Diretor DOPS/RS, informando a situação das escolas e as frequências dos alunos e professores no período de greve. Lajeado, 7 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.49.5.1

Rd nº 21/79, de DRP Lajeado para Diretor DOPS/RS, informando sobre os dados e a situação das escolas da região no momento da greve dos professores. Lajeado, 10 de abril de 1979. SOPS/L-1.4.50.5.1

Pedido de busca confidencial nº 015-S/2, de III Ex. para DPF/RG, 6º BPM, 7ª Delegacia Regional de Polícia e Capitania dos Portos/RS, informando sobre a greve dos professores estaduais, devido ao não cumprimento das promessas feitas pelo ex-governador Sinval Guazzelli (governador no período de 15.03.1975 a 15.03.1979), com a solicitação de Informe sobre a extensão da greve e as atitudes tomadas pelas Delegacias de Ensino. Rio Grande, 2 de maio de 1979. SOPS/RG-1.4.1085.11.4

Pedido de busca confidencial nº 023/S/2, de APA/SNI, para 6º BPM, DPF/RG, DP e Capitania dos Portos, comunicando sobre o "Encontro Nacional de Líderes Sindicais" em Porto Alegre, realizado no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, com a presença de representantes de entidades classistas, como Luiz Inácio da Silva, com a solicitação de dados sobre a reunião e Relatório das discussões realizadas, assim como informações sobre possíveis Mandados de Segurança requisitados juntos ao STF que tratam sobre a "Lei da Greve", e Decreto que estabelece índices do salário mínimo. Rio Grande, 25 de julho de 1979. SOPS/RG-1.4.1088.11.4/2

Circular nº 14/79 – Rádio Confidencial nº 41/04/79, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia da 18ª RP, solicitando informes sobre o movimento grevista, possíveis lideranças e infiltrações. Lagoa Vermelha, 15 de agosto de 1979. SOPS/LV-1.4.2066.23.8

Ofício nº 155/79, de Pedro Paulo E Martins, Escrivão de Polícia, Titular da DP de Ibiaçá para Chefe da SOPS, respondendo à circular nº 24/79, informando a não ocorrência de movimentos grevistas no município. Ibiaçá, 17 de agosto de 1979. SOPS/LV-1.4.2067.23.8

Ofício nº 375/79, de Del. Luiz Antonio da Silva, DP de Nova Prata para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, respondendo à circular nº 24/79, informando a não ocorrência de movimentos grevistas no município, mas relatando, entretanto, boatos de pessoas do município de Nova Prata fomentando a greve. Nova Prata, 20 de agosto de 1979. SOPS/LV-1.4.2068.23.8

Circular nº 03/80 – Pedido de busca nº 211/79, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, solicitando o acompanhamento dos preparativos e da "1ª Conferência Nacional pelos Sindicatos Livres e pela Central Sindical Independente", organizada pelo grupo trotskista Organização Socialista Internacionalista, e exigindo o levantamento dos participantes e fotos das reuniões. Lagoa Vermelha, 30 de janeiro de 1980. SOPS/LV-1.4.2069.23.8

Info S/N, de DP Nova Prata, relatando o conhecimento de pessoa ligada ao Sindicato de Vestuário de Porto Alegre, que faz parte do DCE da Unisinos, confeccionando carteiras de estudantes para "infiltração" em certos ambientes, e também informando a não identificação do "elemento". Nova Prata, maio de 1980. SOPS/LV-1.4.2070.23.8

Informação confidencial junho/1980 comunicando sobre a distribuição, no município de Nova Prata, do "Jornal do PT", possivelmente feito pelo padre José Menguzzo e pelo advogado Rui Alberto Meder, e distribuído por Vítor Antônio Pletsch, que busca influenciar os meios operários e estudantis para difundir ideias contra o governo. Essas ações da Delegacia de Polícia de Nova Prata inserem-se na Ordem de procura de pessoas cujos comportamentos não estejam em sintonia com o governo atual. Nova Prata, junho de 1980. SOPS/LV-1.6.2727.28.10

Pedido de busca confidencial nº 150/80, de DOPS para DRP's, sobre a criação da Comissão Nacional de Unidade Sindical em encontro realizado em Belo Horizonte, em dezembro de 1979, e informando a realização de diversas reuniões em Conselhos de vários Estados com a participação de esquerdistas e comunistas nesses encontros, com a solicitação de investigação sobre a possível Unidade Sindical existente no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 3 de novembro de 1980. SOPS/CS-1.4.3244.39.11/2

Circular nº 197/80 – Pedido de busca nº 150/80, de José Garibaldi E. Simões, Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul, solicitando informações sobre a possível presença da Unidade Sindical – órgão criado em dezembro de 1979 com o objetivo de centralizar o Movimento Sindical brasileiro – no Rio Grande do Sul, e se acaso for positivo, informar os seus núcleos e os Sindicatos que controlam, solicitando, também, quais as organizações subversivas que estão ligadas aos dirigentes da Unidade Sindical – US, e quais são as suas atividades mais destacadas. Cachoeira do Sul, 11 de novembro de 1980. SOPS/CS-1.4.3245.39.11 / SOPS/LV-1.4.2074.23.8

Telex confidencial urgentíssimo nº 01-172/80, de SCI/SSP para DRP de Lagoa Vermelha, solicitando informe de escolas da região que retornaram às aulas, tendo em vista o "esvaziamento da greve de professores". "s.d.", 18 de novembro de 1980. SOPS/LV-1.4.2075.23.8

Rd confidencial nº 07/80, de SOPS/15ª DRP para SCI/SSP, retornando à circular nº 01-172/80, informando que somente a Escola Estadual da BR-285 e a Escola Polivalente estão totalmente paralisadas, e também sobre o retorno às aulas de todas as escolas no dia 20. Lagoa Vermelha, 19 de novembro de 1980. SOPS/LV-1.4.2076.23.8

Rd nº 009/580, de Bel. Paulo Wanderlei Welker, responsável 15ª DRP para Supervisor DCI/SSP, retornando à circular nº 01-172/80, informando que as escolas retornaram ao funcionamento normal. Lagoa Vermelha, 20 de novembro de 1980. SOPS/LV-1.4.2077.23.8

Ofício circular nº 01/80, de Acélio Ferreira Marques, presidente da Associação de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Osório para Delegado Regional da 23ª RP, encaminhando a nominata da Executiva da Associação recém empossada. Osório, 1 de dezembro de 1980. SOPS/O-1.3.94.4.1/2

Ofício nº 023/80, de Bel. Omar G. Fernandez, Del. Pol. responsável DIN/DOPS para Dario A. Freitag, Delegado Regional de Polícia de Osório, encaminhando Termo de Compromisso firmado por João de Deus Lima, presidente da Associação Comercial e Industrial de Tramandaí. Osório, 1 de dezembro de 1980. SOPS/O-1.3.95.4.1/2

Circular nº 226/80 – Pedido de busca nº 188/80, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul para Delegados das DP's da Região, alertando sobre viagens de políticos e sindicalistas a outros países para estudo de ideias relacionadas ao "foquismo", "tática que se baseia em uma vanguarda política de operários e estudantes insurgentes", apontando alguns políticos e Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros, como pessoas interessadas no foquismo que viajaram ao exterior, e também solicitando a investigação de movimentos desse tipo no Rio Grande do Sul. Cachoeira do Sul, 29 de dezembro de 1980. SOPS/CS-1.2.2859.34.9/2

Circular nº 52/80 – Pedido de busca confidencial nº 188/80, de Paulo Wanderlei Weller, responsável DRP para Delegado de Polícia/SOPS, alertando sobre viagens de políticos e sindicalistas a outros países para estudo de ideias relacionadas ao "foquismo", "tática que se baseia em uma vanguarda política de operários e estudantes insurgentes", apontando alguns políticos e Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros, como pessoas interessadas no foquismo que viajaram ao exterior, e também solicitando a investigação de movimentos desse tipo no Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 30 de dezembro de 1980. SOPS/LV-1.4.2079.23.8

Pedido de busca confidencial nº 35/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento das articulações nas Associações de Professores, em razão da organização do "Dia Nacional de Mobilização", marcado para o dia 25 de março de 1981, com o intuito de reivindicar maiores investimentos para a educação e de lutar por direitos para o magistério nacional. Porto Alegre, 17 de março de 1981. SOPS/E-1.4.280.7.2. SOPS/L-1.4.58.5.1

Pedido de busca confidencial nº 46/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando que seja informada a composição das Diretorias das Universidades e Faculdades do interior do Estado. Porto Alegre, 25 de março de 1981. SOPS/E-1.8.577.10.2

Informação confidencial nº 013/81, de 19ª DRP Lajeado para DOPS/RS, relatando as repercussões e o conteúdo debatido em reunião realizada pelo CPERS durante o Dia Nacional da Mobilização. Lajeado, 30 de março de 1981. SOPS/L-1.4.60.5.1/2

Circular confidencial nº 18/81, de Paulo Wanderlei Welker, Delegado de Polícia da 15ª RP para Delegado de Polícia SOPS, solicitando informações sobre os casos de demissões em empresas do município, ou se há previsão de alguma atitude desse tipo. Lagoa Vermelha, 16 de abril de 1981. SOPS/LV-1.507.5.2

Ofício nº 062/81, de Pedro Paulo E Martins, Delegado de Polícia de Ibiaçá para Bel. Paulo W. Welker, Delegado de Polícia da 15ª DRP, informando, em resposta à circular nº 18/81, que não há nenhuma demissão de trabalhadores nas indústrias da região. Ibiaçá, 22 de abril de 1981. SOPS/LV-1.508.5.2

Ofício nº 170/81, de Onesto Angelo Bordin Agustinetto para Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul, encaminhando a composição da Diretoria da Fundação Educacional do Vale do Jacuí e Faculdade, conforme requisitado anteriormente. Cachoeira do Sul, 22 de abril de 1981. SOPS/CS-1.8.3865.46.13

Ofício confidencial nº 138/81, de Delegado de Polícia de Sananduva para Paulo Wanderlei Welker, Delegado de Polícia da 15ª RP, informando, em resposta à circular nº 18/81, que não há nenhuma demissão anormal de trabalhadores nas indústrias da região. Sananduva, 23 de abril de 1981. SOPS/LV-1.510.5.2

Ofício nº 203/81, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Diretor do DOPS, encaminhando a formação da Diretoria da Fundação Educacional do Vale do Jacuí. Cachoeira do Sul, 24 de abril de 1981. SOPS/CS-1.8.3866.46.13

Ofício nº 62/81, de Marco Aurelio Guimarães Alves, Delegado de Polícia de Nova Araçá para Chefe da SOPS, informando, em resposta à circular nº 18/81, que não há nenhuma demissão

de trabalhadores nas indústrias da região. Nova Araçá, 4 de maio de 1981. SOPS/LV-1.5.511.5.2

Info confidencial nº 15/81, de 15ª DP de Lagoa Vermelha para DOPS/RS, comunicando os nomes das lideranças do movimento grevista dos caminhoneiros iniciado no município. Lagoa Vermelha, 4 de maio de 1981. SOPS/LV-1.4.2087.23.8

Rd confidencial nº 04/81, de Dr. João José Angonese, Del Reg. Pol. para Diretor do DOPS/RS, informando o número aproximado de participantes em greve de caminhoneiros. Lajeado, 4 de maio de 1981. SOPS/L-1.4.61.5.1

Pedido de busca confidencial nº 75/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento das mobilizações de discentes e docentes durante o "Dia Nacional em Defesa da Universidade", marcado para 20 de maio de 1981. Porto Alegre, 8 de maio de 1981. SOPS/E-1.4.281.7.2

Ofício nº 31/81, de Renato Azambuja dos Santos, titular da DP de Cacique Doble para Paulo Wanderlei Welker, Delegado de Polícia da 15ª RP, informando, em resposta à circular nº 18/81, que não há nenhuma demissão de trabalhadores nas indústrias da região. Cacique Doble, 20 de maio de 1981. SOPS/LV-1.5.512.5.2

Ofício confidencial nº 310/81, de 19ª DRP – de Saulo Rocha Feijó, Delegado de Polícia para DOPS/RS, informando sobre paralisação ocorrida no município pelos caminhoneiros, e apontando Iader Grernandi como o líder do movimento. Lajeado, 25 de maio de 1981. SOPS/L-1.1.11.2.1

Pedido de busca confidencial nº 094/81, de DOPS/RS para DRP's, solicitando os dados de reuniões realizadas em diversos municípios, relacionadas ao I Encontro Estadual de Trabalhadores. Porto Alegre, 8 de junho de 1981. SOPS/L-1.4.65.5.1

Info. nº 49/81, de 15ª Delegacia de Lagoa Vermelha, informando sobre a nominata da nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Lagoa Vermelha, recém empossada. Lagoa Vermelha, 5 de outubro de 1981. SOPS/LV-1.3.1841.20.7/2

Ofício nº 218/81, de Responsável DP de Ibiaçá para Del Reg de Polícia, relatando que não há nenhuma reunião realizada pelo Sindicato do município de Ibiaçá, e também informando so-

bre investigação em possível reunião, caso ocorra. Ibiaçá, 23 de novembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2095.23.8

Ofício nº 721/81, de José A. Garcez Motta, Delegado de Polícia de Nova Prata para Paulo Wanderley Welker, Delegado de Polícia de Lagoa Vermelha, comunicando que não há nenhuma reunião realizada por Sindicato na cidade. Nova Prata, 24 de novembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2096.23.8

Rd nº 26/81, de Bel. Paulo Wanderlei Welker, Del Reg Pol Lagoa Vermelha para Diretor DIN/DOPS, informando que não ocorreu nenhuma reunião de Sindicato sobre problemas de assistência médica. Lagoa Vermelha, 26 de novembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2097.23.8

Pedido de busca confidencial nº 247/81, de DOPS/RS para DRP's, solicitando dados e acompanhamento do XV Congresso Nacional de Professores, realizado em Cuiabá/Mato Grosso, denominado "Congresso Paulo Freire", que tem como tema central "Educação e Liberdade". Porto Alegre, 11 de dezembro de 1981. SOPS/L-1.8.112.9.1

Ofício nº 21/81, de Valter Ramos de Oliveira, Inspetor de Polícia da DP de Barracão para Delegado de Polícia de Lagoa Vermelha, informando que nada foi apurado que caracterizasse a participação de professores do município de Barracão no XV Congresso Nacional de Professores, ou qualquer outra manifestação. Barracão, 18 de dezembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2098.23.8

Informação confidencial nº 01/82, de 19ª DRP para DOPS/RS, relatando a organização de passeata promovida pela escola João de Deus, de Cruzeiro do Sul. Lajeado, 7 de janeiro de 1982. SOPS/L-1.4.70.5.1

Pedido de busca confidencial nº 057/82, de DOPS/RS para 19ª DRP, informando sobre reunião realizada na Assembleia Legislativa, na qual foi lançado manifesto de apoio à candidatura de Alceu de Deus Collares pelo Movimento Trabalhista pela Integração da Raça Negra – MOTIRAN, requisitando, também, confirmação da existência de núcleos do "MOTIRAN" em municípios da Região Policial. Porto Alegre, 26 de abril de 1982. SOPS/L-1.3.36.41

Ofício circular nº DIREX-001/82, de Onesto Angelo Bordin Agustinetto, Presidente da Fundação, para José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, informando os eleitos para

cargos de Presidente e Vice-Presidente da Fundação. Cachoeira do Sul, 2 de junho de 1982. SOPS/CS-1.8.3869.46.16

Ofício circular nº DIREX 002/82, de Onesto Angelo Bordin Agustinetto, Presidente da Fundação, para José Garibaldi Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, informando sobre a eleição de novos membros do Conselho Curador e a sua composição para o período 1982/1983. Cachoeira do Sul, 7 de junho de 1982. SOPS/CS-1.8.3870.46.13

Memorando confidencial nº 32-088/85, de SCI/SSP, informando sobre as pautas levantadas pelo Sindicato dos Bancários no boletim "O Bancário", e o apoio dado pela CUT e "partidos clandestinos". Porto Alegre, 17 de abril de 1985. Obs. Consta, em anexo, exemplar do boletim "O Bancário". SOPS/L-1.6.104.7.1/2

JORNAL DE LUTA E ORIENTAÇÃO DOS METALÚRGICOS

luta operária

ANO 2 JANEIRO DE 1970 NÚMERO 4

SOPS/DI-1.6.2633.21.10

AFINAL, O QUE PAGAM NA ZIVI

Todo mundo sabe que o ZIVI-HÉRCULES é a maior firma metalúrgica de Pôrto Alegre. E ela representa muito bem tôdas as outras. Lá o o perário que só recebe por mês, ganha salário mínimo. Êles não pagam insalubridade para quase ninguém e já dizem isso de cara, na entrada. Se alguém resolve reclamar na justiça, vai pra rua. Êsse govêrno (ditadura), êsse Ministério e essa "Justiça" não garante a nenhum trabalhador, só a classe dos patrões. E todos os patrões, donos das fábricas, estão combinados, vão botar na rua quem reclamar insalubridade.

QUEM GANHA MAIS

Às vêzes, o operário da ZIVI, ganha mais do que os de outras firmas. Como? Vejam a exploração dos patrões! Êles pagam por produção (por peça). Por exemplo: Se a gente fizer menos de 200 peças por dia, ganhamos o salário do dia NCr$4,72. Se fizermos mais de 200, ganhamos 20%, isto é, mais NCr$.. 0,94. O total será NCr$5,66. OS patrões querem dizer que isto compensa a insalubridade que êles não pagam. MENTIRA. Pra compensar a insalubridade êles teriam que pagar, no mínimo mais 30% - NCr$-1,41 -. O total que êles teriam que pagar seria: NCr$7,07.

O salário do dia(aliás 200 peças) ....NCr$4,72
As peças a mais que o operário fêz ... NCr$0,94
A insalubridade... NCr$1,41
Total do salário diário...NCr$7,07

Mas o caso é que êsses ladrões se fazem de desentendidos. A insalubridade é um direito nosso e não depende da produção. Com dez ou mil peças por dia êles tem de pagar a insalubridade. Insalubridade é a vida que a gente deixa na fábrica do capitalista.

O PAGAMENTO POR PRODUÇÃO

Pagando por produção êles dão um salário mensal de NCr$169,80 para um operário que trabalha por dois e as vêzes até por três. Ora, quem produz o dôbro tem que ganhar também o dôbro, NCr$339,60. Por ganhar um pouquinho mais, a gente até pensa que é vantagem trabalhar por peça. Mas quem ganha mesmo é o patrão. Com a parte que êle não nos paga vai aumentando sempre os seus lucros.

A EXPLORAÇÃO DOS MENORES

Outra coisa que os ladrões, isto é, os patrões do ZIVI e de outras metalúrgicas fazem é explorar menores. Dizem que os garôtos estão "aprendendo" e pagam menos que o salário. Como êles não tem experiência, mas produzem tanto quanto um adulto, os patrões lucram muito mais. Nossa obrigação é mostrar para os guris que êles não devem "carmeriar". Êles também são operários e juntos vamos acabar com isto.

AVISO AO GUARDA GARIBALDI, DA TAURUS

Quando nós distribuimos o "Luta Operária" número 3 na Taurus, o guarda Garibaldi atrapalhou um pouco. Quando o jornal foi largado na porta da fábrica, o Garibaldi, como um bom carneirinho, saiu e juntou todos para os operários não verem. Quando o patrão chegou êle levou correndo.
Mas é claro que os companheiros da Taurus receberam outros no dia seguinte. Não ia ser por causa de um pelêgo que os companheiros iam ficar sem jornal. Acontece que o ignorante do Garibaldi não notou

SOPS/LW - 1.6.2654. 21.10

ainda a diferença entre explorados e exploradores, entre empregados e patrões. Êle não quiz ver a diferença que tem entre o salário dêle e o lucro do patrão, entre a casa dêle e o palacete do patrão, entre a comida dêle eo banquete do patrão. O Garibaldi é um traidor atrasadão, cego pela ignorância. Mas é bom que êle pare de ajudar os patrões, é bom que êle pare de trair a nossa classe. Porque senão, cuidado! Un dia a justiça revolucionária dos trabalhadores pode se encher do cachorrinho Garibaldi e êle vai se ver mal. E aí, vamos ver o que o patrão poderá fazer por êle!

A TROCA QUE NÃO MUDOU NADA

Quando o gorila Medici foi nomeado ditador a serviço dos patrões, os jornais burgueses disseram que êle trocou o Ministério do Trabalho. O Passarinho saiu e entrou o Barata. Mas, vamos ver o que mudou. Vamos ver se melhorou a coisa para nós. O Passarinho e o Barata botam interventores nos Sindicatos e protegem os pelêgos. O Barata conservou os juízes e pessoal de confiança do Passarinho, nos cargos. Aqui conservaram os pelêgos Galdino, na Federação, o Hélio Garcia, o Luís Vieira e o Sadi, no Sindicato. Conservou nos postos os pelêgos dos patrões que semore trairam as reivindicações da classe operária. Conservou a lei do Arrôcho Salarial e as leis que obrigam o Sindicato a obedecerem ao Ministério dos patrões. O Barata prometeu "ampliar o diálogo". Mas com quem o ministro burguês conversou até agora? Com os maiores pelêgos de São Paulo e Rio. O diálogo só sai se o pelêgo mostrar carteira de puxa-saco. Êste ministro e todo govêrno está a serviço dos patrões e contra os trabalhadores, que nem o outro. Enquanto os trabalhadores não se organizarem clandestinamente, a situação não vai mudar. Nos Comitê de Emprêsa êles não podem botar interventores. Os trabalhadores não podem confiar no govêrno Medici, porque êle só vai ajudar os patrões. A troca não mudou nada.

A TROCA DE DITADORES NÃO TROCA A NOSSA MISÉRIA. NEM BARATA NEM PASSARINHO. OPERÁRIO NO PODER.

ANO NÔVO, LUTAS NOVAS

1969, ainda foi um ano dos patroes A grande maioria da nossa classe não entendeu ainda como acabar a exploração. Ficamos parados, sofrendo. Nós vemos a nossa casa se desmanchando sem termos dinheiro, para consertar. A família comeu mal. Os remédios custam um dinheirão. Os salários atrasaram. O aumento do custo de vida foi muito maior que o aumento do salário. Enquanto os patrões continuaram a vida boa dêles, nós trabalhamos mais. 1969 mostrou que enquanto continuarmos desorganizados os patrões vão continuar nos roubando. Enquanto nós não entendermos a nossa fôrça, organizarmo-nos, os patrões vão festejar sempre "boas festas e feliz ano nôvo". Para os operários, só há uma saída. A LUTA. A LUTA OPERÁRIA é dentro das fábricas contra os patrões e a exploração do capitalismo, o regime dos patrões. Nossa LUTA é a luta da maioria dos trabalhadores contra a minoria privilegiada. A VITÓRIA É CERTA. A nossa LUTA é direta contra os patrões. O Sindicato obedece às leis do Ministério do Trabalho, que obedece à Ditadura dos patrões. A Justiça do Trabalho obedece ao mesmo ministério burguês. Nossa LUTA só vencerá se fôr da nossa organização clandestina contra a ditadura dos patrões. Podemos começar elegendo um representante numa seção para pedir aumento. Mas depois devemos eleger um em cada seção, em tôda a firma. A reunião dêstes representantes formará o Comitê de Emprêsa permanente. Êle será permanente para dirigir sempre tôdas as lutas. E, em 1970 serão muitas lutas.

ANO NÔVO, LUTAS NOVAS.

ANO NÔVO, LUTA ORGANIZADA!

SOPS/LN - 1.4.2006.22.8

PROTOCOLADO LPG. Nº
FLS Nº 20
Em 10/04/75
Nº 580

15ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA = S O P S =

CIRCULAR Nº 34/75 Lagoa Vermelha, 04 de abril de 1975

DO CHEFE DA SOPS DE LAGOA VERMELHA
AO ILMO. SR. DELEGADO DE POLÍCIA DE
Urguiza N/REGIÃO

Para Conhecimento de V.Sª e providências, transcreve a seguir expedientes oriundo do DOPS/RS:

ASSUNTO: - FEDERAÇÕES INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES
ORIGEM : DOPS/RS.

I N F O R M A Ç Ã O Nº 116/75/DECI/DOPS/RS

Esta SOPS recebeu e difunde a seguinte informação:

1 - FEDERAÇÕES INTERNACIONAIS DE TRABALHADORES, com sede em Países, que vem desenvolvendo movimentos de cunho esquerdista, estão destinados, digo destinando grande número de correspondência de propaganda dos Movimentos Sindicais a diversas Federações e Sindicatos do RS e mais convites para Simpósios e Reuniões de Dirigentes Sindicais:

a)- Órgão de Classe dos Metalúrgicos e Eletrecistas da Nicósia/Chipre enviou correspondência a Federação dos Metalúrgicos - Av. Francisco Trein, 116, Porto Alegre/RS.
"Cumprimentos pela passagem do ano novo, com desejo de sucessos pelos esforços em prol da solidariedade e unidade de ação, em sua luta pela paz, democracia e progresso social".

b)- Confederação Internacional dos Trabalhadores Árabes, envia exemplar da Revista "LA CISTA", editada pela Confederação as seguintes Federações do RS:

1) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO, rua Dr Flores, 62, 3º and. Porto Alegre.

2) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO MOBILIÁRIA. a rua Dr. Flores, 307, 8º and. Porto Alegre.

3) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS E DE MATERIAIS ELÉTRICO, a rua Vig. José Inácio, 368, 10º And. Porto Alegre.
Trata-se de PROPAGANDA do Movimento Sindical Árabe em apoio a causa Palestina, naturalmente dirigida por elementos de esquerda.

c)- UNIÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DE ALIMENTAÇÃO E FINS UITA com sede em Genebra/Suiça, correspondência enviada por intermédio do escritório que funciona em Montevidéu/Uruguai na Av. Uruguah, 1686 e cujo Secretário Geral é DAN CALLIN, o qual solicita que lhe enviem informes das atividades de suas organizações durante o ano de 1974 ao mesmo tempo em que formula convite para uma reunião do comitê Executivo a realizar-se em Genebra/Suiça nos 29 e 30 de janeiro do corrente ano, às seguintes federações:

CONT.

SOPS/LN - 1.4.2006 - 22,8

CONT. DA CIRC. Nº 34/75

1) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ALIMENTAÇÃO, que tem como Presidente MÁRIO JOSÉ PROVENZE, com sede à rua Gerônimo Coelho 303, Caixa Postal 2327, Porto Alegre/RS;

2) MÁRIO JOSÉ PROVENZE, também recebe correspondência com as mesmas características da citada na letra (c) do Sindicato - dos Trabalhadores da Indústria Açucareira e Similares da República Mexicana, com sede no Mexico/DF, Praça da República, 30.

d)- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DE TRANSPORTES, com sede em LIMA/PERU, envia Circular pedindo a confirmação das Delegações que participarão nos dias 17 e 21 de fevereiro do corrente ano, da II Conferência Latino-Americana dos Marítimos e Portuários, bem como envia o preço da hospedangem que será no Hotel Colonial de Vera Cruz cidade onde terá lugar a reunião, aos seguintes Sindicatos:

1) SINDICATOS DOS ESTIVADORES DE PORTO ALEGRE/RS, Av.- Des. André da Rocha, 282;

2) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE PORTO ALEGRE/RS, Av. Mauá, 833 e Jornal "CETENE" Voz do Proletário a Serviço da Pátria, impresso no MÉXICO, trata-se de um informativo do Movimento Sindical de propaganda para a América Latina, enviado ao Sindicato das Indústrias Gráficas de Porto Alegre/RS a rua Gen. Câmara,395, endereçada ao Presidente HÉLIO PEREIRA RIBAS.

3) O nominado MÁRIO JOSÉ PROVENZE, possui vários registros negativos, antecedentes subversivo, linha política do PC (SS-- 19.1/326/74. Registro de intercâmbio de comunicações via postal com a UITA (UNIÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DA ALIMENTAÇÃO).

DOPS/E - 1.3.265.7.2

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 24 — 673
Em 01 02 1977

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 24/JAN/77

ASSUNTO : ATIVAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRP'S, 2ª DIPOL e S/DP'S

PEDIDO DE BUSCA Nº 23/77/DBCI/DOPS/RS

1.- DADOS CONHECIDOS:

1.1. Dentro dos planos e atividades desenvolvidas pelos militantes de esquerda, 1977 afigura-se como de reativação de movimento operário no país.

1.2. Várias ações seriam desenvolvidas visando a causar instabilidade e insatisfação junto às classes trabalhadoras.

1.3. Vários temas já tem sido explorados objetivando despertar a atenção e sensibilizar a população para os problemas que interessam diretamente ao trabalhador. Pode-se destacar: aumento do custo de vida; racionamento dos combustíveis; mudança da política salarial; perspectivas de desemprego, entre outros.

1.4. Os comunistas consideram que o Movimento Estudantil-ME e a "esquerda clerical" já atingiram um razoável nível de conscientização, faltando contudo, mobilizar o Movimento Operário que, se conscientizado, possibilitará a união ME-MO-Esquerda Clerical, com esta facção da Igreja servindo de elo de ligação entre estudantes e trabalahdores.

2.- DADOS SOLICITADOS:

2.1. Acompanhar o Movimento Operário-MO, mantendo este Departamento informado, particularmente sobre os seguintes aspectos: - "palavras de ordem" transmitidas aos trabalhadores, através de publicações legais ou ilegais;

2.2. Principais temas explorados para fins de mobilização do MO;

2.3. Atividades dos líderes sindicais e classistas;

continua .....

CONFIDENCIAL

PROVIDENCIADO
Of. Circ Nº 19/77
ARQUIVE-SE

SOPS/E - 1.3.265.7.2

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 24 — 673
Em 01/02/1977

CONFIDENCIAL

Continuação do PEDIDO DE BUSCA Nº 23/77/DBCI/DOPS/RS

2.4. Surgimento de novas lideranças e suas ligações com organizações;
2.5. Atuação de políticos na área trabalhista;
2.6. Atuação da esquerda clerical visando a estabelecer a ligação ME-MO;
2.7. Eventos programados para a área desse OI congregado o setor trabalhista.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 62 DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

3.03
5.10
3.12

CONFIDENCIAL

SOPS/RG - 1.5.1119.12.4

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª. Bda. Inf Mtz
6º. G A C — 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 24 JUN 75

PROTOCOLADO Nº 498
Lv. nº I Fl. 54
Em 27/06/75

- PEDIDO DE BUSCA N.º 071 - S/2

1. Assunto.....: INFILTRAÇÃO COMUNISTA
2. Origem.....: III Ex (PB 083 E/2, de 17 Jun 75, da 8ª BIM)
3. Difusão.....: D P F/R G - 6ª B P M - 7ª D R P ol
4. Difusão anterior.....: -
5. Referência .....: -
6. Anexo .....: Thermofax da notícia e remessa de prontuário(1 Fl)

1. DADOS CONHECIDOS

a. A cia CARRIS, pertencente à Prefeitura de Porto Alegre é a maior empresa de transporte urbano daquela Capital.

b. É a Cia CARRIS responsável por grande parcela do transporte dos habitantes da cidade, principalmente, devido às tarifas mais baixas e, devido ainda, ao fato de ser a única a operar nas chamadas linhas deficitárias ou pioneiras (Vilas Populares e PUC).

c. Considerando que, em consequência disso, a CARRIS é responsável / pelo transporte de grande massa de trabalhadores e estudantes, causa apreensão a esta AI, a reunião sob patrocínio político do MDB, com trabalhadores da empresa, visando o trato de problemas salariais.

d. A apreensão justifica-se e torna-se maior pelo fato de aparecerem como procuradores de sindicatos, indivíduos como VITOR NUNES e LUIS BURMEISTER, registrando antecedentes nesta AI.

e. Anexo a presente informação, cópia de notícia publicada em jornal daquela cidade e resumo de antecedentes.

f. Esta AI não pode deixar de registrar, mais uma vez, o retorno da subversão, via MDB, agora já sob a forma de infiltração em apoio ao intenso trabalho de massa.

g. Informes em processamento nesta AI assinalam tentativas de infiltração de esquerda no Movimento Tradicionalista, bem como a tomada das diretorias das cooperativas agrícolas em cidades do interior, sempre que houver eleições para tais cooperativas, por atuantes políticos do MDB.

2. DADOS SOLICITADOS

Verificação dos dados conhecidos, na área dessa AI.

oooooooo 0 oooooooo

III EX - 6ª. DE - 6º. GAC
2ª SECÇÃO

SOPS/RG-1.1.304.3.1

CONFIDENCIAL

PROTOCOLADO Nº 226
Lv nº IV Fl. 133
Em 24/04/78

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C — 2ª SEÇÃO

Rio Grande, RS, 10 Abr 78

— PEDIDO DE BUSCA N.º 031 — S2/78

1. Assunto . . . . . :IX CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL
2. Origem . . . . . :CIE
3. Difusão . . . . . :6º BPM - 7ª DRP - DPF
4. Difusão anterior . . . . . :-
5. Referência . . . . . :PB nº 52 - E/2, de 03 Abr 78, da 8ª BIM
6. Anexo . . . . . :-

1. DADOS CONHECIDOS:

- Promovido pela Federação Sindical Mundial (FSM), entidade integrante do Movimento Comunista Internacional (MCI), será realizado entre 16 e 23 Abr 78, em PRAGA/TCHECOSLOVÁQUIA, o IX Congresso // Sindical Mundial.

2. DADOS SOLICITADOS:

a. Levantamento e identificação dos participantes da delegação // brasileira que deverá participar do Congresso;
b. Outros dados julgados úteis.

.-.-.-.-.-.-.-.

III EX - 6ª DE - 6º G A C
2ª SECÇÃO

SOPS/RG-1.4.1031.11.4

Protocolado nº 166
Lv. nº 2 Fl. 131
Em 2 / 8 / 79

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C — 2ª SEÇÃO

Rio Grande, RS, 25 Jul 79

— PEDIDO DE BUSCA N.º 023 —S/2

1. Assunto . . . . . : ENCONTRO NACIONAL DE LÍDERES SINDICAIS EM PORTO ALEGRE/RS
2. Origem . . . . . : APA/SNI
3. Difusão . . . . . : 6º BPM - DPF/RG - DRP - Cap dos Portos.
4. Difusão anterior . . . . . : -
5. Referência . . . . . : PB nº 048-E/2, de 13 Jul 79, 8ª Bda Inf Mtz.
6. Anexo . . . . . : -

1. DADOS CONHECIDOS

a. Dirigentes e líderes trabalhistas de 32 sindicatos brasileiros, em 27 Mai 79, em encontro mantido em sigilo, estiveram reunidos no SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE / PORTO ALEGRE/RS.

b. Estiveram presentes a essa reunião, representantes de entidades classistas do RIO GRANDE DO SUL, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS e SÃO PAULO. Entre os mesmos, encontrava-se LUIZ INÁCIO DA SILVA.

c. Nesse encontro foi feita uma avaliação conjunta da CLT, ocasião em que, conforme expressaram em documento inicial, definiram a seguinte posição:

- A revogação da atual CLT, por não interessar as propostas de reformas patrocinadas pelo Governo;
- A edição de um código de trabalho, que garanta os direitos básicos e fundamentais para todos, em todo o território nacional, permitindo que as condições de trabalho e salários, entre outras, sejam livremente negociadas entre empregados e empregadores, por meio de convenções coletivas. E ratificaram sua disposição de assegurarem o direito à greve.

Para isso, as entidades sindicais estão reunindo suas assessorias jurídicas e promoverão debates tendo por base os princípios que o MOVIMENTO SINDICAL já expôs como suas bandeiras.

- Liberdade e autonomia sindical;
- Garantia no emprego;
- Salário-mínimo real e unificado e direito à greve.

d. Em vista disso, as entidades realizarão Assembléia com suas bases para colher sugestões até 24 de agosto de 1979, para posterior unificação das mesmas em documento único a nível nacional.

SOPS/RG-1.4.1088.11.4

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C — 2ª SEÇÃO

Rio Grande, RS,

— PEDIDO DE BUSCA N.º —

1. Assunto . . . . :
2. Origem . . . . :
3. Difusão . . . . :
4. Difusão anterior . . . . . . :
5. Referência . . . . :
6. Anexo . . . . :

(Continuação do PB 023-S/2, de25 Jul 79 do 6º GAC.......Fl 02)

Nesta oportunidade, será tomada deliberação sobre a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, desde já denominada // CONCLAT.

e. No referido encontro, os dirigentes reunidos decidiram pela impetração de dois MANDADOS DE SEGURANÇA junto ao STF.

- Contra o decreto que estabelece os índices do salário-mínimo; e
- Contra a chamada "Lei da Greve", Decreto-Lei nº 1632/78, por ser considerado inconstitucional (infe B-3).

2. DADOS SOLICITADOS

a. Dados obtidos relativamente ao encontro do dia 27 Mai 79.

b. Dados obtidos sobre o debate promovido por entidades de classe, destinados à discussão dos princípios que servem de bandeiras / do Movimento Sindical.

c. Dados obtidos sobre Assembléias que por ventura venham se realizadas por entidades de Classes, com a finalidade de colocar, Digo, colher sugestões visando um Congresso Nacional da Classe // Trabalhadora (CONCLAT).

d. Dados obtidos em torno dos anunciados MANDADOS DE SEGURANÇA / contra determinações legais.

e. Lideranças, que se destacarem, caso venham a ser postas em prática as decisões do encontro.

f. Outros dados que esclareçam o assunto.

-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
-.-.-.-.-.-

III EX - 6ª DE - 6º GAC
2ª SECÇÃO

Movimento estudantil

No final da década de 1960, a história do movimento estudantil no ocidente foi marcada pelos eventos do Maio de 1968, na França, e pelo movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Estudantes e trabalhadores franceses mobilizaram-se contra o sistema educacional conservador, as condições de trabalho e pela deposição do general Charles de Gaulle, então presidente da França. Nos EUA, o ano de 1968 é lembrado pela luta por direitos civis e políticos à população negra e pelas manifestações contra a Guerra do Vietnã.

Ambos os processos de construção de movimentos sociais e políticos, no contexto estadunidense e francês, reverberam pela América Latina. Em 1968, o movimento estudantil brasileiro tentava rearticular-se. Após a deflagração do golpe de estado contra o presidente João Goulart, em 1964, os estudantes foram os principais alvos de ações repressivas. Durante a ditadura civil-militar brasileira, o movimento estudantil sofreu com a repressão policial e com a vigilância do Serviço Nacional de Informação (SNI), bem como da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) presentes nas universidades e faculdades brasileiras.

Uma das primeiras medidas para desarticular a organização dos estudantes consistiu no ataque direto à União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1º de abril de 1964, a sua sede no Rio de Janeiro foi invadida por tropas militares e incendiada; a entidade logo foi extinta com a promulgação da Lei Suplicy (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964). Todavia, a UNE organizou uma estrutura clandestina que contribuiu para a formação de um movimento estudantil de oposição direta à ditadura em 1967 e 1968. Porém, após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, as mobilizações estudantis, junto com outros movimentos sociais, passaram a se intensificar e a se reorganizar no país somente na segunda metade da década de 1970.

A partir da existência de ações repressivas e de vigilância, podemos compreender que o movimento estudantil nunca foi totalmente aniquilado como almejou o Estado ditatorial brasileiro. Encontramos na documentação da polícia política do Rio Grande do Sul a produção de pedidos de busca e informes sobre entidades estudantis (diretórios e centros acadêmicos, uniões de estudantes secundaristas, entre outras), e também sobre entidades postas na ilegalidade (tal como a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes). Por meio da análise dos documentos, também é possível acompanhar a luta dos estudantes para rearticular a UNE e para derrubar o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que puniu professores, alunos e funcionários da área da educação por atos considerados “subversivos”.

Documentos

Informação comunicando a relação de membros pertencentes à Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administrativas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola Superior de Educação Física. “s.d.”, s.d. SOPS/CS-1.4.3027.37.10

Pedido de busca sigiloso nº 77/81-DIN/DOPS, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegado de Polícia, solicitando dados sobre a possibilidade da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) mobilizarem todas as entidades estudantis nacionais para participarem da “Jornada em Defesa da Educação”, bem como se há articulação com as entidades estudantis do estado do Rio Grande do Sul (UEE/RS e DCE’s) e as entidades docentes (ADURGS, CPERS, ADU/SM etc.). “s.d.”, s.d. SOPS/CS-1.4.3251.39.11/2

Ordem de busca nº 630/73-DOPS, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia, solicitando informações sobre o “Turismo Estudantil”, principalmente em países comunistas. “s.d.”, s.d. SOPS/CS-1.2.1796.23.6/3

Ofício nº 56/68, de Major Gusmão, Chefe do SCI para Del. Pol. de Cachoeira do Sul, solicitando a comunicação de qualquer atividade do movimento estudantil na região. “s.d.”, s.d. SOPS/CS-1.4.3031.37.10

Anteprojeto do Regime Interno da União dos Estudantes Secundaristas de Alegrete (UESA), informando a organização interna da entidade e as suas diretrizes. Alegrete, s.d. SOPS/A-1.4.8.2.1/7

Estatuto da União dos Estudantes Secundaristas de Alegrete, estabelecendo a organização, finalidades e poderes da entidade. Alegrete, s.d. SOPS/A-1.4.9.2.1/9

Jornal da chapa “Viração”, candidata à União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS), informando a composição da chapa, o seu posicionamento em relação à ditadura e à situação das universidades, da educação e da cultura no país, além de se colocar contra a desigualdade social e a devastação ambiental. “s.d.”, s.d. SOPS/A-1.4.12.2.1

Jornal da chapa “Maioria”, candidata à União Nacional dos Estudantes (UNE), divulgando a composição da chapa, a sua visão de movimento estudantil e universidade, bem como informando a sua proposta de atuação no âmbito universitário e político. “s.d.”, s.d. SOPS/A-1.4.13.2.1

Pedido de busca confidencial nº 156/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP’s, solicitando que as mobilizações estudantis sejam acompanhadas e relatadas, principalmente as que estiverem relacionadas com as instituições de ensino superior. “s.d.”, s.d. SOPS/L-1.4.68.5.1

Dossiê de Antonio da Costa Coelho, presidente da União Riograndina de Estudantes Secundários (URES), anexando Certidão, elaborada por Waldyr Becker Tybosch, Inspetor Chefe do Serviço de Ordem Política e Social, sobre o “comportamento subversivo” de Antonio da Costa Coelho. “s.d.”, s.d. SOPS/RG-1.2.469.4.2

Relatório, sobre a localidade e as atividades dos principais membros do “Trabalho Juvenil” em Rio Grande, dentre eles constando informações sobre o Congresso Estudantil Riograndino, formado por estudantes dos colégios católicos do município. “s.d.”, s.d. SOPS/RG-1.3.959.10.4/3

Pedido de busca reservado nº 45, de 7ª Delegacia Regional de Polícia, solicitando informações sobre o que consta no DOPS/RS acerca do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA). “s.d.”, s.d. SOPS/RG-1.4.1005.11.4

Panfleto contra a ditadura, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCE/UFRGS). “s.d.”, s.d. SOPS/RG-1.6.1219.13.5

Circular confidencial nº 52/76, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Rádio Circular nº 284/76/DPI/SSP/RS, de Delegado Itamar Fernandes de Souza, Diretor DPI, informando que indivíduo desconhecido esteve em Guarani das Missões e arrecadou dinheiro de estudantes para fins de expedição de carteiras da União Gaúcha de Ensino Profissional. “s.d.”, s.d. SOPS/LV-1.1.746.8.3

Informação nº 52/81, de 15ª Delegacia Regional de Polícia, transmitindo relatório sobre reunião realizada por estudantes, bem como dados qualificativos sobre alguns participantes. Lagoa Vermelha, s.d. SOPS/LV-1.4.2080.23.8/2

Documento, de Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, comunicando o Plano de Luta da União Nacional dos Estudantes (UNE), com informações sobre o plano e os passos para a sua efetivação. “s.d.”, s.d. Obs. Documento incompleto, consta somente a segunda página. SOPS/LV-1.8.3415.33.12

Ofício nº 84/84, de Francisco Ondino de Caldas, Substituto do Delegado para Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia, encaminhando o Relatório de Informações nº 1/64 sobre sindicatos, estudantes, associações políticas e religiosas. Erval Grande, 9 de novembro de 1964. SOPS/E-1.2.108.4.1/4

Dossiê de Carlos Seno Ludwig, de 7ª Região Policial, anexando termo reservado com perguntas ao estudante; Ofício nº 397/65 e relatório reservado. Rio Grande, 23 de novembro de 1965. SOPS/RG-1.2.489.5.2/6

Dossiê de João Manoel dos Santos Cunha, Diretor Regional do Diretório Central dos Estudantes, de 7ª Região Policial, anexando termo de declarações. Pelotas, 5 de janeiro de 1967. SOPS/RS-1.2.501.5.2

Informação secreta nº 358/67-SCI/RS, de 5ª Zona Aérea para DOPS/RS e Delegados Regionais, comunicando sobre a realização do Seminário da Federação dos Estudantes na Universidade de Brasília (UnB), organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), contra a infiltração do imperialismo no Brasil. Porto Alegre, 24 de julho de 1967. SOPS/LV-1.4.1849.21.8

Informe nº 25/68-SCI/RS, de DOPS/BR para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, Delegados Regionais, DOPS/RS, BM/RS, SNI/APA e DPF/RS, comunicando que os movimentos sindical, estudantil, camponês e parlamentar estão preparando mobilizações sociais em todos os Estados da Federação, durante o ano de 1968. Porto Alegre, 8 de março de 1968. SOPS/LV-1.4.1853.21.8/2

Informação nº 167/68-SCI/RS, de SCI/SSP/RS para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, DOPS/RS e Delegados Regionais, comunicando que os movimentos sindical, estudantil, camponês e parlamentar estão preparando mobilizações sociais em todos os Estados da Federação, durante o ano de 1968. Porto Alegre, 20 de março de 1968. SOPS/LV-1.4.1854.21.8

Ordem de Busca nº 129/68-SCI/RS, de AFIR-SCI/SSP/RS para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, DOPS/RS, BM/RS e Delegados Regionais, solicitando a localização e a prisão de Lauro Freire dos Santos, informando que foi condenado a doze anos de prisão e que teria mantido contato com estudantes no Rio Grande do Sul e São Paulo. Porto Alegre, 17 de abril de 1968. SOPS/LV-1.2.946.11.4

Ofício nº 62/68, de Paulo Azevedo Machado, Delegado de Polícia para Faustino Ribeiro Lemos, Delegado Regional de Polícia, relatando a reunião de Luiz André Fávero, presidente da UGES, Ivo Ulrich, Berecine Medeiros e Elaine Lisboa com os estudantes do Ginásio Nossa Senhora das Graças, em 4 de maio de 1968, a fim de discutir a situação estudantil no Rio Grande do Sul e a economia nacional. Bom Jesus, 16 de maio de 1968. SOPS/LV-1.4.1859.21.8/2

Informe confidencial nº 90/68, de DPF/RS para Ten. Cel. Pedro Américo Leal, BM/RS, SNI/APA e Delegados Regionais, comunicando a articulação entre os movimentos estudantil e sindical, a fim de deflagrar possíveis agitações no país, a partir do mês de junho de 1968. Porto Alegre, 10 de junho de 1968. SOPS/LV-1.4.1860.21.8

Informação confidencial nº 13/01/68-APAE, de APAE para Diretores DPJ, DPD, DIE e Delegados Regionais, comunicando sobre os acontecimentos da manifestação estudantil realizada no dia 25 de junho, em Porto Alegre. Porto Alegre, 28 de junho de 1968. SOPS/LV-1.4.1861.21.8/2

Informação nº 539/68-SCI/RS, de SCI/SSP/RS para Delegados Regionais de Polícia e DP de Pelotas, encaminhando vinte cópias de fotografias dos líderes estudantis que atuaram nos últimos acontecimentos no país. Porto Alegre, 5 de julho de 1968. Obs. Não constam os anexos com as fotografias. SOPS/LV-1.4.1863.21.8

Informação confidencial nº 272/E2/68, de E2/3ª DI para Gu Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, prevendo a possibilidade de manifestações estudantis nos dias 14 (Queda da Bastilha) e 26 (Aniversário da Revolução Cubana) de julho. Santa Maria, 11 de julho de 1968. SOPS/CS-1.2.1300.17.5

Informação confidencial nº 701/68-SCI/RS, de SSP-RS/SCI para BM/RS, DSPS/DOPS, APAE e Delegacias de Polícia, comunicando a estratégia que o movimento estudantil estaria usando para expulsar alunos policiais. Porto Alegre, 15 de agosto de 1968. SOPS/CS-1.4.3030.37.10

Informação confidencial nº 705/68-SCI/RS, de Dedo para APAE, DSPS/DOPS e Delegados Regionais de Polícia, transcrevendo panfleto contendo instruções aos estudantes para as passeatas. Porto Alegre, 16 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.4.1864.21.8/2

Informação confidencial nº 707/68-SCI/RS, de Dedo para APAE e Delegados Regionais, comunicando sobre ações do movimento estudantil, seu plano político e a sua composição, informando que seria orientado por "grupos de esquerda extremados". Porto Alegre, 16 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.4.1866.21.8/2

Informação confidencial nº 704/68-SCI/RS, de DEDO SCI/SSP/RS para APAE, DSPS/DOPS e Delegados Regionais, transcrevendo notícia publicada no "Jornal do Brasil", em 4 de maio de 1968, sobre quem era Edson Luis de Lima Souto, morto durante o conflito entre estudantes e polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Porto Alegre, 16 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.2.959.11.4

Informação confidencial nº 756/68-SCI/RS, de AFIR-SCI/SSP/RS para APAE, BM/RS e Delegados Regionais, comunicando que José Jarbas Saraiva Cerqueira se encontra em Cuba, representando a União Nacional de Estudantes (UNE). Porto Alegre, 26 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.2.961.11.4

Ordem de busca confidencial nº 239/68-SCI/RS, de SCI/SSP/RS para Delegados Regionais, solicitando dados qualificativos sobre as instituições e entidades estudantis de ensino superior existentes na jurisdição policial, bem como informações sobre os estudantes que compõem a direção dos diretórios acadêmicos. Porto Alegre, 11 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.4.1867.21.8

Informação confidencial nº 903/68-SCI/RS, de Dedo para Delegados Regionais, transcrevendo uma breve análise sobre a atual conjuntura do campo psicossocial em São Paulo, nos movimentos dos trabalhadores e estudantil. Porto Alegre, 24 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.4.1868.21.8/3

Informação confidencial nº 937/68-SCI/RS, de Dedo para DSPS/DOPS e Delegados Regionais, comunicando que, apesar doa alunos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro estarem em greve, foi marcada prova de Direito Internacional Privado pelo professor Haroldo Valadão, em 9 de agosto de 1968, e quatro alunos resolveram furar a greve e realizar a avaliação. Porto Alegre, 30 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.4.1869.21.8

Ordem de busca confidencial nº 286/68/SCI/RS, de SCI/SSP/RS para Delegacia Regional de Lagoa Vermelha, solicitando a localização e os dados pessoais de Dalta Maria Boeira, Alderico Boeira de Luz e João R. da Silva, por terem alguma relação com Luiz André Fávero, ex-presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES). Porto Alegre, 29 de outubro de 1968. SOPS/LV-1.2.965.11.4

Informação confidencial nº 1.228/68-SCI/RS, de DSI/MEC para E2/III Ex., SNI/APA, DPF/RS, 5ª Zona Aérea, BM/RS, APAE, DSPS/DOPS, Delegados Regionais e Delegacias de Polícia de Pelotas e Cachoeira do Sul, transcrevendo panfleto distribuído durante os preparativos do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Porto Alegre, 8 de novembro de 1968. SOPS/LV-1.4.1870.21.8/2

Ofício urgente 604/69, de Bel. Firmino Peres Rodrigues, Diretor do DOPS para José Garibaldi Evangelho Simões, Delegado Regional da 20ª Região Policial, determinando que seja encaminhada ao DOPS a relação por município, segundo o modelo anexado, das Escolas Superiores e Secundaristas, indicando, em cada instituição, professores e discentes dotados de ideologia contrária ao regime. Porto Alegre, 12 de maio de 1969. SOPS/CS-1.8.3813.46.13/2

Ofício nº 287/70, de Bel. Firmino Peres Rodrigues, Diretor do DOPS para Del. José Garibaldi Evangelho Simões, Delegado Regional de Polícia, reiterando o Ofício nº 604, de 12 de maio de 1969, que solicita as relações das Escolas Superiores e Secundaristas, bem como de professores, estudantes e funcionários, dotados de ideologia contrária ao regime. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1970. SOPS/CS-1.8.3818.46.13

Ordem de busca confidencial nº 219/DCI/SSP/RS, de DCI para Delegacias Regionais e DOPS, requerendo a relação nominal dos componentes do corpo docente e discente de todas as faculdades e escolas secundaristas existentes na área jurisdicional, bem como a participação, ou não, dos indivíduos no movimento estudantil. Também são solicitadas informações sobre as agremiações estudantis, universitárias e secundaristas. Porto Alegre, 11 de maio de 1970. SOPS/CS-1.4.3045.37.10

Ofício nº 261/70, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia, para Comandante do 1º Pel./2ª Cia, difundindo informações, atribuídas a Sérgio Mendonça Costa, sobre a extinta União Cachoeirense de Estudantes. Cachoeira do Sul, 24 de junho de 1970. SOPS/CS-1.2.1419.18.5

Informe nº 1/71, de SOPS/15ª RP para DCI e DOPS/RS, comunicando que o Diretório Acadêmico de Direito de Passo Fundo arrecadou, no ano de 1970, CR$ 20.000,00. Lagoa Vermelha, 16 de junho de 1971. SOPS/LV-1.4.1873.21.8

Informação confidencial nº 1878/71/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para DOPS/RS e Delegacia Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, comunicando irregularidades no Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Passo Fundo. Porto Alegre, 28 de setembro de 1971. SOPS/LV-1.4.1876.21.8

Ordem de busca confidencial nº 664/72, de DOPS/RS para Regionais e 1ª e 2ª Divisão Policial/DIPOL, solicitando que os órgãos de busca sejam informados imediatamente caso ocorram agitações na área estudantil durante a Semana da Pátria. Porto Alegre, 28 de junho de 1972. SOPS/CS-1.-.182.3.1

Ofício nº 315/72, de Marco Aurelio Heller Riegel, Delegado de Polícia para Neuri Freitas, Inspetor de Polícia, enviando um exemplar do jornal estudantil "Integração", que possui o artigo "Germes Gusanos", escrito por Erwin Rommel, que critica o professor Décio Fernandes de Oliveira e a Rádio Esmeralda, entre outros. Vacaria, 27 de setembro de 1972. Obs. O exemplar do jornal não se encontra anexado ao documento. SOPS/LV-1.4.1904.21.8

Auto de apreensão reservado nº 061072, de Marco Aurélio Heller Riegel, Delegado de Polícia, informando a apreensão do livro *Como tornar-se um bom comunista*, de Vayko, sob a posse do estudante Erwin Rommel Paim Cândido. Vacaria, 6 de outubro de 1972. SOPS/LV-1.4.1905.21.8

Pedido de busca confidencial nº 309/72/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para 20ª Delegacia Regional de Polícia de Cachoeira do Sul, encaminhando levantamento de dados sobre a situação do Rio Grande do Sul nos âmbitos econômico, político, religioso, estudantil, terrorista, subversivo e racial, e também solicitando investigações sobre esses setores da sociedade por parte da DRP. Porto Alegre, 11 de outubro de 1972. SOPS/CS-1.-.198.3.1/7

Pedido de busca confidencial nº 10/72, de 3º G. Can. Au. A. Aé., Ministério do Exército para 15ª DRP e 10º BPM, solicitando investigação sobre a prisão do presidente da União Vacariense de Estudantes Secundários (UVES), Erwin Rommel Paim Candido dos Santos, por portar o livro *Como ser um bom comunista*. Caxias do Sul, 13 de outubro de 1972. SOPS/CX-1.4.161.5.1

Encaminhamento nº 3/72, de 15ª DRP/SOPS, notificando o envio de um exemplar do jornal "Integração", editado pela União Vacariense de Estudantes Secundários (UVES), e um recorte do jornal Zero Hora, de 12 de outubro de 1972, com texto redigido por Erwin Romel, intitulado "Germes Gusano Germes". Lagoa Vermelha, 13 de outubro de 1972. Obs. Não constam em anexo o exemplar do jornal "Integração" e o recorte do jornal Zero Hora. SOPS/LV-1.4.1907.21.8

Pedido de busca reservado nº 441/72/DCI/SSP/RS, de 15ª Região Policial/ Delegacia de Polícia de Vacaria, informando a detenção de Erwin Rommel Paim Cândido dos Santos, presidente da União Vacariense de Estudantes Secundários (UVES), e os motivos da sua prisão. Vacaria, 19 de outubro de 1972. SOPS/LV-1.4.1908.21.8

Informação nº 24/72, de SOPS/15ª DRP para 3º G. Can. Au. A. Aé., comunicando a prisão de Erwin Rommel Paim Cândido dos Santos, presidente da União Vacariense de Estudantes Secundários (UVES), e a apuração de informações sobre o indiciado pela SOPS. Lagoa Vermelha, 23 de outubro de 1972. SOPS/LV-1.4.1909.21.8/3

Pedido de busca confidencial nº 175, E2/72, de III Exército para Gu. Santa Cruz, Cachoeira, Rosário e Santa Maria, solicitando investigação sobre os líderes estudantis ou integrantes de diretórios que participarão de uma reunião em São Leopoldo com todos os Diretórios Estudantis do Rio Grande do Sul, e informando que, caso seja confirmada a organização da reunião, a Agência deverá tentar infiltrar um agente para acompanhar o encontro. Santa Maria, 28 de dezembro de 1972. SOPS/CS-1.4.3071.37.10

Relatório nº 02/73, de Paulo A. C. de Souza, Escrivão Encarregado para Delegado Regional de Polícia, comunicando a realização, em Cachoeira do Sul, entre os dias 23 a 29 de julho de 1973, do XXVI Congresso de Estudantes Secundaristas do Estado do Rio Grande do Sul. Cachoeira do Sul, 31 de julho 1973. SOPS/CS- 1.4.3082.37.10

Ordem de busca confidencial nº 597/73, de DOPS/RS para Delegacias Regionais, 2ª DIPOL e DPM, solicitando a relação dos grêmios estudantis com seus respectivos representantes, bem como a composição das diretorias das entidades estudantis. Porto Alegre, 29 de agosto de 1973. SOPS/CS-1.4.3084.37.10

Ofício nº 196/73, de Jayme Caon, responsável pelo expediente na Delegacia de Polícia para Luiz Langaro, Chefe da SOPS, informando que não existe, em Vacaria, nenhum diretório acadêmico. Vacaria, 13 de setembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1949.21.8

Informação reservada nº 246/73/SOPS/RG, de 7ª Delegacia Regional de Polícia para DOPS/RS, relatando irregularidades administrativas nos cursos de Direito, Economia e Engenharia Naval na Fundação Universidade de Rio Grande. Rio Grande, 17 de setembro de 1973. SOPS/RG-1.4.1004.11.4/3

Radiograma nº 20/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Polícia Chefe da SOPS para Diretor do DOPS/RS, informando que, nesta região policial, não há nenhum diretório acadêmico. "s.d.", 24 de setembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1950.21.8

Circular nº 23/73, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Ordem de busca nº 597/73/DOPS/RS, de Luiz Lilson Langaro, Chefe da SOPS, solicitando a relação dos diversos Grêmios Estudantis, com seus respectivos representantes, bem como a da diretoria das entidades que congregam os Grêmios de cada município e a de todos os colégios de Ensino Médio da Região, na gestão de 1973 e 1974. Lagoa Vermelha, 1 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1954.21.8

Circular nº 25/73, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Encaminhamento nº 102/73/DOPS/RS, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão de Polícia Chefe da SOPS, remetendo o Aviso reservado nº 873/73, do Ministro da Educação e Cultura, que, em complemento à legislação vigente, baixa o referido Aviso, a fim de disciplinar a realização de encontros e reuniões de estudantes. Lagoa Vermelha, 1 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1956.21.8/2

Ofício nº 102/73, de Eli Loureiro da Silva, Escrivão Polícia responsável pela Delegacia Policial de Esmeralda para Luiz Lilson Langaro, Chefe da SOPS, atendendo à Ordem de busca nº 597/73, informa a composição da diretoria do Grêmio Estudantil do Ginásio de Esmeralda. Esmeralda 11 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1957.21.8

Circular nº 31/73, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Ordem de busca nº 730/73/DOPS/RS, solicitando o levanta-

mento dos representantes estudantis que comparecerão ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), com data prevista para outubro de 1973, assim como averiguar os temas previstos para debate e o local do evento. Lagoa Vermelha, 16 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1960.21.8

Memorando nº 324/73, de Ary Nelson da Silva, Delegado de Polícia para José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia, encaminhando a relação de Grêmios Estudantis com seus respectivos representantes. Vacaria, 24 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1962.21.8

Encaminhamento confidencial nº 3267/73/DCI/SSP/RS, de DCI para DRP/Cachoeira do Sul, enviando a cópia em xerox do texto "Os estudantes e o Decreto 477", de autoria do general Paula Couto, publicado no jornal "Zero Hora", em 21 de outubro de 1973. Porto Alegre, 25 de outubro de 1973. SOPS/CS-1.6.3604.43.12/2 / SOPS/LV-1.4.1963.21.8/2

Atendimento confidencial à Circular do SOPS nº 23/73, de Mário Bengochêa Alegre, Inspetor de Polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, informando a composição dos Grêmios Estudantis existentes na área policial da Delegacia de Polícia de São José do Ouro, bem como a orientação partidária de cada estudante. São José do Ouro, 3 de novembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1953.21.8/2

Ofício nº 412/73, de Ary Nelson da Silva, Delegado de Polícia para José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia, atendendo à Ordem de busca nº 791/73-DCI/DOPS, informa os dados pessoais de Erwin Rommel Paim Cândido dos Santos. Vacaria, 6 de novembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1965.21.8

Ofício nº 75/73, de Alaor Vitter Moreira, Inspetor Policial responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia de Ibiraiaras para SOPS/15ª R.P., atendendo à Circular nº 23/73, de 1 de outubro de 1973, informa a diretoria do Grêmio Estudantil Robert Kennedy. "s.d.", 19 de novembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1967.21.8

Circular urgente nº 70/73, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Ordem de busca confidencial nº 668/73/DOPS/RS, solicitando a relação dos estudantes de faculdades federais e particulares do Estado atingidos pelo

Decreto-Lei nº 477/69, assim como também enviar a relação nominal com a faculdade e o curso dos estudantes punidos. Lagoa Vermelha, 7 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1972.21.8

Pedido de busca confidencial nº 054/73/SI/DPF/BAGÉ/RS, de SI/DPF/BAGÉ/RS para 3ª BDA, MEC, DPF/LI, DRP/LI, DRP/BAGÉ, DRP/CACHOEIRA DO SUL, solicitando que a DPF/BAGÉ/RS seja comunicada caso ocorra a ida de estudantes brasileiros para o Congresso Estudantil em Posadas (Argentina). Bagé, 18 de dezembro de 1973. SOPS/CS-1.-.281.4.2

Circular urgente nº 03/74, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca confidencial nº 017/74/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando informações sobre desentendimento ocorrido entre os Grêmios Estudantis e a União Palmeirense de Estudantes (UPE), e também sobre Gumercindo Tadeu Silveira, presidente da UPE. "s.d.", 16 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1980.22.8

Radiograma confidencial nº 79/74/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para Delegados Regionais, solicitando que a Divisão Central de Informações seja informada permanentemente sobre a situação do movimento estudantil nesta área policial e alertando sobre a tentativa de reorganização do movimento. Porto Alegre, 3 de abril de 1974. SOPS/LV-1.4.1984.22.8

Radiograma reservado CIR NR 79/74-DCI/SSP/RS-02/S4/74, de DCI/SSP/RS para Delegado Regional de Polícia, solicitando informações sobre a ação do movimento estudantil na região dessa DRP. Porto Alegre, 3 de abril de 1974. SOPS/CS-1.4.3110.37.10

Informação reservada nº 123/74/SOPS/RG, de 7ª Delegacia Regional de Polícia para DOPS/RS, comunicando que o panfleto remetido em anexo foi enviado para o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande. Rio Grande, 29 de abril de 1974. Obs. Não consta o panfleto em anexo. SOPS/RG-1.4.1006.11.4

Pedido de busca confidencial nº 22/74/S/2, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea / 3º GAAAé, Ministério do Exército, para 8ª e 15ª DRP's, 10º BPM, 8ª e 12ª Delegacias SM, solicitando averiguações sobre a possibilidade de realização de congresso da Ex-UNE no interior do Rio Grande do Sul, com a participação de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), contendo lista

com seus nomes e codinomes respectivos, e de estrangeiros chilenos, argentinos e uruguaios. Caxias do Sul, 30 de maio de 1974. SOPS/CX-1.4.164.5.1

Circular confidencial nº 39/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 105/74/DBCI/DOPS/RS, solicitando a relação dos diversos Diretórios Acadêmicos, com seus respectivos representantes, assim como suas informações pessoais e acadêmicas. Lagoa Vermelha, 20 de junho de 1974. SOPS/LV-1.4.1988.22.8

Circular nº 45/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 252/74/DOPS/RS, solicitando intensificar as buscas para comprovar a suposta organização de um Congresso Estudantil, de âmbito nacional, para traçar as novas orientações do movimento estudantil e escolher os representantes para o 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Lagoa Vermelha, 28 de junho de 1974. Obs. Documento incompleto. SOPS/LV-1.4.1989.22.8

Pedido de busca confidencial nº 31/74/S/2, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea / 3º GAAAé, Ministério do Exército para 8ª e 15ª DRP's, 10º BPM, 8ª e 15ª Del. Sv Militar, encaminhando a transcrição de radiograma sobre o desaparecimento de pessoas, especialmente as vinculadas ao movimento estudantil. Caxias do Sul, 2 de julho de 1974. SOPS/CX-4.-.215.10.1

Informação confidencial nº 571/74/DOPS/RS, de DOPS/RS para Del. Regionais de Polícia, comunicando a necessidade de intensificar a apreensão de material produzido por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), que denuncia a prisão, em São Paulo, da professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Maria Nilde Masselani e do metalúrgico Waldemar Rossi. Porto Alegre, 15 de agosto de 1974. SOPS/CS-1.4.3124.38.11

Circular nº 227/74, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Informação nº 571/74-DOPS, comunicando sobre o surgimento de tentativas de tumultos nos meios estudantis universitários em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, após um período de relativa calma. Cachoeira do Sul, 27 de agosto de 1974. SOPS/CS-1.2.2244.27.7/4

Circular confidencial nº 78/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Informação nº 571/74/DOPS/RS, solicitando a obstrução de intercâmbio de panfletos sobre as prisões políticas, e também recomendando vigilância sobre o pessoal da área universitária que possua antecedentes e sobre os "estudantes profissionais". Lagoa Vermelha, 3 de setembro de 1974. SOPS/LV-1.4.1992.22.8

Circular nº 98/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 216/74/DOPS/RS, solicitando informar as áreas onde há mais propaganda subversiva e "aliciamento de jovens", e o valor das lideranças subversivas atuantes, bem como a estimativa da massa estudantil atingida. Lagoa Vermelha, 11 de setembro de 1974. SOPS/LV-1.4.1993.22.8

Circular nº 142/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 22/74/3º Grupo de Artilharia Antiaérea / 3º GAAAé, solicitando a verificar sobre a realização do congresso da Ex-UNE no interior do Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 8 de outubro de 1974. SOPS/LV-1.1.670.7.3

Radiograma nº 340/74, de José Garibaldi Simões, Delegado Regional de Polícia para Diretor DPI/SSP, informando o número de instituições de ensino e de estudantes, de acordo com cada município da região policial. Porto Alegre, 19 de novembro de 1974. SOPS/CS-1.8.3847.46.13

Pedido de busca confidencial nº 12-1294/74/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS, para 20ª DRP/Cachoeira do Sul, solicitando a relação de livros-texto recomendados no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e do curso de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeira do Sul, com a especificação dos seus títulos, das editoras e edições indicadas. Porto Alegre, 26 de novembro de 1974. SOPS/CS-1.8.3848.46.13

Informação confidencial nº 832/74/DBCI/DOPS/RS, de DOPS para Delegacias Regionais e DPM, comunicando sobre as atividades estudantis no país. "s.d.", 29 de novembro de 1974. SOPS/CS-1.3.2919.35.10

Circular nº 196/74, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Senhor Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Informação nº 832/74/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, comunicando que no período de 19 a 24

de agosto de 1974, os Diretórios Acadêmicos da Universidade de Brasília (UnB) desenvolveram um programa em comemoração à primeira semana do Calouro e, durante uma apresentação musical, o cantor Fagner denunciou a ação repressiva do Estado. Lagoa Vermelha, 6 de dezembro de 1974. SOPS/LV-1.-.321.3.1

Informação nº 2/75, encaminhando a transcrição do RD nº1/75/SOPS/RS sobre a ação dos estudantes da faculdade de Medicina contra o reitor. Rio Grande, 2 de janeiro de 1975. SOPS/RG-1.4.1007.11.4

Pedido de busca confidencial nº 5111/75, de DCI/SSP/RS para DRP/Rio Grande/RS, solicitando a confirmação e a qualificação dos dados referentes à eleição para a diretoria do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Porto Alegre, 24 de janeiro de 1975. SOPS/RG-1.2.576.6.3

Informe confidencial nº 6/75/S/2, de AD/L, 3º Grupo de Artilharia Antiaérea / 3º GAAAé, Ministério do Exército para 8ª e 15ª DRP's e 10º e 12º BPM, comunicando a tentativa de reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), e informando que alguns diretórios estudantis já iniciaram contatos com lideranças da extinta UNE no exterior. Caxias do Sul, 4 de fevereiro de 1975. SOPS/CX-1.4.166.5.1

Pedido de busca confidencial nº 16-S2, de 8ª Brigada de Infantaria Motorizada para 6º BPM e 7ª DRP, solicitando vigilância durante a recepção dos calouros das Faculdades pertencentes à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), por ocasião do início do ano letivo. Rio Grande, 13 de fevereiro de 1975. SOPS/RG-1.4.1010.11.4

Pedido de busca confidencial nº 17-S2/75, de CIE para Capitania dos Portos, 6º BPM, PF/RG e 7ª DRP, solicitando informações sobre a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Rio Grande, 18 de fevereiro de 1975. SOPS/RG-1.4.1011.11.4

Pedido de busca nº 93/75, solicitando vigilância durante a recepção dos calouros das faculdades pertencentes à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), por ocasião do início do ano letivo, em vista da programação promovida pela Universidade de Brasília (UnB) na "1ª Semana do Calouro". Rio Grande, 20 de fevereiro de 1975. SOPS/RG-1.4.1012.11.4

Informação nº 64/75/SOPS/RG, de SOPS/RG para 7ª Delegacia Regional de Polícia, respondendo ao Pedido de busca nº141/74/SI/DPF/RG, sobre as atividades de política estudantil. Rio Grande, 31 de fevereiro de 1975 (sic). SOPS/RG-1.2.595.6.3

Pedido de busca confidencial nº 090/75/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia, solicitando informações sobre a Associação Internacional Cultural e Educacional de Jovens. Porto Alegre, 3 de março de 1975. SOPS/CS-1.1.1012.12.3

Informação confidencial nº 80-S/2, de CIE para CP, DPF/RG, 6º BPM e 7ª DRP, comunicando a declaração de greve pelos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), em solidariedade aos companheiros da Escola de Comunicações e Artes, e informando sobre a possibilidade de organização de uma greve geral dos estudantes. Rio Grande, 12 de maio de 1975. SOPS/RG-1.4.1014.11.4

Informação nº 223/75/SOPS/RG, de Sessão de Ordem Política e Social, encaminhando anexo, para que seja tomado conhecimento, referente aos estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) que assistiram ao Congresso no México e voltaram com ideias marxistas. Obs. Não consta o anexo. Rio Grande, 19 de junho de 1975. SOPS/RG-1.4.1015.11.4

Informação confidencial nº 218, de 6ª Divisão do Exército para DPF/RG, 7ª DRP e 6º BPM, comunicando sobre a realização de prévias eleitorais no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Rio Grande, 13 de agosto de 1975. SOPS/RG-1.4.1017.11.4

Informação reservada nº 346/75, comunicando sobre a eleição da nova diretoria do Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande e a sua composição. Rio Grande, 27 de agosto de 1975. SOPS/RG-1.4.1018.11.4

Pedido de busca confidencial nº 103-S/2, de III Exército para 6º BPM e 7ª DRP, requerendo dados sobre a atividade de estudantes universitários, em razão de articulações para a eclosão de manifestações, em âmbito nacional, no segundo semestre de 1975, contra o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei nº 477. Rio Grande, 26 de setembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1020.11.4

Pedido de busca confidencial nº 104-S/2, de S/2 para DPF/RG, 6º BPM e 7ª DRP, informando que está prevista, para os próximos meses, movimentação estudantil em todo o país. Rio Grande, 26 de setembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1021.11.4

Pedido de busca confidencial nº 218/75-SI/DPF/RG, de III Exército para SO/DPF/RG, SOPS/RG e 6º BPM, solicitando dados sobre o movimento estudantil, em razão de articulações para a eclosão de manifestações, em âmbito nacional, no segundo semestre de 1975, contra o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei nº 477. Rio Grande, 30 de setembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1022.11.4

Circular nº 116/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de Busca nº 534/75/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando a localização e a prisão de Fernando Marinho Falcão, participante do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Lagoa Vermelha, 5 de outubro de 1975. SOPS/LV-1.1.729.8.3

Pedido de busca confidencial nº 566/75/DOPS/RS, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia e 2ª DIPOL, requerendo informações sobre a participação de estudantes e docentes na reunião no México, realizada entre 6 e 10 de outubro de 1975, sobre o "Planejamento Educacional na América Latina", organizada pela "União de Universidades da América Latina". Porto Alegre, 10 de outubro de 1975. SOPS/CS-1.1.1070.13.4

Circular reservada nº 196/75, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca reservado nº 566/75, solicitando que seja averiguada a participação de alunos e professores brasileiros no evento "Planejamento Educacional na América Latina", organizado pela União de Universidades da América Latina no México, de 6 a 10 de outubro de 1975. Cachoeira do Sul, 14 de outubro de 1975. SOPS/CS-1.3.2926.35.10

Pedido de busca confidencial nº 51/75/S/2, de AD/6 e 3º Grupo de Artilharia Antiaérea/3º GAAAé/Ministério do Exército, para 10º BPM, 12ª Delegacia SM, 15ª DRP e 8ª Delegacia SM, encaminhando dados sobre a infiltração do movimento estudantil no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, tendo como indício a distribuição do folheto "Discuta nº 1", denunciando a "crise na universidade". Caxias do Sul, 15 de outubro de 1975. SOPS/CX-1.8.192.8.1.A/2

Informação reservada nº 435/75, comunicando que o jornal "O Passo", editado pelo Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande, tem, em sua página 10 (conforme cópia, na íntegra, do referido jornal), a publicação de um artigo semelhante ao editado no jornal do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais. Obs. Não consta a cópia do jornal em anexo. Rio Grande, 15 de outubro de 1975. SOPS/RG-1.4.1024.11.4

Informação confidencial nº 290-S/2, de S/2 para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, comunicando a realização de Assembleia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, e também que, em 25 de outubro, será realizado, na Universidade Federal da Bahia, o Encontro Nacional dos Estudantes, com o objetivo de reconstruir a União Nacional dos Estudantes (UNE). Rio Grande, 25 de outubro de 1975. SOPS/RG-1.4.1025.11.4

Circular nº 104/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 431/75/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando o controle do retorno ao Brasil de Vera Lúcia Abreu Pereira Pavese, Eduardo Alberto Pavese, Maria Helena da Silveira Cintra de Oliveira, David de Tal, Telman Pena Thomas e Glacir Romagna, todos formados na Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL) da União Soviética. Lagoa Vermelha, 31 de outubro de 1975. SOPS/LV-1.2.1377.16.6

Circular nº 103/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 430/75/ DOPS/RS, solicitando investigação sobre a organização de movimento estudantil no meio universitário com amplitude nacional, com a possibilidade de eclosão de agitações no segundo semestre de 1975. Lagoa Vermelha, 31 de outubro de 1975. SOPS/LV-1.4.2014.22.8

Circular nº 109/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 487/75/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando a confirmação da informação de que Marcos Antônio Klassmann estaria querendo infiltrar e dominar os Grêmios Estudantis de Porto Alegre. Lagoa Vermelha, 3 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.2.1380.16.6

Circular nº 118/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 566/75/DBCI/

DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando a confirmação da informação de que alguns professores e estudantes brasileiros foram convidados para participar da reunião no México, de 6 a 10 de outubro de 1975, sobre o "Planejamento Educacional na América Latina", organizado pela União de Universidades da América Latina. Lagoa Vermelha, 6 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.1.735.8.3

Circular nº 120/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 580/75/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando o acompanhamento do movimento de lideranças estudantis. Lagoa Vermelha, 7 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.5.2403.26.9

Pedido de busca confidencial nº 256/75-SI, de SNI/APA para 6º GAC, 6º BPM, SOPS/RG, SOPS/PEL e ASI/UFPEL, solicitando o acompanhamento do movimento estudantil e operário, ante a reação popular ao caso do "enforcamento" de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI/II Exército. Rio Grande, 7 de novembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1026.11.4

Circular nº 125/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Informe nº 6/75/S/2 – 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, comunicando sobre uma possível reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Lagoa Vermelha, 18 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.2.1389.16.6

Pedido de busca confidencial nº 753/75/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia, solicitando investigações, em conjunto com as Reitorias, acerca de publicações universitárias. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1975. SOPS/CS-1.8.3849.46.13/3

Ofício circular nº 01/75/76, de Cezar Muliterno Junior, presidente da União Lagoense de Estudantes (ULES) para Delegado Regional de Polícia, encaminhando a composição da ULES, gestão 75/76. Lagoa Vermelha, janeiro de 1976. SOPS/LV-1.4.2023.22.8

Pedido de busca confidencial nº 11/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre o movimento estudantil, em vista da articulação de estudantes da Universidade de São Paulo em faculdades do Rio de Janeiro, com o objetivo de angariar apoio para a reativação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Porto Alegre, 5 de janeiro de 1976. SOPS/RG-1.4.1027.11.4

Pedido de busca confidencial nº 25/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP'S e DSS, solicitando a relação nominal dos organizadores do Encontro Nacional de Estudantes de Ciências, bem como o programa, a data e o local do Encontro. Porto Alegre, 16 de janeiro de 1976. SOPS/RG-1.4.1028.11.4

Circular nº 3/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 753/75/DBCI/DOPS/RS, solicitando a busca, junto com as reitorias das universidades, de informações sobre publicações universitárias – se são legais ou não –, observando o artigo 8º da Lei nº 5.250/67. Lagoa Vermelha, 22 de janeiro de 1976. SOPS/LV-1.1.752.8.3

Circular nº 4/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DOPS/RS. Pedido de busca nº 11/76/DBCI/DOPS/RS, solicitando informações sobre a movimentação de estudantes da Universidade de São Paulo em faculdade do Rio de Janeiro, para angariar apoio para a reativação da União Nacional dos Estudantes. Lagoa Vermelha, 23 de janeiro de 1976. SOPS/LV-1.2.1412.16.6

Pedido de busca confidencial nº 53/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando o acompanhamento da reunião de Coordenação Nacional, marcada para janeiro de 1976 e promovida por estudantes de Ciências Sociais, e, após a reunião, produzir informação detalhada sobre o dia e o local do encontro, e se está sendo cumprida a legislação que regulamenta o evento. Porto Alegre, 6 de fevereiro de 1976. SOPS/RG-1.4.1029.11.4

Pedido de busca confidencial nº 62/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, reiterando o Pedido de busca nº 566/75/DOPS/RS, de 10 de outubro de 1975, referente à União de Universidades da América. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1976. SOPS/CS-1.8.3850.46.13

Circular nº 15/76, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia, para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca nº 053/76-DOPS, solicitando o acompanhamento do Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais. Cachoeira do Sul, 18 de fevereiro de 1976. SOPS/CS-1.2.2571.31.8/2

Circular nº 10/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando,

para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 25/76/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando maiores informações sobre o Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais, bem como de seus organizadores, a ser realizado em janeiro de 1976. Lagoa Vermelha, 8 de março de 1976. SOPS/LV-1.4.2025.22.8

Circular nº 15/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 53/76/DBCI/DOPS/RS, de Divisão de Busca e Coleta de Informações, solicitando o acompanhamento e informações detalhadas da reunião da Coordenação Nacional, em janeiro de 1976, que definiria os detalhes do Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais. Lagoa Vermelha, 9 de março de 1976. SOPS/LV-1.4.2026.22.8

Pedido de busca confidencial nº 45/76-SI/DPF/RG, de DSI/MEC para 8º BIM, 4º BPM, 18ª DRP, ASI/UFPEL, 6º GAC e 7ª DRP, solicitando que seja informado à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação qualquer indício sobre as atividades estudantis programadas para o ano de 1976. Rio Grande, 29 de março de 1976. SOPS/RG-1.4.1031.11.4

Informe confidencial nº 34/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, 2ª DIPOL e s/DP's, comunicando que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teria suspendido temporariamente a agitação no meio estudantil. Porto Alegre, 30 de março de 1976. SOPS/RG-1.4.1032.11.4

Pedido de busca confidencial nº 110/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS, para DRP's, solicitando informar sobre o Movimento da Esquerda Estudantil, no Rio Grande do Sul, com o intuito de conhecer os representantes gaúchos para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), marcado para julho de 1976. Porto Alegre, 31 de março de 1976. Lagoa Vermelha, 23 de abril de 1976. SOPS/RG-1.4.1033.11.4 / SOPS/LV-1.4.2027.22.8

Informação nº 82/76/SOPS/RG, comunicando que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teria suspendido temporariamente a agitação no meio estudantil. "s.d.", 30 de abril de 1976. SOPS/RG-1.4.1034.11.4

Radiograma nº 272/76, de Diretor DPI, para DRP's RS, solicitando a vigilância sobre as resoluções tomadas no VI Encontro do Conselho Estadual de Diretórios Estudantis, em Ijuí, que culminou

com a instituição da “Semana Regional pelas Liberdades Democráticas”, de 1 a 7 de maio de 1976. Porto Alegre, 3 de maio de 1976. SOPS/LV-1.4.2028.22.8

Informe confidencial nº 38/76/DBCI/DOPS/RS, de DBCI/DOPS/RS para DRP’s, 2ª DIPOL e s/DP’s, comunicando que estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Bahia estariam se articulando para agitações a serem realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 1976. Porto Alegre, 13 de setembro de 1976. SOPS/RG-1.4.1037.11.4

Circular nº 136/76, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Informe nº 38/76-DOPS, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, comunicando a articulação de estudantes no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Bahia para a preparação de agitações, a serem realizadas entre os meses de outubro a dezembro de 1976. Cachoeira do Sul, 27 de setembro de 1976. SOPS/CS-1.2.2662.32.9/2

Circular nº 85/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DOPS/RS. Informe nº 38/76/DBCI/DOPS/RS, comunicando sobre possíveis agitações estudantis no final do ano de 1976. Lagoa Vermelha, 6 de outubro de 1976. SOPS/LV-1.2.1459.16.6

Ofício circular nº 1/76/77, de Edui Gutier Reche, presidente da União Lagoense de Estudantes (ULES) para Bel. José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia, encaminhando a composição da ULES, gestão 76/77. Lagoa Vermelha, janeiro de 1977. SOPS/LV-1.4.2034.22.8

Informação confidencial nº3/77/S/2, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea/3º GA AAé, Ministério do Exército para 8ª e 15ª DRP’s e 10º e 12º BPM, comunicando o envio de carta do Conselho Metropolitano dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (CMESPA), assinado pelo seu vice-presidente, Romildo Bolzan Júnior, que manifestou o interesse da entidade em fortalecer as suas ligações com todas as Uniões Municipais de Estudantes Secundários. Caxias do Sul, 18 de janeiro de 1977. SOPS/CX-1.4.167.5.1/2

Pedido de busca confidencial nº 23/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, 2ª DIPOL e s/ DP's, solicitando o acompanhamento do movimento operário e da articulação da esquerda clerical com os movimentos operário e estudantil. Porto Alegre, 24 de janeiro de 1977. SOPS/E-1.3.265.7.2/2

Informação nº 18/77, transcrevendo o Pedido de busca nº 12/77, sobre a formação de "grupos esquerdistas" durante as eleições para a direção de entidades estudantis, e informando que, mesmo após os processos eleitorais, permaneceram atuantes na mobilização estudantil. Rio Grande, 11 de fevereiro de 1977. SOPS/RG-1.4.1039.11.4

Circular nº 85/76, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea/ Caxias do Sul. Informação nº 3/77/S/2, comunicando as atividades de Romildo Bolzan Júnior, vice-presidente do Conselho Metropolitano dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (CMESPA). Lagoa Vermelha, 14 de março de 1977. SOPS/LV-1.2.1486.17.6

Pedido de busca confidencial nº 009 – S/2, de 8ª BIM (PB nº 38 E/2 77, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, informando que o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerias (DCE/UFMG) está difundindo manifesto em forma de panfleto por ampla e irrestrita anistia, a fim de ser divulgado no meio estudantil. Rio Grande, 15 de março de 1977. SOPS/RG-1.-.64.1.1

Radiograma urgente nº 10/015/77/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para DRP's, solicitando maiores informações sobre as incursões políticas e estudantis da capital para o interior do Estado, para lá criticarem as atitudes dos governos estadual e federal. Porto Alegre, 4 de abril de 1977. SOPS/LV-1.4.2037.22.8

Pedido de busca confidencial nº 78/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/ DP's, encaminhando o Informe B-3, que relata a atual situação dos movimentos de esquerdas no país, e solicitando que, em virtude de qualquer conhecimento de reuniões dos "GRUPÃO", em especial no meio estudantil, seja o órgão de informação competente informado, bem como comunicada a presença de grupos trotskistas no meio estudantil. Porto Alegre, 12 de abril de 1977. SOPS/E-1.2.119.5.1/2

Pedido de busca confidencial nº17/77/SOPS/DR, de SOPS/DR/CALTA/RS para DP's da Região, orientando ações repressivas, caso ocorrerem agitações e panfletagem do Movimento Estudantil. Cruz Alta, 11 de maio de 1977. SOPS/CA-1.4.62.5.1

edido de busca confidencial nº 20-S/2, de APA/SNI para DPF, DRP e BPM, solicitando o acompanhamento do movimento estudantil, após o envio de carta do Conselho Metropolitano dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (CMESPA), assinada pelo seu vice-presidente, Romildo Bolzan Júnior, que manifestou o interesse da entidade em fortalecer as suas ligações com todas as Uniões Municipais de Estudantes Secundários. Rio Grande, 3 de junho de 1977. SOPS/RG-1.4.1044.11.4/2

Pedido de busca nº 25/77/SOPS/RG, de SOPS/RS, para 6º GAC, DPF/RG, 6º BPM e Capitania dos Portos, solicitando informações sobre possível caravana de estudantes de Rio Grande para Santa Maria/RS. Rio Grande, 9 de junho de 1977. SOPS/RG-1.4.1045.11.4

Pedido de busca confidencial nº 25-S/2, de 6ª Divisão do Exército para DPF, DRP e BPM, solicitando a identificação da dimensão do movimento estudantil nesta área policial, em vista da mobilização de estudantes em Porto Alegre, principalmente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com os estudantes de outros estados do país. Rio Grande, 13 de junho de 1977. SOPS/RG-1.4.1046.11.4

Informação confidencial nº 78-S/2, de DCI/SSP/RS para DPF, DRP e BPM, difundindo a Informação nº 118-E/2, enviada em anexo, sobre o Sindicato das Empresas Exibidoras de Cinema de Porto Alegre, e informando que a União Gaúcha de Estudantes Secundários (UGES) permitiu que fosse colocado o selo desse Sindicato nas identidades estudantis, para o pagamento de meia-entrada nos cinemas. Rio Grande, 23 de junho de 1977. SOPS/RG-1.4.1047.11.4/3

Pedido de busca confidencial nº 246/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando a composição, após a realização de eleições, dos diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes do interior do Rio Grande do Sul, na gestão de 77/78, bem como as "principais atividades de doutrinação e subversão" dos diretórios, na gestão 76/77. Porto Alegre, 5 de julho de 1977. SOPS/E-1.4.266.7.2 / SOPS/CS-1.4.3178.38.11

Radiograma confidencial urgente nº 10/042/77/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para DRP de Cachoeira do Sul, solicitando o envio dos resultados de investigações e inquéritos referentes à discriminação racial contra estudantes, ocorrida em Caçapava do Sul. Porto Alegre, 22 de julho de 1977. SOPS/CS-1.-.456.5.2

Circular secreta nº 211/DOPS/RS, de Bel. Marcos A. S. Reis, diretor do DOPS para DRP, difundindo TLX secreto recebido pela SSP, informando que o Ministro da Educação decidiu proibir a realização do III Encontro Nacional de Estudantes, que estava previsto para ser realizado em 21 de setembro de 1977, na Universidade de São Paulo, encaminhado, também, determinações de vigilância das organizações e de seus líderes, para impedir a realização do Encontro em outra data ou lugar. Porto Alegre, 21 de agosto de 1977. SOPS/CS-1.4.3180.38.11

Informe confidencial nº 94/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS-RS para DRP's, comunicando a possibilidade da ocorrência de passeatas do Movimento Estudantil no dia 7 de setembro de 1977, coincidindo com o Desfile Militar, nas cidades de Brasília e Goiânia, podendo estender-se ao Rio Grande do Sul, e alertando para a estratégia que os estudantes provavelmente utilizarão naquele dia. Porto Alegre, 30 de agosto de 1977. SOPS/CS-1.4.3179.38.11 / SOPS/E-1.4.267.7.2

Pedido de busca confidencial nº 011-S/2-77, de 29º GAC para Delegacias de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando a investigação da compra, venda e da reprodução de cópias de filmes em que foram gravadas ações policiais repressivas contra o movimento estudantil em São Paulo, entre os meses de maio a junho. Cruz Alta, 1 de setembro 1977. SOPS/CA-1.4.65.5.1

Circular nº 161/77, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca nº 339/77-DOPS, solicitando o levantamento dos líderes religiosos gaúchos participantes do Encontro Ecumênico da Diocese paulista de Lins, de 18 a 24 de julho de 1977. Informe nº 094/77, relatando a organização de passeatas do Movimento Estudantil de Brasília e Goiânia a serem realizadas em 7 de setembro de 1977, coincidindo com o Desfile Militar. Cachoeira do Sul, 5 de setembro de 1977. SOPS/CS-1.1.1184.15.4/6

Circular confidencial nº 62/77, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DOPS/RS. Informe nº 94/77/DOPS/RS, de DOPS/RS, co-

municando que, provavelmente, o movimento estudantil está preparando passeatas para o dia 7 de setembro, que coincidirão com o desfile militar. Lagoa Vermelha, 23 de setembro de 1977. SOPS/LV-1.5.2488.27.10

Pedido de busca confidencial nº 12-752/77/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para DRP/Rio Grande/RS, solicitando a confirmação de informações sobre a realização de eleições para a Diretoria da União Rio-Grandense de Estudantes Secundários (URES), gestão 77/78. Porto Alegre, 30 de setembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1048.11.4

Informação reservada nº 161/77, comunicando a organização de reuniões do Conselho Estadual de Representantes do Diretório Estadual de Estudantes (DEE/RS) com o Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande (DCE/FURG), nos dias 11, 12 e 13 de novembro. Rio Grande, 8 de novembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1049.11.4

Comunicado da Comissão Nacional Pró-UNE, informando a realização da primeira reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, com a participação do DCE-Livre da USP, DCE-Livre da PUC-SP, DCE/PUC/RS, DCE/UFF, DCE/PUC/RJ, DCE/UFMG, entre outros diretórios e centros acadêmicos. Rio de janeiro, 18 de novembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1050.11.4

Informação reservada nº 163/77/SOPS/RS, de SOPS/RS para DOPS/RS, comunicando a eleição do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (DEE/RS). "s.d.", 22 de novembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1051.11.4/2

Informação reservada nº 169/77, comunicando a realização das eleições do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande (DCE/FURG). "s.d.", 28 de novembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1052.11.4

Pedido de busca reservado nº 202/77, encaminhando a transcrição do Pedido de busca nº 25/77/S-2, que solicita a identificação da dimensão do movimento estudantil nesta área policial, em vista da mobilização de estudantes em Porto Alegre, principalmente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com de outros estados do país. "s.d.", 5 de dezembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1055.11.4

Informação reservada nº 204/77, comunicando o contato realizado por agentes desta SI com Antônio Eduardo Torelles Santos, presidente do Diretório Central dos Estudantes de Rio Grande (DCE/RG), e registrando a falta de receptividade ao movimento de reivindicações em Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Minas Gerais e Rio de Janeiro. "s.d.", 5 de dezembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1056.11.4

Pedido de busca confidencial nº 545/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando a averiguação de se nas universidades e/ou faculdades do interior do Rio Grande do Sul ocorreram, recentemente, agitações semelhantes às ocorridas na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Porto Alegre, 13 de dezembro de 1977. SOPS/E-1.4.268.7.2 / SOPS/CS-1.4.3184.38.11

Pedido de busca confidencial nº 556/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando os dados pessoais de estudantes universitários estrangeiros matriculados em universidades e faculdades do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 16 de dezembro de 1977. SOPS/CS-1.1.1217.15.4

Pedido de busca confidencial nº 173-E/2, de ABH/SNI para III Exército, DPF/RS e DCI/SSP/RS, solicitando a confirmação da realização do encontro de um grupo de estudantes – em 22 de outubro de 1977, na sede do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais – no Encontro Latino Americano de Estudantes Universitários (a ser realizado no Rio Grande do Sul), e também sobre a presença de um estudante argentino em companhia do representante do Rio Grande do Sul. Pelotas, 20 de dezembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1057.11.4

Pedido de busca confidencial nº 558/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando que seja informado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS) qualquer fato vinculado ao movimento estudantil, ante a possibilidade de deflagração de greve em janeiro e fevereiro de 1978, com o propósito de impedir o início das aulas no próximo ano. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1977. SOPS/E-1.4.270.7.2

Pedido de busca confidencial nº 588/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre a articulação do movimento estudantil nesta área jurisdicional, com o intuito de conhecer a gravidade do problema de deflagração de uma greve geral planejada para os meses de janeiro e fevereiro de 1978, em vista da tentativa dos estudantes de impedirem o início das aulas no próximo ano. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1977. SOPS/CS-1.4.3185.38.11

Ofício circular nº 1/77/78, de Sérgio Menegaz, presidente da União Lagoense de Estudantes (ULES) para Delegado Regional de Polícia, encaminhando a composição da ULES, gestão 1976/1977. Lagoa Vermelha, janeiro de 1978. SOPS/LV-1.4.2049.22.8

Ofício nº 13/78, de Iran Bittencourt da Silva, Comissário de Polícia, Chefe do SOPS/DRP para Diretor do DOPS, enviando, em anexo, a composição da Diretoria da União Lagoense de Estudantes (ULES), gestão 1977/1978. Lagoa Vermelha, 27 de janeiro de 1978. SOPS/LV-1.4.2046.22.8/3

Informação confidencial nº 32-S2/78, de CMP para DPF/RG, DRP/RG e 6º BPM, comunicando a realização de uma reunião da "Comissão Nacional Pró-UNE", em 18 de novembro de 1977, no Rio de Janeiro. Rio Grande, 9 de fevereiro de 1978. SOPS/RG-1.4.1060.11.4

Pedido de busca confidencial nº 57/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 21ª Delegacias Regionais de Polícia, solicitando que seja informado a este órgão de informação dados referentes à reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, realizada em 18 de novembro de 1977, no Rio de Janeiro, e sobre a tentativa de reestruturação da ex-UNE. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1978. SOPS/CS-1.4.3186.38.11 / SOPS/E-1.4.271.7.2

Pedido de busca nº 65/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 1ª, 2ª, 3ª 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Delegacias Regionais de Polícia, reiterando o Pedido de busca nº 545/77/DBCI/DOPS/RS, de 13 de dezembro de 1977, referente à ação do movimento estudantil em solidariedade à Universidade Federal Rural de Pernambuco. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1978. SOPS/CS-1.4.3188.38.11

Circular nº 25/78, de 20ª Região Policial/SOPS para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca nº 57/78-DOPS, solicitando que seja informado a este órgão de informação quaisquer dados referentes à reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, realizada em 18 de novembro de 1977, no Rio de Janeiro, e sobre a tentativa de reestruturação da ex-UNE. Cachoeira do Sul, 21 de fevereiro de 1978. SOPS/CS-1.4.3189.38.11

Pedido de busca confidencial nº 8-S2/78, de DCI/SSP/RS para DPF, DRP, 6º BPM e Capitania dos Portos, solicitando os nomes dos estudantes que participaram do III Ciclo Nacional de Debates, em 23 de fevereiro de 1978, em Santa Maria. Rio Grande, 1 de março de 1978. SOPS/RG-1.4.1061.11.4

Pedido de busca confidencial nº 118/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP e DIPOL, solicitando a identificação de entidades semelhantes ao Centro de Estudos Geológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEGEUR), informando que a sua criação seria uma forma de burlar o Decreto-Lei nº 228/67 – Lei Moniz de Aragão, que reformula a organização da representação estudantil. Porto Alegre, 20 de março de 1978. Obs. Consta, em anexo, o estatuto do CEGEUR. SOPS/E-1.3.242.6.2/10

Pedido de busca confidencial nº 07/78-S/2, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea/3ºGAAAé para 10º BPM, 15ª DRP, 8ª DRP, 12ª e 8ª Delegacias SM e 12ª BPM, solicitando a obtenção, na área de jurisdição desta OI, de quaisquer manifestações de entidades de classe e estudantis alusivas à data da "Revolução de 31 de março de 1964". Caxias do Sul, 30 de março de 1978. SOPS/LV-1.4.2052.22.8

Informação confidencial nº 68-S2/78, de CIE para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, comunicando que chegaram ao CIE convites de formatura, no final do ano de 1977, com homenagens póstumas a "subversivos" cassados pela "Revolução de 64", inclusive a Karl Marx. Rio Grande, 12 de abril de 1978. SOPS/RG-1.4.1063.11.4

Pedido de busca confidencial nº 37-S2/78, de 6ª DE para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, solicitando a confirmação dos dados e os nomes dos estudantes selecionados para participarem de reunião, no Rio de Janeiro, marcada para o dia 22 de abril de 1978, com a finalidade de reorganização da extinta União Nacional dos Estudantes (UNE). Rio Grande, 13 de abril de 1978. SOPS/RG-1.4.1064.11.4

Pedido de busca confidencial nº 173/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre a existência, na área desta Delegacia Regional de Polícia, da "organização subversiva" "Trabalho Organizado Liberdade Avante – TOLA" e o acompanhamento de suas atividades, bem como identificar os seus principais líderes. Porto Alegre, 25 de abril de 1978. SOPS/E-1.-.16.1.1 / SOPS/CS-1.4.3190.38.11

Pedido de busca confidencial nº 231/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 2ª,4ª,6ª,7ª,9ª,11ª,12ª ,16ª,17ª,20ª,22ª,23ª,24ª e 25ª Delegacias Regionais de Polícia, reiterando o Pedido de busca nº 173/78/DBCI/DOPS/RS, de 25 de maio de 1978, sobre a "organização subversiva" "Trabalho Organizado Liberdade Avante – TOLA", integrada por estudantes da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Porto Alegre, 15 de junho de 1978. SOPS/E-1.4.272.7.2

Pedido de busca confidencial nº 034-S/2-78, de 29º GAC para Del. Pol. Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando a tomada de ciência sobre o recebimento de convite feito para o Diretório Acadêmico de Ciências Biomédicas da Universidade de Santa Maria para participar do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudante, em Havana (Cuba), no período de 28 julho a 5 agosto de 1978, solicitando dados da amplitude do evento na área do município. Cruz Alta, 18 de julho de 1978. SOPS/CA-1.4.68.5.1

Pedido de busca confidencial nº 55-S/2, de APA/SNI para DPF, DRP e BPM, solicitando a identificação da amplitude do evento XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a ser realizada em Havana (Cuba), de 28 de julho a 5 de agosto de 1978. Rio Grande, 21 de julho de 1978. Obs. Consta, em anexo, o "Convite à Juventude Brasileira", com informações sobre o evento. SOPS/RG-1.4.1065.11.4/3

Pedido de busca confidencial nº 278/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando a relação das "Casas de Estudantes", "Repúblicas" ou "Pensões" de estudantes de todas as universidades e faculdades desta região policial, bem como informar o endereço das residências, com dados dos dirigentes e seus moradores. Porto Alegre, 4 de agosto de 1978. SOPS/E-1.8.575.10.2

Informação confidencial nº 372/78/DBCI/DOPS/RS, de DSS/DOPS/RS para 7ª DRP/RS, comunicando que a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEC/RS) reconhece a União Gaúcha de Estudantes (UGES), e também enviando informações sobre os serviços oferecidos pela entidade estudantil. Porto Alegre, 10 de agosto de 1978. SOPS/RG-1.4.1067.11.4

Pedido de busca confidencial nº 281/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre o grupo "Trabalho Conjunto", que se reuniu diversas vezes em Salvador, com a participação de órgãos religiosos, comunidades de bairros, profissionais liberais, movimento estudantil, imprensa, Comitê Brasileiro pela Anistia e da Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MBD). Porto Alegre, 14 de agosto de 1978. SOPS/E-1.4.273.7.2

Circular nº 66/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 278/78/DOPS, solicitando a relação das "Casas de Estudantes", "Repúblicas" ou "Pensões" de estudantes de todas as universidades e faculdades do Estado do Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 18 de agosto de 1978. SOPS/LV-1.4.2057.22.8

Circular nº 67/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 281/78/DOPS/RS, solicitando maiores informações, bem como os nomes dos integrantes do grupo baiano "Trabalho Conjunto", formado por amplos grupos da sociedade (Comitê Brasileiro pela Anistia, Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro e movimento estudantil). Lagoa Vermelha, 24 de agosto de 1978. SOPS/LV-1.4.2058.22.8

Pedido de busca confidencial nº 313/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando os dados dos participantes do IV Encontro Nacional de Estudantes (ENE), em São Paulo, nos dias 2 a 4 de outubro de 1978. Porto Alegre, 3 de outubro de 1978. SOPS/CS-1.4.3205.38.11 / SOPS/E-1.4.275.7.2

Informação confidencial nº 147 – S/2, de III Ex. (Info 327 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, comunicando a realização de Assembleia com a participação de cerca de 120 moradores de vilas e bairros de Porto Alegre, Esteio, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Santa Maria na sede da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros, em Porto Alegre, e também de representantes da Comissão Coordenadora do Movimento contra a Carestia de São Paulo, Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro de Santa Maria, Igreja Episcopal de Porto Alegre, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Feirantes e Sindicato dos Arquitetos. Rio Grande, 10 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.3.987.10.4

Pedido de busca confidencial nº 340/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª e 25ª Delegacias Regionais de Polícia, questionando se foram realizadas novas eleições para Diretórios Acadêmicos (gestão 78/79) nas faculdades desta área, e solicitando, caso a resposta for positiva, que sejam encaminhados dados sobre a composição dos diretórios e também informações pessoais de seus integrantes. Porto Alegre, 24 de outubro de 1978. SOPS/E-1.4.276.7.2/2

Pedido de busca confidencial nº 75 – S/2, de APA/SNI (PB 117 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, solicitando informações sobre a reunião do Movimento da Anistia ocorrida em Salvador, nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1978, na qual foi aprovada a realização do Congresso Nacional da Anistia, que ocorrerá em novembro de 1978, na cidade de São Paulo, e que contará com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Maçonaria, Conselho Federal de Arquitetura, Associação Nacional dos Servidores Públicos, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação dos Sociólogos da Bahia e entidades estudantis e sindicais. Rio Grande, 26 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.-.85.1.1

Circular confidencial nº 74/78, de Chefe da SOPS 15ª Região Policial para Delegado de Polícia – Pedido de busca nº 357/78/DOPS/RS, de DOPS/RS para Delegacias jurisdicionadas, solicitando identificar a participação de pessoas e entidades na campanha, em Porto Alegre, pelo retorno de Leonel Brizola ao Brasil, protagonizada pelo extinto Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e visando sensibilizar o meio estudantil, o Setor Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB/RS) e organizações religiosas. Lagoa Vermelha, 13 de novembro de 1978. SOPS/LV-1.2.1567.17.6

Pedido de busca confidencial nº 376/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando investigações sobre se algum representante estudantil do Rio Grande do Sul participará do "II Encontro de Geografia no Nordeste", marcado para os dias 13 a 16 de dezembro de 1978, em João Pessoa (Paraíba). Porto Alegre, 6 de dezembro de 1978. SOPS/E-1.8.576.10.2

Circular nº 81/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 376/78/DOPS, solicitando a confirmação de quem participará como representante do Rio Grande do Sul no II Encontro de Geografia, em João Pessoa (Paraíba), marcado para 13 a 16 de dezembro de 1978. Lagoa Vermelha, 22 de dezembro de 1978. SOPS/LV-1.3.1802.20.7

Pedido de busca confidencial nº 2-S/2, de CIE para DPF, DRP, 6º BPM e CP, determinando a identificação dos participantes das Delegações das universidades da região policial para o I Encontro Nacional de Estudantes de Direito, a ser realizado em Belo Horizonte (Minas Gerais), nos dias 26 a 28 de abril de 1979. Rio Grande, 30 de janeiro de 1979. SOPS/RG-1.4.1061.11.4

Pedido de busca confidencial nº 18/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, requerendo maiores informações sobre o processo eleitoral da União Nacional dos Estudantes (UNE). Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1979. SOPS/RG-1.4.1074.11.4

Pedido de busca confidencial nº 18/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações e a difusão dos dados já conhecidos sobre a chapa "Ibiúna", que deverá concorrer às eleições para a União Nacional dos Estudantes (UNE). Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1979. SOPS/CS-1.4.3211.38.11

Circular confidencial nº 30/79, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca confidencial nº 18/79/DBCI/DOPS/RS, solicitando informações e a difusão dos dados já conhecidos sobre a chapa "Ibiúna", que deverá concorrer às eleições para a União Nacional dos Estudantes (UNE). Cachoeira do Sul, 21 de fevereiro de 1979. SOPS/CS-1.4.3212.38.11

Pedido de busca confidencial nº 23/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, requerendo a confirmação das informações a respeito de uma reunião de estudantes que ocorrerá, provavelmente, até o dia 20 de abril de 1979, com o objetivo de reativar a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS), e também solicitando investigação sobre a movimentação do atual presidente do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (DEE/RS) para obter a vitória em uma eleição. Porto Alegre, 2 de março de 1979. SOPS/CS-1.4.3213.38.11 / SOPS/RG-1.4.1075.11.4 / SOPS/CS-1.4.3214.38.11/9

Pedido de busca confidencial nº 24/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informar os dados referentes à realização do Encontro Nacional de Estudantes de Direito (ENED) e da Comissão Organizadora do Encontro Nacional de Estudantes de Direito (CO-ENED). Porto Alegre, 5 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1076.11.4/3 / SOPS/CS-1.4.3214.38.11/9

Pedido de busca confidencial nº 9-S/2, de III Exército para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, comunicando os dias em que foram realizadas reuniões pró-UNE nos seguintes locais – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Rio Grande, 12 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1078.11.4

Pedido de Busca confidencial urgente nº 29/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 13ª, 18ª, 20ª e 21ª Delegacias Regionais de Polícia, solicitando dados sobre a composição dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's) e Diretórios Acadêmicos (DA's) das faculdades que realizaram eleições nesta área policial, bem como fotografias dos integrantes das diretorias. Porto Alegre, 12 de março de 1979. SOPS/CS-1.4.3216.39.11 / SOPS/CS-1.4.3214.38.11/9 / SOPS/RG-1.4.1081.11.4

Informação confidencial nº 26-S/2, de CIE para 6º BPM e 7ª DRP, transmitindo o TLX sobre as medidas preventivas e repressivas que se fizerem necessárias, em razão de possível mobilização do movimento estudantil. Rio Grande, 12 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1079.11.4

Pedido de busca confidencial urgente nº 28/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento, na área circunscrita a essa Delegacia Regional de Polícia, do evento nacional "Dia Nacional de Luto", organizado pelo movimento estudantil, com data marcada para o dia 15 de março de 1979, bem como a identificação dos líderes estudantis presentes ao evento. Porto Alegre, 12 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1080.11.4 / SOPS/CS-1.4.3214.38.11/9

Pedido de busca confidencial nº 31/79/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre o III Encontro de Estudantes de Enfermagem. Porto Alegre, 13 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1082.11.4

Pedido de busca confidencial nº 40/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando dados sobre os líderes e ativistas estudantis e políticos do Rio Grande do Sul que participarão da reunião da Comissão Pró-UNE, marcada para os dias 24 e 25 de março de 1979, na Universidade de Brasília (UnB). Porto Alegre, 20 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1083.11.4

Circular confidencial nº 3/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 28/79/DOPS/RS, solicitando o acompanhamento dos eventos, na área circunscrita desta Delegacia de Polícia, durante o "Dia Nacional do Luto", marcado para o dia 15 de março de 1979, em razão da posse presidencial do general João Batista de Oliveira Figueiredo. Lagoa Vermelha, 20 de março de 1979. SOPS/LV-1.-.455.5.2

Pedido de busca confidencial nº 39/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando a nominata dos líderes e ativistas estudantis e políticos que representarão o Rio Grande do Sul no Encontro das Entidades Escolares Pagas, promovido pela Comissão Pró-UNE, em 22 e 23 de março de 1979. Porto Alegre, 20 de março de 1979. SOPS/RG-1.8.1266.15.5

Circular confidencial nº4/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 18/79/

DOPS/RS, solicitando a confirmação da informação de que uma das chapas concorrentes às eleições para a União Nacional de Estudantes (UNE), em maio de 1979, deverá se chamar "Ibiúna". Lagoa Vermelha, 23 de março de 1979. SOPS/LV-1.4.2060.23.8

Circular nº 38/79-DOPS, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca nº 39/79-DOPS, solicitando a identificação dos líderes e ativistas estudantis e políticos que participarão do Encontro das Entidades Pagas, promovido pela Comissão pró-UNE, bem como os assuntos que serão tratados no Encontro. Pedido de busca nº 40/79-DOPS, solicitando a identificação dos líderes e ativistas estudantis e políticos que participarão da reunião da Comissão Pró-Une, na Universidade de Brasília. Cachoeira do Sul, 26 de março de 1979. SOPS/CS-3.-.4622.56.16

Circular confidencial nº 7/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 23/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando a confirmação e maiores informações sobre a tentativa de estudantes de esquerda para reorganizar a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS). Pedido de busca nº 39/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando a nominata dos líderes, as atividades estudantis e os políticos gaúchos que comparecerão ao "Encontro das Entidades Escolares Pagas", a se realizar em Brasília, entre 22 e 23 de março de 1979. Lagoa Vermelha, 28 de março de 1979. SOPS/LV-1.4.2062.23.8

Pedido de busca confidencial nº 45/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS para 7ª DRP/Rio Grande, solicitando a nominata e os dados qualificativos dos estudantes eleitos para participar nos órgãos colegiados e comissões da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). Porto Alegre, 29 de março de 1979. SOPS/RG-1.4.1084.11.4

Circular confidencial nº 8/79, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 24/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando a nominata dos participantes do "I Encontro Nacional dos Estudantes de Direito", que se realizará entre 26 e 28 de abril de 1979, bem como uma lista dos assuntos que serão abordados nesse Encontro. Pedido de busca nº 40/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando a nominata dos líderes, as atividades estudantis e os políticos gaúchos que comparecerão à reunião da Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes (Pró-UNE), entre 24 e 25 de março de 1979, na Universidade de Brasília (UnB). Lagoa Vermelha, 30 de março de 1979. SOPS/LV-1.4.2063.23.8/2

Circular confidencial nº 13/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 31/79/DOPS, de DOPS/RS, solicitando dados sobre o local da realização do III Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem (ENEEN), que ocorrerá, provavelmente, em Londrina (Paraná), entre os dias 16 a 21 de julho de 1979, assim como os possíveis representantes gaúchos desta área no evento. Lagoa Vermelha, 23 de abril de 1979. SOPS/LV-1.4.2065.23.8

Pedido de busca confidencial nº 100/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 7ª DRP/RS, solicitando dados sobre a composição do Diretório Central de Estudantes da Fundação Universidade de Rio Grande (DCE/FURG) e do Diretório Acadêmico Barbosa Neto (Jaguarão), bem como informações qualificativas dos membros dessas entidades estudantis. Porto Alegre, 9 de maio de 1979. SOPS/RG-1.4.1086.11.4

Pedido de busca confidencial nº 135/79/DBCI/DOPS, de DOPS/RS para DRP's e DSS/DOPS/RS, solicitando a relação das "Casas de Estudantes Universitários", no Rio Grande do Sul, que tenham suas diretorias formadas por estudantes na atual gestão, com a nominata dos seus componentes. Porto Alegre, 11 de junho de 1979. SOPS/RG-1.4.1087.11.4

Autorização, de Mário da Silva Uessler, Escrivão de Polícia Chefe da SOPS, comunicando que a 15ª Delegacia Regional de Polícia de Lagoa Vermelha/Seção de Ordem Política e Social nada tem a opor sobre o fato de que alunas do Colégio Normal "Rainha da Paz" escrevam com tinta à cal dizeres alusivos à festividade estudantil. Lagoa Vermelha, 19 de junho de 1974. SOPS/LV-1.-.288.3.1

Ficha de elementos que promoveram desordem em um colégio, na qual se comenta que "aparentemente dava a impressão de que são viciados em tóxicos. Todos eles foram apresentados a DRP". Osório, 7 de agosto de 1979. SOPS/O-1.2.35.3.1

Pedido de busca confidencial nº 25-S/2, de CIE para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, solicitando a confirmação e a difusão dos dados sobre a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), bem como a identificação dos participantes ao evento. Rio Grande, 5 de setembro de 1979. SOPS/RG-1.4.1089.11.4/3

Informe confidencial nº 18-S/2, de 8ª Brigada Infantaria Motorizada para DPF/RG, 6ª BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, comunicando sobre a realização do Congresso Latino Americano de Centros de Estudantes, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que contou com a participação de representantes da maioria dos países, e também informando sobre a suspeita de formação de uma Junta Revolucionária Latino Americana que agruparia todas as tendências dos grupos guerrilheiros. Rio Grande, 19 de setembro de 1979. SOPS/RG-1.4.1090.11.4

Pedido de busca confidencial nº 32-S/2, de CIE para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, solicitando a confirmação das informações sobre o Congresso Latino-americano de Centros Estudantis, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e sobre a formação da Junta Revolucionária Latino Americana, bem como a identificação das pessoas que participaram das reuniões. Rio Grande, 3 de outubro de 1979. SOPS/RG-1.4.1091.11.4/2

Pedido de busca confidencial nº 33-S/2, de CIE para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, solicitando a confirmação e a ampliação dos dados conhecidos sobre o "Simpósio de Formação de Chapa da UNE", no qual foram discutidos temas como o "Ensino Pago, a Anistia e a Reformulação Partidária". Rio Grande, 3 de outubro de 1979. SOPS/RG-1.4.1092.11.4/2

Pedido de busca confidencial nº 12-168/80/DCI/SSP/RS, de SCI/SSP/RS para DRP/Erechim, solicitando informações sobre o Diretório Acadêmico dos Universitários Erexinenses (DAUE). Porto Alegre, 30 de abril de 1980. SOPS/E-1.4.277.7.2

Informação maio/1980, de Delegacia de Polícia de Nova Prata, comunicando que um membro do Diretório Acadêmico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) vende carteiras de estudantes falsas para financiar a subversão com o dinheiro das vendas, e que está ligado ao Sindicado de Vestuário de Porto Alegre. Nova Prata, maio de 1980. SOPS/LV-1.4.2070.23.8

Pedido de busca confidencial nº 38/90/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 7ª DRP/RS, solicitando os nomes completos e os dados qualificativos dos candidatos às eleições da União Estadual de Estudantes Livre (UEE-LIVRE/RS). Porto Alegre, 6 de maio de 1980. SOPS/RG-1.4.1096.11.4/2

Circular confidencial nº 31/80, de Paulo Wanderlei Welker, responsável pela Delegacia Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DIN/DOPS/RS. Rádio

nº 25/80-DIN/DOPS/RS, de DIN/DOPS/RS para DP's Jurisdicionadas, solicitando a nominata das diretorias das "Associações dos Docentes Universitários", bem como a da Coordenação Nacional correspondente, pois são entidades esquerdistas que realizarão um "Encontro Nacional dos Docentes Universitários", em julho de 1980, e solicitando, também, a nominata dos que comparecerão ao Encontro. Lagoa Vermelha, 11 de julho de 1980. SOPS/LV-1.4.2072.23.8

Informação confidencial junho/1980 comunicando sobre a distribuição, no município de Nova Prata, do "Jornal do PT", possivelmente feito pelo padre José Menguzzo e pelo advogado Rui Alberto Meder, e distribuído por Vítor Antônio Pletsch. que busca influenciar os meios operários e estudantis para difundir ideias contra o governo. Essas ações da Delegacia de Polícia de Nova Prata inserem-se na Ordem de procura de pessoas cujos comportamentos não estejam em sintonia com o governo atual. Nova Prata, junho de 1980. SOPS/LV-1.6.2727.28.10

Pedido de busca confidencial nº 122/80/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 7ª DRP/RS, solicitando a composição dos diretórios citados e os dados conhecidos, bem como requerendo informações sobre a data em que se realizam ou se realizaram suas eleições, e dados sobre os membros das entidades estudantis. Porto Alegre, 11 de setembro de 1980. SOPS/RG-1.4.1097.11.4/2

Circular nº 226/80, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Senhor Delegado, encaminhando, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Pedido de busca nº 188/80-DOPS, solicitando a apuração da existência de qualquer forma de "Foquismo de Massas" nas áreas estudantil e sindicalista. Cachoeira do Sul, 29 de dezembro de 1980. SOPS/CS-1.2.2859.34.9/2

Pedido de busca sigiloso nº 31/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, determinando que sejam acompanhadas as reuniões dos Diretórios Centrais de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos das Universidades e Faculdades do interior do Rio Grande do Sul, e coletadas informações sobre os principais articuladores nas mobilizações para a efetivação de uma greve, caso o MEC não cumpra as determinações impostas pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Porto Alegre, 16 de março de 1981. SOPS/CS-1.4.3253.39.11 / SOPS/L-1.4.57.5.1 / SOPS/E-1.4.279.7.2

Pedido de busca confidencial nº 30/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre qualquer dado referente à criação, nesta região policial, de Comitês de Solidariedade ao povo de El Salvador e/ou Movimento Cienfuegos, informando que os encontros

do Movimento estão acontecendo na sede da União Estadual de Estudantes, junto ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 17 de março de 1981. SOPS/L-1.2.19.3.1

Radiograma nº 24/81/DIN/DOPS/RS, de DIN/DOPS/RS para "Lajeado", determinando o acompanhamento do movimento estudantil e de seus líderes, que estariam organizando manifestações públicas em frente às Delegacias do MEC, com o intuito de cobrar do ministro as reivindicações apresentadas pela União Nacional dos Estudantes. "s.d.", 18 de março de 1981. SOPS/L-1.4.59.5.1

Pedido de busca sigiloso nº 46/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando que seja informada a composição das diretorias das Universidades e Faculdades do interior do Estado. Porto Alegre, 25 de março de 1981. SOPS/CS-1.8.3864.46.13

Circular confidencial nº 11/81, de Paulo Wanderlei Welker, responsável pela Delegacia Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DOPS/RS. Pedido de busca nº 31/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DP's jurisdicionadas, solicitando o acompanhamento das reuniões das Diretorias Centrais de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos das Universidades e Faculdades do interior do Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 25 de março de 1981. SOPS/LV-1.4.2083.23.8

Pedido de busca confidencial nº 75/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando a confirmação dos dados sobre o evento "Dia Nacional em Defesa da Universidade", promovido pela União Nacional de Estudantes (UNE), e marcado para o dia 20 de maio de 1981, contra a transformação das Universidades Federais em Fundações, bem como o acompanhamento das mobilizações de discentes e docentes em apoio ao evento na área desta Delegacia Regional de Polícia. Porto Alegre, 8 de maio de 1981. SOPS/L-1.4.62.5.1 / SOPS/E-1.4.281.7.2

Pedido de busca confidencial nº 77/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando investigações sobre a mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), junto a outras entidades estudantis, associações de classe e demais movimentos sociais, bem como o acompanhamento das Assembleias Gerais das Associações de Docentes. Porto Alegre, 11 de maio de 1981. SOPS/E-1.4.282.7.2 / SOPS/L-1.4.63.5.1/2

Ofício nº 112/81, de Marcino Heitor Caetano, inspetor de polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional, respondendo à Ordem de busca nº 16/81/SAE-13, informando que não houve, no município de Cerro Largo, nenhum movimento de apoio ao "Dia Nacional em Defesa da Universidade". Cerro Largo, 21 de maio de 1981. SOPS/SA-1.4.58.5.1

Pedido de busca confidencial nº 87/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento das mobilizações para o "Dia Estadual dos Estudantes Secundaristas", marcado para o dia 28 de maio de 1981, bem como a identificação dos líderes e as reivindicações dos estudantes. Porto Alegre, 22 de maio de 1981. SOPS/E-1.4.283.7.2

Pedido de busca confidencial nº 87/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando a confirmação dos dados conhecidos sobre a organização de uma greve, no dia 28 de maio de 1981, pelo Grêmio Estudantil da Escola de 2º Grau Emilio Zuñeda, e pelo Dia Estadual dos Estudantes Secundaristas, e informando que, caso seja confirmada a organização dos eventos, proceder a investigações sobre as reivindicações dos estudantes e identificar os principais líderes, bem como os seus dados pessoais e fotografias. Porto Alegre, 28 de maio de 1981. SOPS/L-1.4.64.5.1

Ofício nº 149/81, de Marcino Heitor Caetano, inspetor de polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia, para Mauro Azeredo, Delegado Regional, respondendo à Ordem de busca nº 18/81/SAE-13, informando que não houve, no município de Cerro Largo, paralisação das aulas no dia 28 de maio de 1981, no "Dia Estadual dos Estudantes Secundaristas". Cerro Largo, 30 de junho de 1981. SOPS/SA-1.4.59.5.1

Pedido de busca confidencial nº 121/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS para DRP's, solicitando que seja informada a composição das diretorias das Uniões Municipais de Estudantes das cidades sob a jurisdição desta Delegacia Regional de Polícia, com dados qualificativos e fotografias dos seus membros. Porto Alegre, 20 de julho de 1981. SOPS/E-1.4.284.7.2 / SOPS/L-1.4.66.5.1 / SOPS/CS-1.4.3268.39.11

Ofício nº 91/81, de Marcino Heitor Caetano, inspetor de polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional, respondendo à Ordem de busca nº 19/81/SAE-13, com a informação de que, na área da Delegacia de Polícia de São Paulo das Missões, não se tem conhecimento de organizações ou uniões estudantis. São Paulo das Missões, 12 de agosto de 1981. SOPS/SA-1.4.60.5.1

Pedido de busca confidencial nº 162/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 20ª DRP/Cachoeira do Sul, solicitando a confirmação das informações conhecidas sobre a greve realizada na Escola Estadual João Neves da Fontoura por quase uma semana no mês de agosto de 1981, em razão do não atendimento das reivindicações apresentadas em 28 de maio de 1981. Porto Alegre, 19 de agosto de 1981. SOPS/CS-1.4.3269.39.11/2

Pedido de busca confidencial nº 156/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento e informações sobre as mobilizações estudantis com origem em instituições de ensino superior, bem como informações sobre as propostas que o presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS) levará para a reunião de 23 de agosto de 1981, e também sobre as propostas que os líderes estudantis gaúchos levarão para o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorrerá em 6 de setembro de 1981, em São Paulo. "s.d.", 20 de agosto de 1981. SOPS/CS-1.4.3270.39.11 / SOPS/E-1.4.285.7.2

Ofício confidencial nº 443/81, de Bel. Zeno Antônio Schuch, Delegado de Polícia para o Delegado Regional de Polícia de Alegrete, respondendo ao Pedido de busca nº 26/81/SAE/4ªDRP, e informando sobre a existência de somente uma escola secundária no município, e ao Pedido de busca nº 25/81/SAE/4ªDRP, referente à existência do Grêmio Estudantil Soares Andréa (GESA), e enviando, em anexo, a relação nominal dos estudantes que compõem a Diretoria do GESA, com suas filiações e fotografias. Quaraí, 21 de agosto de 1981. Obs. Não constam os anexos das fotografias. SOPS/A-1.4.14.2.1/2

Circular confidencial nº 36/81, de Delegacia Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando expediente oriundo do DOPS/RS. Pedido de busca nº 156/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento e relatório sobre as mobilizações estudantis, especificamente as que tenham como origem instituições de ensino superior, e também solicitando dados sobre a proposta que o presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE/RS) apresentará na reunião de 23 de agosto de 1981. Lagoa Vermelha, 24 de agosto de 1981. SOPS/LV-1.4.2088.23.8

Informação nº 36/81, de 15ª Delegacia Regional de Polícia, encaminhando dados sobre a junta governativa da União Lagoense de Estudantes Secundários (ULES) de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 25 de agosto de 1981. SOPS/LV-1.4.2089.23.8

Ofício nº 117/81, de Gilvane Ferreira Garcia, Inspetor de Polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia de Barracão para Delegado de Polícia, Chefe do SAE/DRP, atendendo à solicitação da Circular nº 36/81 e informando que, no município de Barracão, não há nenhum movimento que vise à mobilização estudantil, em face das decisões do 2º CONEB/UNE/RS. Barracão, 2 de setembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2090.23.8

Pedido de busca confidencial nº 184/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 20ª DRP/RS, solicitando informações sobre o Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas que a União Gaúcha de Estudantes (UGES) promoverá nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 1981, em Cachoeira do Sul. Porto Alegre, 18 de setembro de 1981. SOPS/CS-1.4.3274.39.11

Pedido de busca confidencial nº 209/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 19ª DRP/RS, solicitando a confirmação dos dados conhecidos referentes à suspensão de estudantes, que aproveitaram a ausência da diretora da Escola Arthur da Costa e Silva, Regina Isabel Pereira Rodrigues, para realizar uma manifestação, e também o envio de informações sobre os envolvidos, a composição da diretoria do Grêmio Estudantil, os componentes do corpo docente e a repercussão no meio político municipal. Porto Alegre, 19 de outubro de 1981. SOPS/L-1.8.109.9.1

Pedido de busca confidencial nº 213/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 19ª DRP/Lajeado/RS, solicitando os nomes dos organizadores da passeata realizada em 14 de outubro de 1981, com aproximadamente 300 estudantes, da Escola Estadual João de Deus, em Cruzeiro do Sul (RS), protestando contra a situação dos colonos de Encruzilhada Natalino (RS), e também requerendo mais informações sobre os diretores, professores, a composição do núcleo do CPERS da região, do Grêmio Estudantil e dos líderes políticos atuantes no evento. Porto Alegre, 22 de outubro de 1981. SOPS/L-1.8.110.9.1

Pedido de busca confidencial nº 215/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 20ª DRP/RS, requerendo a cópia do registro da ocorrência policial e as fotografias dos detidos que tentaram colocar cartazes da chapa “Travessia” nas dependências da Faculdade de Educação Física. Porto Alegre, 23 de outubro de 1981. SOPS/CS-1.4.3275.39.11

Pedido de busca confidencial nº 218/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 11ª DRP/Erechim, solicitando que sejam confirmados os dados conhecidos sobre a “8ª Semana Universitária da Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino”, assim como informando sobre os conteúdos das

palestras oferecidas e seus respectivos oradores. Porto Alegre, 27 de outubro de 1981. SOPS/E-1.4.286.7.2

Informação nº 52/81, de 15ª Delegacia Regional de Polícia, encaminhando dados acerca da reunião da União Lagoense de Estudantes (ULES), realizada em 22 de outubro de 1981, no Salão de Atos da Escola Normal Rainha da Paz, e também sobre a pauta de discussão, que versou sobre a alteração nos Estatutos da entidade. Lagoa Vermelha, 27 de outubro de 1981. SOPS/LV-1.4.2092.23.8

Pedido de busca confidencial nº 15/S/2, de AD/6 de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, Ministério do Exército para 15ª DRP, solicitando dados de qualificação e ideologia das pessoas envolvidas na reunião, convocada pela União Lagoense de Estudantes, ocorrida na Escola Normal Rainha da Paz, no dia 23 de outubro de 1981, às 20 horas, e informando que as pautas discutidas no encontro buscavam atingir a imagem do presidente e de sua família. Caxias do Sul, 10 de novembro de 1981. SOPS/CX-1.4.168.5.1/2

Informação confidencial nº 38/81/SOPS, de 19ª DRP para DOPS/RS, retornando ao Pedido de busca nº 121/81/DIN/DOPS/RS, informando sobre a composição da diretoria da União Lajeadense de Estudantes (ULES,) e também enviando recorte do jornal "O Informativo", com a fotografia do presidente da ULES. Lajeado, 4 de dezembro de 1981. SOPS/L-1.4.69.5.1/2

Pedido de busca confidencial nº 247/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, ordenando o acompanhamento das atividades e dos participantes no "XV Congresso Nacional de Professores", que acontecerá entre os dias 18 e 21 de janeiro de 1981, em Cuiabá (Mato Grosso), que recebeu o título "Congresso Paulo Freire". Porto Alegre, 11 de dezembro de 1981 SOPS/E-1.4.287.7.2 / SOPS/CS-1.4.3278.39.11

Pedido de busca nº 247/81-DOPS, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegado de Polícia, solicitando o acompanhamento das atividades do XV Congresso Nacional de Professores, bem como informações sobre o nome dos participantes, meio de transporte utilizado e hora de partida. "s.d.", 17 de dezembro de 1981. SOPS/CS-2.-.4296.51.14

Informação nº 3/82/SOPS, de 19ª DRP para DOPS/RS, atendendo ao Pedido de busca nº 209/81/DIN/DOPS/SSP/RS, informando sobre a suspensão de alunos da Escola Arthur da Costa e Silva. Lajeado, 12 de janeiro de 1982. SOPS/L-1.8.113.9.1/2

Pedido de busca confidencial nº 41/82/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 20ª DRP/Cachoeira do Sul, solicitando informações sobre a composição das chapas vencedoras dos Diretórios Centrais de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos das faculdades de Cachoeira do Sul. Porto Alegre, 26 de março de 1982. SOPS/CS-1.4.3285.39.11

Informação confidencial nº 9/82/SAE e Informação nº 10/82/SAE, de 19ª DR para DPI/PC/SSP, retornando o Pedido de busca nº 77/82/DIN/DOPS/RS, informando a composição da nova diretoria do Grêmio Estudantil Cenecista Rui Barbosa e da União Lajeadense de Escolas Secundárias. Lajeado, 8 de outubro de 1982. SOPS/L-1.4.71.5.1/2

SOPS/LN-1.4.1864.21.8

acuse-se
19-8-68

CONFIDENCIAL

FAUSTINO RIBEIRO LEITES
DELEGADO REGIONAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO R G S
SERVIÇO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES
Pôrto Alegre, RS, 16 Agô 68

Acusado
c/RD 420/68
Em 20/8/68

Assunto: MOVIMENTO ESTUDANTIL
Origem: Dedo
Classificação: ....
Difusão: APAE - DSPS/DOPS - Delegados Regionais
Referência: -.-.
Difusão anterior: E2/III Ex - SNI/APA - DPF/RS - BM/RS.

INFORMAÇÃO Nº 705/68 - SCI/RS

Transcreve-se abaixo, PANFLETO contendo instruções aos estudantes para passeatas:

" Você deve ir a manifestação com a consciência de que se trata de uma manifestação popular contra a ditadura e a repressão desta ditadura cujo governo representa as aspirações das classes dominantes aliadas aos interesses do imperialismo. Os estudantes iniciaram um movimento há muito tempo pois colocam-se ao lado das classes trabalhadoras e que, apesar de reprimidas, são o sustentáculo do processo ... que derrubará a ditadura e expulsará o imperialismo... estudantes, intelectuais, professores, o clero e ... um movimento de protesto e não mais exclusivamente ... a repressão que cerceia as liberdades do povo.

O Comando Geral recomenda:

1 - FORMA DE COMPARECER À MANIFESTAÇÃO

a) - não levar roupa pesada - sapato de salto - roupas berrantes - joias - objetos - caderneta de telefone - carteira falsa de estudante (as mulheres no centro da cidade não usam calça comprida)
b) - levar documento de identificação e profissional;
c) - observar RIGOROSAMENTE os horários determinados;
d) - dirigir-se aos pontos com a clareza de que a repressão não tem conhecimento destes;
e) - permanecer nos pontos até que se estabeleça contato baixando palavra de ordem.

2 - COMPORTAMENTO DENTRO DA MANIFESTAÇÃO

a - acatar estritamente a palavra de ordem do chefe do grupo
b - manter a corrente do grupo (braços entrelaçados)
c - não permitir a formação de brechas, marchar unidos
d - ao receber palavra de ordem para dispersar, faze-lo o mais rápido e ordenadamente possível deslocando-se para o proximo ponto.

3 - MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA GÁS

a - ir em jejum só bebendo líquido ou leite em pequena quantidade
b - pastilha de Redoxon efervescente na boca para anular os efeitos do gás
c - lenço molhado tapando o nariz
d - bicarbonato ou leite de magnésia em tôrno dos olhos
e - acender jornais e jogar no local da bomba
f - atirar contra a bomba um vidrinho de amônia

-Continua -

SSP-RS

SOPS/LN - 1.4.1964.21.8

- Fl 2 -

(Continuação...)

LEVAR

isqueiro ou fósforos	jornal
mais de um lenço	Rodoxon efervecente
bicarbonato ou magnésia	emonie

4 - CONSELHOS TÁTICOS - A manifestação será pacífica, sòmente cabendo resistência quando fôr caracterizada a repressão contra a massa. Para tanto observar:

a - acatar sòmente as palavras de ordem dos líderes estudantis e dos nossos chefes de grupo

b - não aceitar palavras de ordem de provocação dadas por pessoas desconhecidas ou que não sejam liderança

c - em caso de aproximação do esquema de repressão, deverá ser observada: -calma para melhor acatar as palavras de ordem de chefia; reforço imediato da formação em corrente.

Em caso de correr a massa é fundamental não se perder do grupo, correr em corrente, tentar alcançar a massa.

Em caso de dispersão num ponto de combate evitar abrigo em locais sem saída.

Em caso de perder-se do grupo, dirigir-se ao ponto de referência e lá permanecer. "

* * * *

DSP-RS

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO, ART. 62 DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

SOPS/RG - 1.4.1032.11.4

PROTOCOLADO Nº 216
Lv. nº II Fl. 81
Em 12/04/76

- C O N F I D E N C I A L -

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 30 / MAR / 1976.

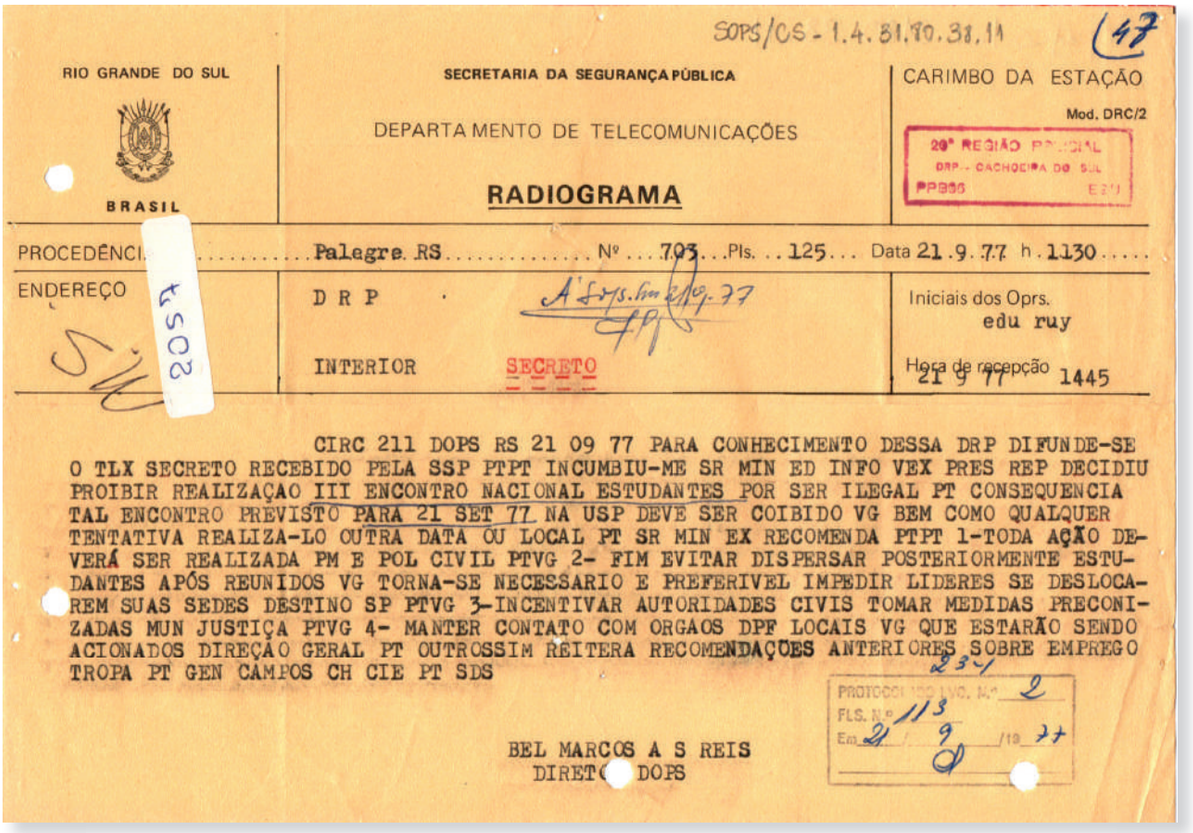
ASSUNTO : AGITAÇÃO NO MEIO ESTUDANTIL
ORIGEM : DOPS/RS
AVALIAÇÃO : A-1
DIFUSÃO : DRP'S - 2ª DIPOL E S/DP'S

INFORME Nº 034/76/DBCI/DOPS/RS.

1 - O Partido Comunista Brasileiro teria suspendido temporariamente a agitação no meio Estudantil, instruiu / militantes no sentido de fabricar uma vítima, prefencialmente no interior das instalações do DOI/CODI, com a finalidade de estimular e sensibilizar a opinião pública contra o governo e Forças Armadas.

3-03
5-05
5-11

= C O N F I D E N C I A L =



SOPS/CS - 1.4.31.80.38.11 (47

RIO GRANDE DO SUL

BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES

RADIOGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Mod. DRC/2

20ª REGIÃO POLICIAL
DRP - CACHOEIRA DO SUL
PPB86 EDU

PROCEDÊNCIA ..... Palegre RS ..... Nº ... 703 ... Pls. .. 125 ... Data 21.9.77 h. 1130 .....

ENDEREÇO

2057

D R P

A' Sops. em 21/9/77

INTERIOR SECRETO

Iniciais dos Oprs.
edu ruy

Hora de recepção 21 9 77 1445

CIRC 211 DOPS RS 21 09 77 PARA CONHECIMENTO DESSA DRP DIFUNDE-SE O TLX SECRETO RECEBIDO PELA SSP PTPT INCUMBIU-ME SR MIN ED INFO VEX PRES REP DECIDIU PROIBIR REALIZAÇAO III ENCONTRO NACIONAL ESTUDANTES POR SER ILEGAL PT CONSEQUENCIA TAL ENCONTRO PREVISTO PARA 21 SET 77 NA USP DEVE SER COIBIDO VG BEM COMO QUALQUER TENTATIVA REALIZA-LO OUTRA DATA OU LOCAL PT SR MIN EX RECOMENDA PTPT 1-TODA AÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA PM E POL CIVIL PTVG 2- FIM EVITAR DISPERSAR POSTERIORMENTE ESTUDANTES APÓS REUNIDOS VG TORNA-SE NECESSARIO E PREFERIVEL IMPEDIR LIDERES SE DESLOCAREM SUAS SEDES DESTINO SP PTVG 3-INCENTIVAR AUTORIDADES CIVIS TOMAR MEDIDAS PRECONIZADAS MUN JUSTIÇA PTVG 4- MANTER CONTATO COM ORGAOS DPF LOCAIS VG QUE ESTARÃO SENDO ACIONADOS DIREÇAO GERAL PT OUTROSSIM REITERA RECOMENDAÇÕES ANTERIORES SOBRE EMPREGO TROPA PT GEN CAMPOS CH CIE PT SDS

23-1

PROTOCOLO LVC. Nº 2
FLS. Nº 113
Em 21/9/1977

BEL MARCOS A S REIS
DIRETOR DOPS

SOPS/E - 1.8.575.10.2

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 49 — 400
Em 14 / 08 / 1978

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 04 AGO 1978

ASSUNTO : CASAS DE ESTUDANTES
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRPs

PEDIDO DE BUSCA Nº 278 / 78 / DBCI/DOPS/RS

DADOS CONHECIDOS:

Existem "Casas de Estudantes", vinculadas ou não às Universidades/Faculdades do interior do RS.

DADOS SOLICITADOS:

1. Relação das "Casas de Estudantes", "Repúblicas" ou "Pensões" / de estudantes de todas Universidades/Faculdades na área dessa Região Policial;
2. Endereço das mesmas, com nominatas dos dirigentes e "moradores";
3. Dados qualificativos dos "moradores";
4. Outros dados julgados úteis;
5. Solicita-se o máximo de sigilo na obtenção dos dados solicitados.

DDPP
PROVIDENCIADO
01-Circ Nº 20/78
ARQUIVE-SE

3-03
3-17
4-13

3199

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO, ART. 62 DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Providenciado
Rd nº 01/79
22 01 79.

DBCI
PROVIDENCIADO
Rd Nº 75
ARQUIVE-SE

CONFIDENCIAL

27-11-78

SOPS/RG-1.4.1090.11.4

CONFIDENCIAL

Protocolado nº 242
Lv. nº 2 Fl. 124
Em 25/9/79

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª. Bda. Inf Mtz
6º. G A C — 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 19 Set 79

- INFORME N.º 18 - S/2

1. Assunto.....: UNE - CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CENTROS D ESTUDANTES
2. Origem.....: 8ª Bda Inf Mtz
3. Avaliação.....: B-3
4. Difusão.....: DPF/RG - 6º BPM - 7ª DRPol - Cap dos Portos
5. Difusão anterior.....: -
6. Referência .....; -
7. Anexo .....: -

1. A UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES (UNE) havia programado para os primeiros dias de agosto do corrente ano, um CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CENTROS DE ESTUDANTES, o qual havia contado com a participação de delegados da maioria dos países deste Continente.
2. Por este motivo, dias atrás esteve em BUENOS AIRES/RA um dos atuais dirigentes da UNE, de nome REZENDE, o qual se entrevistou com ativistas do MOVIMENTO ESTUDANTIL DA ARGENTINA - da FJC.
3. A margem dos temas específicos do ME, foi tratada a situação política na NICARÁGUA.
4. Desse encontro, surgiram novos elementos que indicam a possibilidade do surgimento, a curto prazo, de uma JUNTA REVOLUCIONÁRIA LATINO AMERICANA, que agruparia todas as tendências dos grupos guerrilheiros, ora em ação contra as estruturas governamentais.
5. A data aproximada do surgimento dessa "central terrorista" seria nos primeiros dias de setembro. Com essa finalidade já ocorreram "encontros preparatórios", com a participação dos líderes das principais organizações guerrilheiras, entre essas foram mencionadas as seguintes:
   - EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO (SAN SALVADOR);
   - FORÇAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO (SAN SALVADOR);
   - BLOCO POPULAR REVOLUCIONÁRIO (SAN SALVADOR);
   - MOVIMENTO "19 DE ABRIL" (M-19-COLÔMBIA);
   - EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLÔMBIA);
   - FORÇA DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIO POPULAR (COLÔMBIA);
   - FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA;
   - MIR (CHILE);
   - ERP (ARGENTINA);
   - MONTONEROS (ARGENTINA);
   - MLN (URUGUAI);
   - MIR (VENEZUELA);
   - GRUPO DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA (VENEZUELA);
   - PARTIDO DOS TRABALHADORES (Setor Combatente - BRASIL).
6. O evento estaria contando com observadores da OLP (um tal KARASAT) e membros do Grupo de Ajuda às Lutas Populares de CUBA.
7. O lugar alternativo para o encontro seria a VENEZUELA.

ooooo O ooooo

P/ SECÇÃO
Luiz
TC

Vista.
Ao SAE
20/08/81

SOPS/E-1.4.285.7.2

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 86 — 557
Em 25/08/1981

= C O N F I D E N C I A L =

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES

ASSUNTO: MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL FACE DECISÕES DO 2º CONEB/UNE/RS
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO: DRP's

MS

PEDIDO DE BUSCA Nº 156/81 / DIN/DOPS/RS

DADOS CONHECIDOS:

a. No 2º CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DE BASE DA UNIÃO NACIONAL' DE ESTUDANTES (2º CONEB/UNE) foi aprovado "um indicativo de greve geral universitária", sem data fixada, caso o MUNISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) não atenda, até o dia 23 AGO 81, as reivindicações estudantis.

b. Durante este período, 03 a 22 AGO 81, as entidades de base (Diretórios Centrais e Acadêmicos) nas Unidades particulares, irão mobilizar os estudantes no sentido de greve face o aumento de 50,9% aprovado pelo MEC e nas Unidades públicas, irão articular discussões em torno de doficuldades específicas de cada Unidade notadamente, a falta de verbas.

c. No dia 23 AGO 81 haverá uma reunião do Conselho de Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) com a Diretoria da UNE para avaliar' a situação do movimento.

d. No dia 06 SET 81 haverá uma reunião do CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS (CONEG) da UNE, em SÃO PAULO/SP, onde será finalmente decidido o assunto "Greve Geral", que se aprovado, acontecerá durante a 1ª quinzena de setembro.

DADOS SOLICITADOS:

1. Acompanhar e relatar as mobilizações estudantis, notadamente as que tenham como origem instituições de ensino superior.
2. Proposta que o presidente da UEE/RS levará para a reunião de 23 AGO 81;
3. Propostas que os líderes estudantis gaúchos levarão para o CONEG;
4. Outros dados julgados úteis;
5. Encarece-se o máximo sigilo na obtenção dos dados solicitados.

1.08
4.16

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - R. G. Sul - Brasil
DIN

2507

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 13 DEC. 79.099/77 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Movimento de mulheres

A partir do segundo quartel do século XX, torna-se mais significativa a presença de mulheres no mundo do trabalho, inclusive ocupando politicamente o espaço público. À medida que essa transformação se opera, elas criam movimentos sociais e estratégias de resistência para lutar por seus direitos. Compreendendo os movimentos de mulheres como toda forma de manifestação cujas protagonistas são elas próprias, é importante indicar duas distinções existentes: movimentos femininos e movimentos feministas.

O primeiro é mais abrangente, incluindo grupos feministas, mas também organizações de mulheres em torno de objetivos diversos, que não estão diretamente relacionados com a luta a favor dos direitos das mulheres e contra a sociedade patriarcal, como foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Movimento liderado por mulheres de classe média, brancas, donas de casa, católicas, esposas de militares e de empresários, elas manifestaram-se contra as Reformas de Base, propostas pelo governo de João Goulart, e contra o "perigo comunista" no Brasil, em fins de março de 1964.

Conforme a repressão ditatorial recrudesce e o número de desaparecidos, exilados e presos políticos aumenta, os familiares (em sua maioria, mulheres: esposas, mães e irmãs de vítimas da ditadura) formaram o Movimento Feminino pela Anistia (em maio de 1975); posteriormente, criaram a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a fim de denunciar os crimes cometidos pela Ditadura e lutar por Memória, Verdade e Justiça.

Por outro lado, durante a Ditadura também existiram movimentos feministas que se opuseram à ordem vigente e se posicionaram no espaço público sobre questões que eram tabus na época, como a liberdade sexual, o machismo e a violência contra os corpos femininos. Os anos 1960 e 1970 foram marcados pelo crescimento do feminismo no Brasil, sob a afirmação de que "o privado é político", e as mulheres passaram a se mobilizar para defender direitos específicos, a fim de lutar contra uma condição histórica marcada pela opressão, por uma subcidadania e pela violência de gênero.

De toda forma, numa sociedade patriarcal como a brasileira, os movimentos de mulheres acabam por perturbar o *status quo*. No Brasil, eles ganharam projeção nacional em um dos períodos mais violentos da história do país. Mulheres, admiráveis combatentes, lutaram dentro de organizações políticas para serem respeitadas por seus companheiros, bem como enfrentaram ameaças do Estado na busca por seus familiares e por Memória, Verdade e Justiça (continuam até o presente!).

Documentos

Informação reservada nº 215, de SOPS/RG para DOPS/RG, relatando o recebimento do PB nº 117/74/DPF/RG que solicita dados sobre entidades vinculadas antigamente à Revolução, tais como as Cruzadas Democráticas Femininas, que estariam se incorporando a movimentos de protesto contra a elevação do custo de vida, e de demais organizações comunitárias. “s.d.”, 20 de junho de 1974. SOPS/RG-1.3.961.10.4

Informe confidencial nº 47/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP’s, 2ª DIPOL e S/DP’s, comunicando que informes do Presídio Militar da Justiça Federal, obtidos por meio de conversas entre os presos políticos, afirmam que 1977 será o ano da Anistia Internacional, bem como os jornais destacam a participação do movimento feminista, intelectuais, ABI, OAB e CNBB, entre outros. Porto Alegre, 30 de maio de 1977. SOPS/CS-1.2.2716.32.9 / SOPS/E-1.-.9.1.1

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-79, de 29º Grupo de Artilharia da Campanha para Del. Pol. de Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando informar se existem nas áreas os seguintes movimentos contestatórios: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê de Imprensa pela Anistia, Movimento de Artistas Pró-Anistia, Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, Centro Brasileiro Democrático e Movimento Negro contra a Discriminação Racial. Cruz Alta, 25 de junho de 1979. SOPS/CA-1.3.61.4.1

SOPS/RG - 1.3.961.10.4 RESERVADO

20 06

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS
SOPS/RG
DOPS/RS
.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-
.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

I N F O R M A Ç Ã O 215

POLÍTICO

Este Serviço recebeu e difunde a esse Departamento o constante do PB Nº 117/74/DPF/RG, recebido da DPF/RG, cujo teor é o seguinte:

1. DADOS CONHECIDOS:

Algumas entidades de passado e tradições vinculadas à Revolução, tais como as "CRUZADAS DEMOCRÁTICAS FEMININAS" e outras, vem se incorporando a movimentos de protestos contra a elevação do custo de vida, através de manifestos, declarações públicas, etc.

Há indícios da possibilidades que tais organizações estejam ou venham a ser envolvidas em campanha subversiva que está utilizando o tema da carestia para propaganda e pressões.

2. DADOS SOLICITADOS:

Levantamento das organizações comunitárias;

Medidas de estreito acompanhamento das diretorias de tais organizações, e

Informar qualquer indícios sobre o assunto.

É a informação...

* * * * * * * * *
* * * * *
*

DELEGACIA REGIONAL 7ª R. E. S. O. P. POLÍCIA VISTO RIO GRANDE

SOPS/E - 1.-.9.1.1

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 27 766
Em 6/ 6 1977

C O N F I D E N C I A L

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 30.05.77

ASSUNTO : 1977 ANO DA ANISTIA INTERNACIONAL
ORIGEM : DOPS/RS
CLASSIFICAÇÃO: B-2
DIFUSÃO : DRP'S, 2ª DIPOL E S/DP'S

INFORME Nº 47/77/DBCI/DOPS/RS

1. Informes provinientes do Presídio Militar da Justiça Federal, obtidos através de conversas entre os presos subversivos ali recolhidos, dão conta de que o ano de 1977 está sendo considerado como o ano da ANISTIA INTERNACIONAL.
2. Os jornais do país vêm publicando regularmente notícias relacionadas com "presos políticos", bem como a conotação desses assuntos com o movimento feminista.
3. Segundo aquela fonte (item 1), influenciados por pressões de origem interna e externa, com a finalidade de subverter a ordem, os presos subversivos, possívelmente, desencadearão movimentos nos diversos presídios em que se encontram.
4. Os movimentos serão levados a efeito, contando com o apoio de intelectuais, ABI, OAB, CNBB, etc., obedecendo-se aos seguintes métodos:

a) Greve de Fome;
b) Reivindicações absurdas.

5. Os referidos movimentos poderão ocorrer individualmente, em determinado presídio, ou simultaneamente, em todo o território nacional.

3.03
4.05
3.12

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 6º DTO. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA A SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

C O N F I D E N C I A L

PROVIDENCIADO
Nº 31/77-

Movimento negro

"Conhecido como o navegante negro, tinha a dignidade de um mestre-sala, e ao acenar pelo mar na alegria das regatas, foi saudado no porto". A letra do samba "O mestre sala dos mares", de João Bosco e Aldir Blanc, aborda a história da Revolta da Chibata e de João Cândido, almirante negro, líder do motim. Música censurada pela ditadura civil-militar brasileira, que exigiu dos compositores a alteração da letra da sua canção de "comandante negro" para "navegante negro", o que modificou substancialmente a mensagem expressa pelos autores da composição. Esse é um dos tantos exemplos de como o regime militar se valeu de diversos meios para reprimir a população negra e ocultar sua história e cultura, neste caso valendo-se da censura prévia.

É importante compreender essa repressão como uma herança da sociedade escravista brasileira que foi adotada e institucionalizada pela ditadura, herança esta fundada em valores racistas que pretendem invisibilizar, reprimir e "civilizar" a população afro-brasileira e sua cultura. Essa repressão se evidencia na adoção do mito da "democracia racial" pelo governo brasileiro, tese elaborada por Gilberto Freyre, apontando o Brasil como exemplo de igualdade racial. Essa tese foi utilizada pela ditadura civil-militar para negar a existência do racismo e da segregação racial no país. Politicamente, os envolvidos no movimento negro e nas pautas contra a discriminação racial eram acusados de "subversivos", considerados apenas como parte de uma "estratégia revolucionária da esquerda", sendo por isso criminalizados, levando ao cerceamento da luta contra o racismo. O agravamento da desigualdade social, causado pela política econômica ditatorial, e a repressão a espaços culturais negros, como as rodas de samba e os bailes, são exemplos das várias facetas de violência do Estado contra a população preta brasileira.

Em contraste ao ideário dos militares, os intelectuais Clovis Moura e Abdias do Nascimento atuaram problematizando a visão adotada pela ditadura de "democracia racial", evidenciando os processos de longo prazo que violentam o povo negro brasileiro. No cenário gaúcho há a atuação de Oliveira Silveira, importante militante do movimento negro que, em plenos "anos de chumbo", funda o Grupo Palmares, espaço onde surge a proposição do dia 20 de novembro – morte de Zumbi dos Palmares –, como Dia Nacional da Consciência Negra. Ainda durante os anos 1970, com a presença da pauta racial nos movimentos de esquerda, de atos de discriminação pelas autoridades e do assassinato do feirante Robson de Souza pela polícia militar, há a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), com grande parcela de participantes oriundos da militância marxista revolucionária, tendo Lélia Gonzalez como uma das fundadoras e integrante da Comissão Executiva Nacional.

Neste momento o MNU tem como bandeiras a luta pela anistia e pela categorização de todos os presos negros como presos políticos, bem como a pauta da reforma agrária e a luta

pelo fim da ditatura civil-militar no Brasil. Esse movimento é um importante eixo da resistência da população negra contra o Estado ditatorial, pois a vida cultural negra e a mera existência da pauta racial já eram tidas como uma afronta ao regime, por confrontarem os ideários forjados de um país sem racismo e desigualdade. O MNU é um dos exemplos da presença negra na resistência contra a ditadura, bem como das lutas travadas em torno da questão da tentativa de invisibilização da pauta racial preconizada pela ditadura brasileira.

Documentos

Informação confidencial nº 166-S/2, de 6ª DE (INFO 392 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, retificando informação anterior referente ao Movimento denominado Centro de Lutas 20 de Novembro, vinculado ao Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), cujas atividades são realizadas pelo Partido Socialista dos Trabalhadores – Seção Afro-Latino-América. Rio Grande, 14 de novembro de 1978. Obs. Não consta anexo. SOPS/RG-1.5.1173.12.4

Informação confidencial nº 008 S/2, de DCI/SSP/RS para DPF, DRP e 6ª BPM, comunicando que o panfleto com a Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial foi distribuído na cidade de Salvador, em novembro de 1978, entre a população negra. Rio Grande, 6 de fevereiro de 1979. Obs. Não consta anexo. SOPS/RG-1.-.88.1.1/2

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-79, de 29º Grupo de Artilharia da Campanha para Del. Pol. de Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando informar se existem nas áreas os seguintes movimentos contestatórios: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê de Imprensa pela Anistia, Movimento de Artistas Pró-Anistia, Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, Centro Brasileiro Democrático e Movimento Negro contra a Discriminação Racial. Cruz Alta, 25 de junho de 1979. SOPS/CA-1.3.61.4.1

Pedido de busca confidencial nº 057/82/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para 19ª DRP/Lajeado/RS, solicitando a confirmação da existência de núcleos do Movimento Trabalhista pela Integração da Raça Negra/RS (MOTIRAN), em virtude do lançamento de manifesto de apoio à candidatura de Alceu de Deus Collares ao governo do Estado. Porto Alegre, 26 de abril de 1982. SOPS/L-1.3.36.4.1

CONFIDENCIAL SOPS/RG - 1.-.88.1.1

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C - 2ª SEÇÃO

Rio Grande - RS, 06 FEV 79

MS

— INFORMAÇÃO Nº 008 — S/2

1. Assunto .....: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.
2. Origem .....: DCI/SSP/RS
3. Difusão .....: DPF - DRP - 6º BPM
4. Difusão anterior .....: -
5. Referência .....: Info nº 16 E/2
6. Anexo .....: Cópia xerox de panfleto.

Protocolado nº 019
Lv. nº II Fl. 146
Em 06 / 02 / 79

- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL -

Nas principais ruas de SALVADOR/BAHIA foi distribuido em NOV 78 o panfleto anexo entre a população de raça negra, que trata da carta de Princípios do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

A "Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado", discorre sobre o convencimento do negro da existência de discrepâncias de / atitudes contra a raça, enquanto conclama os representantes da raça negra em lutar "em defesa do povo negro em todos os aspectos / políticos, econômicos, sociais e culturais". Solidarizam-se com / toda e qualquer luta dos setores populares da sociedade brasileira que visa a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais.

O Programa de ação do Movimento Negro Unificado, aprovado em Assembléia Nacional, nos dias 09/10 Set 78, no RIO DE JANEIRO, / propõe a luta:

- contra a discriminação racial;
- Contra a discriminação,racial nas prisões;
- contra a discriminação racial nas escolas;
- contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra;
- contra as formas sistemáticas de opressão, perseguição e / / violências policiais nas favelas, alagados, cortiços habitacionais, etc;
- pelo direito do negro ao lazer;
- pela participação da mulher negra na luta de amancipação do povo negro;
- pela solidariedade à luta internacional contra o racismo;
- pela liberdade de organização e expressão para os negros; e

Cont.....

CONFIDENCIAL

SOPS/RG - 1. - .88.1.1

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C - 2ª SEÇÃO

Rio Grande - RS,

— INFORMAÇÃO Nº —

1. Assunto .....:
2. Origem.....:
3. Difusão.....:
4. Difusão anterior .....:
5. Referência .....:
6. Anexo .....:

Continuação da Info nº 008-S/2, de 06 Fev 79, do 6º GAC - Fl 02 -

- por uma autêntica democracia racial pela libertação do povo negro.

Comenta a situação do negro no BRASIL desde o tempo da colonização até os nossos dias e conclama o povo negro a"lutar organizadamente contra a ordem presente", para a "mudança dessa forma, digo, mesma ordem". Que a situaçãodo negro no BRASIL só poderá mudar quando " levar a luta de forma ampla e organizada, em paralelo com as questoẽs gerais dos setores oprimidos do País, aos quais pertencem".

Denuncia fatos discriminatórios contra a raça, ocorridos de várias formas e em diversos pontos do País, dizendo que são apenas alguns das centenas que ocorrem no BRASIL.

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) é um movimento constituído por pessoas sem distinção de sexo ou instrução e que assumem seu programa.

A implantação do Programa de Ação, se faz através de recrutamento / de novos membros e incentivando a criação de novos "Centros de Luta", que é a unidade básica organizativa do MNUCDR, existindo em todos os locais onde o mesmo se faça presente. O "Centro de Luta" é constituído no mínimo, de três pessoas.

O MNUCDR possui um caráter organizativo, a nível nacional, de uma " Comissão Executiva" e o "Congresso"; a nível estadual e municipal, / "Coordenadorias".

§§§§§§§§§§§§§§§§
§§§§§§§§§§
§§§

2ª. SECÇÃO

Confidencial

DOPS/L-1.3.36.4.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
Departamento de Ordem Política e Social

Porto Alegre, 26 ABR 1982

Assunto: MOVIMENTO TRABALHISTA PELA INTEGRAÇÃO DA RAÇA NEGRA - (MOTIRAN)
Origem: DOPS/RS
Avaliação:
Difusão: 19ª DRP/LAJEADO/RS
Referência:
Anexos:

PEDIDO DE BUSCA N.º 057 / 82 / DIM/DOPS/RS

DADOS CONHECIDOS:

a. Em reunião realizada na ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/RS, em 26 SET 81, o MOVIMENTO TRANALHISTA PELA INTEGRAÇÃO DA RAÇA NEGRA/RS (MOTIRAN), lançou o manifesto de apoio à candidatura de ALCEU DE DEUS COLLARES ao Governo do Estado/RS.

b. Por divergências partidárias, 62 membros do MOTIRAN que se haviam filiado ao PDT retiraram-se do Partido e ingressaram no PDS, e criaram o INSTITUTO DE INTEGRAÇÃO E DEFESA DO DESENVOLVIMENTO HUMANISTICO (IIDDH).

c. ALCEU DE DEUS COLLARES, em reunião realizada no dia 06 ABR 82 com dirigentes do MOTIRAN, recebeu do Presidente da entidade ÊNIO TERRA, as seguintes informações:

- "Nos últimos dois meses duplicaram as adesões à causa do congraçamento das etnias e minorias que visam novos horizontes para a sociedade brasileira".

DADOS SOLICITADOS:

1. Confirmação da existência de núcleos do MOTIRAN nessa cidade;
2. Outros dados julgados úteis.

PROTOCOLADO LVO. N.º 11
FLS. N. 42
Em 30/4/1982
61/82

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - R. G. Sul - Brasil

DIM

Respondido conf. Of. 018/P2/SAE 30/07/82

1-08

Movimento indigenista

Durante o período da ditadura brasileira, a pauta indígena se tornou questão de segurança nacional. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, as violações contra os indígenas foram sistêmicas, visto resultarem de políticas estruturais do Estado. O Relatório estimou que ao menos 8.350 indígenas foram mortos, ao longo da ditadura, em decorrência da ação direta de agentes públicos ou de sua omissão.

Em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi extinto, após várias denúncias, e substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e no ano de 1973 foi promulgado o Estatuto do Índio. Muitos pontos desta regulamentação foram contestados, dentre eles a possibilidade de remoção de comunidades indígenas em prol da segurança nacional, assim como para a realização de obras públicas que interessassem ao desenvolvimento do país.

O Estatuto do Índio reforçava as políticas integracionistas em relação aos indígenas, visando à sua assimilação por meio do abandono forçado de suas identidades e práticas culturais. Essa política vigorou até a promulgação da Constituição de 1988, quando, conforme determinação da nova Carta, os indígenas passaram a ter o direito originário às terras que tradicionalmente ocupavam e à diversidade étnica e cultural, e também ao pleno exercício de sua capacidade processual para a defesa de seus interesses.

Os povos indígenas foram alvos do aparato repressivo em todas as regiões do país. Muitas lideranças, por exemplo, não conseguiam participar das suas assembleias de chefes, pois necessitavam de autorização da Funai para saírem de suas aldeias, o que era negado pelas autoridades. Indigenistas, antropólogos, religiosos e entidades civis também passaram a ser vigiados e monitorados pelos serviços de informações.

A maior parte dessas ações eram coordenadas pela Assessoria de Segurança e Informações (ASI), subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI). A atuação da ASI-Funai incidiu tanto nas redes de apoio e nos servidores do órgão quanto nas próprias lideranças indígenas, por meio, principalmente, das Delegacias Regionais e das Chefias de Postos localizados no interior das terras indígenas.

No Rio Grande do Sul, há diversas denúncias de trabalho análogo à escravidão nas terras indígenas, caracterizado pelos trabalhos forçados, condições degradantes e aplicação de tortura, cerceamento do direito de ir e vir e a proibição de usarem a própria língua, além das perdas das suas comunidades, tanto pelas políticas que promovem o desmatamento quanto pelo lucro obtido [lucro com o quê?] pelos postos indígenas, comandados por militares.

Documentos

Pedido de busca confidencial nº 79 – S/2, de SNI/APA (PB 126 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, solicitando informações e a localização atual do pastor angolano José Chipenda, integrante do Conselho Mundial de Igrejas, que se posiciona contrário ao programa de integração que a FUNAI pretende realizar. Rio Grande, 27 de dezembro de 1978. SOPS/RG-1.3.989.10.4

Pedido de busca confidencial nº 146/79/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento das entidades religiosas junto às áreas indígenas, conforme diretrizes do Ministério do Interior. Porto Alegre, 10 de julho de 1979. SOPS/RG-1.3.991.10.4

Circular confidencial nº 25/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, dando conhecimento e providências. Pedido de busca nº 146/79/DOPS/RS, solicitando acompanhar a atuação de entidades religiosas junto às áreas indígenas, em virtude das diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Interior. Lagoa Vermelha, 20 de agosto de 1979. SOPS/LV-1.3.1805.20.7

SOPS/RG - 1.3.989.10.4

Protocolado nº 034
Lv. nº II Fl. 147
Em 08 / 03 / 79

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C — 2ª SEÇÃO

Rio Grande, RS, 27 Dez 78

— PEDIDO DE BUSCA N.º 79 — S/2

1. Assunto . . . . . : ATIVIDADES DE PASTOR ANGOLANO NO RS
2. Origem . . . . . : SNI/APA (PB 126 E/2 78, da 8ª BIM)
3. Difusão . . . . . : DPF - DRP - BPM
4. Difusão anterior . . . . . : -
5. Referência . . . . . : -
6. Anexo . . . . . : -

1. DADOS CONHECIDOS

a. Em 23 Nov 78, o Jornal FOLHA DA MANHÃ, de PORTO ALEGRE, publicou entrevista do pastor angolano ligado ao protestantismo, JOSÉ CHIPENDA, o qual é integrante do Conselho Mundial de Igrejas, órgão da ONU.

b. O referido pastor, antes de vir a PORTO ALEGRE/RS, já manteve contato com lideranças da igreja luterana, católica e episcopal em São Paulo/SP e outras capitais, debatendo o problema dos negros e dos índios.

c. Referindo-se aos índios no processo social brasileiro, o nominado posicionou-se contrário ao programa de integração que a Fundação Nacional do Índio pretende realizar.

2. DADOS SOLICITADOS

a. O que constar sobre a estada do epigrafado no RS e, se possível, sua localização atual;

b. Outros dados que melhor possam esclarecer o assunto.

ooooo O ooooo

III EX - Bda. DE - 6º. GAC
2ª SEÇÃO

SOPS/RG-1.3.991.10.4

= C O N F I D E N C I A L =

Protocolado nº 154
Lv. nº 2 151
Em 17.7.79

Político.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 10 de julho de 1979

ASSUNTO : ACOMPANHAMENTO DA ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS EM ÁREAS INDÍGENAS.
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRP's

PEDIDO DE BUSCA Nº 146 / 79 / DBCI/DOPS/RS.

DADOS CONHECIDOS:

Dentre as diretrizes básicas do Ministério do Interior, definidas pelo atual Governo, destaca-se a que recomenda buscar melhorias das condições dos postos indígenas, acompanhamento e orientação permanentes dos trabalhos realizados por comunidades indígenas.

DADOS SOLICITADOS:

1. Acompanhar permanentemente a atuação de entidades religiosas / junto às áreas indíginas, inclusive de missionários, mantendo este O.I. informado.
2. Outros dados julgados úteis.

Aprovador

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 12 DEC. 79.099/77 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

4-16
3-04
4-13

1736

= C O N F I D E N C I A L =

Movimento ambientalista

No decorrer da década de 1970, os integrantes do Movimento Ambientalista se posicionaram contra a ditadura civil-militar brasileira e seu projeto de modernização do país, que colocou o imperativo desenvolvimentista acima de qualquer outro, como, neste caso, o da proteção ao meio ambiente. Para os governantes civis e militares, em geral, a prioridade era assegurar o crescimento econômico, a atração de empresas multinacionais para o país e a modernização da indústria nacional, relegando a segundo plano qualquer preocupação com as consequências futuras para a humanidade e os demais seres vivos.

No período ditatorial, o movimento ambientalista não tinha a dimensão e a organização e, consequentemente, nem o mesmo espaço e influência nos meios de comunicação e no debate político como tem na atualidade. Todavia, foi na segunda metade do século XX que surgiram as primeiras organizações de defesa do meio ambiente no Brasil, preocupadas com as consequências da política econômica imposta à sociedade e aos ecossistemas. Já que, naquele momento, a exploração da natureza era justificada em nome do "progresso", e seus efeitos deveriam ser ignorados em nome do "desenvolvimento" nacional, tal mentalidade, infelizmente, se estendeu até o presente, com outros matizes e projetos.

Também foi nesse contexto que ocorreu, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, organizada pela ONU, para iniciar, em nível global, um debate sobre as mudanças climáticas e as suas graves consequências, a longo prazo, para todas as formas de vida do planeta.

Conjuntamente, no Rio Grande do Sul acontecia, nos anos de 1970, um intenso debate público sobre a poluição e a qualidade de vida da população, prejudicada pela construção de uma indústria de celulose no município de Guaíba: a Borregaard. Os dois documentos que constam nesta seção do Catálogo são justamente acerca dessa multinacional norueguesa – a qual teve o seu projeto de construção industrial às margens do Lago Guaíba muito bem recebido pelos setores militar e da elite local. Contudo, a opinião pública e, progressivamente, os meios de comunicação, passaram a se posicionar contra a presença da Borregaard no Estado, pois a sua instalação causava poluição atmosférica devido ao lançamento de gás sulfídrico no ar, tiometilmercaptano e sulfato de metila, gases que provocavam um forte mau cheiro (dependendo da direção do vento, o odor chegava a vários locais do município de Porto Alegre). Além disso, a poluição das águas, com o escoamento sem tratamento dos resíduos industriais, espalhava uma grande mancha escura pela superfície do Lago Guaíba.

Logo, o episódio de mobilização social e política contra os crimes ambientais cometidos pela Borregaard foi um dos marcos que despertou a consciência ecológica na sociedade gaúcha.

Inclusive, outro documento sobre o Movimento Ambientalista trata, justamente, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, e que teve um papel imprescindível na campanha contra a empresa. Dessa forma, evidencia-se que a vigilância e a perseguição efetuadas pelos órgãos da repressão não ocorreram somente no âmbito estrito da oposição política, mas também sobre aqueles que se posicionaram contrários ao modelo econômico implementado pela ditadura, e a favor da preservação ambiental.

Documentos

Pedido de busca confidencial nº 284/74/DOPS/RS, de DOPS/RS para Del. Regionais, DRPC, 1ª e 2ª DIPOL e S/DP's, solicitando apuração da veracidade de propaganda eleitoral a ser usada pelo MDB com o emblema "desodorante verde", m alusão à Borregaard, e de seu presidente, Borges Fortes. Porto Alegre, 14 de junho de 1974. SOPS/CS-1.5.3379.41.12

Pedido de busca confidencial nº 141/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 11ª DRP/RS, solicitando dados de Sérgio Benito Macagnini, suposto chefe do escritório da AGAPAN na cidade de Erechim/RS. Porto Alegre, 10 de maio de 1977. SOPS/E-1.2.123.5.1

4073

SOPS/cs - 1.5.3379.41.12

PROTOCOLADO LVO. N.º 2
FLS. N.º 65
Em 24/6/19 74

A SOPS, para os devidos fins.
Em 24/6/1974
Del. Reg. de Pol.

1637-74

==========
C O N F I D E N C I A L
==========

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 14 de junho de 1974. *

ASSUNTO: EMBLEMA "DESODORANTE VERDE"
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO: DEL. REGIONAIS, DRPC, 1ª e 2ª DIPOL E S/DP's.

PEDIDO DE BUSCA Nº 284/74/DOPS/RS. *

1 - DADOS CONHECIDOS:

Para propaganda eleitoral a ser usada pelo M D B, nas próximas eleições de novembro, estaria sendo preparado um distintivo com os dizeres "DESODORANTE VERDE", aparecendo como desenho uma aba de quépi bordada, numa alusão à Borregard e ao / seu Pres. Borges Fortes.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 - Apurar a veracidade dos fatos citados.

2.2 - Incluir nas investigações a área / de Porto Alegre.

2.3 - Em caso afirmativo aprofundar o assunto, verificando onde se está produzindo tal emblema e seus autores.

2.4 - Outros d dos julgados úteis.

==========
C O N F I D E N C I A L
==========

DOPS/E - 1.2.123.5.1

CONFIDENCIAL

Protocolado Livro Nº II
Fls. Nº 26
17 maio 1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Departamento de Ordem Política e Social

IMD

Porto Alegre, 10.05.77

Assunto: SERGIO BENITO MACAGNINI
Origem: DOPS/RS
Avaliação: .-.
Difusão: 11ª DRP/RS
Referência: .-.
Anexos: .-.

PEDIDO DE BUSCA N.º 141/77 / DBCI / DOPS/RS

1 - DADOS CONHECIDOS:

1.1. O nominado, seria Chefe do Escritório da AGAPAN na cidade de EREXIM/RS.

1.2. O referido "Escritório" teria sido inaugurado em = data de 22 abr 77, com sua localização na sede social do CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO ATLÂNTICO de= EREXIM/RS.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1. Dados qualificativos de SÉRGIO BENITO MACAGNINI;

2.2. Confirmação dos dados conhecidos;

2.3. Outros dados julgados úteis.

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - R.G.Sul - Brasil

PROVIDENCIADO
Info Nº 17/77
ARQUIVE-SE
17-05-77

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 62 DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

3.03
5.10
3.12

Cc

Movimento rural e camponês

É comum relacionar a atuação dos órgãos de repressão da ditadura civil-militar aos espaços e grupos urbanos do Brasil. A repressão no campo e aos trabalhadores rurais foi elemento presente e imprescindível na tática dos militares, sendo a luta dos camponeses contra os ruralistas aspecto central na formação do Estado brasileiro. A questão da terra sempre se fez presente no debate público. A reforma agrária, um dos elementos presentes na cartilha de ataque dos golpistas, é um dos exemplos dessa pauta na sociedade.

As Ligas Camponesas foram importantes movimentos na luta dos trabalhadores rurais nos anos 1940 e 1950, presentes no interior do Brasil, em que a organização desse campesinato e a luta contra o latifúndio tomaram corpo, no combate ao trabalho não-remunerado, muito atuante na realidade rural. Nesse sentido, o governo Jango atuou em prol de uma sindicalização de trabalhadores rurais, visando reduzir os conflitos no meio rural, com atuação destacada do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e setores da Igreja Católica nas Ligas.

Em um contexto de efervescência da pauta da reforma agrária e do êxodo rural, se sistematiza a realização de debates e congressos, e o golpe de 1964 demarca a supressão dessa pauta, apoiado pelo patronato e pela classe ruralista do país. Há por parte do Estado o desmantelamento da organização sindical dos camponeses. A partir do AI-5 (Ato Institucional nª 5) em 1968, a sistematização de torturas e mortes dos trabalhadores rurais foi um fator cada vez mais presente na realidade agrária. Cenário que leva diversos militantes para a clandestinidade, retratado no renomado documentário “Cabra Marcado para Morrer” (1984), com sua gravação interrompida durante o período da ditadura, sendo retomado nos anos 1980.

No período de reabertura política, há uma reorganização do movimento camponês, onde greves e confrontos contra ruralistas têm mais força na realidade social brasileira. O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) é um dos exemplos dessa reorganização dos trabalhadores do meio agrário. As pautas como a luta pela terra, a luta sindical e a criação de cooperativas são reintroduzidas no debate público, e importantes para o processo de redemocratização do Estado brasileiro. Nesse contexto de agravamento das contradições políticas no campo, há a formação do que viria a se tornar o MST (Movimento Sem Terra), movimento importante na luta das pautas dos trabalhadores rurais, protagonista do episódio de ocupação da “Encruzilhada Natalino” no Rio Grande do Sul, onde os sem-terra saem vitoriosos

Fato é que mesmo com a instauração da ditadura, a luta dos trabalhadores rurais não cessou, apesar do aumento da violência e da repressão do Estado brasileiro. A mobilização social do campesinato brasileiro foi fator importante na luta contra a ditadura e estabeleceu relevante antagonismo aos ruralistas e à classe dominante brasileira.

Documentos

Ficha de Votação, de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Araçá, constando nomes para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes ao Conselho da Federação. Nova Araçá, s.d. SOPS/LV-1.4.1847.21.8

Relação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus informando os nomes e outros dados dos membros da Diretoria do Sindicato Rural de Bom Jesus. "s.d", s.d. SOPS/LV- 1.4.1848.21.8

Rd. nº 032/81, de SCI/SSP, informando a realização de Seminário Maior de Viamão-RS nos dias 16 e 17 de maio de 1981, assim como divulgando carta aos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, a qual critica a política agrícola nacional e se posiciona a favor da reforma agrária. "s.d", s.d. SOPS/LV-1.3.1834.20.7

Reposta à Circular nº 03/73, de João Idalício Guedes para Chefe da SOPS – 15ª RP, informando a existência do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Nova Bassano, e também os nomes e dados dos membros da sua Diretoria. Nova Bassano, s.d. SOPS/LV-1.4.1927.21.8/2

Informe dos Sindicatos da cidade de Vacaria, de Delegado de Polícia, sobre a existência de três Sindicatos na cidade de Vacaria, sendo eles o Sindicato dos Empregadores Rurais de Vacaria, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vacaria e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Vacaria, ainda constando nomes, fotos e dados dos membros dos respectivos sindicatos. "s.d", s.d. Obs. Não consta envelope com fotos. SOPS/LV-1.4.1928.21.8/4

Relação dos Dirigentes do Sindicato Rural de Bom Jesus, de Sindicato Rural de Bom Jesus, constando os nomes e informações do presidente, tesoureiro e secretário do Sindicato Rural de Bom Jesus. Bom Jesus, s.d. SOPS/LV-1.4.1951.21.8

Resposta à Ordem de Busca nº 739/71, de 15ª RP, informando quais os Sindicatos existentes na 15ª Região Policial, assim como os nomes e informações de membros da Diretoria e dados relevantes dos Sindicatos. Lagoa Vermelha, s.d. SOPS/LV-1.4.1871.21.8/7

Lista de Diretores do Sindicato Rural de Osório Empossados, de Sinval Antônio Ribeiro, apresentando a lista de nomes da Diretoria do Sindicato Rural de Osório. Osório, s.d. SOPS/O-1.4.111.5.1

Circular Pessoal nº 4/71, de Neuri Freitas, Inspetor Pol. Chefe da SOPS para Bel. W.A. Silva, Del. Reg. Pol., comunicando que foram enviados dois manifestos nos Sindicatos Rurais de Sananduva e Ibiaçá, o primeiro deles referente à "Campanha Nacional pelo Voto Nulo" e o segundo intitulado "A Resposta do Povo", de autoria do Movimento União Popular – MUR, solicitando a apreensão dos manifestos e o seu envio às autoridades policiais. Lagoa Vermelha, 26 de maio de 1971. SOPS/LV-1.4.1872.21.8

Ofício nº 06/71, de Bel. Wilson Alves Silva, Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha para Diretor do DOPS, encaminhando o panfleto "O Caminho do Povo", endereçado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sananduva. Lagoa Vermelha, 5 de janeiro de 1971 – Relatório nº 2-71, de SOPS 15ª DRP, comunicando a entrega às autoridades policiais do panfleto intitulado "O Caminho do Povo", como consta no Ofício nº 06/71, e de um panfleto contendo denúncias de torturas, intitulado "Semana Santa". O Relatório menciona que estes panfletos não despertaram o interesse das autoridades, pois não decorreram em alteração da ordem pública. Lagoa Vermelha, 13 de agosto de 1971. SOPS/LV-1.6.2639.28.10/3

Ordem de Busca Confidencial nº 393/71, de DBCI/DOPS/RS para Delegacias Regionais e 1ª e 2ª Divisão Policial/DIPOL, comunicando a distribuição de panfletos a trabalhadores rurais em vários municípios, e solicitando informar em quais municípios eles foram distribuídos, assim como demais informações. Porto Alegre, 14 de setembro de 1971. SOPS/CS-1.3.2881.35.10

Informação reservada nº 69/73, de 7ª Delegacia Regional de Polícia para DOPS/RS, informando os membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rio Grande. Rio Grande, 18 de abril de 1973. SOPS/RG-1.4.1003.11.4

Ofício nº 14/72, de Sinval Antônio Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Osório para Fanuel Martins Alvares, Delegado Regional de Polícia de Osório, encaminhando formulários de membros do Sindicato Rural de Osório com suas informações pessoais, em resposta ao Ofício nº 33/72, de 10 de maio. Osório, 15 de maio de 1972. SOPS/O-1.4.101.5.1/4

Ofício nº 40/72, de Noel Francisco Borges, responsável pela DP de Nova Araçá para Neuri Freitas, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, remetendo, em resposta à Circular nº 7/72, os dados do representante do FUNRURAL do município. Nova Araçá, 24 de agosto de 1972. SOPS/LV-1.177.2.1

Ofício nº 66/72, de Noel Francisco Borges, responsável pela DP de Paraí para Neuri Freitas, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, remetendo, em resposta à Circular nº 7/72 os dados do representante do FUNRURAL do município. Paraí, 25 de agosto de 1972. SOPS/LV-1.178.2.1

Memorando nº 139/72, de Luiz Antonio Romanato de Castro, Escrivão de Pol. resp. p/ DP de Barracão, para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, respondendo à Circular nº 7/72, informa que Valdomiro Casagrande, de São José do Ouro, é o representante do FUNRURAL da região. Barracão, 29 de agosto de 1972. SOPS/LV-1.181.2.1

Ofício nº 40/72, de Firmiano Osório Mesquita, Invest. Pol. resp. pela DP de Cacique Doble para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando a relação de representantes do FUNRURAL da região. Cacique Doble, 31 de agosto de 1972. SOPS/LV-1.182.2.1

Ofício nº 57/72, de SOPS 15ª/RP, informando, nominalmente, os representantes do FUNRURAL de todos os municípios da região de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 28 de setembro de 1972. SOPS/LV-1.186.2.1/3

Rad. nº 182/72, de Walter Lemos Lorenzen, Delegado de Polícia de Caçapava do Sul para Delegado da DP de Cachoeira do Sul, comunicando, em resposta ao Memorando nº 180/72, o nome do presidente do FUNRURAL e outras informações. Caçapava do Sul, 13 de outubro de 1972. SOPS/CS-1.4.1742.22.6

Informe nº 5/73, de José Antonio Donilda, Escrivão Pol. para SOPS/15ª RP, enviando a relação dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí. Paraí, 1 de abril de 1973. SOPS/LV-1.4.1923.21.8

Ofício nº 67/73, de Orestes Schemoel, Escrivão de Pol. resp. p/DP para Luiz Lilson Langaro, Chefe do SOPS/15ª DRP, informando o Sindicato existente no município de Barracão, com a qualificação e fotos dos seus líderes, e também comunicando que não existem grupos de pressão no Sindicato. Barracão, 4 de abril de 1973. SOPS/LV-1.4.1921.21/8

Ofício nº 70/73, de Bel. José Luiz de Aragão, Delegado de Polícia para Escrivão de Polícia Chefe da SOPS/15ª RP, informando a existência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata, e também os nomes e dados dos seus dirigentes. Nova Prata, 9 de abril de 1973. SOPS/LV-1.4.1922.21.8

Ofício nº 50/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Diretor DCI, encaminhando as fichas de Registro Sindical dos trabalhadores rurais de Cacique Doble e do Sindicato de Vacaria. Lagoa Vermelha, 13 de abril de 1973. SOPS/LV-1.4.1924.21.8

Ofício nº 111/73, de Bel. José Paulo Oliveira para José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, enviando a relação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus. Bom Jesus, 17 de abril de 1973. SOPS/LV-1.4.1925.21.8

Ofício nº 147/73, de José Garibaldi E. Simões, Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul para Delegado de Polícia de Santana da Boa Vista, encaminhando as fichas de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana da Boa Vista. Cachoeira do Sul, 7 de maio de 1973. SOPS/CS-1.4.3077.37.10

Ofício nº 20/73, de Breno Pereira Gonçalves, Delegado de Polícia de Santana da Boa Vista para Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul, retornando à Delegacia de Polícia de Santana da Boa Vista as fichas de Registro Sindical, sem, no entanto, preenchê-las, devido a não existência de Sindicatos Rurais na região. Santana da Boa Vista, 14 de maio de 1973. SOPS/CS-1.4.3078.37.10

Informação nº 2/73, de Velci Celito Camozato, Escrivão Polícia para Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha, enviando a relação de dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacique Doble. Cacique Doble, 16 de maio de 1973. SOPS/LV-1.4.1926.21.8

Ofício nº 167/73, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul para Maj. Diretor do Departamento Central de Informações, devolvendo as fichas de Registro Sindical preenchidas, em resposta à Circular nº 321. Cachoeira do Sul, 18 de maio de 1973. SOPS/CS-1.4.3079.37.10

Ofício Confidencial nº 71/73, de DP de São José do Ouro para SOPS/15ª RP, informando, nomi-

nalmente e com informações, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Ouro. São José do Ouro, 22 de maio de 1973. SOPS/LV-1.4.1929.21.8 / SOPS/LV-1.4.1930.21.8

Ofício nº 65/73, de Luiz Lison Langaro para Diretor da DCI/SSP, encaminhando a relação de todos os Sindicatos existentes na 15ª Região Policial, com os nomes e informações dos dirigentes sindicais, respondendo ao Pedido de busca nº 163/73. Lagoa Vermelha, 23 de maio de 1973. SOPS/LV-1.4.1931.21.8 / SOPS/LV-1.4.1932.21.8/21

Radiograma Confidencial nº 79/73, de José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia para DRP Lagoa Vermelha, informando que não foram enviadas as fotos dos tesoureiros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha, Esmeralda e Paraí, e comunicando que estão faltando, também, as fotos de todos os dirigentes sindicais de São José do Ouro, Nova Prata e Ibiraiaras. Porto Alegre, 6 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1933.21.8

Memorando nº 12/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Esmeralda, solicitando o envio, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, da foto do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda, em cumprimento ao Radiograma nº 79/73. Lagoa Vermelha, 8 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1934.21.8

Memorando nº 14/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Paraí, solicitando o envio, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, da foto do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí, em cumprimento ao Radiograma nº 79/73. Lagoa Vermelha, 8 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1935.21.8

Memorando nº 14/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de São José do Ouro, solicitando o envio, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, das fotos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Ouro, em cumprimento ao Radiograma nº 79/73. Lagoa Vermelha, 8 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1936.21.8

Memorando nº 15/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Nova Prata, solicitando o envio, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, das fotos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata, em cumprimento ao Radiograma nº 79/73. Lagoa Vermelha, 8 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1937.21.8

Memorando nº 16/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Ibiraiaras, solicitando o envio, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, das fotos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiraiaras, em cumprimento ao Radiograma nº 79/73. Lagoa Vermelha, 8 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1938.21.8

Memorando nº 33/73, de Alaor Vitter Moreira, resp. p/ Exp. DP. para Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS, encaminhando as fotografias de Paulino Barbiero – presidente, Angelo Miguel Catapan – secretário, e Sady João Sgarbossa – tesoureiro, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiraiaras, em cumprimento ao Memorando nº 16/73. Ibiraiaras, 14 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1939.21.8

Memorando nº 09/73, de José Antonio Donida, Escrivão Pol. resp. p/ Exp. DP para Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS, enviando à Seção de Ordem Política e Social – SOPS a fotografia de Luiz Barbieri, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí, dando cumprimento ao Memorando nº 13/73. Paraí, 20 de junho de 1973. SOPS/LV-1.4.1940.21.8

Ofício reservado nº 106/73, de Mário da Silva Uessler para SOPS/15ª DRP, enviando à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, em resposta ao Memorando nº 14/73, as fotos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Ouro, e informando, também, que Orlando José Giacometti não faz mais parte do Sindicato, e que foi substituído por Luiz Antônio Cavaleti. São José do Ouro, 12 de julho de 1973. SOPS/LV-1.4.1941.21.8

Memorando nº 91/73, de Bel. José Luiz de Aragão, Delegado de Polícia de Nova Prata para Luis L. Langaro, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, retornando à Ordem de busca nº 397/73, envia as fichas de Registro das Cooperativas e a foto do presidente do Sindicato Rural de Nova Prata. Nova Prata, 12 de julho de 1973. SOPS/LV-1.227.2.1

Radiograma confidencial nº 168/73/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para DP de Cachoeira do Sul, reiterando o pedido de envio de fotos dos dirigentes sindicais da região. Porto Alegre, 16 de julho de 1973. SOPS/CS-1.4.3081.37.10

Radiograma confidencial nº 220/73, de José Bernardi Miranda, DCI/SSP para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, solicitando acionar a jurisdicionada de Nova Prata para que envie

as fotos do secretário e do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata. Porto Alegre, 2 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.4.1944.21.8

Memorando nº 36/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Bom Jesus, encaminhando a ficha de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus. Lagoa Vermelha, 10 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.4.1945.21.8

Memorando nº 37/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Nova Prata, solicitando remeter à Seção de Ordem Política e Social – SOPS as fotos do secretário e do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata, pois só foi enviada a foto do presidente do Sindicato. Lagoa Vermelha, 10 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.4.1946.21.8

Ofício nº 220/73, de Wilson Kepler da Rocha, Inspetor Pol. resp. Exp. da Del. Pol. para Delegado Regional de Polícia da 15ª/RP, remetendo a relação da direção do Sindicato Rural de Bom Jesus, bem como as fotos 3x4 dos seus respectivos dirigentes. Bom Jesus, 17 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.4.1947.21.8

Ofício nº 233/73, de Wilson Kepler da Rocha, Inspetor Pol. para Delegado Regional de Polícia da 15ª/RP, enviando a ficha de Registro Sindical devidamente preenchida e assinada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus, atendendo ao Memorando nº 36/73 da Seção de Ordem Política e Social – SOPS. Bom Jesus, 23 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.4.1948.21.8

Ofício nº 64/73, de Alcyone da Silva Rosa, Delegado Regional de Polícia de Osório para Silval Antonio Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Osório, solicitando o envio de fotos e as qualificações do secretário e do tesoureiro do Sindicado de Trabalhadores Rurais de Osório. Osório, 27 de agosto de 1973. Ofício nº 17/73, de Silval Antonio Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Osório para Alcyone da Silva Rosa, Delegado Regional de Polícia de Osório, respondendo ao Ofício nº 64/73, encaminha as fotos e as qualificações do secretário e do tesoureiro do Sindicato Rural de Osório, informando, também, que o referido "Sindicato de Trabalhadores Rurais" tem sede em Maquiné/RS. Osório, 3 de setembro de 1973. SOPS/O-1.4.103.5.1/2

Ofício nº 67/73, de Alcyone da Silva Rosa para Diretor do DCI, encaminhando as fotos e os dados do secretário e do tesoureiro do Sindicato Rural de Osório e dos líderes do Sindicado dos Empregadores Rurais de Mostardas. Osório, 3 de setembro de 1973. SOPS/O-1.4.105.5.1/3

Ofício nº 66/73, de Alcyone da Silva Rosa, Delegado Regional de Polícia de Osório para Carlos Fagundes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maquiné, solicitando fotos 3x4, nome, nome dos pais, dia, mês e ano do nascimento e local de nascimento do presidente, secretário e tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maquiné. Osório, 29 de agosto de 1973. Resposta ao Ofício nº 66/73, de Carmo Alvino Fagundes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para Alcyone da Silva Rosa, Delegado de Polícia de Osório, informando os dados requisitados acerca dos membros do Sindicato. Osório, 10 de setembro de 1973. SOPS/O-1.4.104.5.1/3

Ofício nº 104/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Diretor da DCI/SSP, enviando as fichas de Registro Sindical dos municípios de Vacaria e de Bom Jesus, e encaminhando, também, a relação da diretoria do Sindicato Rural de Bom Jesus, que não foi enviada antes por lapso da Delegacia de Polícia de Bom Jesus. Lagoa Vermelha, 24 de setembro de 1973. Obs. Não constam os anexos das fichas de Registro Sindical e da relação da diretoria do Sindicato. SOPS/LV-1.4.1952.21.8/2

Ofício nº 104/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Diretor da DCI/SSP/RS, enviando as fichas de Registro Sindical dos municípios de Vacaria e Bom Jesus, além da diretoria dos Sindicatos de ambas as cidades. Lagoa Vermelha, 24 de setembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1952.21.8/2

Ofício nº 737/73, de Ten. Cel. Luiz Macksen de Castro Rodrigues, Dir/DCI/SSP para Del. Reg. Pol. de Osório enviando a ficha de Registo Sindical da diretoria do Sindicato Rural de Mostardas, também solicitando ao Delegado Regional a diretoria completa dos Sindicatos Rurais de Osório. Porto Alegre, 5 de outubro de 1973. SOPS/O-1.4.106.5.1

Radiograma confidencial nº 285/73, de José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia para DRP Lagoa Vermelha, solicitando acionar a Delegacia de Polícia de Paraí para que envie o nome do secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Porto Alegre, 12 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1958.21.8

Memorando confidencial nº 38/73, de Mário da Silva Uessler, Escrivão de Polícia para Delegado de Paraí, solicitando o envio, o mais breve possível, do nome do secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Paraí, a fim de atender a solicitação da Divisão Central de Informações – DCI. Lagoa Vermelha, 15 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1959.21.8/2

Ofício nº 81/73, de Ten. Cel. Luiz Macksen de Castro Rodrigues, Dir/DCI/SSP para Del. Reg. de Polícia de Lagoa Vermelha, enviando a ficha de Registro Sindical dos Sindicatos Rurais de Lagoa Vermelha e Esmeralda, e também remetendo uma cópia da ficha de Registro Sindical e do Ofício nº 65/73, para que se confirme o nome do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Bassano, a diretoria correta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Araçá, e o nome certo do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaçá. Porto Alegre, 22 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1961.21.8

Memorando nº 40/73, de Luiz Lilson Langaro, Escrivão Pol. Chefe da SOPS, para Delegado de Polícia de Esmeralda, enviando a ficha de Registro Sindical do Sindicato Rural de Esmeralda para o devido preenchimento, e também solicitando o envio da foto do secretário do Sindicato. Lagoa Vermelha, 30 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1964.21.8

Ofício reservado nº 122/73, de Márcio da Silva Uessler, Chefe da SOPS para Diretor DCI/SSP, informando o nome do secretário do Sindicato de Paraí – Sestílio Lucas Menegat –, e o nome do substituto do secretário – Pedro Dal'Cero. Lagoa Vermelha, 14 de novembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1966.21.8

Ofício nº 361/73, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul para Diretor da DCI/SSP, encaminhando as fichas de Registro do Sindicato Rural de Caçapava do Sul e de Encruzilhada do Sul, em resposta ao Radiograma nº 338/73. Cachoeira do Sul, 29 de novembro de 1973. SOPS/CS-1.3.2902.35.10

Ofício confidencial nº 128/73, de Mário da Silva Uessler, Del. Pol. Chefe da SOPS para Esc. José A. Donida, da DP de Paraí, exigindo esclarecimentos sobre quem seria o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí, devido a existirem dados conflitantes. Lagoa Vermelha, 4 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1969.21.8

Memorando nº 44/73, de Mário da Silva Uessler, Del. Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Ibiaçá, solicitando, com urgência, a informação sobre o nome correto do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaçá, para atender à solicitação da Divisão Central de Informações – DCI. Lagoa Vermelha, 5 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1970.21.8

Memorando nº 43/73, de Mário da Silva Uessler, Del. Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Nova Araçá, solicitando, com urgência, informações sobre a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Araçá, para atender à solicitação da Divisão Central de Informações – DCI. Lagoa Vermelha, 5 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1971.21.8

Informação confidencial nº 11/13, de DP Paraí para SOPS, 15ª/RP, esclarecendo a dúvida manifestada no Ofício nº 128/73, sobre quem seria o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí. Paraí, 11 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1973.21.8

Memorando nº 67/73, de Eloy J. de Vargas, Titular da DP de Araçá para Chefe da SOPS, enviando, em anexo, a nominata dos diretores do Sindicato de Nova Araçá. Nova Araçá, 12 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.4.1974.21.8

Radiograma nº 01/74/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP para Del. Reg. Pol. de Lagoa Vermelha, solicitando às Delegacias de Polícia de Esmeralda para enviarem a foto da nova diretoria do Sindicato Rural e a foto do secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Araçá – Artenildo Jacomo Bordignon. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1976.22.8

Ofício nº 04/75, de 23ª RP, informando o encaminhamento já realizado de fichas, fotos e as qualificações dos dirigentes sindicais de Osório, Torres, Mostardas, Maquiné em diferentes Ofícios anteriormente enviados. Osório, 06 de janeiro de 1974. SOPS/O-1.4.107.5.1

Memorando reservado nº 03/74, de Mário da Silva Uessler, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Esmeralda, atendendo à solicitação da Divisão Central de Informações – DCI para que sejam remetidas, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, fotos da nova diretoria do Sindicato Rural de Esmeralda, bem como uma foto do secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. “s.d.”, 7 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1977.22.8

Memorando reservado nº 04/74, de Mário da Silva Uessler, Escrivão Pol. Chefe da SOPS para Delegado de Polícia de Nova Araçá, atendendo à solicitação da Divisão Central de Informações – DCI para que seja remetida, à Seção de Ordem Política e Social – SOPS, uma foto de Artenildo Jacomo Bordignon, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Araçá. Lagoa Vermelha, 7 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1978.22.8

Ofício nº 07/74, de Eli Loureiro da Silva, Titular da Del. de Polícia de Esmeralda para Mario da Silva Uesler, Chefe da SOPS, atendendo ao Memorando nº 01/74 da Seção de Ordem Política e Social – SOPS, a Delegacia de Polícia remete as fotografias dos componentes da nova diretoria do Sindicato Rural de Esmeralda. 17 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1981.22.8

Ofício nº 11/74, de Chefe da SOPS 15ª/RP para Diretor da DCI/SSP, atendendo ao Ofício nº 01/74/DCI, encaminha, devidamente preenchida, a ficha de Registro Sindical do Sindicato Rural de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 15 de fevereiro de 1974. SOPS/LV-1.4.1983.22.8

Radiograma reservado nº 76/74/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para Delegado da DP de Cachoeira do Sul, solicitando o envio dos nomes do secretário e do tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul. Porto Alegre, 2 de abril de 1974. SOPS/CS-1.4.3109.37.10

Fonograma nº 12/74, de Adão Caldieraro, Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul, informando os nomes do presidente e do secretário do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul, em reposta à solicitação telefônica. Caçapava do Sul, 16 de abril de 1974. SOPS/CS-1.4.3111.37.10

Rádio nº 141/74, para DCI/SSP, respondendo a Rádio nº 76/74, informa os nomes do secretário e do tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul. "s.d", 17 de abril de 1974. SOPS/CS-1.4.3112.37.10

Rad. nº 129/74, de Adão Caldieraro, Delegado de Polícia da DP de Caçapava do Sul para Delegado de Polícia da DP de Cachoeira do Sul, informando os nomes do presidente e do secretário do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul. Caçapava do Sul, 3 de maio de 1974. SOPS/CS-1.4.3114.37.10

Ofício nº 760/74, de Rubens José Martins de Abreu, Delegado de Polícia de Torres para Alcyone da Silva Rosa, Delegado de Polícia de Osório, encaminhando fotos 3x4 da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres, em resposta ao Pedido de Busca nº 35/74. Osório, 10 de maio de 1974. SOPS/O-1.4.108.5.1

Ofício nº 47/74, de Mário da Silva Uessler, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia de Bom Jesus, encaminhando a ficha de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais do município de Bom Jesus, alertando que os dados devem ser obtidos sigilosamente. Lagoa Vermelha, 17 de maio de 1974. SOPS/LV-1.4.1985.22.8

Memorando nº 13/74, de Mário da Silva Uessler, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia de Bom Jesus, encaminhando a ficha de Registro Sindical do Sindicato Rural de Bom Jesus para ser devidamente preenchida e devolvida à Seção de Ordem Política e Social – SOPS até o dia 30.06.1974. Lagoa Vermelha, 15 de junho de 1974. SOPS/LV-1.4.1987.22.8

Ofício confidencial nº 155/74, de Wilson Kepler da Rocha, Titular da DP de Bom Jesus para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, enviando a ficha de Registro Sindical devidamente preenchida, como solicitado no Memorando nº 13/74, de 15.06.1974. Bom Jesus, 2 de julho de 1974. SOPS/LV-1.4.1990.22.8

Ofício nº 64/74, de Esc. Varnês Boelter, Chefe da SOPS para Diretor da DCI/SSP, encaminhando a ficha de Registro Sindical, devidamente preenchida, do Sindicato Rural de Bom Jesus. Lagoa Vermelha, 8 de julho de 1974. SOPS/LV-1.4.1991.22.8

Ofício nº 79/74, de Eli Loureiro da Silva, Titular da D.P de Esmeralda para Mario da Silva Uessler, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, em atendimento à Circular nº 152/74, da Seção de Ordem Política e Social – SOPS, o Delegado de Polícia remete a Ficha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda, devidamente preenchida. Esmeralda, 23 de outubro de 1974. SOPS/LV-1.4.1995.22.8

Pedido de busca confidencial nº 32-1067/74, de João Pantaleão G. Leite, Investigador de Polícia para SOPS Lagoa Vermelha, informando, em referência ao Pedido de busca nº 32-1067/74/DCI/SSP/RS, que não foram constatadas irregularidades no Sindicato Rural de São José do Ouro. São José do Ouro, 25 de outubro de 1974. SOPS/LV-1.4.1996.22.8

Memorando nº 98/74, de Rubens da Silva, Delegado de Polícia de Ibiaçá para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando a ficha de Registro Sindical do Sindicato Rural de Ibiaçá. Ibiaçá, 29 de outubro de 1974. SOPS/LV-1.4.1997.22.8

Ofício nº 136/74, de Ivo Oliveira Andrade, titular da Delegacia de Polícia de Nova Bassano para Chefe da SOPS, DRP/15, atendendo à Circular nº 152/74, devolve a Ficha de Registro Sindical, de-

vidamente preenchida, referente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Bassano. Nova Bassano, 6 de novembro de 1974. SOPS/LV-1.4.1998.22.8

Ofício nº 139/74, de Ivo Oliveira Andrade, titular da DP de Nova Bassano para Chefe da SOPS, prestando informações sobre o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Bassano, Alcides Luiz Gabardo. Nova Bassano, 14 de novembro de 1974. SOPS/LV-1.2.1291.15.6

Ofício nº 105/75/SOPS, de Velci C. Camozato, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Diretor da DCI/SSP, encaminhando os formulários das fichas de Registro Sindical dos Sindicatos de Lagoa Vermelha, Vacaria e Cacique Doble, com as informações solicitadas, e também devolvendo a Ficha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Palma, pois este município não pertence a 15ª Região Policial. Lagoa Vermelha, 17 de outubro de 1975. SOPS/LV-1.4.2011.22.8

Pedido de busca confidencial nº 32-911/75/DCI/SSP, de DCI/SSP para DRP/Lagoa Vermelha, respondendo ao Ofício nº 105/75/DRP/Lagoa Vermelha, solicita as qualificações e as fotos dos dirigentes do Sindicato Rural e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha. Porto Alegre, 27 de outubro de 1975. SOPS/LV-1.4.2013.22.8

Declaração de nominata da Diretoria, de Antonio da Costa Menezes, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mostardas, informando dados pessoais do presidente, secretário e tesoureiro do Sindicado de Trabalhadores Rurais de Mostardas. Villa de Tavares, 23 de novembro de 1975. SOPS/O-1.4.109.5.1

Informação nº 09/75/SOPS, de DCI/SSP para DP de Lagoa Vermelha, respondendo ao Pedido de busca nº 32-911/75/DCI/SSP/RS, envia a nominata dos dirigentes do Sindicato dos Empregadores Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 24 de dezembro de 1975. SOPS/LV-1.4.2021.22.8

Ofício nº 130/75, de Velci Celito Camozato, Chefe da SOPS para Diretor do DCI/SSP, remetendo as qualificações e as fotos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Empregadores Rurais de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 29 de dezembro de 1975. Obs. Não constam os anexos das qualificações e as fotos dos dirigentes. SOPS/LV-1.4.2022.22.8

Ofício nº 017/76, de Walter João Luchese, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul para José Garibaldi E. Simões, Delegado de Polícia de Cachoeira do Sul, respondendo à Circular nº 05/76, informa os nomes do presidente, secretário e tesoureiro da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, 25 de fevereiro de 1976. SOPS/CS-1.4.3150.38.11

Relatório de serviço, de Eurides Alves Nunes, Inspetor de Polícia, e Nestor Pires do Santos, Investigador de Polícia, informando sobre o cumprimento de ordem dada pelo Delegado de Polícia da 23ª Região Policial, Sr. Alcyone da Silva Rosa, que teve por objetivo observar o encerramento da Semana Sindical de Osório, onde constatou-se a palestra do deputado Adolpho Pugina e Érico Pegoraro sobre as vantagens do Sindicato Rural para os trabalhadores. Osório, 30 de abril de 1976. SOPS/O-1.4.110.5.1

Ofício nº 02/77, de Velci Celito Camozato, Chefe da SOPS para Diretor da DCI, remetendo o Ofício nº 51/76, do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias e Serrarias e de Móveis de Madeira de Vacaria. Lagoa Vermelha, 4 de janeiro de 1977. SOPS/LV-1.4.2035.22.8

Pedido de busca confidencial nº 32-381/77, de DCI/SSP/RS para DRP/Rio Grande, requisitando o levantamento dos Sindicatos Rurais da região, assim como a investigação da diretoria atual, por conta de possível utilização dos sindicatos por "elementos contrários ao regime". Porto Alegre, 27 de maio de 1977. SOPS/RG-1.4.1043.11.4

Pedido de busca confidencial/urgente nº 32-381/77, DCI/SSP, para DRP de Lagoa Vermelha, solicitando um levantamento de todos os Sindicatos Rurais existentes na Região Policial, suas diretorias, linhas políticas, antecedentes criminais e judiciais, visando reduzir a influência de elementos contrários ao regime nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Porto Alegre, 27 de maio de 1977. SOPS/LV-1.4.2039.22.8

Pedido de busca confidencial nº 32-381/77, de DCI/SSP/RS para DRP de Cachoeira do Sul, solicitando um levantamento de todos os Sindicatos Rurais existentes na Região, suas diretorias, linhas políticas, antecedentes criminais e judiciais, visando reduzir a influência de elementos contrários ao regime nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Porto Alegre, 27 de maio de 1977. SOPS/CS-1.4.3175.38.11

Circular nº 89/77 – Pedido de busca nº 32-381, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, informando sobre a possível ação de "elementos contrários ao regime" que procuram se utilizar dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais como meio de subversão, solicitando investigação em torno dos Sindicatos sobre possíveis casos existentes. Cachoeira do Sul, 31 de maio de 1977. SOPS/CS-1.4.3173.38.1

Pedido de busca nº 21/77, de SOPS/DRP/CALTA/RS para DP's da Região, informando sobre a utilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para meios de "subversão e desmoralização" do Governo. Cruz Alta, 2 de junho de 1977. SOPS/CA-1.4.63.5.1

Ofício nº 147/77, de Bel. Paulo Roberto M. dos Santos, Delegado da DP de Caçapava do Sul para Delegado de Cachoeira do Sul, respondendo ao Pedido de busca nº 32-381, encaminha a qualificação e a linha política de dois Sindicatos Rurais do município. Caçapava do Sul, 8 de junho de 1977. SOPS/CS-1.4.3176.38.11/2

Ofício nº 41/77, de Jorge da S. Cardoso, Delegado de Polícia de Santana da Boa Vista para Delegado de Polícia da DP de Cachoeira do Sul, respondendo ao Pedido de busca nº 32-381/77, envia os dados apurados sobre os Sindicatos Rurais do município. Santana da Boa Vista, 15 de junho de 1977. SOPS/CS-1.4.3177.38.11/3

Circular nº 37/77 – Pedido de busca nº 32-381/77, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia da Região, solicitando o levantamento de todos os Sindicatos Rurais existentes na Região, suas diretorias, linhas políticas, antecedentes criminais e judiciais., visando reduzir a influência de elementos contrários ao regime nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Lagoa Vermelha, 23 de junho de 1977. SOPS/LV-1.4.2041.22.8

Ofício nº 92/77, de Lourenzo Luiz Licks, Inspetor Polícia da DP de Barracão para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando informações referentes à Circular nº 37/77, sobre a chapa eleita da nova diretoria do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Barracão. Barracão, 13 de setembro de 1977. SOPS/LV-1.4.2042.22.8

Ofício nº 89/77, de Alaor Vitter Moreira, responsável pela DP de Ibiraiaras para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando informações referentes à Circular nº 37/77, sobre a diretoria

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiraiaras, com as suas qualificações. Ibiraiaras, 1 de outubro de 1977. SOPS/LV-1.4.2043.22.8

Ofício nº 104/77, de Rubens da Silva, Escrivão Pol. responsável pela DP de Ibiaçá para Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, encaminhando informações referentes à Circular nº 37/77, sobre a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaçá, empossada em 3 de agosto de 1977. Ibiaçá, 4 de outubro de 1977. SOPS/LV-1.4.2044.22.8

Ofício nº 68/77, de Velci Celito Camozaro, Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, para Diretor do DOPS, encaminhando informações referentes à Circular nº 37/77, sobre as diretorias dos Sindicatos Rurais da Região de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 7 de outubro de 1977. SOPS/LV-1.4.2045.22.8

Informação nº 04/78, de SOPS/15ª RP para DOPS/RS, comunicando sobre a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha, com os nomes do presidente, dos dois vice-presidentes, dos secretários, tesoureiros, conselheiros e delegados. Lagoa Vermelha, 20 de fevereiro de 1978. SOPS/LV-1.4.2050.22.8

Telex urgentíssimo confidencial nº 93, para Todas Regiões Policiais, relatando campanha de panfletagem dirigida aos agricultores, versando sobre a forma de produção, e solicitando averiguação da situação e a identificação de possíveis envolvidos. Lagoa Vermelha, 23 de fevereiro de 1981. SOPS/LV-1.503.5.2

Telex urgentíssimo confidencial nº 21-028, de DETEL/Porto Alegre para sr. Delegado Regional de Polícia, relatando campanha de panfletagem dirigida aos agricultores, versando sobre a forma de produção, e solicitando averiguação da situação e a identificação de possíveis envolvidos. 23 de fevereiro de 1981. SOPS/L-1.6.89.7.1

Telex urgentíssimo confidencial nº 21-028, para DRP's, relatando campanha de panfletagem dirigida aos agricultores, versando sobre a forma de produção, e solicitando averiguação da situação e a identificação de possíveis envolvidos. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1981. SOPS/L-1.6.90.7.1

Informação confidencial nº 01/81, de DP de Paraí para SOPS 15ª DRP, comunicando sobre campanha de panfletagem feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí, na qual incentiva

os agricultores a restringirem sua produção agrícola ao que a família consome, e apontando o Sindicato Rural de Passo Fundo como possível distribuidor dos panfletos. Paraí, 27 de fevereiro de 1981. SOPS/LV-1.4.2081.23.8

Ofício nº 026/81, de Valmor José Tonial, Titular da Delegacia de Polícia de Ibiaçá para Bel. Vendelino Bremm, Delegado de Polícia, atendendo à Circular nº 04/81, informa que não há nenhum conhecimento sobre a entrega de panfletos para agricultores. Ibiaçá, 2 de março de 1981. SOPS/LV-1.6.2735.28.10

Inf. confidencial nº 02/81, de Delegacia de Lagoa Vermelha para Delegacia de Polícia de Paraí, informando sobre a campanha de panfletagem acontecendo na Região, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraí. Lagoa Vermelha, 9 de março de 1981. SOPS/LV-1.6.2736.28.10

Informação confidencial nº 009/81, de 19ª DRP para DIN/DOPS/RS, comunicando a apreensão de 930 panfletos nos Sindicatos Rurais de Arroio do Meio e Estrela, complementando as Informações nº 006/81 e nº 005/81. Lajeado, 10 de março de 1981. SOPS/L-1.6.91.7.1/3

Informação confidencial nº 010/81, de 19ª DRP para SCI/SSP/RS, comunicando a apreensão de 930 panfletos nos Sindicatos Rurais de Arroio do Meio e Estrela, complementando a Informação nº 007/81. Lajeado, 10 de março de 1981. SOPS/L-1.6.93.7.1/2

Informação confidencial nº 07/81, de DP de Lagoa Vermelha para Gazeta Popular, nº 482, informando a diretoria eleita do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 30 de março de 1981. SOPS/LV-1.4.2086.23.8

Informação nº 48/81, de 15ª/DP de Lagoa Vermelha, relatando a nominata da nova diretoria empossada no Sindicato Rural de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 5 de outubro de 1981. SOPS/LV-1.4.2091.23.8/2

Ofício nº 181/81, de Gilvane Ferreira Garcia, Inspetor Polícia da DP de Barracão para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, comunicando que nenhuma reunião tratando de assuntos referentes a Assistência Médica foi realizada pelo Sindicato Rural da região. Barracão, 23 de novembro de 1981. SOPS/LV-1.4.2094.23.8

Ofício nº 161/81, de Marcino Heitor Caetano, da INSPOL para Mauro Azeredo, Delegado Regional da 13ª/RP, informando a não realização da reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de São Paulo das Missões. São Paulo das Missões, 23 de novembro de 1981. SOPS/SA-1.4.61.5.1

Ofício nº 257/81, de José Donário da Silva, Escrivão Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional de Polícia, informando a inexistência de reuniões ligadas a FETAG no município. Cerro Largo, 23 de novembro de 1981. SOPS/SA-1.4.62.5.1

Ofício nº 1032/81, de Luiz Carlos dos Santos, Delegado de Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional de Polícia, informando que não se constatou reunião, no dia 19, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município. Ijuí, 24 de novembro de 1981. SOPS/SA-1.4.63.5.1

Ofício nº 412/81, de Atílio de Souza Borges, advogado de Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional de Polícia, informando que no Município de Giruá não foi constatada reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Giruá, 27 de novembro de 1981. SOPS/SA- 1.4.64.5.1

Ofício nº 245/81, de Varlei Porto Costa, Delegado de Polícia para Mauro Azeredo, Delegado Regional de Polícia, informando que não houve reuniões do Sindicato referido que tenham ligações com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG. Porto Xavier, 1 de dezembro de 1981. SOPS/SA-1.4.65.5.1

Ofício nº 195/81, de Abrilino Ferreira Martins, Escrivão Pol. resp. para o Delegado Regional de Polícia, informando que não ocorreram reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município. Roque Gonzales, 2 de dezembro de 1981. SOPS/SA-1.4.66.5.1

Ofício nº 162/81, de Eliseu Henrique Lage, Escrivão Polícia para Delegado Regional de Polícia, informando que não ocorreram reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município. Augusto Pestana, 2 de dezembro de 1981. SOPS/SA-1.4.67.5.1

SOPS/LW-1.4.1972.21.8

15ª. Região Policial

SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

CIRC. Nº 4/71- Em Lagoa Vermelha, 26 de maio de 1.971.

PESSOAL

Senhor Delegado:

Para o imediato atendimento de parte de Vossa Senhoria, transcrevo abaixo, a ORDEM DE BUSCA Nº 1/71, orinda desta Seção de Ordem Política e Social:

MS

ORDEM DE BUSCA Nº 1/71-SOPS/15ª RP.

1)-DADOS CONHECIDOS:

Em dezembro próximo passado, o Sindicato dos Trabalhadores Ruarais dos municípios de Sananduva e Ibiaçá, respectivamente, entregou às Delegacias de Polícia locais, dois manifestos mimeografados, recebidos pelo correio em envelope comun, endereçados ao Sindicato. O primeiro intitulava-se Campanha Nacional pelo Voto Nulo e Branco; o segundo, A RESPOSTA DO POVO nas urnas, ambos de responsabilidade do MOVIMENTO DE UNIÃO POPULAR -MUR. Ignora-se a sede de tal organização subversiva, sabendo-se que um dos envelopes, foi expedido pelo correio de Caxias do Sul.

2)-PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:

a)-apreensão dos manifestos porventura existentes no Sindicato dêsse Município;

b)-remessa imediata e urgente a êsta SOPS;

c)-outras providências julgadas conveniente.

Atenciosamente.

Neuri Freitas-Insp.Pol. Chefe da SOPS

VISTO:

Del. W.A.Silva -Del. Reg. Pol.

SOPS/O - 1.4.110.5.1

2-Via

A' SOPS
4.5.76

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
23ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA

RELATÓRIO DE SERVIÇO :

Cumprindo determinação do Sr. Alcyone da Silva Rosa, D. D. Delegado Regional de Polícia da 23ª R. P., comparecemos no C. T. G. Estância da Serra, nesta cidade, na noite/ de 30 de abril de 1976, quando por volta de 20,30 h.. iniciou-se o encerramento da Semana Sindical de Osório, tendo / comparecido os palestrantes Deputado ADOLPHO PUGINA e o Dr. ÉRICO PEGORARO, os quais, dissertaram sobre o assunto acima referido, referindo-se sobre as vantagens que a criação do Sindicato Rural veio proporcionar aos agricultores da região, tais como: aposentadoria, atendimento médico, etc... /

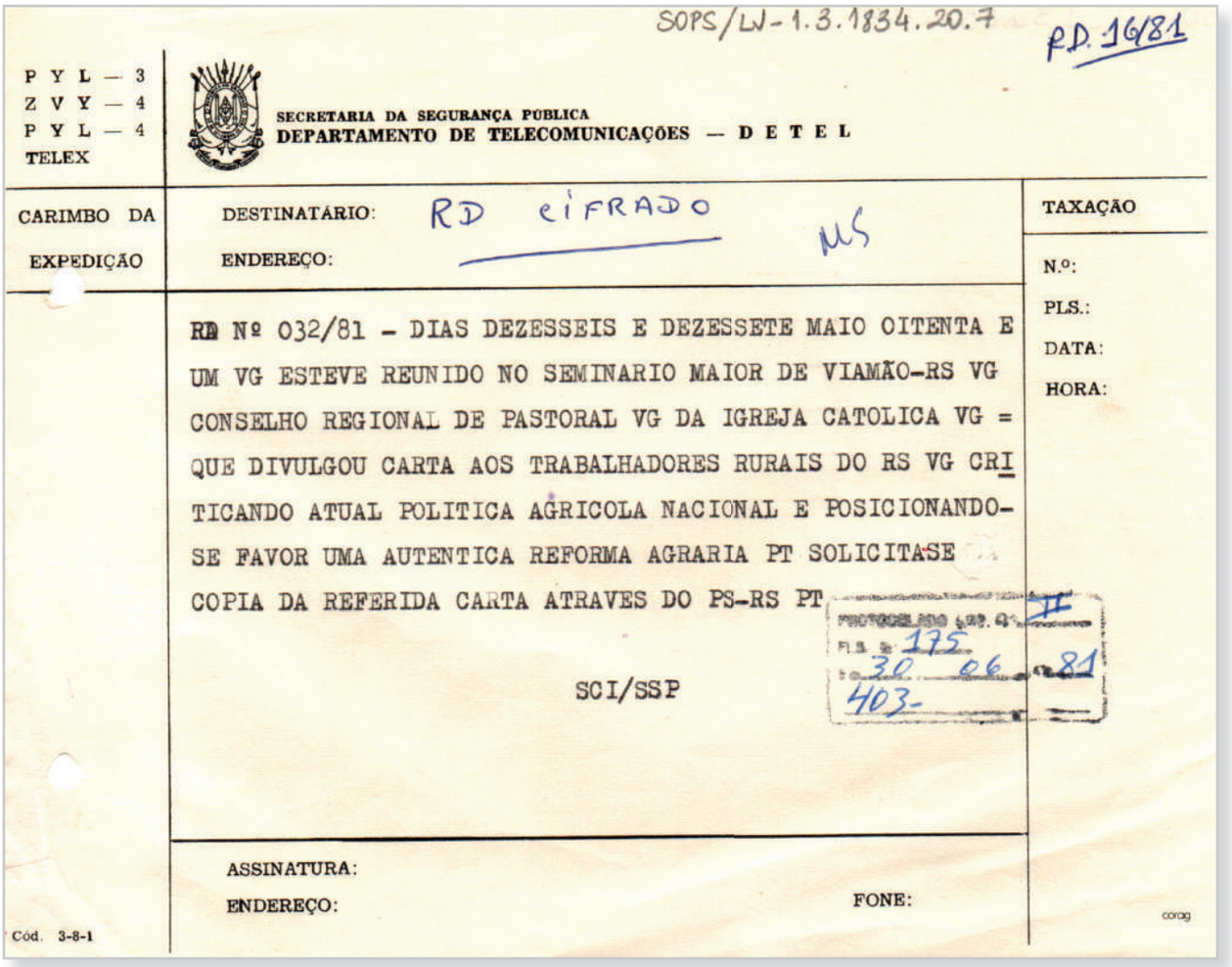
Encontravam-se presentes alguns Vereadores, sendo eles: OTAVIANO NORONHA, BRUNO NIEDERAUER, CAROLINA B. SIMONI. Também estavam presentes o Sr. Secretário de Turismo / do município, Sr. Sinval Ribeiro, um Oficial da B. M., bem como outras Autoridades. Os espectadores eram na maioria , estudantes do Colégio Borges de Medeiros que para lá se -/ deslocaram. A cerimônia encerrou-se por volta de 22,10 h. É o RELATÓRIO. .:.

Osório, 30 de abril de 1976.

EURIDES ALVES NUNES
INSPETOR DE POLÍCIA

NESTOR PIRES DOS SANTOS
INVESTIGADOR DE POLÍCIA

PROTOCOLO
Nº 878 LIVRO Nº 1
FLS. 39 DATA 25/5/76



SOPS/LJ-1.3.1834.20.7

RD. 16/81

P Y L — 3
Z V Y — 4
P Y L — 4
TELEX

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES — D E T E L

CARIMBO DA EXPEDIÇÃO

DESTINATÁRIO: RD CIFRADO

ENDEREÇO: MS

TAXAÇÃO

N.º:

PLS.:

DATA:

HORA:

RD Nº 032/81 - DIAS DEZESSEIS E DEZESSETE MAIO OITENTA E UM VG ESTEVE REUNIDO NO SEMINARIO MAIOR DE VIAMÃO-RS VG CONSELHO REGIONAL DE PASTORAL VG DA IGREJA CATOLICA VG = QUE DIVULGOU CARTA AOS TRABALHADORES RURAIS DO RS VG CRITICANDO ATUAL POLITICA AGRICOLA NACIONAL E POSICIONANDO-SE FAVOR UMA AUTENTICA REFORMA AGRARIA PT SOLICITASE COPIA DA REFERIDA CARTA ATRAVES DO PS-RS PT

PROTOCOLADO LOC. Nº II
FLS. Nº 175
30 06 81
403-

SCI/SSP

ASSINATURA:

ENDEREÇO:

FONE:

Cód. 3-8-1

corag

Movimento religioso

Durante a ditadura brasileira, os movimentos religiosos também foram vigiados pelos serviços de segurança e informações desenvolvidos pelo Estado, tal como o estudantil e o sindical. A partir do contato com os documentos que recebemos das Delegacias Regionais de Polícia e da Seção de Ordem Política e Social (SOPS), podemos perceber uma ampla diversidade de seitas religiosas e religiões controladas pelos órgãos estatais. Porém, a vigilância recaiu com maior frequência sobre a Igreja Católica, principalmente sobre os militantes católicos progressistas contrários à ditadura.

Uma explicação possível para esta condicionante deve-se pela força que essa instituição religiosa tem na sociedade brasileira, e o seu poder de influenciar pensamentos e atitudes de seus fiéis. Logo, os estrategistas da ditadura, que colocaram como máxima a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, não iam tolerar a oposição, mesmo da Igreja Católica, a sua política de violações de direitos humanos.

No contexto do golpe civil-militar, tendemos a pensar a Igreja Católica como um setor apoiador da deposição presidencial de João Goulart, que passará a se posicionar contra a ditadura somente com a intensificação da repressão. Contudo, a realidade é muito mais complexa, e existiram membros da igreja que foram contrários ao golpe desde o princípio. Ainda mais considerando que a igreja, na década de 1960, passava por uma mudança interna. A partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, que ocorreu entre os anos 1962 a 1965, a Igreja Católica inaugurou uma nova fase de sua história, marcada por sua abertura ao mundo secular. Passou a estar mais envolvida diretamente nas transformações históricas, a lutar pela dignidade humana e a se posicionar em defesa dos mais necessitados. A Conferência de Medellín, em 1968, reforça essa tendência, colocando como prioridade dos trabalhos pastorais os mais pobres e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A fim de colocar em prática o método “ver, julgar e agir” na realidade comunitária de bairros desprovidos de infraestruturas básicas, para assegurar condições de vida digna, padres, freis e irmãs irão se dedicar a agir sobre essa realidade e a criar projetos solidários para atenuar essas necessidades, que o Estado brasileiro se mostrava indiferente.

O referencial teórico, que orientou as práticas comunitárias de representantes da Igreja Católica e de seus fiéis, foi a Teologia da Libertação: corrente teológica, criada no continente latinoamericano, após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, e que parte de uma leitura crítica do Evangelho para se opor à condição material de injustiça social vivida pelos mais pobres e agir sobre a realidade. Assim, não podemos pensar a Igreja Católica como um bloco homogêneo, pois, em 1964, já existia uma vertente que se posicionava contrária ao modelo capitalista, de exploração humana, que coadunam os defensores do golpe e da ditadura. Assim, ao

longo da década de 1960 e 1970, as ações da Igreja intensificar-se-ão, surgirão mais CEBs pelo país, bem como a política em defesa dos direitos humanos e sociais baterá de frente com crimes e com a violência empreendida pela ditadura; concomitante, os militantes católicos acabam por se tornar um "inimigo interno" da ditadura e passarão a ser perseguidos e vigiados.

Documentos

Info. nº 52/81, de 15ª/DRP de Lagoa Vermelha, informando que há dois tipos de padre, os comunistas e os conservadores, e elencando falas de Frei Camilo com colonos de Ronda Alta sobre o regime militar, repressão e a repercussão do pós-1964. "s.d", s.d. SOPS/LV-1.3.1831.20.7

Info. nº 19/72, de SOPS/15ª/DRP, comunicando sobre as manifestações de religiosos relacionadas ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, e informando que não conhece manifestações tendenciosas dos bispos da região. Lagoa Vermelha, s.d. SOPS/LV-1.3.1735.20.7

Informe, de DP de Vacaria para DOPS e 15ª/DRP, informando sobre o caso de padre que tem feitos sermões ofendendo as Forças Armadas em alguns municípios, e defendendo o fim das classes privilegiadas, com missa realizada no município de São José do Ouro. Vacaria, 25 de outubro de 1966. SOPS/LV-1.1719.20.7

Informação nº 636/67, de SCI/SSP/RS para Sr Maj. Pedro Américo Leal e Delegados Regionais de Polícia, informando uma suposta infiltração comunista em diversos setores da Igreja, apontando os nomes de Dom Helder Câmara, Padre Enzo Campos Gulsso, Dom David Picão, Dom Jorge Marcos e Dom Sebastião Baggio, e também relatando sobre o envolvimento da Igreja com os movimentos operário, camponês e estudantil, com informações contidas em extenso relatório, concluindo com a afirmação de que existe a intervenção de bispos na vida política do país, explorando as contradições internas, e se enquadrando na "1ª Fase da Guerra Revolucionária". Porto Alegre, 9 de outubro de 1967. SOPS/LV-1.5.2151.24.9/9

Informe confidencial nº 132/68, de SCI/SSP/RS para Delegacias Regionais de Polícia, relatando os acontecimentos da IX Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com destaque para a atuação de Dom Geraldo de Proença Sigaud, da corrente conservadora do clero, e também informando sobre a discussão ocorrida entre Dom Geraldo e o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, e outros membros do clero. Porto Alegre, 8 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.3.1721.20.7/2

Informação confidencial nº 721/68, de Dedo para Delegados Regionais de Polícia, comunicando a presença do Padre Joseph Comblin em território brasileiro, e o seu não comparecimento a compromissos estipulado na cidade de São Luiz/Maranhão, indo a um hotel no qual se identificou com outro nome. Porto Alegre, 20 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.1.548.6.3

Informação confidencial nº 193/68, de Dedo para Delegacias Regionais de Polícia e DOPS/SC, comunicando sobre a preocupação do Papa em relação a "posições extremadas" do clero católico ao redor do mundo. Porto Alegre, 30 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.3.1722.20.7

Informe nº 8/68, de Ezequias de Souza Machado, Inspetor responsável pela DP de Ibiaçá para Maj. Gusmão, Chefe do SCI, relatando sobre as reuniões em entidades do município, nas quais esteve presente Luiz Eurico Dorini, que acusou o padre Laurentino Tagliari de agredir o governo constantemente, mas que, mesmo assim, o Inquérito não foi concluído, devido a "influência na maioria" exercida pelo padre Laurentino. Ibiaçá, 23 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.3.1723.20.7

Informe nº 10/68, de Ezequias de Souza Machado, responsável pela DP de Ibiaçá para Maj. Gusmão, Chefe do SCI, notificando sobre o discurso realizado pelo Irmão Marista Pedro Marcon, que faz propaganda política durante as festividades da "Semana da Pátria", o que é considerado inapropriado pelo evento. Ibiaçá, 26 de setembro de 1968. SOPS/LV-1.-.72.1.1

Ordem de busca confidencial nº 328/68, de Onda para Delegados Regionais de Polícia, solicitando informações sobre a linha adotada pelos párocos das paróquias, por conta da série de pronunciamentos feita por bispos, padres e religiosos. Porto Alegre, 23 de dezembro de 1968. SOPS/LV-1.3.1724.20.7

Informação confidencial nº 111/69, de Dedo para Delegacias Regionais de Polícia, relatando a presença de da madre Cristina Maria em Campo Grande, com o patrocínio do Movimento Familiar Cristão, e informando falas suas em relação ao movimento estudantil, Cuba, casamento e movimento comunista, concluindo que Cristina Maria é "uma mulher perigosa e altamente subversiva". SOPS/LV-1.3.1725.20.7/3

Informação nº 01/69, de Vendelino Bremm, Inspetor de Polícia responsável pela DP de Barracão, para 15ª/RP e SCI, informando a linha política adotada pelo padre Frei Alexandre Pestka, e sua atuação no município de Barracão, e também encaminhando a relação de paróquias e capelas existentes no município. Barracão, 27 de janeiro de 1969. SOPS/LV-1.3.1726.20.7/3

Ordem de busca confidencial nº 358/69, de DCI/SSP/RS para DOPS/RS, solicitando a confirmação da existência do movimento "Voz dos Bairros", criado pelo clero de Vacaria. Porto Alegre, 25 de agosto de 1969. SOPS/LV-1.3.1728.20.7

Resposta a Ordem de Busca nº 358/69, de Marco Aurélio Heller Rieger, Delegado da DP de Vacaria para DP de Lagoa Vermelha, informando que o Movimento de Promoção Humana conta com o apoio do Bispo e dos padres Tranquilo Mortele e Zildo Antônio Giasson, e também com o apoio do advogado Clovis José Garbin, que é amigo íntimo dos "subversivos" Rivadávia e Zulmira Denezi. Vacaria, 12 de setembro de 1969. SOPS/LV-1.3.1729.20.7/2

Resposta a Ordem de busca nº 604/71, de 15ª/RP, detalhando a atuação dos Mórmons no Estado do Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 29 de novembro de 1971. SOPS/LV-1.3.1731.20.7/2

Informações referentes à Ordem de busca nº 607/71, detalhando sobre a Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria – Congregação Claretiana, fundação religiosa que tem como acionistas Ângelo Salvatti, Armando Salvatti, Etelvino Salvatti, Diamante Salvatti e Pedro Capeletto, possíveis mantenedores da Rádio Educadora de Cascavel. Lagoa Vermelha, 30 de novembro de 1971. SOPS/LV-1.3.1732.20.7

Ordem de busca confidencial nº 71/72, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia e 1ª e 2ª DIPOL, solicitando a identificação de pessoas ligadas ao movimento da CNBB, que tem por finalidade propor o nome do Arcebispo de Recife para o Prêmio Nobel da Paz. Porto Alegre, 20 de janeiro de 1972. SOPS/CS-1.2.1582.21.6

Informação nº 06/72, de SOPS/15ª/RP para DBCI/DOPS, divulgando informações sobre o padre Hilário Piazza e a irmã Orlanda, envolvidos na arrecadação de fundos para a construção de uma moradia para o médico local no município de Paraí. Lagoa Vermelha, 22 de março de 1972. SOPS/LV-1.3.1734.20.7

Ordem de busca confidencial nº 472/72, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia e 1ª e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre as atividades dos grupos religiosos "Ser Jovem" – SERJOV e "Comunidade de Jovens", ligados à Igreja Católica e aos padres Rudy Hartmann e José Augusto Nunes. Porto Alegre, 8 de maio de 1972. SOPS/CS-1.2.1643.21.6

Pedido de busca confidencial nº 127 E2/72, de CIE para Gu. Santa Cruz, Cachoeira do Sul, Rosário do Sul, DPF e Brigada Militar, solicitando listagem de sacerdotes condenados com base na Lei de Segurança Nacional a partir de 1964, e também informações sobre demais infrações cometidas por eles. Santa Maria, 15 de setembro de 1972. SOPS/CS-1.-.192.3.1

Pedido de busca confidencial nº 309/72, de DCI/SSP/RS para 20ª DP de Cachoeira do Sul, solicitando o levantamento de dados sobre vários grupos e temas, entre eles os setores religioso, estudantil e racial, e também requisitando informações de religiosos participantes em movimentos progressistas e a influência do clero na população gaúcha, encaminhando uma série de questões relacionadas ao grupo de religiosos. Porto Alegre, 11 de outubro de 1972. SOPS/CS-1.-.198.3.1/7

Ofício reservado circular nº 01/73, de Bel. Wilson Alves Silva, Delegado da DP de Lagoa Vermelha, respondendo à solicitação das Fichas dos membros das entidades religiosas da Região. Lagoa Vermelha, 3 de janeiro de 1973. SOPS/LV-1.3.1727.20.7

Relação dos religiosos do Convento Santo Antônio, de Padre Ely Nodar CSSR – Vig., encaminhando a relação de religiosos, estabelecimentos de ensino, movimentos, associações e capelas ligados a Paróquia Santo Antônio. Cachoeira do Sul, s.d. SOPS/CS-1.3.2894.35.10

Informe nº 02/73, de SOPS/15ª DRP para DBCI/DOPS/RS, comunicando sobre uma Rádio clandestina existente em Nova Araçá, e informando que esta estação, que pertence ao vigário da Paróquia, transmite recados aos paroquianos, atinge quase toda a área do município de Lagoa Vermelha, e que, na eleição de 1972, o vigário da cidade tinha feito campanha pelo voto em branco. Lagoa Vermelha, 12 de março de 1973. SOPS/LV-1.6.2641.28.10/2

Ofício nº 51/73, de DOPS/RS para 15ª DRP de Lagoa Vermelha, solicitando informações sobre a conduta política e social do ex-padre Fidélis Dalcin Barbosa, que há anos foi padre capuchinho e professor na cidade. O nominado se ausentou por alguns anos e retornou há poucos dias, lecionando novamente, constando que foi denunciado em Inquérito Policial Militar – IPM. Lagoa Vermelha, 17 de abril de 1973. SOPS/LV-1.2.1154.14.5

Circular nº 11/73 – Ordem de busca confidencial nº 215/73/DOPS/RS, de Luiz Langaro, Chefe da SOPS, comunicando sobre Dermi Azevedo, que é redator freelance da Revista “Manchete”

e autor de artigo publicado com o título “A Liberdade do Homem é a Meta da Igreja”, informa que esse artigo trata da Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e do problema dos Direitos Humanos no Brasil. Discorrendo sobre Dermi Azevedo, esclarece que ele participou do Congresso de Ibiúna/São Paulo e que foi preso, é militante da Ação Popular, esteve no Chile, e é ligado ao Bispo progressista Dom Pedro Paulo Koop, realizando palestras como “intelectual da esquerda”, solicitando, portanto, a prisão de Dermi Azevedo. Lagoa Vermelha, 2 de maio de 1973. SOPS/LV-1.2.1156.14.5/2

Informe relatório nº 09/73, de DP de Paraí para SOPS/15ª RP, comunicando sobre o padre Hilário Giovele Piazza, e informando sobre reuniões em que o padre teria se pronunciado contra o governo e contra o prefeito, relatando, também, ações desaprovadas e irregulares do padre. Paraí, 29 de maio de 1973. SOPS/LV-1.2.1159.14.5

Pedido de busca confidencial nº 747/73, de DCI/SSP/RS para DP/Lagoa Vermelha, solicitando informações sobre a diretriz central dos pronunciamentos de clérigos acerca das resoluções da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros –CNBB, bem como as suas ideologias. Porto Alegre, 16 de agosto de 1973. SOPS/LV-1.3.1754.20.7

Boletim mensal “Novos “Caminhos”, de Diocese de Vacaria, contendo “Mensagem do Sr. Bispo Diocesano” e “Notas da Cúria Diocesana”, entre outras notas relativas a assuntos da Diocese. Vacaria, setembro de 1973. SOPS/LV-1.3.1755.20.7/2

Circular nº 24/73 – Pedido de busca confidencial nº 747/73/DCI/SSP/RS, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, solicitando a diretriz central dos pronunciamentos dos clérigos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB entre 20 de agosto e 1º de outubro, quando ocorrerão pronunciamentos episcopais, a fim de saber se ocorrerão críticas ao governo nas entrelinhas, solicitando, também, informações sobre a ideologia política dos clérigos de principal atuação na região de Lagoa Vermelha. Lagoa Vermelha, 1 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.4.1955.21.8

Ofício nº 266/73, de Bel. Zeno Antônio Schuch, Delegado da DP de Sananduva para Chefe da SOPS/15ª Região Policial, respondendo à Circular nº 24/73, sobre o pronunciamento de clérigos, e informando que eles parecem falar somente sobre assuntos religiosos, bem como apoiar a situação política vigente. Sananduva, 16 de outubro de 1973. SOPS/LV-1.3.1758.20.7

Ofício nº 414/73, de Ary Nelson da Silva, Delegado da DP de Vacaria para José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia, respondendo à Ordem de Busca nº 578/73, o Delegado repassa informações sobre o padre Ernesto Zanfonatto, simpatizante do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, e do Frei Cassiano, que é bem quisto pelo povo, mas sem fazer referências sobre a sua ideologia. Vacaria, 6 de novembro de 1973. SOPS/LV-1.3.1759.20.7

Relação nominal de Casas de Nação e Umbanda, de José de Souza Leal, presidente da Federação Espírita de Cachoeira do Sul para Chefe do Grande Conselho dos Caciques e Derly Choairi Furtado, Secretário da Federação, encaminhando lista com a relação de Casas de Nação e Umbanda de Cachoeira do Sul e outros municípios. Cachoeira do Sul, 2 de janeiro de 1974. SOPS/CS-1.3.2905.35.10/3

Circular nº 09/74 – Ordem de busca confidencial nº 918/73/DOPS/RS, de Chefe da SOPS para Arquivo, comunicando sobre a "Oficina Católica Internacional Del Cine" – OCIC, órgão constituído pela Federação das organizações nacionais de cinema, e solicitando o levantamento das atividades da Organização Católica Internacional do Cinema e da sua organização filiada ao Brasil. Lagoa Vermelha, 22 de janeiro de 1974. SOPS/LV-1.1.613.7.3

Informação confidencial nº 140/74, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia, difundindo o Sínodo de Bispos e indicando a necessidade de sensibilizar as autoridades eclesiásticas para que apresentem bispos conservadores no Sínodo de Bispos, dada a "infiltração marxista" no meio eclesiástico. Porto Alegre, 21 de março de 1974. SOPS/CS-1.3.2910.35.10

Pedido de busca nº 183/74, de DOPS/RS para Delegacias Regionais de Polícia, encaminhando matéria do jornal "Correio do Povo" sobre o Sínodo de Bispos, e ainda solicitando informações sobre a escolha do bispo. Porto Alegre, 2 de maio de 1974. SOPS/CS-1.3.2911.35.10/2

Informação confidencial nº 140/74, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, comunicando a realização do Sínodo de Bispos pelo Vaticano, e notificando sobre a possível atuação dos elementos do clero progressista do Brasil, "acentuando o sistema marxista", assim como solicitando informações sobre o futuro representante do Rio Grande do Sul para o Sínodo. Lagoa Vermelha, 28 de junho de 1974. SOPS/LV-1.3.1767.20.7

Circular nº 60/74 – Informação nº 4732/73/DCI/SSP, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, relatando sobre panfletos religiosos com mensagens "supostamente subversivas e tendenciosas", denominados "Os filhos de Deus". Lagoa Vermelha, 1 de agosto de 1974. SOPS/LV-1.2.1237.15.6

Circular confidencial nº 67/74 – Informe nº 25/74, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, informando sobre o "Plano Pastoral", que visa integrar as populações da fronteira do Brasil e Uruguai, tratando sobre as injustiças que ocorrem na América Latina e as pressões das potências industriais e financeiras. Lagoa Vermelha, 21 de agosto de 1974. SOPS/LV-1.3.1768.20.7

Pedido de busca confidencial nº 070/74, de CIE para DRP/Bagé e DRP/Cachoeira do Sul, solicitando dados ou indícios de atuação dos Centros de Informações Eclesiais e Departamento de Comunicação da CNBB em levantamento de presos pelo DOPS, com o intuito de criação de dossiê destinado a Anistia Internacional. Bagé, 10 de setembro de 1974. SOPS/CS-1.3.2914.35.10

Pedido de busca confidencial nº 519/74, de DOPS/RS para 20ª DRP/Cachoeira do Sul, informando sobre a realização do IX Concílio Geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil no município de Cachoeira do Sul, e solicitando o acompanhamento das atividades no evento. Porto Alegre, 8 de outubro de 1974. SOPS/CS-1.3.2915.35.10

Fonograma nº 102/74, de José Garibaldi Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegacia de Polícia de Caçapava do Sul, enviando relatório referente a encontro de jovens realizado nos dias 26 e 27. "s.d", 29 de outubro de 1974. SOPS/CS-1.-.339.4.2

Relatório nº 02/74, de Paulo Artur Coelho de Souza, Escrivão da SOPS, comunicando o local de realização do IX Concílio da Igreja Evangélica de Confissão Luterano no Brasil, e também informando sobe todos os participantes das reuniões e a chapa eleita nas eleições realizadas no Concílio. Cachoeira do Sul, 29 de outubro de 1974. SOPS/CS-1.3.2917.35.10

Ofício nº 324/74, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Diretor do DOPS, repassando informações referentes ao Encontro de Jovens realizado no mês corrente. Cachoeira do Sul, 30 de outubro de 1974. SOPS/CS-1. .340.4.2

Pedido de busca confidencial nº 11/75 S/2, de AD/6 para 8ª e 15ª DRP, 10º e 12º BPM, 8ª e 12ª Del. S M, solicitando o acompanhamento na movimentação de jovens judeus de Porto Alegre, devido a um aumento substancial na emissão de vistos de saída do Brasil, informando que a possível causa dessa situação seria a convocação de judeus ao redor do mundo pelo governo de Israel, para auxiliar em colheita iminente. Caxias do Sul, 7 de abril de 1975. SOPS/CX-1.1.23.2.1

Pedido de busca confidencial nº 081-S/2, de III Ex. para DPF/RG, 6ª BPM e 7ª DIPOL, informando a ação da CRB/RS de envio de correspondências aos religiosos do estado, abordando o "cooperativismo com base na Doutrina Social da Igreja". Rio Grande, 24 de julho de 1975. SOPS/RG-1.3.962.10.4

Pedido de busca confidencial nº 469/75, de DOPS/RS para DRP's, 1ª e 2ª DIPOL e suas DP's, relatando sobre o padre Walter Seidel, descrito como "altamente progressista", e com a solicitação do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS de informações sobre as suas atividades. Porto Alegre, 21 de agosto de 1975. SOPS/CS-1.2.2496.30.8

Pedido de busca confidencial nº 11-800/75, de DCI/SSP/RS para 7ª DRP/RG, requisitando formulário de entidades religiosas do município de São José do Norte. Porto Alegre, 17 de setembro de 1975. SOPS/RG-1.3.963.10.4

Pedido de busca confidencial nº 11-693/75, de DCI/SSP/RS para 7ª DRP/RG, solicitando os dados e a identificação de dirigentes dos "Cursilhos da Cristandade", comunicando que alguns desses dirigentes se utilizam de "doutrinação de cunho nitidamente subversivo". Porto Alegre, 29 de outubro de 1975. SOPS/RG-1.3.964.10.4

Pedido de busca confidencial nº 11-697/75, de DCI/SSP/RS para 7ª DRP/RG, solicitando informações de dirigentes e outros dados sobre o Movimento Diocesano de Jovens (MDJ), por conta da difusão de ideias subversivas em reuniões realizadas. Porto Alegre, 29 de outubro de 1975. SOPS/RG-1.3.965.10.4

Pedido de busca confidencial nº 0256/75, de SNI/APA para 6ª GAC, 6º BPM, SOPS/RG, PEL-ASI e UFPEL, informando que o suicídio de Vladimir Herzog no interior das dependências do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CO-

DI, está sendo utilizado para incitar a formação do movimento estudantil, com a solicitação de acompanhamento do assunto, identificação dos líderes estudantis, ligações com o Movimento Democrático Brasileiro – MDB e o clero católico. Rio Grande, 7 de novembro de 1975. SOPS/RG-1.4.1026.11.4

Pedido de busca confidencial nº 130-S/2, de III Ex. para DPF, 7ª DIPOL e 6ª BPM, informando sobre campanha realizada em Sinagogas e Clube dos Judeus, cujo objetivo é protestar contra o voto do Brasil na ONU a favor do povo palestino, e também sobre a utilização do "suicídio" de Wladimir Herzog como motivo para atuação no meio estudantil, com a solicitação de dados que comprovem tais ações. Rio Grande, 15 de dezembro de 1975. SOPS/RG-1.3.966.10.4

Pedido de busca confidencial nº 031/76, de DCI/SSP/RS para 6º GAC, 8º BDA, 6º BPM-SOPS, RG-SOPS e PEL-4º BPM, enviando publicação do jornal "Correio Riograndense", que trata sobre os capuchinhos do Rio Grande do Sul, grupo que estaria adquirindo meios de comunicação, solicitando a apuração de sua atuação contra o "governo revolucionário". Rio Grande, 5 de fevereiro de 1976. SOPS/RG-1.3.967.10.4/2

Pedido de busca confidencial nº 025/76, de SNI/APA para 6º GAC, 6º BPM, SOPS/RG, 8ª BIM, 4º BPM e SOPS/PEL, solicitando investigação sobre a posição político-ideológica do clero presente em grupos como as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's; Movimento de Educação de Base –MEB; Comissões da Justiça e Paz – CJP; Semana de Reflexão e Caminhadas, dentre outros, solicitando o levantamento de organizações católicas, fora as da esfera religiosa. Rio Grande, 11 de fevereiro de 1976. SOPS/RG-1.3.968.10.4

Pedido de busca confidencial nº 034/76, de APA/SNI para 6º GAC, SOPS/RG, 6º BPM, 8ª BIM, 4º BPM e SOPS/PEL, solicitando informe sobre o autor do livreto "Mensagem da Igreja de Goiás", que traz conteúdo contrário ao regime político do país. Rio Grande, 9 de março de 1976. SOPS/RG-1.3.969.10.4

Pedido de busca confidencial nº 093/76, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando o levantamento da opinião política dos religiosos que se encontram no grupo Alcoólicos Anônimos. Porto Alegre, 11 de março de 1976. SOPS/RG-1.3.970.10.4

Informe nº 05/76, de SOPS/15ª DRP para DOPS/RS, respodendo ao Pedido de busca nº 013/76, e informando que não consta, no município de Vacaria, a atuação da "Ação Católica Operária – ACO". Lagoa Vermelha, 12 de março de 1976. SOPS/LV-1.3.1772.20.2

Informe confidencial nº 005/76, de CIE para 4º BPM, 6º BPM, 7ª DRP, 18ª DRP, CP/RS e ASI/UFPEL, divulgando que a CNBB lançaria um documento se pronunciando "de forma violenta" contra o regime, em caso de não rompimento com o governo. Rio Grande, 27 de maio de 1976. SOPS/RG-1.3.971.10.4

Informação confidencial nº 105/76, de CIE para 8ª e 15ª DRP e 10º e 12º BPM, instruindo sobre como proceder com elementos do clero que estejam interferindo na segurança nacional, fornecendo as seguintes instruções: documentar o elemento quando estiver "agitando" as massas; quando houver provas, encaminhar o processo à Polícia; em caso de flagrante delito, deverá ser preso, e em caso de uso de equipamentos, deverá ser feita a investigação dos mesmos. Caxias do Sul, 31 de agosto de 1976. SOPS/CX-4.-.218.10.1

Pedido de busca confidencial nº 341/76, de DOPS/RS para DRP's, CIP, DECAP, DES e 2ª DIPOL, informando sobre a atuação de padres poloneses em campanha de doutrinação nas comunidades religiosas onde atuam. Porto Alegre, 19 de outubro de 1976. SOPS/RG-1.1.298.3.1

Pedido de busca confidencial nº 362/76, de DOPS/RS para DRP's, DSS, 2ª DIPOL e s/DP's, enviando, em anexo, documento elaborado pela CNBB para distribuição em igrejas, com conteúdo de forte críticas à atuação governamental, e requisitando informações sobre a utilização do material. Porto Alegre, 2 de dezembro de 1976. Obs. Não consta anexo. SOPS/CS-1.3.2936.35.20

Circular nº 186/76 – Pedido de Busca nº 362/76, de José Garibaldi E. Simões, Delegado de Polícia da DP de Cachoeira do Sul, informando sobre documento elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB que faz críticas ao governo, e solicitando informações sobre a distribuição e a utilização desse material, assim como sua repercussão no Rio Grande do Sul. Cachoeira do Sul, 9 de dezembro de 1976. SOPS/CS-1.1.1142.14.4/8

Radiograma reservado nº 3/77, de Del. Victor Cravo Teixeira, DPI para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, informando sobre o possível rompimento de fato entre o clero e o

Governo, com a incitação de protestos de rua e atos de terrorismo em todo país com o apoio dos cursilhistas, assim como solicitando o levantamento de dados e vestígios sobre o caso. Porto Alegre, 4 de janeiro de 1977. SOPS/CS-1.3.2939.35.10 / SOPS/LV-1.3.1779.20.7

Circular confidencial nº 01/77 – Rádio nº 10-165/76/DCI/SSP/RS, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, solicitando a vigilância das atividades que criticam o governo no interior de Igrejas, bem como a movimentação sobre religiosos. Lagoa Vermelha, 11 de janeiro de 1977. SOPS/LV-1.2.1481.17.6

Pedido de busca confidencial nº 12/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, informando a realização da Assembleia Geral da CNNBB em Itaici/SP, em fevereiro de 1977. Porto Alegre, 13 de janeiro de 1977. SOPS/E-1.3.219.6.2

Pedido de busca confidencial nº 23/77, de DOPS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando o acompanhamento do movimento operário, por 1977 ser o possível ano de "reativação do movimento operário no país", devido ao aumento do custo de vida e por questões que afetam diretamente o trabalhador, considerando, também, uma possível união entre os Movimentos Estudantil e Operário e a "Esquerda Clerical". Porto Alegre, 24 de janeiro de 1977. SOPS/E-1.3.265.7.2/2

Ofício nº 17/77, de Eloy José de Vargas, DP de Nova Araçá para Chefe da SOPS/Lagoa Vermelha, informando sobre a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e a participação de padres do município de Nova Araçá. Nova Araçá, 16 de fevereiro de 1977. SOPS/LV-1.3.1781.20.7

Pedido de busca nº 047/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, informando a presença da seita "Meninos de Deus" em diversos municípios do Rio Grande do Sul, aliciando jovens e menores de ambos os sexos com a distribuição de panfletos. Porto Alegre, 8 de março de 1977. SOPS/E-1.3.220.6.2

Pedido de busca confidencial nº 059/77, de DOPS/RS para 11ª DRP/RS, informando sobre a troca de padres poloneses, sendo que o recém-chegado é um suposto comunista. Porto Alegre, 17 de março de 1977. SOPS/E-1.1.29.2.1

Informe confidencial nº 27/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, informando sobre o histórico do clero SERJOV, da Juventude Católica, englobando o período de 1969 a 1977. Porto Alegre, 17 de maio de 1977. SOPS/E-1.3.223.6.2/7

Informação confidencial nº 143/77, de DOPS/RS para DRP's, 2ª DIPOL e s/DP's e DSS, comunicando sobre os objetivos da catequese da Província Lassalista de Porto Alegre, que tem orientação subversiva e contestatória do sistema e conta com ativa participação dos alunos nos círculos promovidos pela equipe lassalista. Porto Alegre, 2 de junho de 1977. SOPS/E-1.3.224.6.2/2 SOPS/CS-1.3.2946.36.10/2

Pedido de busca confidencial nº 186/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, informando sobre a realização do Encontro Ecumênico na Diocese de Lins, com a participação de jovens católicos e protestantes, e solicitando o levantamento dos líderes religiosos gaúchos que participarão do Encontro. Porto Alegre, 14 de junho de 1977. SOPS/E-1.3.225.6.2 / SOPS-CS-1.3.2947.36.10

Pedido de busca confidencial nº 031-S/2, de SNI/APA para DPF, DRP e BPM, informando sobre o envio de correspondência por arcebispo da Igreja Católica Nacional – ICAN, contestando ação da CNBB, e solicitando os nomes dos dirigentes da ICAN. Rio Grande, 30 de junho de 1977. SOPS/RG-1.3.978.10.4

Pedido de busca confidencial nº 283/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, alertando sobre visitas suspeitas de seminaristas em Recife, assim como solicitando informações sobre a presença dos seminaristas citados no documento e suas possíveis atividades no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 25 de julho de 1977. SOPS/CS-1.1.1178.15.4/2

Pedido de busca confidencial nº 269/77, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, encaminhando Ficha de Entidades, com dados de órgãos subordinados à Igreja, para preenchimento. Porto Alegre, 9 de agosto de 1977. SOPS/E-1.3.226.6.2/14

Pedido de busca confidencial nº 339/77, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, difundindo informações sobre o Encontro Ecumênico de Jovens Católicos e Protestantes, cujo objetivo é pesquisar sobre a realidade do jovem nos meios operário, rural e estudantil em face da igreja, bem como solicitando o levantamento dos líderes religiosos gaúchos participantes do evento. Cachoeira do Sul, 29 de agosto de 1977. SOPS/CS-1.3.2952.36.10

Circular nº 72/77 – Pedido de Busca nº 427/77/DOPS, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha, solicitando o levantamento de dados de jovens católicos e protestantes presentes em encontro ecumênico realizado na Diocese paulista de Lins de 18 a 24 de julho de 1977. Lagoa Vermelha, 21 de outubro de 1977. SOPS/LV-1.1.810.8.3

Ofício nº 02/78, de Eloy José de Vargas, Delegado de Polícia de Nova Araçá para Chefe da SOPS/ Lagoa Vermelha, comunicando sobre as ofensas sofridas pelo prefeito Celso Andreazza por parte de Albino Mazzarollo e Valdeci Comunello, em uma festa religiosa da cidade. Nova Araçá, 9 de janeiro de 1978. SOPS/LV-1.3.1788.20.7

Informação nº 03/78, de SOPS/15ª DRP para DOPS/SSP/RS, comunicando o retorno dos freis Humberto e Bonifácio para Lagoa Vermelha, vindos de seminário ocorrido em Chillán/ Chile. Lagoa Vermelha, 20 de fevereiro de 1978. SOPS/LV-1.3.1789.20.7

Informação nº 06/78, de SOPS/15ª DRP para DOPS/SSP/RS, encaminhando informações sobre a posse do vigário Frei Emiliano0 Costella, que substituiu Frei Donato Pegoraro como vigário. Lagoa Vermelha, 20 de fevereiro de 1978. SOPS/LV-1.3.1790.20.7

Pedido de busca confidencial nº 083/78, de DCI/SSP/RS para DDRRPP, encaminhando para obter informações, tais como a orientação e número de fiéis, da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1978. SOPS/LV-1.3.1791.20.7

Pedido de busca confidencial n° 108/78, de DCI/SSP/RS, para DRP's, informando que a CNBB deve formular orientação política em próxima reunião, visando às eleições de novembro de 1978, e solicitando, ainda, o envio de mais informações sobre o assunto. Porto Alegre, 9 de março de 1978. SOPS/CS-1.3.2968.26.10

Pedido de busca confidencial nº 108/78, de DCI/SSP/RS para DRP's, solicitando o acompanhamento da próxima Conferência Nacional da CNBB, por conta da provável elaboração da sua orientação política em torno das eleições de novembro de 1978. Porto Alegre, 9 de março de 1978. SOPS/E-1.3.239.6.2

Pedido de busca confidencial nº 117/78, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, comunicando a visita de Elias IV, patriarca ortodoxo de Antioquia/Turquia, solicitando informações sobre a visita e demais dados. Porto Alegre, 20 de março de 1978. SOPS/CS-1.3.2972.36.10

Pedido de busca confidencial nº 41-E/2, de III Ex. para Lista A, informando sobre a ação da Junta de Coordenação Revolucionária – JCR para implantar trabalho no interior das "Campanhas Missionárias", visando a conscientização das pessoas em ação conjunta com os padres das Campanhas. Pelotas, 21 de março de 1978. SOPS/RG-4.1367.19.5/3

Circular nº 23/78, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo – Pedido de busca nº 107/78, encaminhando informações referentes à Campanha da Fraternidade e o seu envolvimento com a política. Pedido de busca nº 108/78, solicitando informações sobre a orientação política da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Lagoa Vermelha, 27 de março de 1978. SOPS/LV-1.3.1792.20.7

Pedido de busca confidencial nº 020-S2/78, de AC/SNI para 6º BPM, 7ª DRP e DPF/RG, informando que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB deve formular sua orientação política em próxima reunião, visando as eleições de novembro de 1978, solicitando o envio de maiores informações sobre o assunto. Rio Grande, 30 de março de 1978. SOPS/RG-1.3.982.10.4

Ofício nº 37/78, de Eloy José de Vargas, Delegado da DP de Nova Araçá para Chefe da SOPS/15ª RP, respondendo às Circulares nºs 37/78 e 41/78, confirma o envio das fichas das Igrejas do município de Nova Araçá. Nova Araçá, 2 de abril de 1978. SOPS/LV-1.3.1794.20.7

Circular nº 32/78 – Pedido de busca nº 133/78, de Chefe da SOPS/15ª RP para DP's jurisdicionadas da 15ª RP, encaminhando informações sobre a instalação da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus no município de Butiá, com o endereço da Igreja e o missionário encarregado. Lagoa Vermelha, 6 de abril de 1978. SOPS/LV-1.3.1795.20.7

Pedido de busca confidencial nº 025/78, de III Ex. para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, solicitando informe sobre o clero esquerdista e a Junta de Coordenação Revolucionária, em ação conjunta no Brasil. Rio Grande, 6 de abril de 1978. SOPS/RG-1.3.983.10.4

Pedido de busca confidencial nº 033/78, de III Ex. para 6º BPM, 7ª DRP e DPF, informando sobre o recebimento de cartas pelo "Movimento Jovem de Libertação da Igreja", com a solicitação de informação da identidade dos autores das missivas. Rio Grande, 10 de abril de 1978. Obs. Não consta anexo das cartas. SOPS/RG-1.3.984.10.4/2

Pedido de busca confidencial nº 003-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha/GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, informando a distribuição do livro "A Política de Hoje – O povo reunido, refletindo a política feita pelo povo", pela Arquidiocese de Fortaleza, solicitando cópia do livro e dados úteis sobre o assunto. Cruz Alta, 11 de abril de 1978. SOPS/CA-1.3.46.4.1

Pedido de busca confidencial nº 004-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha/GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando dados da organização e a localização dos templos dos Mórmons, que teriam como membros da seita agentes de informações americanos, com sede localizada em Salt Lake City/EUA, com missão sediada em São Paulo. Cruz Alta, 11 de abril de 1978. SOPS/CA-1.3.47.4.1

Ofício reservado nº 180/68, de Marco Aurélio Heller Riegel, Delegado da DP de Vacaria para Faustino Ribeiro Lemos, Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, encaminhando dados referentes a Dom Henrique Gelain, Bispo de Vacaria, informando sua data e local de nascimento e trajetória dentro da Igreja. Vacaria, 17 de abril de 1978. SOPS/LV-1.2.945.11.4

Pedido de busca confidencial nº 006-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha/GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando dados sobre a organização da Igreja Luterana na área, por conta da "infiltração" na Igreja Católica e demais credos. Cruz Alta, 17 de abril de 1978. SOPS/CA-1.3.48.4.1

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-78, de 29º GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando a confirmação da realização de contatos com estudantes de escolas, por parte da CNBB, com o intuito de debater os direitos humanos. Cruz Alta, 17 de abril de 1978. SOPS/CA-1.3.49.4.1

Circular nº 36/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para DP's jurisdicionadas da 15ª RP – Pedido de Busca nº 269/77, encaminhando as informações e o preenchimento de fichas anexas

sobre os órgãos subordinados à Igreja. Pedido de busca nº 148/78, solicitando as fotos dos responsáveis pelas entidades religiosas e outros dados, tendo em anexo a lista dessas entidades. Lagoa Vermelha, 18 de abril de 1978. SOPS/LV-1.3.1796.20.7/2

Pedido de busca confidencial nº 183/78, de DOPS para DRP's, requisitando dados sobre a nova "dinâmica de formação de padres e religiosos", provinda de uma "ótica progressista da Igreja Católica", na qual os alunos são colocados em favelas, na zona rural e penitenciárias. Porto Alegre, 27 de abril de 1978. SOPS/CS-1.3.2979.36.10

Circular nº 41/78, de Chefe da SOPS/15ª RP, para DP's jurisdicionadas da15ª RP – Pedido de busca nº 170/78, encaminhando a atualização de dados de religiosos, e enviando, em anexo, as fichas da Juventude Franciscana – JUFRA, Assembleia de Deus, Frei Reinaldo Bernardi, Arduíno Lazzari, Igreja Católica de Nova Araçá, Padre Bonifácio, Assembleia de Deus de Vacaria e Padre Ângelo Aresi. Lagoa Vermelha, 28 de abril de 1978. SOPS/LV-1.3.1797.20.7/9

Circular nº 43/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para DP's jurisdicionadas da 15ª RP – Pedido de Busca nº 183/78, encaminhando as informações da nova dinâmica de formação de padres e religiosos, orientada pelo padre Virgílio Carli, em Minas Gerais, em uma "ótica progressista". Lagoa Vermelha, 3 de maio de 1978. SOPS/LV-1.3.1798.20.7

Pedido de busca confidencial nº 010-S/2-78, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha/GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, confirmando a realização de reuniões durante a Campanha da Fraternidade na região, por conta de documento difundido pela Arquidiocese de São Paulo. Cruz Alta, 31 de maio de 1978. SOPS/CA-1.3.51.4.1

Pedido de busca confidencial nº 019-S/2-78, de 29º GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando investigação, por conta de alerta de Dom Carmine Rocco, das alienações de bens, por parte de instituições religiosas, para os bispos brasileiros, devido a que a venda desses bens estaria ocorrendo em condições não favoráveis à Igreja. Cruz Alta, 12 de junho de 1978. SOPS/CA-1.3.53.4.1

Pedido de busca confidencial nº 023-S/2-78, de 29º GAC para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, requisitando dados sobre a nova "dinâ-

mica de formação de padres e religiosos", provinda de uma "ótica progressista da Igreja Católica", na qual os alunos são colocados em favelas, na zona rural e penitenciárias. Cruz Alta, 12 de junho de 1978. SOPS/CA-1.3.54.4.1

Pedido de busca confidencial nº 025-S/2-78, de 29º GAC, para Delegados de Polícia de Carazinho, Campo Real, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando o acompanhamento da participação da Igreja do Rio Grande do Sul na campanha política, como informado por Dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria e secretário geral da CNBB. Cruz Alta, 28 de junho de 1978. SOPS/CA-1.3.55.4.1

Informação confidencial nº 04/78, de DP de Panambi para 5ª DRP/Cruz Alta, comunicando a realização do 5º Congresso Nacional da Juventude Evangélica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, no município de Panambi. Panambi, 11 de julho de 1978. SOPS/CA-1.3.56.4.1

Informação confidencial nº 06/78, de DP de Panambi para 29º Grupo de Artilharia da Campanha/Ministério do Exército, comunicando a realização do 5º Congresso Nacional da Juventude Evangélica, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, no município de Panambi. Panambi, 13 de julho de 1978. SOPS/CA-1.3.57.4.1

Pedido de busca confidencial nº 035-S/2-78, de 29º GAC para DP de Panambi, solicitando dados sobre a organização da Igreja Luterana na área, e o nome dos dirigentes, pastores e membros que participarão do 5º Congresso Nacional da Juventude Evangélica, em resposta à Informação confidencial nº 06/78. Cruz Alta, 18 de julho de 1978. SOPS/CA-1.3.58.4.1

Pedido de busca confidencial nº 050/78, de SOPS/5ª DRP/CALTA/RS, solicitando o levantamento de dados sobre a seita "Testemunhas de Jeová", por conta de estudo requisitado pelo Ministro da Justiça, considerando que os membros dessa seita não servem às Forças Armadas e "consideram o respeito aos símbolos nacionais idolatria". Cruz Alta, 3 de agosto de 1978. SOPS/CA-1.3.59.4.1

Circular nº 82/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha – Pedido de busca nº 180/78, encaminhando os dados da seita "Meninos de Deus" e informando a mudança de seu nome para "Família do Amor", assim como informando sobre o envolvimento dessa seita com a exploração de menores, tóxicos e prostituição, segundo noticiário da imprensa, sendo o movimento liderado por estrangeiros. Lagoa Vermelha, 22 de dezembro de 1978. SOPS/LV-1.3.1803.20.7

Pedido de busca confidencial nº 001/79, de SOPS/5ªRP e DRP/Cruz Alta/RS para DP da Região, informando a alteração do nome da seita "Meninos de Deus" para "Família do Amor", e relatando o envolvimento da seita com tóxicos, prostituição e exploração de menores, solicitando a apuração de se existem adeptos na área. Cruz Alta, 16 de janeiro de 1979. SOPS/CA-1.3.60.4.1

Circular confidencial nº 05/79, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia da SOPS – Pedido de busca nº 021/79, repassando informações sobre as atividades e a diretoria da "Janz Team – Associação Brasileira de Evangelização – Centro de Treinamento Bíblico/CTB". Lagoa Vermelha, 26 de março de 1979. SOPS/LV-1.3.1804.20.7

Circular confidencial nº 25/79, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Delegado da SOPS – Pedido de Busca nº 146/79, informando sobre o acompanhamento da atuação de organizações religiosas em áreas indígenas, requisitado pelo Ministério do Interior. Lagoa Vermelha, 20 de agosto de 1979. SOPS/LV-1.3.1805.20.7

Pedido de busca confidencial nº 007, de S/2 – CIE para DPF/RG, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, relatando que a Igreja Católica Apostólica Romana vem sendo "solapada" pelo clero progressista, e requisitando informações sobre os meios de comunicação controlados pela Igreja. Rio Grande, 26 de fevereiro de 1980. SOPS/RG-1.6.1253.13.5

Circular nº 09/80 – Pedido de busca confidencial nº 016/80, de Delegado da DP de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia da SOPS, informando sobre a influência das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's em diversos setores da sociedade, visando à conscientização de uma nova realidade social, e solicitando a área de atuação no município. Lagoa Vermelha, 24 de março de 1980. SOPS/LV-1.3.1807.20.7

Informação nº 01/80, de DP de Paraí para SOPS/15ª DRP, informando sobre a atuação da Comunidade Eclesial de Base em todo município de Paraí, e apontando seu grau de influência como sendo de 80%, e também comunicando quais os religiosos e leigos que são responsáveis pelo movimento. Paraí, 11 de abril de 1980. SOPS/LV-1.3.1810.20.7

Ofício nº 39/80, de Eli Loureiro da Silva, Titular da DP de São José do Ouro para Delegado Regional de Polícia, informando a existência de um grupo de cursilhistas que organizam reuniões na paróquia do município de Vacaria. São José do Ouro, 14 de abril de 1980. SOPS/LV-1.3.1811.20.7

Ofício nº 46/80, de Silvio Xavier de Lima, Delegado da DP de Nova Bassano para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, confirmando que não constam movimentos religiosos que interfiram na política na cidade. Nova Bassano, 15 de abril de 1980. SOPS/LV-1.3.1812.20.7

Info. abril/80, de DP de Nova Prata, relatando a realização de reunião no Seminário de Nova Prata, na qual compareceram professores rurais do município, e onde ocorreram críticas ao governo por conta dos salários dos professores e pela pobreza do povo, indicando o padre Josué Pagnocelli como um dos "agressores" ao governo. Nova Prata, abril de 1980. SOPS/LV-1.3.1813.20.7

Info. maio/80, de DP de Nova Prata, comunicando a realização de palestra em Igreja a ser realizada pelo cursilhista Neimar de Barros, com ideias que "chocam os princípios do governo", e alertando para a possível realização e o cunho "político-filosófico" da palestra. Nova Prata, maio de 1980. SOPS/LV-1.3.1814.20.7

Ofício nº 076/80, de Pedro Paulo E. Martins, Escrivão de Polícia da DP de Ibiaçá para Bel. Paulo W. Welker, Delegado de Polícia, confirmando que não constam movimentos religiosos que interfiram na política no município de Ibiaçá, em resposta à Circular nº 09/80. Ibiaçá, 6 de maio de 1980. SOPS/LV-1.3.1815.20.7

Ofício nº 24/80, de Enori Corrêa, responsável pela DP de Cacique Doble para DRP de Lagoa Vermelha, confirmando que não constam movimentos religiosos que interfiram na política no município de Cacique Doble, em resposta à Circular nº 09/80. Cacique Doble, 7 de maio de 1980. SOPS/LV-1.3.1816.20.7

Ofício nº 47/80, de Eloy José de Vargas, responsável pela DP de Nova Araçá para Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha, confirmando que não constam movimentos religiosos que interfiram na política no município de Nova Araçá, em resposta à Circular n° 09/80. Nova Araçá, 14 de maio de 1980. SOPS/LV-1.3.1817.20.7

Ofício nº 095/80, de Pedro Paulo E. Martins, titular da DP de Nova Ibiaçá para Bel. Paulo W. Welker, Delegado de Polícia, respondendo à Circular nº 09/80, confirma a existência de cursilhistas no município, atuando junto ao Santuário Nossa Senhora Consoladora. Ibiaçá, 6 de junho de 1980. SOPS/LV-1.3.1818.20.7

Ofício nº 64/80, de Silvio Xavier de Lima, Delegado da DP de Nova Bassano para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, respondendo à Circular nº 09/80, sobre o grau elevado de influência da Igreja no município de Nova Bassano, tendo como responsáveis pelos movimentos realizados o padre Francisco Lolatto, Danilo Coltro e Ricardo Telini, entre outros. Nova Bassano, 6 de junho de 1980. SOPS/LV-1.3.1819.20.7

Ofício nº 57/80, de DP de Nova Araçá para Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha, respondendo à Circular nº 09/80, sobre o grau de relativo de influência da Igreja no município de Nova Araçá, informando que existem dois movimentos atuantes – o Cursilhos e o Treinamento de Líderes Cristãos. Nova Araçá, 10 de junho de 1980. SOPS/LV-1.3.1820.20.7

Ofício nº 160/80 – Pedido de busca nº 016/80, de Bel. Oriovaldo Ramos, Delegado de Polícia de Sananduva para Delegado Regional de Polícia, comunicando sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a sua área de atuação no município de Sananduva, e informando que os grupos de jovens são coordenados por Nilson Remuzzi e Carlos Bruzzi, e os grupos de casais por Claudino e Euclésia Bonês. Sananduva, 13 de junho de 1980. SOPS/LV-1.3.1821.20.7

Ofício nº 57/80, de Gilvane Ferreira Garcia, responsável pela DP de Barracão para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, respondendo à Circular nº 09/80, e informando que consta apenas um grupo religioso de Lareristas no município, com finalidades desconhecidas. Barracão, 18 de junho de 1980. SOPS/LV-1.3.1823.20.7

Circular nº 30/80 – Pedido de busca confidencial nº 076/80, de Paulo Wanderlei Welker, Delegado Regional de Polícia para SOPS, inferindo sobre as informações da atuação da Igreja católica nos meios de comunicação. Lagoa Vermelha, 10 de julho de 1980. SOPS/LV-1.3.1825.20.7

Ofício confidencial nº 194/80, de Bel. Griovaldo Barros, Delegado da DP de Sananduva para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, respondendo ao Pedido de busca nº 076/80, sobre constarem informações da atuação da Igreja Católica nas mídias escritas, faladas e televisivas, bem como de dados do corpo de redação. Sananduva, 17 de julho de 1980. SOPS/LV-1.3.1827.20.7/2

Ordem de busca confidencial nº 013/80, de DOPS/RS para DP Torres, informando sobre a distribuição de impressos contestatórios com críticas ao governo em Torres, em ato coordenado pelo

padre Ricardo Camatti. Osório, 25 de julho de 1980. Encaminhamento confidencial nº 04/80, de DP Torres para DIN/DOPS/RS, informando que o padre Ricardo Camatti exerce ações contestadoras – inclusive através de rádios –, sendo sua conduta política considerada "muito duvidosa", por também ser conhecido por frequentar "festinhas". Torres, 02 de setembro de 1980. SOPS/O-1.2.44.3.1/4

Pedido de busca confidencial nº 014/81, de DOPS/RS para 19ª DRP, solicitando dados referentes ao Acampamento Anual de Jovens Luteranos, que ocorrerá em Estrela/RS, entre 15 e 23 de fevereiro, comunicando que os Jovens Luteranos integrarão a luta pela justiça e não-violência, e que o enfoque do evento será na "exploração da terra no país, além da nocividade do consumismo". Porto Alegre, 30 de janeiro de 1981. SOPS/L-1.3.30.4.1

Ofício confidencial nº 141/80, de DP de Sananduva para Delegado Regional de Polícia, informando sobre a visita de Dom Henrique Gelain à Delegacia de Polícia e outras instituições do município. Sananduva, 24 de abril de 1980. SOPS/LV-1.3.1832.20.7

Pedido de busca confidencial nº 090/81, de DOPS/RS para 11ª DRP/Erechim, comunicando sobre a atuação do padre Antônio José Scheffel no município de Herval Grande, onde desempenha "influência e doutrina partidária" criticando o governo, e solicitando o seu Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Porto Alegre, 28 de maio de 1981. SOPS/E-1.2.202.5.1

Circular nº 113/81 – Pedido de busca nº 106/81, de José Garibaldi E. Simões, Delegado da DP de Cachoeira do Sul, informando sobre a entrevista concedida pelo bispo Dom Albano Cavallim, de Curitiba, e sobre o programa de politização "Um tal Jesus", gravado em fitas cassetes, solicitando a comprovação dos fatos e a cópia das fitas. Cachoeira do Sul, 6 de julho de 1981. SOPS/CS-1.3.3017.36.10 / SOPS/L-1.3.32.4.1 / SOPS/LV-1.3.1835.20.7

Ordem de busca confidencial nº 020/81, de DP de Giruá para DOPS/RS, informando que não consta nenhum dado sobre a gravação de fitas envolvendo a Comunidade Eclesial de Base. Giruá, 13 de julho de 1981. SOPS/SA-1.-.13.1.1

Pedido de busca confidencial nº 152/81, de DOPS/RS para 19ª DRP/Lajeado, encaminhando lista com os dados de diversos padres do Rio Grande do Sul, e solicitando a confirmação das informações enviadas. Porto Alegre, 13 de agosto de 1981. SOPS/L-1.2.22.3.1

Pedido de busca confidencial nº 176/81, de DOPS/RS para 19ª DRP/RS, informando sobre as acusações feitas pelo padre Olívio Heinem contra Dom Vicente Scherer – Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, acusando-o de influência em padres para sempre agradarem o governo, e solicitando a foto e os antecedentes do padre Olívio Heinem. Porto Alegre, 14 de setembro de 1981. SOPS/L-1.2.24.3.1

Pedido de busca confidencial nº 190/81, de DOPS/RS para DRP's, encaminhando informações sobre a seita "Testemunhas de Jeová", como sua contrariedade ao serviço militar e à prestação de reverência ao Hino e à Bandeira, assim como sua aversão ao nacionalismo, e informando sobre a realização de Assembleia em Pacaembu/São Paulo, que terá como tema central a "Lealdade ao Reino", solicitando, também, o levantamento das atividades e demais informações sobre a seita. Porto Alegre, 22 de setembro de 1981. Lagoa Vermelha, 29 de setembro de 1981. SOPS/L-1.3.33.4.1 / SOPS/LV-1.3.1838.20.7

Pedido de busca confidencial nº 196/81, de DOPS/RS para 11ª DRP/Erechim, informando sobre a atuação da Igreja Católica em emissoras de rádio, "promovendo a conscientização da população", em razão da proximidade do ano eleitoral. Porto Alegre, 29 de setembro de 1981. SOPS/E-1.2.524.9.2

Ofício nº 139/81, de Neivo Pedro Richetti, responsável pela DP de Nova Araçá para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, respondendo à Circular nº 39/81, informa que não há templos da seita Testemunha de Jeová no município de Nova Araçá. Nova Araçá, 5 de outubro de 1981. SOPS/LV-1.3.1840.20.7

Ofício nº 226/81, de Mario Schwaab, Inspetor de Polícia responsável pela DP de Ajuricaba para Delegado de Polícia da DP de Santo Ângelo, informando que não há a seita "As Testemunhas de Jeová" no município. Ajuricaba, 7 de outubro de 1981. SOPS/SA-1.3.55.4.1

Ofício nº 623/81, de Adão Darde, Delegado de Polícia da DP de São Luiz Gonzaga para Mauro Azeredo, Delegado da DP de Santo Ângelo, informando a existência de um templo denominado "Salão do Reino das Testemunhas de Jeová" no município de São Luiz Gonzaga, em resposta à Ordem de busca nº 024/81. São Luiz Gonzaga, 20 de novembro de 1981. SOPS/SA-1.3.56.4.1

Pedido de busca confidencial nº 068/82, de DOPS/RS para DRP's, comunicando sobre a atuação do clero progressista junto às populações dos "estabelecimentos penais" do Rio Grande do Sul, e solicitando os nomes e as qualificações dos religiosos atuantes e demais dados sobre os atendimentos. Porto Alegre, 6 de maio de 1982. SOPS/L-1.3.37.2.1

SOPS/W - 1.3.2151.24.9

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RGS
SERVIÇO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES
Pôrto Alegre, RS, 9 Out 67

Assunto: Infiltração comunista na Igreja
Origem: SCI/SSP/RS
Classificação: ....
Difusão: Sr Maj PEDRO AMÉRICO LEAL - Delegados Regionais
Referência: -.-.

INFORMAÇÃO Nº 636/67 - SCI/RS

Logo após a conferência Tri Continental realizada em Havana em Janeiro de 1966, o Partido Comunista do Brasil baixou as diretivas de ação e seu efeito foi notadamente sentido no Nordeste e Região Centro Sul, tendo esfôrço principal empregado em Pernambuco, Guanabara, São Paulo e Minas.

Com efeito, as ordens emanadas pelos líderes aos grupos que dirigem o movimento subversivo no Brasil se fazem sentir através de normas reguladoras da ação entre as quais citamos:

Iniciar através de grupos de estudantes e trabalhadores, as primeiras investiduras de rua, com manifestações abertas e audaciosas, que pelo seu seguimento natural, tendem a se avolumar num caudal.. de agitação e violência, incontrolável por parte do govêrno.

Nas áreas mais sensibilizadas pelo subdesenvolvimento e pela miséria, tentar avanços mais concretos, tais como manifestações de.. terrorismo e sabotagem, tentativa de coordenar a mobilização e condicionamento de grandes massas pelo espírito de luta e rebeldia a ser plantado.

Êsse plano de ação logo se fêz sentir pelo ressurgimento na vida nacional das organizações de frente tais como JUC, JEC, JOC, UNE .. que passaram a agitar o meio estudantil e no meio sindical através de investida do PC para acabar com a intervenção nos sindicatos, .. permitindo as eleições livres, que lhes daria a vitória nas eleições sindicais e portanto, o contrôle dos sindicatos no Brasil.

A Igreja Católica, prevendo a infiltração comunista, colocou em tôrno de si, vários movimentos populares que teriam o objetivo de congregar a juventude e as massas trabalhadoras em acôrdo com a doutrina cristã.

Os comunistas aproveitaram as diretivas básicas dessas organizações, tôdas elas na realidade, aspirações de um povo, e através da

Continua fl 2

SSP-RS SCI

infiltração, passaram a agir colocando-as como ORGANIZAÇÕES DE FRENTE.

. No início do ano de 1966 alguns bispos e padres tais como: D.HELDER CÂMARA, D. JOSÉ TÁVORA, D. JORGE MARCOS, D. DAVID PICÃO, D.CÂNDIDO PADIM, D. BERNARDO MIELE, Monsenhor ENZO GUSSO, D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS, D. LUIZ FERNANDES, Padre ANGELICO SANDALLO BERNARDINO, Padre RAIMUNDO OZANA, Frei ELIZEU LOPES, Cônego LUCIO FLORO, Frei FRANCISCO DE ARAUJO e também as Congregações dos Dominicanos e Franciscanos, uma dominada e a outra infiltrada pela AÇÃO POPULAR, lançaram manifestos, tomaram partido, enfim, passaram a lutar pelas bandeiras desfraldadas pelo PC.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Declaração dos Bispos do Nordeste, deixou evidenciada a orientação esquerdista em alguns setores da Igreja.

Ficou entretanto comprovado não ter êsse movimento, apoio da cúpula da Igreja no Brasil, pelo fato de, terem alguns Bispos, levantado a voz para alertar a opinião pública do rumo perigoso que alguns dirigentes religiosos estavam dando a problemas sociais.

Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, entre outros assuntos, destacou-se o apoio a ser dado ao MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, idealizado por D. JOSÉ TÁVORA e D. EUGÊNIO SALLES, atualmente controlado pela AÇÃO POPULAR com atuação nos municípios de S. Luiz, Prapemas, Marianópolis e Pindaré, todos no Maranhão.

Ficou decidido que o apoio financeiro a ser fornecido a êsse movimento seria dado pelo Bispo da área e no plano geral, pela SUDENE através convênio com o Govêrno Federal.

A declaração dos Bispos do Nordeste baseia-se em documentos organizados pela JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA e AÇÃO CATÓLICA RURAL de um lado e AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA do outro, tôdas organizações de frente do PC.

Êste documento definiu a posição contrária de alguns Bispos aos podêres constituidos da União.

D. HELDER CÂMARA

A figura de proa na liderança dêsses movimentos é o Arcebispo de Olinda D. HELDER CÂMARA, figura atrevida e ousada, com grande capacidade de trabalho e organização.

Elemento de grande vaidade que para aparecer com estrêla no panorama nacional, usa de todos os meios que estão ao seu alcance...

Sua carreira como político, começou no Ceará onde no ano de 1935, foi um dos adeptos do integralismo e um dos mentores da LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO (bêrço do Integralismo no Brasil).

SSP-RS

SOPS/RG - 1.3.962.10.4

PROTOCOLADO N. 604
Lv. nº II Fl. 58
Em 28/07/75

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª. Bda. Inf Mtz
6º. G A C — 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 24 Jul 75

- PEDIDO DE BUSCA N.º 081 - S/2

1. Assunto.....: CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL
2. Origem.....: III Ex (PB 106 E/2, de 22 Jul 75, da 8ª BIM)
3. Difusão.....: DPF/RG - 6º BPM - 7ª DRPol
4. Difusão anterior.....: -
5. Referência.....: -
6. Anexo.....: Cópia thermofax de documento

MS

1. DADOS CONHECIDOS

A CRB/RS está comunicando aos religiosos do RS, através de correspondência, a realização de cursos para leigos, versando sobre cooperativismo, com base na "DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA".

É interessante notar que os mesmos serão orientados por professores chilenos.

2. DADOS SOLICITADOS

a. Acompanhamento dos referidos cursos;
b. Relação dos professores e participantes, se for o caso;
c. Outros dados julgados úteis.

oooooooo O oooooooo

SECÇÃO

SOPS/RG- 1.4.10 26.11.4

— C O N F I D E N C I A L —

PROTOCOLADO Nº 971
Lv. nº II Fl. 20
Em 13/11/75

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
SI/ DPF/RIO GRANDE/RS.

RIO GRANDE, RS, 07 NOVEMBRO 1975.

1. ASSUNTO: ..... : MOVIMENTO ESTUDANTIL/OPERÁRIO
2. ORIGEM: ..... : SNI/APA (PB Nº265/75-SI/SR/RS de 31/10/75)
3. AVALIAÇÃO: ..... : -
4. DIFUSÃO: ..... : 6ºGAC-6ºBPM-SOPS/RG-SOPS/PEL-ASI/UFPEL.
5. DIFUSÃO ORIGEM: ..... : III EX-V COMAR-DCI/SSP/RS-DPF/RS.
6. ANEXO: ..... : -
7. REFERÊNCIA: ..... : -

REG Nº842/75.

Outros.

DPF - DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM RIO GRANDE - RS
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA Nº0256/75-SI

1.- DADOS CONHECIDOS:

1.1.- VLADIMIR HERZOG, jornalista, nascido na IUGOSLÁVIA, naturalizado brasileiro, diretor responsável pelo Departamento de Telejornalismo da TV CULTURA, canal 2/S.PAULO.

1.2.- O nominado enforcou-se dia 25 OUT 75, nas dependências do DOI-CODI/II EX.

1.3.- O suicídio do jornalista tem sido deturpado pela Imprensa e Órgãos estudantis, com visível incitamento à formação / de MOVIMENTO ESTUDANTIL/OPERÁRIO.

2.- DADOS SOLICITADOS:

2.1.- Acompanhamento do assunto e identificação de ações a serem realizadas, identificações de líderes estudantis, ligações com integrantes do MDB e CLERO CATÓLICO, ou seja, prováveis incitadores de "MOVIMENTO DE MASSA".

2.2.- Particular interesse no assunto em tela.

2.3.- Outros dados julgados úteis.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 62-Dec. Nº 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assunto Sigilosos).

— C O N F I D E N C I A L —

SOPS/RG - 1.8.966.10.4

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª. Bda. Inf Mtz
6º. G A C — 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 15 Dez 75

PROTOCOLADO Nº 1629
Lv. nº II Fl. 72
Em 22/12/75

- PEDIDO DE BUSCA N.º 130 - S/2

1. Assunto.....: ATIVIDADES SIONISTAS NO BRASIL
2. Origem.....: III EX
3. Difusão.....: DPF - 7ª DRPol - 6º BPM
4. Difusão anterior.....: -
5. Referência .....: -
6. Anexo .....: -

Polícia

1. DADOS CONHECIDOS:

a. Nas Sinagogas e Clubes dos Judeus, nas principais cidades brasileiras, principalmente RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, tem havido reuniões cujo objetivo é congregar e motivar os sionistas / para campanha que deverá ser desencadeada no BRASIL, em sinal/ de protesto contra o voto do BRASIL na ONU, a favor dos palestinos.

b. Usariam como motivação o suicídio do jornalista WLADIMIR HERZOG para atuarem no meio estudantil.

c. Estariam também dispostos a desencadear a campanha nas Forças/ Armadas, através dos militares judeus.

d. No campo internacional a intenção dos judeus é fazer um boicote econômico contra o BRASIL, a fim de abalar ainda mais a nossa economia.

2. DADOS SOLICITADOS:

a. Dados que comprovem a existência do movimento supracitado, na/ área desse OI.

b. Outros dados julgados úteis.

o o o o o o o O o o o o o o o

III EX - 6ª. DE - 6º. GAC
2ª SEÇÃO

Movimento religioso

Movimento de associações civis

Por vezes existe a ideia de que os movimentos de resistência e luta contra a ditadura brasileira só ocorreram em extratos específicos da sociedade, como os operários ou grupos político-partidários. Na realidade, a ditadura civil-militar também foi enfrentada pela população civil organizada em associações, grupos de civis formados por cidadãos que lutavam direta e indiretamente contra o governo militar. Essa confrontação ocorreu em um contexto de aprofundamento das desigualdades sociais e arrocho salarial, junto a um cenário de aceleração do crescimento das favelas e periferias, causado pela migração da população do campo para o meio urbano, processo acentuado pela política econômica e social preconizada pela ditadura. O povo brasileiro foi diretamente afetado não só pelos efeitos econômicos do regime, mas, também, pela repressão e o aumento da violência pelas autoridades do Estado.

Nesse cenário, existiam as organizações de bairro, um espaço possível de resistência por parte do povo, por atuarem juntas a algumas organizações políticas e estarem muito vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com essa articulação foi possível criar espaços nos bairros, onde a discussão política e a organização do povo em torno das pautas que afetavam o cotidiano eram apontadas e debatidas. Os anos 1970 são marcados pela inflação galopante e o congelamento dos salários dos trabalhadores. A pauta do custo de vida e a luta contra a carestia estiveram bastante vinculadas aos movimentos de bairros e às associações civis. A atuação de líderes comunitários, em conjunto com outros movimentos sociais, teve um papel fundamental para revigorar o debate público.

A convocação de atos públicos e a realização de abaixo-assinados são aspectos que trouxeram visibilidade para a articulação civil e as suas demandas durante a ditadura. Com o processo de abertura do regime, os movimentos sociais contra a ditadura se intensificam e, junto a eles, os trabalhadores e moradores das periferias se veem participando desse processo, com suas associações civis articuladas, muitas vezes, com os movimentos operário e estudantil, e contando com a forte presença das Igrejas nesses espaços.

As associações civis representam a participação das bases na resistência contra a ditadura, em um contexto de aumento da violência policial e repressão, bem como da desarticulação de vários movimentos sociais pelos dispositivos dos Atos Institucionais. Os movimentos de bairro, centros cívicos e círculos de pais e mestres são alguns dos exemplos de associações civis a partir das quais fica demonstrado que, mesmo com a repressão e a censura, houve a participação da população nos processos de luta pela democracia e pela garantia da cidadania plena dos brasileiros.

Documentos

Informação confidencial nº 807/72-PM/2, de 1º/19º RI São Leopoldo para 7º Grupo de Artilharia da Costa Motorizado/GACosM, DPF, DRP e Capitania dos Portos, comunicando sobre possíveis infiltrações do Partido Comunista Brasileiro de Goiânia nos Grêmios e Centros Cívicos. Rio Grande, s.d. SOPS/RG-1.5.1107.12.4

Ofício nº 103/69, de Oldemar A. Schunemann, inspetor de polícia responsável pela Delegacia de Polícia de Agudo para Delegado Regional, atendendo à Circular nº 12/69, que informa a relação nominal de professores, alunos e membros do Círculo de Pais e Mestres (CPM) contrários às ideias do regime. Agudo, 13 de agosto de 1969. SOPS/CS-1.2.1336.17.5/2

Ofício nº 199/69, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Bel. Firmino Peres Rodrigues, Diretor do DOPS, atendendo ao Ofício nº 604/69, de 12 de maio de 1969, informa sobre a nominata dos integrantes, dotados de ideologia contrária ao regime, do Círculo de Pais e Mestres do Ginásio e Curso Técnico Comercial de Agudo. Cachoeira do Sul, 8 de setembro de 1969. SOPS/CS-1.8.3817.46.13/2

Dossiê sobre José Faustino Bareno, presidente de bairros, de 7ª Região Policial, informando e anexando recortes de jornais sobre a atuação de José Faustino em associações de bairro e pronunciamentos, termo de declarações, e também a comunicação de sua demissão do cargo de presidente da Associação de Amigos do Bairro Municipal. Rio Grande, 10 de maio de 1971. SOPS/RG-1.2.514.5.2/22

Ordem de busca nº 68/71, de Neuri Freitas, Ins. Pol., para Bel. Wilson Alves Silva, Delegado Regional de Polícia, solicitando verificação e identificação de elementos que lecionam a disciplina de Educação Moral e Cívica, possivelmente atingidos pelos Atos Institucionais, bem como verificar a realização de Gincanas e realização de atividades de cunho contestatório. Lagoa Vermelha, 30 de novembro de 1971. SOPS/LV-1.8.3440.33.12

Circular nº 39/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 90/75/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando informações referentes à "Associação Internacional Cultural e Educativa de Jovens", bem como o seu projeto de intercâmbio e processo de seleção dos estudantes. Lagoa Vermelha, 8 de abril de 1975. SOPS/LV-1.2.1332.15.6

Pedido de busca confidencial nº 573/75/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre a organização do Escritório Regional, as atividades da instituição no Rio Grande do Sul e dados sobre o caráter nacional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE). Porto Alegre, 13 de outubro de 1975. Cachoeira do Sul, 21 de outubro de 1975. SOPS/RG-1.4.1023.11.4 / SOPS/CS-1.3.2925.35.10 / SOPS/CS-1.2.2516.30.8

Circular nº 201/75, de 20ª Região Policial/SOPS para Delegado de Polícia, comunicando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 573/75-DOPS, de DOPS/RS, solicitando informações sobre as atividades da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) no Rio Grande do Sul, devido à sua organização e estrutura ser vulnerável à "infiltração comunista", e solicitando possíveis ligações com outras entidades, principalmente a Igreja Católica e elementos religiosos. Cachoeira do Sul, 21 de outubro de 1975. Lagoa Vermelha, 6 de novembro de 1975. SOPS/CS-1.2.2516.30.8 / SOPS/LV-1.4.2016.22.8

Pedido de busca confidencial nº 194/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando o levantamento das atuais diretorias de clubes relevantes, em vista do caso "Moreno", pois este caso gerou preocupação por parte dos agentes de segurança, devido a que elementos cassados por subversão ou corrupção procuram, constantemente, exercer cargos de projeção em clubes esportivos ou instituições de classe. Porto Alegre, 21 de junho de 1976. SOPS/CS-1.3.2929.35.10

Pedido de busca confidencial nº 128/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando antecedentes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) nesta área policial, bem como averiguar sobre as suas ligações com entidades estrangeiras e a presença de estrangeiros, particularmente estadunidenses, em equipes da FASE. Porto Alegre, 3 de maio de 1977. Lagoa Vermelha, 30 de maio de 1977. Porto Alegre, 3 de maio de 1977. Cachoeira do Sul, 11 de maio de 1977. SOPS/E-1.3.222.6.2 / SOPS/LV-1.2.1491.17.6 / SOPS/CS-1.-.446.5.2 / SOPS/CS-1.2.2708.32.9/2

Pedido de busca confidencial nº 297/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para 2ª, 3ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, reiterando o Pedido de busca nº 128/77/DBCI/DOPS/RS, de 3 de maio de 1977, acerca da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Porto Alegre, 10 de agosto de 1977. SOPS/CS-1.3.2950.36.10

Pedido de busca reservado nº 40/77, de 6º GAC, DPF/RG e 6º BPM, solicitando dados sobre os antecedentes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) nesta área policial, em vista da FASE possuir antecedentes de envolvimento com "atividades subversivas". "s.d.", 19 de agosto de 1977. SOPS/RG-1.3.979.10.4

Circular nº 189/77, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 413/77-DOPS, reiterando o Pedido de busca nº 297/77-DOPS, solicitando os antecedentes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), bem como suas ligações com entidades estrangeiras e auxílios externos porventura recebidos. Cachoeira do Sul, 17 de outubro de 1977. Cachoeira do Sul, 22 de agosto de 1977. Porto Alegre, 13 de outubro de 1977. SOPS/CS-1.1.1194.15.4/3 / SOPS/CS-1.2.2731.33.9/2 / SOPS/CS-1.3.2957.36.10

Circular nº 222/77, de Bel. Roque João Etges, Delegado de Polícia responsável pelo expediente desta Delegacia Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 502/77-DOPS, reiterando o Pedido de busca nº 413/77/DOPS, solicitando os antecedentes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), bem como suas ligações com entidades estrangeiras e auxílios externos porventura recebidos. Cachoeira do Sul, 12 de dezembro de 1977. SOPS/CS-1.1.1210.15.4/3

Informação nº 220/77, de SOPS para DOPS/RS, atendendo aos Pedidos de busca nº 128-297 e nº 413/77/DBCI/DOPS/RS, comunicando que não foi localizado nenhum elemento que tenha ligações com a FASE. "s.d.", 15 de dezembro de 1977. SOPS/RG-1.3.981.10.4

Pedido de busca confidencial nº 49/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP e 2ª DIPOL, solicitando informações sobre o Centro Cívico Getúlio Vargas e também sobre a organização de uma Frente Única da esquerda. Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1978. Cachoeira do Sul, 15 de fevereiro de 1978. SOPS/E-1.2.157.5.1/2 / SOPS/CS-1.2.2767.33.9/2

Pedido de busca confidencial nº 91/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP, solicitando dados sobre o Centro Cívico Getúlio Vargas e a sua atuação na área policial. Porto Alegre, 8 de março de 1978. Cachoeira do Sul, 14 de março de 1978. SOPS/E-1.-.15.1.1 / SOPS/CS-1.2.2780.33.9 / SOPS/CS-1.1.1229.16.4.

Circular nº 17/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 49/78/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando informações sobre a formação do Centro Cívico Getúlio Vargas, que uniria as correntes oposicionistas ao regime brasileiro. Lagoa Vermelha, 16 de março de 1978. SOPS/LV-1.2.1546.17.6

Radiograma nº 35, de João A. F. Alves, Inspetor responsável pelo expediente de Polícia para Delegacia Regional de Polícia de Cachoeira do Sul (RS), comunicando que não há atuação do Centro Cívico Getúlio Vargas no município de Caçapava do Sul. Caçapava do Sul, 22 de março de 1978. SOPS/CS-1.-.479.6.2

Pedido de busca confidencial nº 281/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre o grupo "Trabalho Conjunto", que se reuniu diversas vezes em Salvador com a participação de órgãos religiosos, comunidades de bairros, profissionais liberais, movimento estudantil, imprensa, Comitê Brasileiro pela Anistia e a Ala Jovem do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Porto Alegre, 14 de agosto de 1978. SOPS/E-1.4.273.7.2

Circular nº 67/78 – Pedido de busca nº 281/78, de DOPS/RS para SOPS, solicitando maiores informações, bem como os nomes dos integrantes, do grupo baiano "Trabalho Conjunto", formado por amplos setores da sociedade e contestatório ao regime. Lagoa Vermelha, 24 de agosto de 1978. SOPS/LV-1.4.2058.22.8

Circular nº 14/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia/ SOPS, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca confidencial nº 50/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando informações sobre o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), seus dados de qualificação, posicionamento ideológico de seus membros e o acompanhamento de suas atividades, principalmente as dos núcleos e dos seus representantes ligados a movimentos de contestação. Lagoa Vermelha, 25 de abril de 1979. SOPS/LV-1.-.458.5.2

Circular nº 17/79, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia/ SOPS, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 50/79/DOPS/RS, de DOPS/RS, solicitando informações sobre o atual estágio do Centro Brasil Democrático (CEBRADE) na região policial, e se houve a indicação de lideranças suas para uma reunião especial do CEBRADE/RJ. Lagoa Vermelha, 25 de junho de 1979. SOPS/LV-1.-.459.5.2

Ofício circular nº 1/79, de Clodoaldo A. Saraiva, Diretor da Escola Estadual de 2º grau Ildefonso Simões Lopes e Escola Estadual Seival (5ª a 8ª série) para Dario Antonio Freitag, Delegado Regional de Polícia, informando a composição do Círculo de Pais e Mestres e da direção das Escolas, após a realização das eleições em 24 de novembro de 1979. Osório, 12 de dezembro de 1979. SOPS/O-1.3.93.4.1

Pedido de busca confidencial nº 32-529/79/DCI/SSP/RS, de SCI/SSP/RS para DRP/Erechim, solicitando a relação das associações de bairros do município de Erechim, em virtude de existirem, em Porto Alegre e municípios do interior do Estado, várias associações que se manifestam contrárias ao governo. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1979. SOPS/E-1.3.253.6.2

Ofício nº 81/80, de Silvio Xavier de Lima, Delegado da DP de Nova Bassano, para Delegado da DP de Lagoa Vermelha, respondendo as circulares nº 26, 27, 28, 29, 30 e 31/80, comunicando que não há Associação de Docentes e Centro de Professores no município, existindo o Centro Cívico Silva Pais, informando núcleo diretivo. Nova Bassano, 14 de julho de 1980. SOPS/LV-1.3.1826.20.7

Circular confidencial nº 49/80, de Paulo Wanderlei Welkeb, responsável pela Delegacia Regional de Polícia para Delegado de Polícia/SOPS, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 173/80/DIN/DOPS/MS, de DOPS/RS, solicitando apurar a existência, nesta região policial, de pessoas e/ou organizações do Plenário Democrático da Sociedade Civil, que é uma entidade civil com a finalidade de defender e ampliar a democracia no Brasil. Lagoa Vermelha, 9 de dezembro de 1980. SOPS/LV-1.3.1829.20.7

Pedido de busca confidencial nº 126/81/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando a composição das diretorias dos Círculos de Pais e Mestres das duas maiores escolas secundaristas das cidades sob a jurisdição desta Delegacia Regional de Polícia, informando seus dados qualificativos e enviando fotografias dos seus membros. Porto Alegre, 21 de julho de 1981. SOPS/E-1.3.263.6.2 / SOPS/CS-1.3.3018.36.10

Ofício circular nº 5/81, de Clodoaldo A. Saraiva, Diretor da Escola Estadual de 2º grau Ildefonso Simões Lopes e Escola Estadual Seival (5ª a 8ª série) para Delegado Regional de Polícia, informando a composição do Círculo de Pais e Mestres e da direção das Escolas, gestão 81/83. Osório, 24 de novembro de 1981. SOPS/O-1.3.97.4.1

Informação nº 4/82/SAE/DRP, de DOPS/RS para Delegacia Regional de Polícia, comunicando a existência de Círculo de Pais e Mestres na Escola Estadual de 2º grau Ildefonso Simões Lopes, e informando a sua composição, após a eleição realizada em 21 de novembro de 1981, assim como a filiação de seus membros. Osório, 27 de janeiro de 1982. SOPS/O-1.3.100.4.1

DOPS/E - 1.2.157.S.1

-C O N F I D E N C I A L-

Prontuário II
Fls. Nº 38 — 81
Em 7 / 3 1978

TJD.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

P/Alegre, 08 FEV. 1978

ASSUNTO : ATIVIDADES SUBVERSIVAS - CRIAÇÃO DE UMA FRENTE ÚNICA
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DD RR PP e 2a DIPOL

PEDIDO DE BUSCA Nº 049 / 78 / DBCI / DOPS/RS.

DADOS CONHECIDOS:

1. Subversivos brasileiros de diversas organizações vêm se reunindo há algum tempo na EUROPA para tratar da viabilidade e do dimensionamento de uma "união" entre as mesmas em "nível diferente"de uma simples "Frente Única".
Preliminarmente foram estabelecidos "grupos de coordenação" para tarefas iniciais de propaganda na EUROPA e de contactos e ligações junto aos meios estudantil, religioso e operariado no BRASIL.
Tais atividades, inicialmente irradiadas da ALEMANHA, contam com a inspiração e com o apoio da "Junta de Coordenação Revolucionária - JCR" que, em PARIS, colocou à disposição do grupo, como / frente legal, a "Casa del Uruguai".
Entre os elementos mais ativos na direção e na condução de tais atividades, citam-se JOSÉ LUIZ GUEDES, ex-dirigente da UNE, LUIZ ANTÔNIO TOVAR, do MR-8 e EMIR SADER, como representante da JCR / (INFORME B-2).

2. Foi realizada no mês de dezembro de 1977, ou será realizada em janeiro de 1978, provavelmente em LISBOA ou PARIS, uma série de reuniões entre representantes de organizações brasileiras, inclusive do PCB, para tratar da criação do "Centro Cívico Getúlio / Vargas".
O "Centro Cívico Getúlio Vargas" seria uma etapa intermediária / para a nova legislação eleitoral brasileira.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANU-
[illegible] DO SIGILO DESTE DOCUMENTO, ART. 62
DEC. 83417/87 - REGULAMENTO PARA SALVA-
GUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

3-03
4-08
5-11

CONTINUA.....

DOPS/E - 1.2.157.5.1

= C O N F I D E N C I A L =

CONTINUAÇÃO DO PEDIDO DE BUSCA Nº 049/78/DBCI/DOPS/RS.

Para a criação do"Centro Cívico Getúlio Vargas", os principais idealizadores da reestruturação do "Partido Socialista Brasileiro" (BAYARD DEMARIA BOITEUX, DARCY RIBEIRO, / LEONEL BRIZOLA e MIGUEL ARRAES) abdicaram de suas posições, dispondo-se a não prosseguir nos contactos que vinham mantendo.

Em tal reunião prevalecerá um "nível elevado" e serão minimizadas ou erradicadas as posições mais antagônicas anteriormente assumidas pelas diversas organizações, como as que em 1964, em MONTEVIDÉU, tornaram inexequível a "União das Esquerdas Brasileiras".

3. Como é de conhecimento amplo, dispõe-se de Informes de diversas fontes e de diversas épocas, que dizem respeito do trabalho de elementos e organizações subversivas visando a "União das Esquerdas Brasileiras", cabendo citar, entre / outros, e apenas para enfatizar o presente assunto, os que se relacionam com a "Plataforma pela União dos Comunistas", de RICARDO ZARATINI, e também ao "trabalho político junto à colônia de brasileiros no exterior, especialmente na / FRANÇA", de que trata o "III ativo de Exterior Resoluções Políticas" do MR-8.

DADOS SOLICITADOS:

a. Dados sobre o "Centro Cívico Getúlio Vargas"e sua atuação na área, se constatada;
b. Recomenda-se o máximo sigilo no atendimento a este PB.;
c. Outros dados julgados úteis.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANU
TENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 6
DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVA
GUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

3-03
4-08
5-11

330

= C O N F I D E N C I A L =

SOPS/E-1.3.253.6.2

CONFIDENCIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE INFORMAÇÕES
PORTO ALEGRE

PEDIDO DE BUSCA N.º 32-529/79 /DCI/SSP/RS

Data : 13 DEZ 1979
Assunto : ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS/RS

Referência : -.-
Origem : SCI/SSP/RS
Área : -.-
Difusão Anterior: -.-
Difusão : DRP/EREXIM

Anexos : -.-

Protocolado Livro Nº II
Fls. nº 66 — 389
Em 19 / 12 / 79

DADOS CONHECIDOS:

a. Além de PORTO ALEGRE, existem em municípios do interior do RIO GRANDE DO SUL, várias Associações de Bairros que periodicamente se manifestam em reivindicações e ataques sistemáticos ao Governo.

b. Na maioria das vezes, os dirigentes dessas Associações são elementos com registros desabonatórios por suas participações em atos de protestos às autoridades constituídas.

DADOS SOLICITADOS:

1. Relação das Associações de Bairros existentes nesse município.
2. Nominata das diretorias com dados de qualificação.
3. Outros dados julgados úteis.
4. Encarece-se o máximo sigilo na obtenção dos dados solicitados.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA * CENTRAL DE INFORMAÇÕES

Providenciados
Ofício nº 03/80
02-05-80

P 217
Z 134

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO, ART. 12 DA LEI 6.099/77 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Movimento de associações de classe

Desde uma perspectiva de envolvimento de diferentes grupos na luta contra a ditadura civil-militar, as associações de classe são movimentos sociais importantes, pois compreendem instituições que representam grupos específicos de indivíduos unidos por uma causa comum, muitas vezes tratando-se de uma categoria. Além disso, elas representam politicamente os seus membros perante a sociedade. No caso das associações que constam na documentação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS), encontram-se, dentre outras, a Associação dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Essas entidades, que tiveram papel de denúncia da ditadura civil-militar, eram vigiadas constantemente, e seus congressos, encontros e demais atividades estavam no escopo dos órgãos de informação do Estado brasileiro.

A OAB tem em sua trajetória o fato de ter apoiado o golpe de Estado de 1964, em um primeiro momento. Há, por parte de seu Conselho, um posicionamento favorável à tomada do poder pelos militares, baseado no medo instaurado de uma possível ruptura democrática por parte do governo João Goulart. Entretanto, a partir da decretação do Ato Institucional Nº 5, com o recrudescimento do regime e com o agravamento da violência estatal, a OAB se posicionou contra a ditadura, tornando-se, nos anos 1970, um agente importante para os processos de abertura e restauração democráticas. Assim como a OAB, a imprensa também cumpriu o seu papel para a instalação e legitimação da ditadura. A grande imprensa, representada pelos conglomerados de donos de jornais e canais de TV, teve, assim, uma atuação importante para o sucesso do golpe de 1964. Em contraponto, as atividades da imprensa alternativa tiveram uma atuação destacada para a denúncia da ditadura, como é o caso, por exemplo, do jornal “O Pasquim”, distribuído a partir de 1969.

Essa mudança de posicionamento da OAB, e posteriormente de parte da imprensa, é importante para identificar como parcelas da sociedade civil e das associações de classe, em um primeiro momento, apoiaram o golpe antidemocrático sofrido pelo governo João Goulart. Também para identificar como, após o agravamento da censura e a intensificação da violência, potencializados pelo AI-5, tiveram uma mudança de posição, se colocando contra o regime, mas, por outro lado, existem as entidades que, desde seus primórdios, se posicionaram contra o golpe e denunciaram as ações empreendidas pela ditadura. Os documentos demonstram essa atuação contra a ditadura, por meio das próprias estruturas das organizações e, por vezes, em conjunto com outros segmentos da sociedade civil.

Documentos

Informação nº 18/76/SOPS/15ªDRP, de SOPS/15ªDRP, comunicando a composição da diretoria da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Lagoa Vermelha, informando que não há "elementos de esquerda" na diretoria e demais filiados a esta subseção. "s.d.", s.d. SOPS/LV-1.3.1771.20.7

Informação nº 1/68, de Delegacia de Polícia de Lagoa Vermelha com cópia para a 15ª DRP, comunicando que o doutor Olavo Augusto Moojen, presidente da Subsecção da Ordem dos Advogados de Brasil de Lagoa Vermelha, queixa-se de estar sendo perseguido por esta Delegacia de Polícia, por ser membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Lagoa Vermelha, 19 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.2.960.11.4

Informação, de Pedro Lairihoy, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul para Delegado Regional da 20ª Delegacia Regional de Polícia de Cachoeira do Sul (RS), comunicando que o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil/RS decidiu suspender a advogada Erlenir Vieira da Fonseca, por infração a preceito ético profissional. Porto Alegre, 17 de outubro de 1973. SOPS/CS-1.-.256.3.1

Circular nº 231/73, de José Garibaldi E. Simões, Delegado Regional de Polícia para Delegado de Polícia, encaminhando a Circular para que sejam tomadas as providências necessárias. Informação, de Pedro Lairihoy, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul para Delegado Regional da 20ª Delegacia Regional de Polícia de Cachoeira do Sul (RS), comunicando que o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil/RS decidiu suspender a advogada Erlenir Vieira da Fonseca, por infração a preceito ético profissional. Cachoeira do Sul, 7 de novembro de 1973. SOPS/CS-1.3.2901.35.10

Pedido de busca confidencial nº 236/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP'S, Delegacia de Estrangeiros e 2ª Divisão Policial e suas DP'S, solicitando informações sobre a criação de subsedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), nas quais funcionariam células do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Porto Alegre, 16 de julho de 1976. SOPS/RG-1.4.1036.11.4 / SOPS/CS-1.6.3636.43.12

Pedido de busca nº 44/76/SOPS/RG, de SOPS/RG para 6º GAC, DPF/RG e 6º BPM, solicitando informações sobre quaisquer indícios de que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) esteja abrindo subsedes nos diferentes Estados do país. Rio Grande, 28 de julho de 1976. SOPS/RG-1.6.1222.13.5

Pedido de busca confidencial nº 292/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, solicitando a remessa de dados sobre a evolução dos preparativos para a VI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados de Brasil, marcada para os dias de 17 a 22 de outubro de 1976, em Salvador (Bahia). Porto Alegre, 30 de agosto de 1976. Lagoa Vermelha, 17 de setembro de 1976. SOPS/RG-1.3.974.10.4 / SOPS/CS-1.3.2932.35.10 / SOPS/LV-1.-.417.4.2/2

Pedido de busca nº 70/76/SOPS/RG/RS, de SOPS, solicitando a remessa de dados sobre a evolução dos preparativos para a Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e também acerca do possível comparecimento de representantes do Rio Grande do Sul à Conferência. Rio Grande, 14 de setembro de 1976. SOPS/RG-1.3.976.10.4

Pedido de busca confidencial nº 32-892/76/DCI/SSP/RS, de DCI/SSP/RS para Delegacia Regional de Polícia/Rio Grande/RS, solicitando a nominata da diretoria e as qualificações e orientações políticas dos participantes de todas as subseções da Ordem dos Advogados do Brasil existentes nesta região policial. Porto Alegre, 28 de outubro de 1976. SOPS/RG-1.3.977.10.4 / SOPS/LV-1.3.1774.20.7 / SOPS/LV-1.3.1775.20.7 / SOPS/CS-1.3.2934.35.10 / SOPS/LV-1.3.1773.20.7

Circular nº 106/76, Pedido de busca nº 32-892, de Chefe da SOPS para Arquivo, comunicando vários informes relatando a infiltração de elementos contrários à ditadura nas subseções da OAB. Lagoa Vermelha, 3 de novembro de 1976. SOPS/LV-1.3.1775.20.7

Ofício nº 480/76, de José Garibaldi E. Simões para Diretor do DCI/SSP, atendendo à Ordem de busca nº 32-892/76, de 28 de outubro de 1976, e informando a nominata da diretoria da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Cachoeira do Sul, bem como a qualificação e a orientação política de seus integrantes. Cachoeira do Sul, 23 de novembro de 1976. SOPS/CS-1.3.2935.35.10/

Ofício nº 112/77, de Bel. Erico Alves Lourenço de Lima, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Rio Grande do Sul/Subseção de Lagoa Vermelha para José Bernardi Miranda, Delegado Regional de Polícia, comunicando a posse da nova direção da subseção da OAB/RS de Lagoa Vermelha, assim como seus integrantes. Lagoa Vermelha, 1 de fevereiro de 1977. SOPS/LV-1.3.1780.20.7

Informe confidencial nº 47/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's e 2ª DIPOL e s/DP's, comunicando que Informes do Presídio Militar da Justiça Federal, obtidos por meio de conversas entre os presos políticos, afirmam que 1977 será o ano da Anistia Internacional, bem como que os jornais destacam a participação do Movimento Feminista, de intelectuais, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Porto Alegre, 30 de maio de 1977. SOPS/CS-1.2.2716.32.9 / SOPS/E-1.-.9.1.1

Informação confidencial nº 166-S2/77, encaminhando documento, em anexo, sobre a XI Conferência Nacional dos Jornalistas em Manaus. Rio Grande, 2 de dezembro de 1977. SOPS/RG-1.4.1053.11.4/4

Pedido de busca confidencial nº 07/78-S/2, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea para 10º BPM, 15ª DRP, 8ª DRP, 12ª e 8ª Delegacias SM e 12º BPM, solicitando a obtenção, na área de jurisdição desta OI, sobre quaisquer manifestações de entidades de classe e estudantis alusivas a data da "Revolução de 31 de março de 1964". Caxias do Sul, 30 de março de 1978. SOPS/LV-1.4.2052.22.8

Encaminhamento, de Eliseu G. Torres, informando a "Programação da Semana do Advogado de 1978" da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, 26 de julho de 1978. SOPS/CS-1.-.495.6.2

Pedido de busca confidencial nº 72-S/2, de APA/SNI para DPF, DRP e BPM, solicitando o acompanhamento das atividades das categorias de médicos e dentistas do Estado. Rio Grande, 17 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.4.1068.11.4

Pedido de busca confidencial nº 73-S/2, de APA/SNI para DPF, DRP e BPM, solicitando o acompanhamento da movimentação de lideranças de trabalhadores com vistas ao estímulo de movimentos grevistas na área policial, bem como sobre eventuais ligações de Almino Afonso, que participou, no início de julho de 1978, do encerramento do I Encontro Nacional de Advogados Trabalhistas, em Porto Alegre. Rio Grande, 18 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.4.1070.11.4

Pedido de busca confidencial nº 075 – S/2, de APA/SNI (PB 117 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, solicitando informações sobre a reunião do Movimento da Anistia ocorrida em Salvador, nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1978, na qual foi aprovada a realização do Congresso Nacional

da Anistia, que ocorrerá em novembro de 1978, na cidade de São Paulo, e contará com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, Maçonaria, Conselho Federal de Arquitetura, Associação Nacional dos Servidores Públicos, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação dos Sociólogos da Bahia, e de entidades estudantis e sindicais. Rio Grande, 26 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.-.85.1.1

Circular nº 80/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº 365/78/DOPS/RS, solicitando dados sobre se há outras universidades do Rio Grande do Sul – além da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com a Associação de Docentes da UFRGS (ADUFRS) – que possuem Associações de professores e, em caso de resposta positiva, informar a composição de suas diretorias. Lagoa Vermelha, 28 de novembro de 1978. SOPS/LV-1.4.2059.22.8

Pedido de busca confidencial nº 78 – S/2, de APA/SNI (PB 125 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, solicitando informações sobre o VIII Congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que será realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Rio Grande do Sul e pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 27 de dezembro de 1978. SOPS/RG-1.2.988.10.4

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-79, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha para DP's de Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando informar se existem nas áreas policiais os seguintes movimentos contestatórios: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê de Imprensa pela Anistia, Movimento de Artistas Pró-Anistia, Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, Centro Brasileiro Democrático e Movimento Negro contra a Discriminação Racial. Cruz Alta, 25 de junho de 1979. SOPS/CA-1.3.61.4.1

Pedido de busca confidencial nº 073/80, de DOPS/RS para DRP's, comunicando atuação de várias organizações subversivas, como OAB e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), e manifestações contrárias à Lei de Segurança Nacional. Porto Alegre, 30 de junho de 1980. SOPS/RG-1.5.1194.12.4

Ofício nº 41/82, de Nilton Nunes Cabrero, Delegado de Polícia para dr. Vilson de Sousa Leal, Delegado Regional de Polícia, respondendo ao Pedido de busca nº 37/81/SAE/4ªDRP, sobre a participação, ou não, de algum professor do município em determinado Congresso, que não é especificado no documento. Quaraí, 25 de janeiro de 1982. SOPS/A-1.4.15.2.1

SOPS/CS-1.6.3636.43.12

110

TRANSCREVA - SE ÀS DD. PP DA REGIÃO

Em 27/07/1976

Delegado Regional

2342

105/76

CONFIDENCIAL

231

PROTOCOLADO LVO. N.º 2
FLS. N.º 99
Em 27/7/1976

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 16/jul./76

ASSUNTO : SUBSEDES DA ABI NOS DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRP'S - DEL.ESTRANGEIROS - 2ª DIPOL E S/DP'S

PEDIDO DE BUSCA Nº 236/76/DBCI/DOPS/RS

1 - DADOS CONHECIDOS:

1.1. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA(ABI),estaria na iminência de abrir subsedes nos diferentes Estados= do País,visando neles fazer funcionar células do / PCB, com cobertura legal.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1. Quaisquer indícios de que se processam gestões ou ' providências visando a ativação das referidas subsedes ou que possam estar atuando com outra denominação, com o mesmo objetivo.

2.2. Outros dados importantes.

Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - R.G.Sul - Brasil

3.03
5.10
3.12

CONFIDENCIAL

DOPS/CS - 1.2.2716.32.9
93/77

2083

(22)

POLÍTICO

PROTOCOLADO LVO. N.º 2
FLS. N.º 110
Em 6/6/1977

TRANSCREVA-SE ÀS DP DA REGIÃO
Em 06/06/1977
Delegado Regional

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 30.05.77

ASSUNTO : 1977 ANO DA ANISTIA INTERNACIONAL
ORIGEM : DOPS/RS
CLASSIFICAÇÃO: B-2
DIFUSÃO : DRP'S, 2ª DIPOL E S/DP'S

INFORME Nº 47/77/DBCI/DOPS/RS

1. Informes provinientes do Presídio Militar da Justiça Federal, obtidos através de conversas entre os presos subversivos ali recolhidos, dão conta de que o ano de 1977 está sendo considerado como o ano da ANISTIA INTERNACIONAL.
2. Os jornais do país vêm publicando regularmente notícias relacionadas com "presos políticos", bem como a conotação desses assuntos com o movimento feminista.
3. Segundo aquela fonte (item 1), influenciados por pressões de origem interna e externa, com a finalidade de subverter a ordem, os presos subversivos, possívelmente, desencadearão movimentos nos diversos presídios em que se encontram.
4. Os movimentos serão levados a efeito, contando com o apoio de intelectuais, ABI, OAB, CNBB, etc., obedecendo-se aos seguintes métodos:

a) Greve de Fome;
b) Reivindicações absurdas.

5. Os referidos movimentos poderão ocorrer individualmente, em determinado presídio, ou simultaneamente, em todo o território nacional.

3.03
4.05
3.12

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO, ART. 85 DEC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA A SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

CONFIDENCIAL

Movimento contra a carestia

Apesar de termos localizado apenas seis documentos relacionados ao Movimento Contra a Carestia (MCC), também conhecido como Movimento do Custo de Vida (MCV), ele possuiu um papel significativo na reorganização política da sociedade civil. Por ter a questão econômica como pauta central que permeia a vida, primordialmente, das pessoas de classe baixa, o MCC foi um movimento que contou com muitos outros em seu interior.

O MCC teve sua gênese em São Paulo, ao longo das décadas de 1970 e 1980, no contexto de retomada do espaço público pelo povo, a fim de manifestar a indignação contra a política econômica da ditadura. Sobre esse movimento há duas especificidades: a sua origem na periferia e o protagonismo de mulheres – estas já se reuniam nos "Clubes de Mães", criados a partir de 1972. Se forem comparados com os demais movimentos sociais, o MCC e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – este último presente na documentação selecionada à seção Movimento Religioso deste Catálogo – acabam por ter essa característica em comum: a origem na periferia de grandes centros urbanos.

A existência do MCC e das CEBs pode ser compreendida como um indício do intenso processo de migração interna. Desencadeado a partir da segunda metade do século XX, brasileiros(as) partiram de regiões rurais do país e do Nordeste em direção ao Sudeste, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Foi na década de 1970, em razão do fluxo de pessoas deslocando-se para as cidades, que passamos a ter mais habitantes vivendo em espaços urbanos do que nas zonas rurais. No entanto, este êxodo rural ocorreu em um período de ausência de políticas de Estado para com a população mais pobre, assim como de projetos de urbanização das periferias. Somente considerando os contextos histórico e social do Brasil nos anos 1970 é possível dimensionar a importância das associações comunitárias para os mais necessitados. Quando o Estado se fez ausente, foram os religiosos e os próprios moradores que buscaram construir uma rede de solidariedade para assegurar as condições básicas de uma vida digna.

Dessa forma, o MCC mobilizou milhares de pessoas contra a política econômica imposta pelo Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento brasileiro. Entre suas principais reivindicações estava o congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade, sobretudo porque as medidas econômicas acabaram por reduzir o poder aquisitivo da classe trabalhadora e por aumentar a desigualdade social.

Algumas das medidas econômicas e legais que possibilitaram esse cenário foram a política de "arrocho salarial", segundo a qual para reduzir a inflação era necessário diminuir o salário mínimo; a implementação da Lei nº 4.725, de 1965, que modificou o cálculo do reajuste salarial, passando a fixar os ajustes anualmente para contornar a inflação do período (importante

salientar que era o governo responsável pela regulação dos índices oficiais de inflação, utilizados na fórmula de reajustes dos salários e dos preços; todavia, depois foi descoberto a fraude dos números oficiais divulgados da taxa de inflação, abaixo do valor real, aprofundando ainda mais a perda salarial); por fim, a proibição de greves sindicais, por meio da Lei nº 4.330, de 1964.

Portanto, o MCC foi um movimento social que teve como pauta central o modelo econômico implementado pela ditadura, mas também se diferenciou por seu caráter popular e por sua capacidade de congregar diversos movimentos. Ademais, conseguiu criar espaços de resistência e de luta, num contexto em que as brechas legais para a manifestação política se encontravam fechadas.

Documentos

Circular nº 216/73, de 20ª Região Policial/SOPS para Delegado, solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias. Ordem de busca nº 782/73, informando de que estaria sendo organizada em São Paulo, Rio de Janeiro e outras partes do país, campanhas contra o governo, como a "panela vazia", como protesto por falta e encarecimento de gêneros alimentícios. Cachoeira do Sul, 22 de outubro de 1973. SOPS/CS-1.2.1981.25.7

Circular nº 71/73, de 15ª Região Policial/SOPS para Delegado de Polícia da Região, dando conhecimento e observância de expediente oriundo do DOPS/RS. Ordem de busca confidencial nº 782/73, informando de que estaria sendo organizada em São Paulo, Rio de Janeiro e outras partes do país, campanhas contra o governo, como a "panela vazia", como protesto por falta e encarecimento de gêneros alimentícios. Lagoa Vermelha, 7 de dezembro de 1973. SOPS/LV-1.-.259.2.1

Informação reservada nº 215, de SOPS/RG para DOPS/RG, relatando o recebimento do PB nº 117/74/DPF/RG que solicita dados sobre entidades vinculadas antigamente à Revolução, tais como as Cruzadas Democráticas Femininas, que estariam se incorporando a movimentos de protesto contra a elevação do custo de vida, e de demais organizações comunitárias. "s.d.", 20 de junho de 1974. SOPS/RG-1.3.961.10.4

Informe confidencial nº 10 S/2, de DCI/SSP/RS (Info 013 E/2 77, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, comunicando que motoristas de caminhões dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul estariam se concentrando com seus veículos nessas localidades, com o propósito de protes-

tar contra o aumento dos combustíveis, entre outros. Rio Grande, 16 de maio de 1977. SOPS/RG-1.4.1042.11.4

Pedido de busca confidencial nº 021 – S2/78, de APA/SNI para 6º BPM, 7ª DRP, DPF/RG, solicitando manter informado o órgão sobre a institucionalização do Movimento do Custo de Vida. Rio Grande, 30 de março de 1978. SOPS/RG-1.6.1238.13.5

Informação confidencial nº 147 – S/2, de III Ex (Info 327 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, comunicando a realização de assembleia, com a participação de cerca de 120 moradores de vilas e bairros de Porto Alegre, Esteio, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí e Santa Maria, na sede da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros, em Porto Alegre, e também de representantes da comissão coordenadora do Movimento contra a Carestia de São Paulo, Setor Jovem do MDB/Santa Maria, Igreja Episcopal de Porto Alegre, DCE/UFRGS, Sindicato dos Feirantes e Sindicato dos Arquitetos. Rio Grande, 10 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.3.987.10.4

SOPS/LV-1.-.259.2.1

~~15ª Delegacia Regional de Polícia~~

SOPS

PROTOCOLADO LPO. Nº 1
FLS. Nº 79
Em 07/12/73

CIRCULAR Nº 71/73

L.Vermelha, 7 de dezembro de 1973 .

DO CHEFE DA SOPS

PARA O ILMº SR DELEGADO DE POLICIA DE

arquivo N/REGIÃO

Transcrevo abaixo, para conhecimento e observância de V.Sª, expediente oriundo do DOPS/RS :

MS

C O N F I D E N C I A L

ASSUNTO: CAMPANHA "PANELA VAZIA "

ORIGEM: DOPS /RS - ORDEM DE BUSCA Nº 782/73

DADOS CONHECIDOS :

1.1 - Há indíces que estaria sendo articulada em SÃO PAULO, RIO e em outras partes do país, campanha contra o Governo, do tipo "panela vazia", como protestos por falta ao encarecimento de generos alimenticios de primeira necessidade, em particular o leite .

1.2 -Existe em São Paulo a idéia que(de que) sejam realizadas - passeatas com mulheres .

1.3 - Teriam sido encontrados em aparelhos em SÃO PAULO, documentos que indicam ser movimento de caráter subversivo.

1.4 -No centro do país, o movimento está sendo apoiado por jornais de linha oposicionista(Estado de São Paulo) .

1.5 -O Caráter de clandestinidade da atuação do inimigo interno e a sua psição de integrante da população, dificultam sobremaneira a - sua identificação, fazendo com que os informes sejam constantemente procurados, relacionados e conservados com cuidado, para utilização oportuna e contínua .

ASSIM SENDO, é que formulamos os seguintes :

DADOS SOLICITADOS :

2.1-Indícios da existência de fatos iguais aos descritos no item 1.1

2.2- Caso positivo, remessa a esta S.O.P.S. dos seguintes itens:

2.2.1-Origem é principais áreas de incidência;

2.2.2-Meios usados para a campanha ;

2.2.3-Identificação, qualificação e antecedentes, porventura existentes dos líderes .

2.2.4- Levantamento numérico dos adeptos .

2.3.- Manutenção da presente OB EM ABERTO , informando sempre que surgir qualquer fato semelhante ao descrito nos dados conhecidos.

C O N F I D E N C I A L

Atenciosamente

SOPS/RG-1.3.937.10.4

CONFIDENCIAL

Protocolado nº 768
Lv. nº 2 Fl. 144
Em 15/12/78

Ministério do Exército
6ª Divisão de Exército
8ª Bda Inf Mtz
6º G A C - 2ª SEÇÃO

Rio Grande - RS, 10 Out 78

MS.

— INFORMAÇÃO Nº 147 — S/2

1. Assunto: MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA
2. Origem: III Ex (Info 327 E/2 78, da 8ª BIM)
3. Difusão: DPF - DRP - BPM
4. Difusão anterior: -
5. Referência: -
6. Anexo: -

1. Com a participação de cerca de 120 pessoas, moradores de vilas e bairros de PORTO ALEGRE/RS, ESTEIO/RS, VIAMÃO/RS, CACHOEIRINHA/RS, GRAVATAI/RS e SANTA MARIA/RS, realizou-se, na tarde do sábado , 26 Ago 78, na sala 119, situadas nos Altos do Mercado Público, onde funciona a sede da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros (FRACAB), uma assembléia geral contra a alta do custo de vida gaúcho.

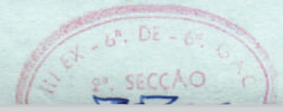
2. Entre os participantes ressalta-se a presença de três representantes da comissão coordenadora do Movimento Contra a Carestia de SÃO PAULO, ANA MARIA DO CARMO SILVA, da Zona Sul, EURIDES BISPO DA LUZ CARDOSO, da Zona Norte e MARIA APARECIDA DA SILVA, do ABC paulista.

3. Além de ANTONIO RODRIGUES, Presidente da FRACAB e de IVO FORTES DOS SANTOS, vice-presidente da mesma entidade, compareceram ainda ao evento LUIZ ROBERTO SIMON DO MONTE, Presidente do Setor Jovem do MDB de SANTA MARIA/RS, que informou que brevemente lançará o movimento naquela cidade, ARTHUR KRATZ, bispo da Igreja Episcopal de PORTO ALEGRE - "porque acha que a Igreja não pode estar longe do povo nas suas necessidades" - e representantes, não identificados, do DCE UFRGS, do Setor Trabalhista do MDB de PORTO ALEGRE/RS, do Sindicato dos Feirantes e do Sindicato dos Arquitetos.

4. Na reunião foram abordados os seguintes assuntos:
   a. Relatório das atividades da Comissão Coordenadora do Movimento Contra a Carestia;
   b. Avaliação do Movimento e sua possível extensão o todo o Estado do RS;
   c. Depoimentos e denúncias sobre a questão do custo de vida;
   d. Formas de organização para a luta contra a carestia;
   e. Encaminhamento de propostas.

5. Entre as propostas apresentadas destaca-se a de não deixar o MDB, ARENA ou qualquer outro Sindicato "tomar conta" do Movimento, pois isto desvirtuaria a finalidade do mesmo.
   Os representantes de PORTO ALEGRE/RS ressaltaram a necessidade de maior união nos bairros e extensão do movimento para as indústrias, particularmente de vestuários e calçados, com a formação de Comitê de Fábricas.

ooooo O ooooo



Movimento contra a carestia

Movimento pela Anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi criado em maio de 1975, em São Paulo, pela assistente social, advogada e ex-presa política Theresinha Zerbini. Ainda naquele ano, foi lançado o seu manifesto em favor da Anistia ampla, geral e irrestrita, contando com mais de 12 mil assinaturas em apoio. O MFPA pode ser considerado o primeiro movimento legalmente cons-tituído de enfrentamento à ditadura no Brasil. “Reafirmamos que a Anistia não é dádiva, mas sim uma conquista a ser feita por todos os brasileiros”, foi uma das resoluções tiradas no Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, em 1978.

Logo após a criação do MFPA de São Paulo, a socióloga Lícia Peres e a escritora Mila Cauduro lideraram a criação do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul, em junho de 1975. Sua atuação foi bastante efetiva: 8 mil assinaturas em prol da Anistia política foram colhidas no Estado. Inicialmente, as militantes do MFPA/RS buscavam apoio para a causa princi-palmente entre parlamentares e outras autoridades.

No Rio Grande do Sul, o MFPA, até o ano de 1978, foi o único movimento que se dedi-cou exclusivamente à campanha pela Anistia, apesar de outras entidades também reivindicarem essa bandeira nas suas pautas. Com a criação do Comitê Unitário Brasileiro pela Anistia no Rio Grande do Sul (CBA/RS), em junho de 1978, liderado pela ativista Raquel Cunha, a luta pela Anis-tia tomou novas proporções.

Participavam dos Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados em todo o país, ex-presos po-líticos, familiares de mortos, de desaparecidos políticos e de exilados, representantes sindicais, centros acadêmicos estudantis, associações profissionais, grupos de defesa dos direitos huma-nos. A ideia era popularizar a luta em prol da Anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive por meio dessas pessoas e entidades.

Com a aprovação no Congresso Nacional da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, esses movimentos passaram a se engajar principalmente na busca dos desaparecidos políticos, na apura-ção dos casos de morte, na libertação dos presos políticos não contemplados na Lei de Anistia, na fiscalização da reintegração dos anistiados à sociedade e na revogação da Lei de Segurança Nacional.

Documentos

Pedido de busca confidencial nº 26 – S2/75, de CIE (PB nº 012, de 22 jan 75, da 6ª DE) para 6º BPM, 7ª DRP e DPF/RG, solicitando todas as informações referentes a militares punidos envol-vidos na campanha da anistia, em virtude de notícia do “Jornal do Comércio” de Recife, de 30 de novembro de 1974, na qual consta que o general Pery Constant Beviláqua pede a defesa da anistia ampla. Rio Grande, 27 de fevereiro de 1975. SOPS/RG-1.2.590.6.2

Circular confidencial nº 11/77, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, para conhecimento e providência. Informe nº 08/77/DOPS/RS, comunicando que a organização "Anistia Internacional" desencadeou, para o ano de 1977, o "Ano Político", e também informando que todas as organizações "subversivas" do Brasil estão empenhadas em estruturar atividades para esse ano. Lagoa Vermelha, 8 de março de 1977. SOPS/LV-1.-.426.5.2

Pedido de busca confidencial nº 009 – S/2, de 8ª BIM (PB nº 38E/2 77, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, informando que o DCE/UFMG está difundindo manifesto em forma de panfleto por ampla e irrestrita anistia, a fim de ser divulgado no meio estudantil. Rio Grande, 15 de março de 1977. SOPS/RG-1.-.64.1.1

Informe confidencial nº 47/77/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, 2ª DIPOL e S/DP's, comunicando que informes do Presídio Militar da Justiça Federal, obtidos por meio de conversas entre os presos políticos, afirmam que 1977 será o ano da Anistia Internacional, bem como os jornais destacam a participação do movimento feminista, intelectuais, ABI, OAB e CNBB, entre outros. Porto Alegre, 30 de maio de 1977. SOPS/CS-1.2.2716.32.9 / SOPS/E-1.-.9.1.1

Pedido de busca confidencial nº 281/78/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre o grupo "Trabalho Conjunto", que se reuniu diversas vezes em Salvador, com a participação de órgãos religiosos, comunidades de bairros, profissionais liberais, movimento estudantil, imprensa, Comitê Brasileiro pela Anistia e Ala Jovem do MBD. Porto Alegre, 14 de agosto de 1978. SOPS/E-1.4.273.7.2

Circular nº67/78, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha, para Delegado de Polícia, enviando encaminhamento para que sejam tomadas as providências necessárias. Pedido de busca nº281/78/DOPS/RS, solicitando maiores informações, bem como os nomes dos integrantes do grupo baiano "Trabalho Conjunto", formado por amplos agrupamentos da sociedade (Comitê Brasileiro pela Anistia, Ala Jovem do MDB e Movimento Estudantil). Lagoa Vermelha, 24 de agosto de 1978. SOPS/LV-1.4.2058.22.8

Pedido de busca confidencial nº 075 – S/2, de APA/SNI (PB 117 E/2 78, da 8ª BIM) para DPF, DRP e BPM, solicitando informações sobre reunião do Movimento da Anistia ocorrida em Salvador, nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1978, na qual foi aprovada a realização do Congresso Nacional da Anistia, que ocorrerá em novembro de 1978 na cidade de São Paulo, e que contará com a par-

ticipação da CNBB, OAB, Maçonaria, Conselho Federal de Arquitetura, Associação Nacional dos Servidores Públicos, SBPC, Associação dos Sociólogos da Bahia, entidades estudantis e sindicais. Rio Grande, 26 de outubro de 1978. SOPS/RG-1.-.85.1.1

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-79, de 29º Grupo de Artilharia da Campanha para Del. Pol. de Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando informar se existem nas áreas os seguintes movimentos contestatórios: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê de Imprensa pela Anistia, Movimento de Artistas Pró-Anistia, Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, Centro Brasileiro Democrático e Movimento Negro contra a Discriminação Racial. Cruz Alta, 25 de junho de 1979. SOPS/CA-1.3.61.4.1

Informe confidencial nº 19 S/2, de CIE – III Ex para DPF/RG, 6º BPM, 7º DR POL e Cap dos Portos, elencando os pontos nos quais o CBA/SP passará a atuar após a assinatura da Lei da Anistia, conforme seu presidente, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Rio Grande, 4 de outubro de 1979. SOPS/RG-1.-.96.1.1

Pedido de busca confidencial nº 073/80/DIN/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informar sobre as atividades de organizações que propõem a extinção ou a reformulação da Lei de Segurança Nacional, visto a VIII Conferência Nacional da OAB preconizar a sua extinção, e também informando que, no Rio Grande do Sul, esta campanha é elaborada pelo Comitê Brasileiro de Anistia. Porto Alegre, 30 de junho de 1980. SOPS/RG-1.5.1194.12.4

CONFIDENCIA
15ª DRP

SOPS/LW - 1.-.426.5.2

Político

16 45 03 77
Nº 1325

15ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA = S O P S =

CIRCULAR Nº 11/77 — Lagoa Vermelha, 08 de março de 1977

DO CHEFE DA SOPS DE LAGOA VERMELHA
AO ILMO SR. DELEGADO DE POLÍCIA DE
_____ M/REGIÃO

Para conhecimento de V.Sª e providência, transcrevo a seguir expedientes oriundo do DOPS/RS:

ASSUNTO: SECRETARIADO JUSTIÇA e NÃO- VIOLÊNCIA
ORIGEM : DOPS/RS

PEDIDO DE BUSCA Nº 29/77/DOPS/RS

1 - DADOS CONHECIDOS:

1.1 Estão programados para SÃO PAULO/SP (4 e 5/02/-77) e JOÃO PESSOA/PB (18 a 22/05/77) encontros do Movimento de "NÃO-VIOLÊNCIA".

1.2 Da pauta do encontro de São Paulo consta a "articulação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos" e preparação do Encontro Nacional da nsic.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 Levantamento dos elementos deste Estado que possam ir participar desse evento.

2.2 Acompanhamento da cobertura eventualmente prestada pela imprensa.

2.3 Outros dados julgados úteis.

ASSUNTO: ANO DO PRESO POLÍTICO - 1977
ORIGEM : DOPS/RS

INFORME Nº 08/77/DOPS/RS

A organização "ANISTIA INTERNACIONAL" resolveu deseletar, digo desencardiar em todo mundo, para o ano de 1977, o "ANO POLÍTICO".

A campanha iniciou em dezembro de 1976, mês do aniversário da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, e todas as organizações subversivas no Brasil foram empenhadas em organizar a luta em prol dessa campanha no ano de 1977.

Quando da tomada de posse dos vereadores eleitos em Porto Alegre, o vereador GLENIO PEREZ, em violento discurso, atacou o governo Revolucionário, coincidentemente com a temática acima exposta.

ASSUNTO: EXTRAVIO DE DOCUMENTOS
ORIGEM : DOPS/RS

INFORMAÇÃO Nº 021/77/DOPS/RS

O Servidor do SNI, JOSÉ ADALVANIO SANTOS, lotado na Agência de BELÉM/PA, teve seus documentos furtados naquela cidade, dia 15/01/77, e, entre eles a carteira de Identidade Funcional do SNI, de nº 1428, expedida em 09/11/76.

CONFIDENCIAL SOPS/CA - 1.3.61.4.1

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
3ª DE - AD/3
29º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Cruz Alta, RS, 25 Jun 79

MS

PEDIDO DE BUSCA Nº 008-S/2-79

1. ASSUNTO: ATUAÇÃO DE ENTIDADES CONTESTATÓRIAS
2. ORIGEM: 29º GAC
3. AVALIAÇÃO: -.-
4. DIFUSÃO: Del Pol CARAZINHO, NÃO-ME-TOQUE, SANTA BÁRBARA DO SUL, PANAMBI e PEJUÇARA
5. DIFUSÃO ANTERIOR: -.-
6. REFERÊNCIA: PB nº 011/E2-79
7. ANEXO: -.-

1. DADOS CONHECIDOS

a. Encontram-se em ação, atualmente, nas principais capitais e cidades do País, certas instituições, que, embora não pertencendo aos movimentos tradicionalmente envolvidos em contestações ao Governo e ao regime, como o Movimento Operário (MO), o Movimento Estudantil (ME) e a Esquerda Clerical, vêm desenvolvendo intensa atividade de cunho contestatório.

b. Entre as entidades com tais características, encontram-se as seguintes:

- Movimento Feminino pela Anistia (MFPA);
- Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA);
- Comitê de Imprensa pela Anistia;
- Movimento de Artistas Pró-Anistia;
- Comissão Permanente de Luta Pela Liberdade de Expressão ..... (CPLPLE);
- Centro Brasileiro Democrático (CEBRADE);
- Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial ..... (MNUCDR);

2. DADOS SOLICITADOS

a. Informar se existe na área desse Município entidade(s) citada(s) em 1.b.;

b. Informar a atuação de entidades locais ou seccionais da Ordem dos Advogados do BRASIL, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, caso existam na área e estejam engajadas em campanhas adversas.

29º GAC

Movimento de Familiares

Os familiares foram os primeiros envolvidos nas manifestações pelos esclarecimentos das circunstâncias das mortes e desaparecimentos ocorridos nas prisões políticas. Cartas e manifestos eram realizados pelos familiares, em âmbito individual e coletivo.

A Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos surgiu da inciativa de mães, irmãs, esposas e demais familiares de presos políticos e desaparecidos em busca de respostas que eram negadas e omitidas pela ditadura brasileira. Seu objetivo inicial era promover o encontro desses familiares, conhecer as circunstâncias de morte ou desaparecimento de seus entes, buscar seu paradeiro e, quando o desaparecimento era confirmado, encontrar seus restos mortais. Diante da atitude, primeiro criminosa do Estado ditatorial, e depois omissa, no pós-ditadura, os familiares foram os responsáveis por realizar essas buscas nos arquivos dos cemitérios ou da polícia política, coletando informações de testemunhas e de ex-presos políticos, além de identificar os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos e a luta por sua punição.

Em junho de 1979, o Comitê Brasileiro pela Anistia localizou o corpo de Luiz Eurico Tejera Lisboa, enterrado de forma clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Luiz Eurico militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) em Porto Alegre, sendo preso em circunstâncias desconhecidas em São Paulo, em setembro de 1972, e, desde então, estava desaparecido. Morreu sob tortura, aos 24 anos de idade. O corpo de Luiz Eurico foi o primeiro a ser encontrado dentre os desaparecidos políticos, resultado da luta do movimento de familiares.

No mês de novembro do mesmo ano, familiares de mortos e desaparecidos políticos organizaram um Dossiê que foi entregue ao senador Teotônio Vilela, então presidente da Comissão Mista sobre a Anistia no Congresso Nacional. Este Dossiê foi ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul, e editado, em 1984, pela Assembleia Legislativa desse Estado.

O Estado brasileiro só reconheceu oficialmente a existência de desaparecidos políticos em 1995, com a criação da Lei Nº. 9.140, ou Lei dos Desaparecidos, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, após intensa mobilização dos familiares de mortos e desaparecidos e de grupos de ex-perseguidos políticos.

Documentos

Pedido de busca nº 144/75/DOPS/RS, de Chefe da SOPS Lagoa Vermelha para Arquivo, solicitando o acompanhamento, nos meios de comunicação e em tudo o que cerca a Campanha dos

Familiares de “terroristas” de denúncia aos seus desparecimentos, informando que o grupo dos Familiares teria o apoio dos autênticos do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Lagoa Vermelha, 23 de abril de 1975. SOPS/LV-1.6.2662.28.10

Pedido de busca confidencial nº 41 – S/2, de CIE (PB nº 53, de 10 abr. 75, da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada) para DPF/RG, 6º BPM e 7ª Delegacia Regional Polícia, solicitando o acompanhamento de campanha denunciando os “desaparecidos” realizada nos meios de comunicação de massa no país e no exterior, envolvendo familiares, políticos e religiosos. Rio Grande, 27 de abril de 1975. SOPS/RG-1.6.1206.13.5

Circular nº 175/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, para dar conhecimento e para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 27/75-S/2-III Ex., solicitando informações sobre manifesto previsto por Comitês de Solidariedade, visando à união de familiares em prol da liberdade dos presos políticos no Chile, advertindo que, no Brasil, um desses manifestos foi redigido em São Paulo e encaminhado aos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 25 de novembro de 1975. SOPS/LV-1.5.2405.26.9

Circular nº 144/75, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de Busca nº 704/75/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS, reiterando o Pedido de busca nº 144/75/DOPS/RS, sobre a Campanha dos Desaparecidos. Lagoa Vermelha, 15 de dezembro de 1975. Lagoa Vermelha, 23 de abril de 1975. Porto Alegre, 4 de dezembro de 1975. SOPS/LV-1.2.1397.16.6 / SOPS/LV-1.6.2662.28.10 / SOPS/CS-1.-.388.5.2

Pedido de busca nº 704/75, de DOPS/RS para DRP’s, 2ª Dipol e D/DP’s, reiterando pedido de busca 144/75, sobre a Campanha dos Desaparecidos. Porto Alegre, 4 de dezembro de 1975. SOPS/CS-1.-.388.5.2

Informação confidencial nº 10 – S/2, de CISA/RJ para DPF, DRP e 6º BPM, difundindo os dados conhecidos sobre Flávia Inês Schilling, presa política no Uruguai, em virtude de campanha liderada por diversas personalidades e meios de comunicação social pela sua libertação. Rio Grande, 7 de fevereiro de 1979. SOPS/RG-1.2.939.9.3

SOPS/LN - 1.5.2405.26.9

PROTOCOLADO LIVRO Nº I
FLS. 30
EM 28 / 11 / 75
Nº 872

15ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA = S O P S =

CIRCULAR Nº 135/75 Lagoa Vermelha, 25/11/75

DO CHEFE DA SOPS DE LAGOA VERMELHA
AO ILMO SR. DELEGADO DE POLÍCIA DE
Araguari U/REGIÃO

Para conhecimento de V.Sª e providências, transcrevo a seguir expediente oriundo do 3º GAAAé - III Ex.

ASSUNTO: MEMBROS DO PCB ATUANDO NA ÁREA DO III EXÉRCITO
ORIGEM : AD/6
REFERÊN: PB Nº 68 EM/2, de 27/01/75

PEDIDO DE BUSCA Nº 26/75-S/2-3º GAAAé

1 - DADOS CONHECIDOS:

Informações chegadas nesta AI dão conta de que os seguintes elementos do PCB atuam na área:

THEODOMO CHERCOV - Suplente do CC/PCB e 1º Secretário do CE/SC.

WILSON MIRANDA - militante antigo que atua no RGS.

2 - DADOS SOLICITADOS:

Identificação e levantamento dos locais de atuação (endereços e nomes) dos organismos que propiciaram a atuação dos elementos em questão.

ASSUNTO: CAMPANHA PELA LIBERDADE DE PRESOS POLÍTICOS
ORIGEM : AD/6
REFERÊN: PB Nº 69/EM/2, de 27/01/75

PEDIDO DE BUSCA Nº 27/75-S/2-III Ex.

1 - DADOS CONHECIDOS:

O jornal "AIENTA" editado no EQUADOR, em janeiro de 75, publicou a cartilha de Solidariedade nº 1, intitulada "COMO LUTAR PELA LIBERDADE DOS PRESOS POLÍTICOS NO CHILE".

Esse artigo apresenta sistematicamente uma campanha em favor de subversivos e terroristas, valendo-se de todos e quaisquer meios de divulgação.

A cartilha prevê a formação de Comitês de Solidariedade, buscando unir os familiares dos presos subversivos, para em conjunto se dirigirem em cartas do tipo "MANIFESTO", com um número variado de assinaturas, aos diferentes órgãos como: aos Centros Acadêmicos da URGS, políticos, etc.

Um desses manifestos foi elaborado em São Paulo e remetido ao Rio e RGS sob o título "Aos presos políticos da Ilha Grande e às suas famílias.

2 - DADOS SOLICITADOS:

a)- Localização e envio dos Manifestos, artigos ou fatos conhecidos com este tipo de campanha;

b)- Outros dados conhecidos e julgados úteis.

SOPS/RG-1.6.1206.13.5

CONFIDENCIAL

PROTOCOLADO Nº 349
Lv. nº II Fl. 49
Em 07/05/75

Ministério do Exército
6ª. Divisão de Exército
8ª. Bda. Inf Mtz
6º. G A C – 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 17 Abr 75

– PEDIDO DE BUSCA – 41-S/2

1. Assunto.....: CAMPANHA DOS DESAPARECIDOS
2. Origem.....: CIE(PB nº 053, de 10 Abr 75, da 8ª Bda Inf Mtz)
3. Difusão.....: DPF/RG – 6º B P M – 7ª D R Pol
4. Difusão anterior.....: –
5. Referência .....: –
6. Anexo .....: –

1. DADOS CONHECIDOS

a. Foi iniciada, no país e no esterior uma campanha nos meios de comunicação de massa, particularmente jornais, envolvendo familiares de subversivos e políticos, denunciando o "desaparecimento" de terroristas. Alguns religiosos tambem vêm participando.

b. Os políticos do grupo dos "AUTÊNTICOS" do MDB aproveitam a oportunidade para responsabilizar os Órgãos de combate direto à subversão como responsáveis pelo desaparecimento, na tentativa de predispor a opinião pública contra os mesmos.

c. Já foram publicados nos jornais como matéria paga pelos familiares, bem como desse grupo do MDB:
1) Jornal "Estado de S.Paulo", de 30 Jan 75;
2) Jornal do Brasil, de 04 Fev 75;
3) Jornal de Brasília, de 29, 30 e 31 Jan 75.

2. DADOS SOLICITADOS

a. Acompamhar nos meios de comunicação de massa locais o desenvolvimento da "campanha".

b. Identificar a origem dos anúncios, verificando o(s) responsável(is) pelas despesas. No caso de familiares, averiguar se // dispõem de recursos para arcar com esse ônus.

c. Acompanhar, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, a atuação de políticos do grupo dos "Autênticos", referentes / ao assunto. Acompanhar também a participação de religiosos.

. . . . . .

EX – 6ª. DE – 6º. GAC – 2ª SECÇÃO

Movimento de Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações.

A origem da luta pelos direitos humanos no Brasil remonta, principalmente, a partir da metade da década de 1960. Alas progressistas das Igrejas católica e protestante tinham forte presença de atuação na denúncia contra a tortura sofrida pelos presos políticos, além da participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Já a partir de 1975, no contexto de "abertura política lenta, segura e gradual" instaurada pela ditadura civil-militar, houve a intensificação da luta pela promoção dos direitos humanos e pelo fomento da cidadania. Também era o momento da Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, bandeira dos mais variados movimentos sociais que (re)surgiram nesse período. Havia também o apoio às greves sindicais, à revogação da Lei de Segurança Nacional e à busca dos desaparecidos políticos. Diversas entidades começaram a inserir a preocupação dos direitos humanos nas suas pautas, destacadamente as Igrejas católica e protestante, OAB, ABI, intelectuais, artistas e setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No período da redemocratização, a luta por direitos foi ampliada, expandindo-se para os segmentos marginalizados da população. A luta pelos direitos fundamentais da cidadã e do cidadão – saúde, educação, trabalho, moradia – tomou a frente das reivindicações dos movimentos dos direitos humanos.

Fundado oficialmente em março de 1979, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) do Rio Grande do Sul foi responsável pela proteção de centenas de estrangeiros que vinham solicitar asilo político no Brasil, atuando em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No âmbito da Assembleia Legislativa, foi criada a primeira Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Brasil, em junho de 1980. Formou-se, em grande parte, em virtude da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada no caso do "sequestro dos uruguaios em Porto Alegre" não ter apontado responsáveis, alegando falta de provas, e também como um resultado da pressão da sociedade civil organizada. A Comissão teve como missão inicial garantir os direitos civis e políticos violados pela ditadura civil-militar.

Documentos

Cartaz, de Delegacia de Polícia de Nova Prata, informando sobre a presença de um cartaz contendo críticas aos governos uruguaio e brasileiro, e também discorrendo sobre Flávia Schilling, presa no Uruguai, que estava afixado junto a entrada de um cinema de Nova Prata. “s.d”., s.d. SOPS/LV-1.6.2623.28.10

Informe confidencial nº 81/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS para DRP’s, 2ª DIPOL e s/DP’s, comunicando a criação de centros e associações de defesa dos direitos humanos em paróquias dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Porto Alegre, 2 de agosto de 1976. SOPS/RG-1.3.973.10.4 / SOPS/CS-1.3.2933.35.10/2

Pedido de busca confidencial nº 119/76-SI/DPF/RG, de APA/SNI para DELEX/DPF/RG-6º, GAC-6º, BPM e SOPS/RG, solicitando a remessa de dados sobre a criação de centro e associações de defesa dos direitos humanos em paróquias dos municípios do Rio de Janeiro. Rio Grande, 10 de setembro de 1976. SOPS/RG-1.3.975.10.4

Circular nº 81/76, de Chefe da SOPS para Delegado de Polícia, encaminhando, para que sejam tomadas as devidas providências. Informe nº 81/76/DBCI/DOPS/RS, de DOPS/RS, comunicando o surgimento de “centros e associações de defesa de direitos humanos” no país, citando, como exemplo, o criado na sede da Arquidiocese da Paraíba. Lagoa Vermelha, 17 de setembro de 1976. Porto Alegre, 2 de agosto de 1976. SOPS/LV-1.-.417.4.2/2 / SOPS/CS-1.3.2930.35.10

Pedido de busca confidencial nº 29/77, de DOPS/RS para DRP’s, 2ª Dipol e S/DP’s, informando realização de encontros de “Não-Violência” nos municípios de São Paulo e João Pessoa, sendo a pauta do encontro a articulação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, solicitando levantamento de participantes do Rio Grande do Sul e acompanhamento do evento. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1977. SOPS/CS-1.-.437.5.2

Circular confidencial nº 11/77, de Chefe da SOPS de Lagoa Vermelha para Delegado de Polícia, para dar conhecimento e para que sejam tomadas as devidas providências. Pedido de busca nº 29/77/DOPS/RS, solicitando o levantamento de dados das pessoas do estado do Rio Grande do Sul que possam vir a participar dos encontros, em São Paulo e João Pessoa, do Movimento de

Não Violência e da “Articulação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos”. Lagoa Vermelha, 8 de março de 1977. SOPS/LV-1.-.426.5.2 / SOPS/CS-1.-.437.5.2

Pedido de busca confidencial nº 008-S/2-79, de 29º Grupo de Artilharia de Campanha para DP’s de Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Pejuçara, solicitando informar se existem nas áreas policiais os seguintes movimentos contestatórios: Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comitê de Imprensa pela Anistia, Movimento de Artistas Pró-Anistia, Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão, Centro Brasileiro Democrático e Movimento Negro contra a Discriminação Racial. Cruz Alta, 25 de junho de 1979. SOPS/CA-1.3.61.4.1

Resumo diário de informações (tarde), de Departamento Central de Informações/DCI, desmentindo as alegações feitas por supostos terroristas e pela imprensa internacional sobre torturas realizadas pelos órgãos de segurança no país, e informando que estão sendo organizadas no país campanhas em “defesa dos direitos humanos”. “s.d.”, 3 de julho de 1979. SOPS/E-1.-.18.1.1/6

DOPS/RG-1.3.973.10.4

PROTOCOLADO N. 637
Lv. nº 02 Fl. 95
Em 14 / 09 / 76
Esc. Pol.

C O N F I D E N C I A L

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 02/agosto/76

ASSUNTO : CENTROS E ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRP'S, 2ª DIPOL e S/DP'S

INFORME Nº 81/76/DBCI/DOPS/RS:

1 - A exemplo de JOÃO PESSOA/PB, sede da Arquidiocese da PARAÍBA, cujo titular é D. JOSÉ MARIA PIRES, estariam surgindo em paróquias dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, pregações de vigários no sentido da criação de "CENTROS E ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS". Tais instituições somente congregariam leigos, de todas as classes sociais, especialmente nos centros populacionais e nas zonas chamadas rurais.

2 - Este Departamento apreciaria receber outros dados, porventura existentes, sobre o assunto.

3.03
4.06
3.12

C O N F I D E N C I A L

SOPS/E - 1.-.18.1.1

62 — 265

E 16 07 1979

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO CENTRAL DE INFORMAÇÕES

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO DIÁRIO DE INFORMAÇÕES
(TARDE)

DATA: 03 JUL 79

1) CAMPO PSICOSSOCIAL

Subversão:

- TERRORISMO E"TORTURA" -

Paradoxalmente, os terroristas, que introduziram no Brasil os piores atos de violência, até então desconhecidos, contra a indefesa população, praticando assaltos, roubos, assassinatos, raptos, seqüestros, incêndios, atos de sabotagem e lançamento de bombas, são aqueles que mais procuram, hoje, principalmente junto ao povo e autoridades, fazer crer ser o nosso País onde se pratica maior número e as mais cruéis torturas nos subversivos que caíram nas malhas da Lei.

Aqui teriam sido introduzidos, segundo eles propalam, até inovações com requintes de maldade e selvageria, inéditos na história deste triste episódio.

A propaganda atualmente feita no Brasil e no exterior, através da imprensa contaminada de comunistas - jornais e revistas de grande circulação e pseudas cartas de presos, apócrifas - tem provocado escândalo nacional e internacional, exigindo inclusive, a intervenção de elementos da ONU a fim de fiscalizar as prisões brasileiras a fim de por paradeiro às "maldades" que estariam sendo aqui praticadas.

Estão sendo organizadas no País campanhas em "defesa dos direitos humanos", cuja a finalidade é apenas intimidar os Órgãos de Segurança. As "vítimas", isto é, os acusados de terrorismo, juram, de pés juntos, serem inocentes dos atos de puro banditismo que perpetraram, contra, na sua maioria, pessoas inocentes. Artigos sobre torturas, acusando policiais que inflingiriam bestial tratamento a presos e marginais, são diariamente publicados nos jornais, nos quais são defendidos esses anormais como reivindicadores, pobres inocentes, vítimas da repressão, etc..., relatando atrocidades as mais cruéis praticadas nas prisões, fatos que facilmente podem ser desmentidos pela simples visão dos detidos, quando interrogados nas Cortes de Justiça. É digno de menção que todos os terroristas

SOPS/E-1.-.18.1.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

Continuação do RESUMO DIÁRIO DE INFORMAÇÕES - TARDE - 03 JUL 79 -Fl.

presos têm advogados de defesa, às vezes até mais de um, e a visita constante de seus parentes e familiares, o que representa um movimento contínuo de vai e vem nos presídios. Isto, evidentemente, não daria tempo nem oportunidade para as tão propaladas "torturas nazistas."

Aliás, diga-se de passagem, teriam os terroristas mais vantagem com o silêncio da imprensa. A publicidade infamante não ajuda as pseudo-vítimas, pois justamente o fato de as autoridades permitirem esta inusitada prática, antes fala a favor de um poder estatal, legal e democraticamente constituído, tão forte que não teme e nem precisa temer interferências estranhas quando se trata de reprimir e processar inimigos confessos da Lei e da Ordem.

É também interessante ressaltar que sempre, as pseudo-vítimas não são honestos cidadãos mas sim elementos marginais que têm na consciência inúmeros crimes, tais como homicídios, estupros, assaltos, seqüestros e toda a sorte de violência e anarquia.

Para se avaliar os exageros da inverossimilhança e dos absurdos de tais notícias, ai vão algumas resumidas.

Jovens universitárias, completamente despidas, teriam recebido surras, aplicadas com cinturões, manejados por elementos que se revezariam, até obterem a confissão das acusadas, além de choques e pauladas nos órgãos genitais.

Presos desnudos teriam sido encerrados em calabouços escuros, cheios de cobras venenosas, a fim de serem por elas picados. Outros seriam entregues à sanha de ratazanas esfomeadas.

Um certo militar, encarregar-se-ia, pessoalmente, de ameaçar os detidos de serem devorados por um crocodilo cuidadosamente mantido em reservatório para esse fim.

Além de empregar torturas já conhecidas - sevícias, descargas elétricas, privações de toda sorte - cada órgão de Segurança, cada cidade do Brasil teria as suas técnicas próprias.

Em Niterói seriam as cobras venenosas. Belo Horizonte celebrizou-se pelas ratazanas esfomeadas. Em São Paulo os especialistas teriam inventado uma nova técnica, denominada a mesa de operações. O detido, colocado numa mesa, de ventre para baixo, seria dissecado a bisturi, até os ossos.

SOPS/E - 1. - .13.1.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – CENTRAL DE INFORMAÇÕES

Continuação do RESUMO DIÁRIO DE INFORMAÇÕES - TARDE - 03 JUL 79 -Fl

leto, acompanhado de choques e surras monstruosas.

Um dos torturados (publica L'Express, de Paris), teria sido colocado no "pau-de-arara". Gritava incessantemente e, para abafar-lhe os gritos, foi ligado o rádio, que no momento retransmitia uma missa.

Não parariam ai os nossos torturadores: Existiria uma hierarquia na aplicação das torturas, para mais ou para menos, conforme se tratasse de um preto ou branco, de um estudante ou operário.

É profundamente lamentável que se procure denegrir o nosso País, acusando as nossas autoridades de empregarem processos condenáveis e o nosso povo de tolerar práticas desumanas.

Até bem pouco era o genocídio praticado contra os nossos índios.

Agora, seriam utilizados cobras e crocodilos para novas e requintadas formas de torturas. Não necessitam Jean Paul Sartre e seus comparsas de se apiedarem e muito menos promover subscrições internacionais para a proteção e manutenção dos terroristas. Serão eles, certamente, tratados devidamente, punidos como merecem, de acordo com as nossas leis e de acordo com os princípios humanitários que sempre inspiraram os brasileiros.

Não só eles, como também os que ficaram inválidos pela sua ação criminosa e as famílias dos que tombaram heroicamente na defesa da sociedade e da Pátria, serão assistidos, tratados e amparados como merecem.

Pena é que as vítimas dos terroristas não tenham merecido o mesmo zelo e compaixão revelados em favor destes.

Aliás, seria conveniente ressaltar o seguinte documento elaborado por um terrorista que cumpriu pena no presídio Jacui/RS:

"A exploração das torturas coincide com nosso interesse, pois "capitaliza" a simpatia da massa popular. O terrorista não se surpreende - a indignação pública que provoca tem caráter político -, pois as mortes e ferimentos que ele causa são divulgadas amplamente e fazem com que perca a simpatia da população, enquanto que as pressões que os interrogadores utilizam, sem as quais nunca obteriam confissões, também causariam antipatia e são resguardadas do conhecimento do povo em geral. Fica caracterizada, assim, a enor-

Grupo dos Onze

Os “grupos dos onze” foram organizados em 1963, oriundos da mobilização popular liderada por Leonel Brizola, na época deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pelo estado da Guanabara, a fim de que as Reformas de Base fossem realizadas. Tais reformas se constituíam na principal bandeira política do governo João Goulart, englobando as esferas agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e universitária. Para tanto, esses vários grupos de “onze companheiros” deveriam pressionar o Congresso e o presidente João Goulart para a implementação das modificações visadas pelas Reformas de Base. Inicialmente, Leonel Brizola iria organizar grupos de cinco pessoas, mas mudou de ideia por considerar que onze seria um número melhor, em alusão aos onze jogadores de um time de futebol.

Estima-se que milhares de “grupos dos onze” teriam sido criados em todo o território brasileiro. Cabe destacar que os “grupos dos onze” não eram agrupações guerrilheiras, mas, sim, grupos de pressão às Reformas de Base. Possuíam uma orientação de defesa da legalidade, caso os setores conservadores arquitetassem um golpe contra a democracia. Inclusive, esses setores utilizaram-se muito desses grupos de pressão para fomentar a campanha anticomunista estabelecida contra o presidente João Goulart.

No Rio Grande do Sul, a presença dos “grupos dos onze” era muito forte. Há muita documentação da polícia política no imediato pós-golpe referente à busca, tomada de depoimentos e interrogatórios das pessoas que integravam essas células, destacadamente na região noroeste do Estado. A maioria dos integrantes eram pequenos agricultores com pouca escolaridade.

Presos e interrogados já em março/abril de 1964, muitos dos componentes dos “grupos dos onze” foram torturados, em busca da entrega de listas nominais de seus integrantes e também do paradeiro dos demais companheiros. Esse foi o caso de Leopoldo Chiapetti, preso pela Polícia Militar na cidade gaúcha de Mariano Moro, no dia 30 de abril de 1964, acusado de participar do “grupo dos onze” e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Durante as mais de três semanas em que ficou preso, sofreu torturas físicas e psicológicas e, quando foi posto em liberdade, Leopoldo Chiapetti continuou sendo obrigado a comparecer semanalmente à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados”. Veio a falecer um ano depois, em 21 de maio de 1965, em decorrência das torturas infligidas contra ele, conforme averiguações da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão Nacional da Verdade.

Documentos

Dossiê nº 04/64, da 11ª Região Policial, sobre Leopardo Ribeiro Santana e Deoclides Pereira dos Santos, supostos integrantes do "grupo dos onze", enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 17 de abril de 1964. SOPS/E-1.2.93.3.1/98

Dossiê nº 07/64, da 11ª Região Policial, sobre Heraclides de Azevedo, Italo Baccin e outros, supostos integrantes do "grupo dos onze", enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 18 de abril de 1964. SOPS/E-1.2.94.3.1/21 / SOPS/E-1.2.95.3.1/4

Dossiê nº 05/64, da 11ª Região Policial, sobre Jofre Lourau, Leopoldo Chiapetti e Hemulth Pedro Nottar, supostos integrantes do "grupo dos onze", enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 28 de abril de 1964. SOPS/E-1.2.98.3.1/36

Dossiê nº 08/64, da 11ª Região Policial, sobre Adalberto Moresco, Antônio Siqueira Cortês, Pedro Pinho Mendes, Teofilo Rossman, Lido Armando Oltramari, Hilario Fernando Oltramari, Arthur Rigotti, Carlos Colonesi, Walter Luiz Moro, Gentil Fernando Folador e Zelindo Olivo Remonatto, supostos integrantes do "grupo dos onze", enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 28 de abril de 1964. SOPS/E-1.2.97.3.1/10 / SOPS/E-1.2.99.4.1/44

Dossiê da 11ª Região Policial, contendo ofícios, relatórios, termos de declaração, autos de qualificação, informações sobre vida pregressa e lista de supostos integrantes dos "grupos dos onze" de Erechim e municípios pertencentes a esta Região Policial. Obs. Constam mais de 150 nomes de pessoas que estariam envolvidas com os "grupos dos onze". Erechim, abril e maio de 1964. SOPS/E-1.2.92.3.1/70

Dossiê nº 10/64, da 11ª Região Policial, sobre Waldomiro Sutil dos Anjos, Bonifácio de Mattos, Osmar dos Santos Rocha, Pedro Moises, Baldomiro Rosa, Frutuoso de Moura Brizola e Eloy Lenzin, supostos integrantes do "grupo dos onze", enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 6 de maio de 1964. SOPS/E-1.2.100.4.1

Dossiê nº 10/64, da 11ª Região Policial, sobre Waldomiro Sutil dos Anjos, Bonifácio de Mattos, Osmar dos Santos Rocha, Pedro Moises, Baldomiro Rosa, Frutuoso de Moura Brizola e Eloy Len-

zin, supostos integrantes do “grupo dos onze”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 6 de maio de 1964. SOPS/E-1.2.100.4.1/42

Dossiê nº 13/64, da 11ª Região Policial, sobre Arquimino Assmann e Arthur Assmann, supostos integrantes do “grupo dos onze”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 6 de maio de 1964. SOPS/E-1.2.102.4.1/20

Dossiê nº 09/64, da 11ª Região Policial, sobre Manoel Arlindo de Vargas, Alfonso José de Vargas, Gildo Luiz de Vargas, João Kielbovicz, Antônio Bandurka, Vadislau Kolba, Adão da Silva, Antônio Borkovski, Elvira Borkovski, Helena Borkovski, Natalia Borkovski e Braulino Garcia, supostos integrantes do “grupo dos onze”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Erechim, 14 de maio de 1964. SOPS/E-1.2.103.4.1/19

Dossiê nº 1/64, da Delegacia de Polícia de Sananduva, sobre Dorvalino Lunardi, João Pivoezan, Vitório Debarba, Eduardo Pedro Sinigalia, João Polesello, José Pasqualotto, Geraldo Menon Sobrinho, Plínio Crestani, Pedro Avelino Crestani, Antônio Belin, Mário de Lorenzo e João Polentz, supostos integrantes do “grupo dos onze”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Sananduva, 7 de julho de 1964. SOPS/E-1.2.106.4.1/29

Ofício nº 403/64, da Delegacia Regional de Polícia de Erechim para Subchefe de Polícia de Porto Alegre, relatando a verificação de cumplicidade do agente policial Heraclides de Azevedo na constituição dos chamados “grupos dos onze”. Obs. Anexos com as declarações de Heraclides de Azevedo e outros. Erechim, 21 de agosto de 1964. SOPS/E-1.2.107.4.1/7

Ofício nº 84/64, de Substituto do Delegado para Delegado Regional de Polícia, remetendo cópia do Relatório de Informações nº 1/64, enviado ao DOPS, sobre a relação dos elementos esquerdistas (brizolistas), muitos deles integrantes dos grupos dos onze, dentre outros assuntos. Erval Grande, 9 de novembro de 1964. SOPS/E-1.2.108.4.1/3

Cópia autêntica de acusação do Ministério Público Militar – 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, apresentando denúncia de integrarem os “grupos dos onze” as seguintes pessoas: Raul José de Campos, Clovis Ponzi, Nelson Padin de Abreu, Guilherme Antonio Lenzi, Lauro Pimentel, Stevan Malinoski, Eudes Pedro Guiotto, José Luiz Stein, Orlando Nachi, Alfeu José Letti, Wandir José

Carlotto, Arlindo ou Armindo Lourenço Bonaldi, Orlando Gomes de Oliveira, Pedro Manoel de Freitas, Bento Fernandes Martins, Osvano Teixeira, Henrique Henkin, Racy Chies e Ney de Moura Calixto. Consta, também, termo de inquirição das testemunhas Américo Claudino Gelain, Nilo Lottici e Assis Bernardon. São José do Ouro, 8 de janeiro de 1967. SOPS/LV-1.2.889.10.4/3

Ofício nº 39/68, de Inspetor Responsável para Delegado Regional de Polícia de Lagoa Vermelha, encaminhando as declarações de José Telles de Miranda e de Alexandre Domingues Brasil, sobre a formação dos "grupos dos onze" e seus chefes. Barracão, 21 de agosto de 1968. SOPS/LV-1.2.962.11.4/3

Informação nº 12/71, de SOPS/15ª DRP para DBCI/DOPS, comunicando sobre Manoel Mendes de Araújo ter sido credenciado pelo jornal Zero Hora e Rádio e Televisão Gaúcha como correspondente da região, e informando seu histórico: esquerda radical, agitador de grande influência e participação ativa nos movimentos camponeses de formação dos "grupos dos onze". Lagoa Vermelha, 30 de novembro de 1971. SOPS/LV-1.2.1075.12.5

Circular nº 25/81, de SOPS/DRP para Delegado de Polícia, solicitando apuração sobre os indícios de reorganização do "grupo dos onze" em vários municípios do Rio Grande do Sul. Lagoa Vermelha, 29 de maio de 1981. SOPS/LV-1.2.1676.19.7

Ofício nº 81/81, de Inspetor de Polícia para Delegado de Polícia, Chefe da SAE/15ª DRP, informando, em resposta à Circular nº 25/81, não haver indícios da reorganização do "grupo dos onze" no município. Barracão, 24 de junho de 1981. SOPS/LV-1.2.1681.19.7

DOPS/E - 1.2. 98.3.1

Secretaria de Segurança Pública
Departamento de Polícia Civil
11ª Delegacia Regional de Polícia
EREXIM Estado do R. G. do Sul

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE POLÍCIA DE EREXIM RGS DELEGACIA REGIONAL

AUTO DE QUALIFICAÇÃO

Aos 30 dia s do mês de abril, do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de EREXIM RGS do Estado do Rio Grande do Sul, no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, presentes o senhor CARLOS SEABRA REVERBEL. Delegado, REGIONAL DE POLÍCIA comigo, SANTO SEVERO DOS SANTOS, escrivão de seu cargo, compareceu o indiciado LEOPOLDO CHIAPETTI, de côr BRANCA, a quem a autoridade fêz as seguintes perguntas:

Qual o seu nome? LEOPOLDO CHIAPETTI
Qual a sua idade? 57 anos
Qual o seu estado civil? Casado
Qual a sua filiação? Jacob Chiapetti
e de Serena Chiapetti
Qual a sua profissão? Agricultor
Qual a sua nacionalidade e naturalidade? Brasileiro - Garibaldi RGS

Qual a sua instrução? Ler e escrever
Qual a sua religião? Católica
Qual a sua residência? Erexim RGS

Nada mais havendo mandou a autoridade encerrar êste auto que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Mão direita

Mão esquerda

Delegado Regional de Polícia Carlos Seabra Reverbel
Declarante Leopoldo Chiapetti
Escrivão de Polícia

SOPS/LV - 1.2.1676.19.7

15ª REGIÃO POLICIAL
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
S.O.P.S./ D.R.P.

I
81
29 05 81
127 -

CIRCULAR Nº 25/81
// JCA //*********

Lagoa Vermelha, 29 de maio de 1981.

Senhor Delegado:

Para conhecimento de Vossa Senhoria, e providências do teor abaixo:

DADOS SOLICITADOS:
Há indícios de reorganização do " GRUPO DOS ONZE" em vários municípios do Rio Grande do Sul.

DADOS SOLICITADOS:
Solicita-se informar esta D.R.P., sobre o que for apurado.

" ASSUNTO DE ALTA GRAVIDADE "

OBS: Este P.B. deverá permanecer em aberto, sendo que qualquer indício a respeito do assunto deverá ser imediatamente comunicado.

AO ILMO SENHOR
DELEGADO DE POLÍCIA DE:
ARQUIVO /RS.

Grupo dos onze

Ordens e Instruções

A informação foi elemento essencial para a execução da engrenagem repressiva instalada pela ditadura civil-militar brasileira. A coleta e o armazenamento de informações eram percebidos como instrumento de controle social, sendo que essas atividades se confundiam com a "segurança nacional", justificando, dessa forma, qualquer ato cometido em seu nome.

Para os militares, o "combate ao comunismo" se daria em todos os espectros: social, político, econômico, cultural, militar e psicossocial. Este último consistia em certos segmentos da vida social, tais como religião (atuação política do clero), educação, opinião pública (repercussão de noticiários televisivos), sindicalismo, habitação, condições de trabalho, situação fundiária e segurança.

Assim, a violência, antes de ser repressiva passava a ser preventiva. Para a Doutrina de Segurança Nacional, todo e qualquer cidadão era passível de ser alguém que se opusesse contra o regime; antes de atuarem, já deveriam estar sendo vigiados e monitorados.

Todas essas ações promovidas pelas ditaduras, e que tiveram no terror a sua própria lógica de funcionamento, levaram à permanente e sistemática violação dos direitos humanos. Não foram "excessos", mas, sim, houve uma produção da cultura do terror – enquanto cultura de dominação – que normatizou a cultura da violência como a forma de perceber as relações humanas.

Importante destacar que os órgãos de informações, destacadamente em regimes de exceção, tendem a privilegiar o segredo – quando se retém intencionalmente a informação – como instrumento de poder. O produto de inteligência passa a ser definido em função da sua necessidade de segredo e proteção. Por sua vez, as relações sociais passam a ser divididas em dois grupos principais: "nós", quem retém a informação; e "eles", a quem a mesma é bloqueada.

Isso fica demonstrado no documento "Terrorismo e seus Métodos", elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, nos anos 1970, tendo por base diligências, prisões e interrogatórios realizados pelo DOPS/RS, com a finalidade de apresentar os métodos das organizações da luta armada e permitir a identificação das suas ações no país. Destaca-se uma diretriz fundamental na luta contra a "subversão", que também pode ser aplicada aos movimentos sociais: "Conhece teu inimigo, mas não deixa ele te conhecer" (SOPS/CS-4._.4697.58.17).

Documentos

Relatório intitulado “Noções de Informação no Campo Político”, de SSP, informando, em diversas seções, o porquê de as Seções Políticas existirem e as suas finalidades, focando na informação no campo político e seu papel, bem como relatando as técnicas utilizadas para a produção de informação sobre os fatos políticos. “s.d”, s.d. SOPS/L-4.-.149.13.1/9

Relatório intitulado “Sumários de Informação nos 1 (agosto), 2 (outubro) e 3 (dezembro)”, de SSP/DCI, organizando, em termos gerais, os itens nos quais cada Informação divide-se, que são, dentre outros – I Política; II – Atividades Subversivas; III – Administração Pública; IV – Economia e Finanças; V – Psicossocial; VI – Religião; VII – Assuntos Militares. “s.d”, 1967. Obs. Consta, em anexo, um quadro das eleições universitárias no interior do Estado. SOPS/LV-1.-.35.1.1/47

Relatório intitulado “Sumário de Informação nº 1/1968 – Mês de janeiro”, de SSP/DCI, comunicando variados temas que se subdividem nos itens I – Política; II – Atividades Subversivas; III – Administração Pública; IV – Economia e Finanças; V – Psicossocial e VI – Religião. “s.d”, 1968. SOPS/LV-1.-.47.1.1/4

Relatório intitulado “Sumário de Informações nº 2/68 – Mês de fevereiro”, de SSP/DCI, subdividindo-se nos itens I – Política; II – Atividades Subversivas; III – Administração Pública; IV – Economia e Finanças; V – Psicossocial e VI – Religião. “s.d”, 1968. SOPS/LV-1.-.49.1.1/8

Relatório secreto Anual de Informações – Atividades Subversivas, de Cel. Athos Cesar Baptista Teixeira, Secretário SSP/DCI, informando as atividades subversivas dos grupos Partido Operário Comunista (P.O.C.), Partido Comunista do Brasil (PcdoB), Vanguarda Popular Revolucionária (V. P. R.), Ala Vermelha do Partido Comunista, Movimento Comunista Revolucionário (M. C. R.), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (Var-Palmares), bem como de “elementos sem vinculação, constando, também, Anexo nº – Quadro geral da situação de “elementos subversivos” de diversas organizações”; Anexo n º2 – Organograma do P.O.C.; Anexo nº 3 – Organograma do PcdoB; Anexo nº 4 – Quadro da “ação anti-subversiva”. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1972. SOPS/LV-1.-.108.1.1/31 / SOPS/LV-1.2.1014.12.5

Ordem de busca nº 234/71, de DBCI/DOPS/SSP/RS para DRP’s e 1ª e 2ª Zona Policial, requisitando que todas as Delegacias de Polícia informem sobre qualquer fato relativo às temáticas

de “subversão, terrorismo, agitação, reuniões clandestinas, movimento de políticos cassados, pessoas notoriamente comunistas ou contra o governo, movimento sindical, estudantil.” Porto Alegre, 15 de julho de 1971. SOPS/CS-4.-.4696.58.17

Circular nº 153/71 / Ordem de busca nº 648/71, de Delegado Regional de Polícia da 20ª RP para DP’s da região, solicitando a verificação de professores afetados por Atos Institucionais lecionando em instituições públicas e privadas, bem como casos de “desvirtuação” das matérias escolares em atividades como gincanas, onde ocorreram aulas de “Educação Sexual”, que estariam acarretando grande prejuízo à classe estudantil. Cachoeira do Sul, 3 de novembro de 1971. SOPS/CS-1.2.1536.20.5

Pedido de busca nº 309/72, de DCI/SSP, encaminhando “Levantamento de Dados”, onde constam dados sobre o “Campo Econômico”, “Campo Político”, “Setor Religioso”, “Setor Estudantil”, “Setor do Terrorismo”, “Setor de Subversão”, “Setor Racial, e solicitando informações sobre os referidos grupos e aos questionamentos também encaminhados. “s.d”, 11 de outubro de 1972. SOPS/LV-1.-.188.2.1

Pedido de busca confidencial nº 31/74, de 3º Grupo de Artilharia Antiaérea para 8ª e 15ª DRP’s, 10º BPM, e 8ª e 15ª Delegacias Sv. Militar, solicitando informações sobre o desaparecimento de pessoas do meio estudantil, bem como o envio da relação de desaparecidos, informando que o desaparecimento de pessoas está sendo atribuído aos órgãos de segurança Caxias do Sul, 2 de julho de 1974. SOPS/CX-4.-.215.10.1

Circular nº 227/74 – Informação nº 571/74, solicitando a vigilância em áreas universitárias, por conta da agitação no meio estudantil e da distribuição de panfletos sobre a prisão de Maria Nilde Masselani, professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC), e do metalúrgico Waldemar Rossi. Cachoeira do Sul, 27 de agosto de 1974. SOPS/CS-1.2.2244.27.7/4

Informação confidencial nº 105/76, de CIE para 8ª e 15ª DRP’s e 10º e 12º BPM, encaminhando os procedimentos a serem tomados em relação ao clero, orientando como agir nos casos de situações de pregação, ameaça à segurança interna e nos casos de flagrante delito. Caxias do Sul, 31 de agosto de 1976. SOPS/CX-4.-.218.10.1

Pedido de busca confidencial nº 78/77, de DOPS/RS para DRP’s e 2ª Divisão Policial e suas Delegacias de Polícia, comunicando a ocorrência de situação idêntica à do ano de 1968, onde as

esquerdas levaram o governo a uma situação de cerco, com a realização de manifestações, e solicitando informações referentes à formação de Frentes e de reuniões do "Grupão", relativas à atuação de militantes em organizações subversivas e no meio estudantil. Porto Alegre, 12 de abril de 1977. SOPS/E-1.2.119.5.1/2

Ofício circular nº 64/78, de Bel. Marcos Aurélio Silva Reis, Diretor do DOPS/RS para Delegados Regionais de Polícia, informando o aumento na demanda de informações por conta do ano eleitoral e da movimentação da esquerda com a sociedade, solicitando auxílio e atenção às Sessões de Ordem Política e Social da região, visando respostas em tempo hábil e atendimento com "presteza". Porto Alegre, 17 de março de 1978. SOPS/E-4.-.789.15.3

Informação confidencial nº 214/78, de DOPS/RS para DRP's e 2ª Divisão Policial, solicitando à atenção ao sigilo dos documentos bem como o rigor no cumprimento das instruções referentes à documentação. Porto Alegre, 25 de abril de 1978. SOPS/4.-.790.15.3

Pedido de busca confidencial nº 41-E/2, de II Exército para Lista A, solicitando a identificação de líderes religiosos alinhados com o movimento da Junta da Coordenação Revolucionária (JCR), além de dados relevantes que remetam à colaboração de movimentos de esquerda com setores do clero, requisitando o acompanhamento de atividades possivelmente relacionadas a esse movimento. Pelotas, 21 de maio de 1978. SOPS/RG-4.-.1367.19.5/3

Relatório intitulado "Resumo diário de informações", de DCI para Lista A, discorrendo sobre o tema da tortura e do terrorismo, esclarecendo que há uma campanha no Brasil, e da mídia internacional, reivindicando os direitos humanos para os "terroristas", e alegando que não existe um sistema de tortura no Brasil com os presos, bem como indexando carta da organização VAR-Palmares, e argumentando, por fim, que o Estado tinha um "desafio" de combate à violencia, e que os órgãos de informação estavam defasados, emas que agora o Sistema de Segurança está eficiente e protegendo os cidadãos. "s.d", 3 de julho de 1979. SOPS/L-4.-.152.13.1/63

Informe nº 001-S/2, de III Exército para DPF/RF, 6º BPM, 7ª DRP e Capitania dos Portos, informando sobre a organização de esquema para a identificação de agentes dos órgãos de segurança, com atuação do movimento estudantil em conjunto com o Comitê Brasileiro pela Anistia. Rio Grande, 26 de fevereiro de 1980. SOPS/RG-4.-.1369.19.5

Portaria, de Idalino Demoliner, Delegado de Polícia de Cidreira, fixando os locais de reunião dos cidadãos no município de Cidreira, visando garantir a segurança em relação ao evento. Cidreira, 24 de março de 1980. SOPS/O-4.-.426.15.2/2

Portaria nº 02/80, de Bel. Homero dos Santos Campão, Delegado de Polícia de Capão da Canoa, fixando os locais de reunião dos cidadãos no município de Capão da Canoa e demais distritos, visando garantir a segurança em relação ao evento. Capão da Canoa, 13 de junho de 1980. SOPS/O-4.-.427.15.2/2

Portaria nº 11/80, de Bel. Danilo Martins Barcellos, Delegado de Polícia de Pinhal, fixando os locais de reunião dos cidadãos no município de Pinhal e demais distritos, visando garantir a segurança em relação ao evento. Pinhal, 16 de junho de 1980. SOPS/O-4.-.428.15.2/2

Portaria nº 08/80, de Nilmar Azambuja Caldas, Delegado da DP de Mostardas, fixando os locais de reunião dos cidadãos no município de Mostardas, visando garantir a segurança em relação ao evento. Mostardas, 18 de junho de 1980. SOPS/O-4.-.429.15.2

Pedido de busca confidencial nº 073/80, de DOPS/RS para DRP's, solicitando informações sobre as atividades realizadas na VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), referentes a manifestações contra a Lei de Segurança Nacional. Porto Alegre, 30 de julho de 1980. SOPS/CS-1.2.2852.34.9

Pedido de busca confidencial nº 175/80, de DOPS/RS para DRP's, solicitando acompanhamento de surgimento de novas entidades políticas, associações, grupos de ação que atuam na luta contra a ditadura, "levando o povo a acreditar que a solução dos problemas seria a mudança radical do regime". Porto Alegre, 5 de dezembro de 1980. SOPS/CS-1.-.556.7.2

Informe confidencial nº 367/80, de DOPS/RS para 19ª DRP – Dr. João José Angonese, encaminhando o novo sistema de mensagens que será utilizado para a comunicação com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), instruindo como decifrar as mensagens e realizar a comunicação pelo sistema codificado. Porto Alegre, 10 de dezembro de 1980. SOPS/L-4.-.154.13.1/8

Circular nº 51/80 – Pedido de busca confidencial nº 174/80, de DOPS/RS para DP's Jurisdicionadas, informando sobre a existência de diversas entidades e grupos atuando em diferentes áreas, visando à infiltração de "elementos" de esquerda no governo e "preparando o povo psicologicamente" para uma mudança de regime e à contestação às medidas do governo, demandando que tais entidades e os nelas envolvidos estejam na "comunidade de informações", mantendo a Delegacia Regional de Polícia informada de qualquer fato relevante. Lagoa Vermelha, 16 de dezembro de 1980. SOPS/LV-1.-.497.5.2 / SOPS/CS-1.-.556.7.2

SOPS/OS-1.-.198.3.1

CONFIDENCIAL

5.468

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Segurança Pública
Administração Superior
Departamento Central de Informações

Pôrto Alegre, 11 OUT 72

POLÍTICO

Ao enc. de SOPS, para atender
Em 27.10.72

1. Assunto: LEVANTAMENTO DE DADOS
2. Origem: DCI/SSP/RS
3. Avaliação:
4. Difusão: 20ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CACHOEIRA DO SUL
5. Referência:
6. Difusão desde a origem:
7. Anexo: PEDIDO DE BUSCA N.º 309/72 /DCI/SSP/RS

937

PROTOCOLADO LIVO. N.º 2
FLS. N.º 35
Em 26/10/72

1 - DADOS CONHECIDOS:

1.1 - NO CAMPO ECONÔMICO:

1.1.1 - O Rio Grande do Sul até há alguns anos foi considerado como o "Celeiro do Brasil".

Atualmente os empresários e, principalmente, o Governo tratam de fomentar a pesquisa de novas fontes de riquezas bem como amparar a industrialização, criando novas plantas industriais e reformulando as antigas, visando o progresso do Estado.

1.1.2 - As indústrias, no entanto, para que funcionem eficiente e economicamente tem primordial necessidade de matérias primas de origem mineral, vegetal e animal que possam ser produzidas ou manufaturadas em moldes competitivos dentro e fora do País, incluindo fontes de energia e turismo.

1.2 - NO CAMPO POLÍTICO:

1.2.1 - A Revolução de 1964 introduziu no país novas metas visando afastar velhos conceitos e costumes, julgados inerentes à Política e aos Políticos, eivados de vícios e interpretações duvidosas, emperrando o andamento da administração em todas as áreas, Municipal, Estadual e Federal.

1.2.2 - Entretanto, persistem algumas irregularida

CONFIDENCIAL - cont. à fls. 2 -

(83)

CONFIDENCIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SOPS/CS - 1.-.198.3.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72 /DCI/SSP/RS.

des, quer por ignorância, quer por rebeldia aos preceitos introduzidos na área dos partidos e na área administrativa.

1.3 - NO SETOR RELIGIOSO:

1.3.1 - As atividades por parte do clero, no RGS, tem merecido especial atenção, pois é sabido que o mesmo esteve sempre presente junto ao povo, influenciando-o de uma ou de outra maneira.

1.3.2 - Os religiosos vem se colocando historicamente à frente dos movimentos progressistas.

1.3.3 - É sabido que a influência do clero na política gaúcha aumenta progressivamente, e que são promovidos congressos cujos temas abordados são: Militarismo, Problemas Econômicos, Operários, Falhas Governamentais e outros.

1.3.4 - Muitos desses religiosos adotam linha política contrária a do Governo, participando de organizações subversivas.

1.4 - NO SETOR ESTUDANTIL

1.4.1 - É sabido que a situação política na área estudantil encontra-se calma. O franco desenvolvimento das lideranças democráticas no Estado, ocasiona a clandestinidade por parte dos líderes esquerdistas.

1.4.2 - Porém, se por um lado existem promoções visando integrar o estudante gaúcho no esforço do Governo na luta pelo desenvolvimento, por outro sabe-se que ocorre a evolução e a proliferação de grupos totalmente clandestinos, perigosos em termos de movimento estudantil a longo prazo.

1.4.3 - Sabe-se também do importante papel que representa o estudante em termos de desenvolvimento para a nação, e o problema que acarretaria a formação desses grupos de pressão, que atuam contrariamente à consecução e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

SOPS/CS-1.-.198.3.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72/DCI/SSP/RS.

nais.

1.5 - NO SETOR DO TERRORISMO:

1.5.1 - Os grupos terroristas, para conseguirem seus objetivos, precisam de elementos para comporem seus quadros. Entretanto, para esta complementação é necessário que haja uma doutrinação e esta é feita no setor estudantil, no setor operário e no setor rural.

1.5.2 - Uma das armas usadas pela esquerda, a fim de voltar a atenção para sua causa, é a propaganda, podendo ser feita através de estudos, ministrados por elementos do grupo.

1.6 - NO SETOR DA SUBVERSÃO:

1.6.1 - Para a consecução dos Objetivos Nacionais, o Governo necessita de equilíbrio em todos os setores do País, particularmente na prevenção e repressão aos antagonismos, pressão e qualquer forma de subversão da ordem pública vigente.

1.6.2 - Podem ser formas de pressões a corrupção, o tráfico de influências, o domínio econômico, a intraquilidade estudantil, o tráfico e o uso de tóxicos, as greves, a intranquilidade do trabalhador, as manifestações populares, os movimentos intelectuais e artísticos, os comícios políticos, as lutas partidárias, as atividades religiosas, o terrorismo urbano, a luta armada no campo, os grupos armados na cidade, os atentados e os seqüestros, os boatos difamatórios à administração pública, além de outras formas ostensivas ou clandestinas de subversão, bem como o não cumprimento das leis vigentes.

1.7 - NO SETOR RACIAL:

1.7.1 - Algumas comunidades descendentes de alienígenas conservam nítidas características estrangeiras. Assim é que em várias atividades sociais e religiosas, quando não o próprio aprendizado cultural e profissional é feito com o emprego de idiomas alienígenas. Não raro, observa-se a predominância de uma política ve

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

CONFIDENCIAL

Cód. 7-90-18

- cont fls 4 -

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SOPS/CS - 1.-, 103.3.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72/DCI/SSP/RS.

lada de proteção a determinados grupos étnico-raciais ou religiosos.

1.8 - Tendo em vista o entrave que tais atitudes - representam para a Integração Nacional, este Departamento pede a - atenção dessa Agência, para os seguintes:

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 - NO CAMPO ECONÔMICO:

2.1.1 - Há rumores ou existência comprovada de - de matérias primas não pesquisadas ou inaproveitadas nessa área, tanto de origem mineral, como vegetal ou animal, considerando-se ainda as fontes de energia ou turismo?

2.1.2 - Quais são e a que se deve a falta de - aproveitamento dos recursos naturais definidos no ítem 1?

2.1.3 - Quais as deficiências da área quanto a energia, comunicações, vias de acesso e mão de obra disponível que - reflitam diretamente no seu não aproveitamento?

2.1.4 - Há agentes poluidores do ar ou da água - nessa área?

2.2 - NO CAMPO POLÍTICO:

2.2.1 - A política praticada na área está tendendo aos conceitos de situação e oposição ou há movimentações políticas apartidárias ou, ainda, influências remanescentes dos antigos - partidos?

2.2.2 - Há nos municípios considerados dessa - área interferência destrutiva, demagógica ou protecionista de política ou políticos nos atos da Administração Municipal?

2.2.3 - Há interferência ou penetração (em base eleitoral) na política local de políticos das áreas Estadual ou Federal? (Deputados Estaduais ou Federais, Senadores, Governadores, etc,

Odd. 7-90-10

- cont fls 5 -

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SOPS/OS - 1.-.198.8.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72/DCI/SSP/RS.

exercendo ou não o cargo. Descrever seus partidos, tipo de atuação e sua aceitação pelo eleitorado e diretórios).

2.2.4 - A política local tem sido bem aceita pelo eleitor e pelo povo em geral ou a política está restrita a alguns grupos?

2.2.5 - Quais as causas determinantes da não participação, se for o caso ? (Pouca difusão partidária, pouca atividade dos homens da política, pouco interesse em que o povo participe,etc)

2.2.6 - Quais os elementos mais conhecidos na área que trabalham com a política, embora não participando de diretórios, quais os candidatos que normalmente são apoiados por eles e qual sua preferência ou filiação partidária?

2.3 - NO SETOR RELIGIOSO:

2.3.1 - Existe por parte do clero, manifestação de doutrinar negativamente o povo?

2.3.1.1 - Em caso positivo determinar:

a) A profundidade dessa doutrinação;
b) Principais focos da doutrinação;
c) Origem e principais áreas de incidência;
d) Meios usados para a doutrinação;
e) Possíveis consequências atuais ou futuras.

2.4 - SETOR ESTUDANTIL:

2.4.1 - Existem no meio estudantil movimentos de formação de grupos de pressão?

2.4.1.1 - Caso positivo,determinar:

a) Identificação, qualificação e antecedentes porventura existentes dos líderes e levantamento numérico dos adeptos;

- cont fls 6 -

Cód. T-90-18

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SOPS/cs - 1. - 198.3.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72/DCI/SSP/RS.

b) Principais focos de formação e principais - áreas de incidência;

c) Meios usados para a formação desses grupos;

d) Origem e grau de profundidade desses grupos no meio estudantil.

2.5 - NO SETOR TERRORISMO:

2.5.1 - Há infiltração de elementos de esquerda no meio estudantil, operário e rural?

2.5.1.1 - Caso positivo, informar:

a) Em que intensidade;

b) Qual o setor mais atingido;

c) Se procuram promover passeatas e agitações;

d) Se os elementos de esquerda, através do - trabalho de doutrinação, procuram pôr grupos de trabalho ou estudantil, contra os Órgãos Públicos;

2.5.2 - Identificar esses elementos, Posteriormente - remeter, para este Departamento, dados qualificativos e fotos dos - mesmos.

2.5.3 - Manter-se alerta, quanto à infiltração des - ses grupos nos setores acima mencionados.

2.5.4 - Manter este Departamento informado, sempre - que houver fatos na área, que possam tratar-se de subversão ou terrorismo.

2.6 - SETOR DE SUBVERSÃO:

2.6.1 - Há infiltração da doutrina comunista na área?

2.6.2 - Caso positivo, informar:

a) a profundidade dessa infiltração;

b) quais os setores atingidos;

c) meios utilizados para a propaganda e doutrinação;

d) consequências atuais e futuras da infil -

-fls 7-

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SORS/OS - 1.-.138.3.1

Continuação do PEDIDO DE BUSCA nº 309/72/DCI/SSP/RS.

tração;

2.6.3 - Há ação subversiva na área, como?

a) Panfletagens ou pichamentos?

b) Escrita em jornais, revistas ou boletins?

c) Falada, por rádio, comícios ou conferências;

2.6.4 - Caso positivo, informar com urgência:

a) O que for apurado;

b) Mensalmente o que ocorrer;

2.6.5 - Averiguar maiores dados a respeito.

2.6.6 - Outros dados julgados úteis.

2.7 - SETOR RACIAL:

2.7.1 - Levantamento de grupos étnicos, raciais e religiosos "isolados" na área dessa agência.

2.7.2 - Quais os principais líderes religiosos, políticos, culturais e raciais enquadrados nos Dados Conhecidos.

2.7.3 - Ocorrência de fatos semelhantes aos descritos em 1.7.2.

2.8 - OBSERVAÇÃO:

2.8.1 - Os ítens acima deverão ser respondidos para este Departamento mensalmente.

2.8.2 - Caso o fato ocorra, informar com a máxima urgência, independente do prescrito no ítem acima.

2.9 - Outros dados julgados úteis.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

CONFIDENCIAL

Cód. 7-90-19

SOPS\CS-4.-.4696.58.11 1482 (110

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

DBCI/DOPS Pôrto Alegre, 15 de julho de 1971.

ASSUNTO: INSTRUÇÕES ÀS S.O.P.S. e D.P.s

ORIGEM : DBCI/DOPS/SSP/RS

DIFUSÃO: Delegacias Regionais de Policia, 1ª e 2ª Zona Policial

ORDEM DE BUSCA Nº 234/71 -DBCI/DOPS/SSP/RS

PROTOCOLADO LVO. N.º 2
FLS. N.º
Em 23/7/71

ÊSTE DOPS SOLICITA:

1 - Que as DD. PP. dessa Região informem imediatamente sôbre qualquer indício ou fato relativo à subversão, terrorismo, agitação, reu-/nioes clandestinas, movimento de políticos cassados e de pessoas/notóriamente comunistas ou contra o govêrno atual, tráfico de entorpecentes, corrupção, venda ou roubo de armas e munições, sabotagens, movimento sindical, estudantil, delitos de grande reper-/cussão, etc.

2 - A simples notícia ou indício deve ser objeto de informe, ainda - que sujeito a investigação ou análise.

3 - As SOPS devem comunicar todos os informes, informações e respos-/tas às OBs., com a maior rapidez possível, diretamente ao DOPS.

4 - Quando se tratar de fato relevante que possa exigir a participa-/ção de organisação militar, o assunto deve, então, ser comunicado ao Comando da Guarnição Federal e ao DOPS, imediatamente.

5 - Sendo as SOPS diretamente subordinadas ao Delegado Regional de Polícia todo o expediente a ser remetido será dado conhecimento prévio ao Regional ou à seu substituto legal nos seus impedimentos.

6 - Que, os Srs. Delegados Regionais de Polícia enviem documento re-/servado onde conste o nome e a rubrica dos funcionários policiais (autoridades e agentes) autorizados a visar expediente de interêsse do DOPS.

7 - Que, a resposta a OB sejam remetidas diretamente ao DOPS, tendo - em vista que a DCI e até órgãos federais teem encaminhado ao DOPS respostas mal endereçadas, que chegam nessas repartições e deve-/riam ser endereçados ao DOPS.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DO
MENTO. (Art. 62-Dec. 0[illegible]/67, Salvagu
de Assuntos Sigilosos)
O presente documento não pode cons[illegible]
peça de processo (Dec. [illegible]/67).

MENOS INDIFERENÇA
MAIS IGUALDADE

Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

MEMORIAL DO LEGISLATIVO
do Rio Grande do Sul

AHRS
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

GOV RS
NOVAS FAÇANHAS
NA CULTURA

ISBN 658745410-8
9 786587 454108